



UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ
CENTRO DE HUMANIDADES
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA

MARCOS RENAN PRACIANO DA SILVA

ENTRE A HISTÓRIA E A LITERATURA – LIMA BARRETO:
NARRATIVAS SOBRE A POBREZA NAS PRIMEIRAS DÉCADAS
DO BRASIL REPÚBLICA (1900-1922)

FORTALEZA

2018

MARCOS RENAN PRACIANO DA SILVA

**ENTRE A HISTÓRIA E A LITERATURA – LIMA BARRETO:
NARRATIVAS SOBRE A POBREZA NAS PRIMEIRAS DÉCADAS
DO BRASIL REPÚBLICA (1900-1922)**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História Social da Universidade Federal do Ceará, como requisito parcial para obtenção do título de mestre em História.

Área de Concentração: Trabalho e Migrações.

Orientadora: Profa. Dra. Irenísia Torres de Oliveira

FORTALEZA

2018

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação
Universidade Federal do Ceará
Biblioteca Universitária

Gerada automaticamente pelo módulo Catalog, mediante os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

S581e Silva, Marcos Renan Praciano da.
Entre a história e a literatura – Lima Barreto: narrativas sobre a pobreza nas primeiras décadas do Brasil República (1900-1922) / Marcos Renan Praciano da Silva. – 2018.
164 f.

Dissertação (mestrado) – Universidade Federal do Ceará, Centro de Humanidades, Programa de Pós-Graduação em História, Fortaleza, 2018.
Orientação: Prof. Dr. Irenísia Torres de Oliveira.

1. Cidadania. 2. Lima Barreto. 3. pobreza. 4. representação. I. Título.

CDD 900

MARCOS RENAN PRACIANO DA SILVA

**ENTRE A HISTÓRIA E A LITERATURA – LIMA BARRETO:
NARRATIVAS SOBRE A POBREZA NAS PRIMEIRAS DÉCADAS
DO BRASIL REPÚBLICA (1900-1922)**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História Social da Universidade Federal do Ceará, como requisito parcial para obtenção do título de mestre em História.

Área de Concentração: Trabalho e Migrações.

Orientadora: Profa. Dra. Irenísia Torres de Oliveira

Aprovada em: ___/___/_____.

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dra. Irenísia Torres de Oliveira - (orientadora)
Universidade Federal do Ceará (UFC)

Prof. Dr. Frederico de Castro Neves
Universidade Federal do Ceará (UFC)

Prof. Dr. Flávio Weinstein Teixeira
Universidade Federal de Pernambuco (UFPE)

Profa. Dra. Adelaide Maria Gonçalves Pereira
Universidade Federal do Ceará (UFC)

À Elizabeth Praciano da Silva, Messias
Silvano da Silva e Jormana Maria Pereira
Araújo, por tudo.

AGRADECIMENTOS

Apesar da solidão que atravessa o ato de escrever, principalmente de um trabalho acadêmico, e no caso específico, de uma dissertação de mestrado; apesar dos medos que perpassam a mente de quem optou por esse tão cansativo, doloroso, porém prazeroso, mundo do conhecimento, penso que as palavras, agora escritas, podem vir a refletir a angústia pela chegada deste momento.

Depois de alguns anos trabalhando enquanto professor da Rede Pública de Ensino do Estado do Ceará, e de uma sensação constante, de que tinha deixado algo por concluir em minha vida profissional, iniciada em 2004, com minha entrada na Universidade Federal do Ceará, e minha saída, em 2009, formando-me historiador, foram seis anos, de lá pra cá, à espera de coragem para enfrentar os desafios de um sonho que tinha desde os tempos de graduação, mas que foram adiados pelas curvas tortuosas da vida.

Em meio a tudo isso, não poderia deixar de agradecer a tantas pessoas que me ajudaram, por meios de incentivos dos mais variados matizes, nessa empreitada acadêmica:

À banca que foi composta durante minha seleção de mestrado, nas pessoas dos professores Antônio Luiz Macêdo e Silva e Filho, Irenísia Torres de Oliverira, que após minha aprovação, aceitou de imediato ser minha orientadora, mesmo sem me conhecer – e aqui vão os meus mais sinceros agradecimentos por ter acreditado nesse trabalho e na possibilidade de sua concretização, pelas conversas que me ajudaram na delineação do trabalho, em meio as minhas confusas ideias; e ao professor Franck Ribard.

Engraçado que ao escrever essas linhas fui me lembrando que esse francês, por duas vezes, esteve em bancas acadêmicas me selecionando: primeiro, na condição de tutor do Programa de Educação Tutorial (PET/HISTÓRIA), nos idos de 2006, quando eu pleiteava uma das três vagas de bolsista ofertadas para alunos da graduação, permitindo que eu saísse do emprego e me dedicasse integralmente aos estudos, e depois, novamente, em 2015, na seleção do mestrado. Valeu Frank, por acreditar em mim!

À banca de qualificação de mestrado, composta pela professora Ana Amélia e pelo grande professor Frederico de Castro Neves. Muitíssimo obrigado pela leitura crítica de meus escritos, pelas dicas e sugestões.

Aos colegas de graduação e de PET/HISTÓRIA, pelo incentivo e puxões de orelha, especialmente vindos do grande amigo e professor Mário Martins.

À sempre competentíssima, humilde e amiga, professora Ana Lorym. Sou seu admirador e torcedor incondicional por sua história de vida. Obrigado pelas boas conversas

que sempre tivermos. Ao Ruben Maciel pelo brilhantismo, inteligência, competência. Por compartilhar tudo isso, e além do incentivo, por levantar minha autoestima. À Keile, pelo incentivo e amizade. Mesmo distante, sempre que nos encontramos, você é sinônimo de alegria e companheirismo.

Aos colegas de mestrado Clarissa, Cleidiane e Raul, por dividirem comigo os nervosismos, medos, alegrias, e também por compartilharem dias inteiros e enfadonhos na Biblioteca das Ciências Humanas, mas tudo isso regado a muito café para espantar o sono e o tédio, sem esquecer aquela gelada, que de vez em quando nos permitíamos, depois que a biblioteca fechava e cumríamos a rotina diária.

Ao Dmitri Gadelha e ao grande João Paulo, companheiros de graduação, de bares e de noitadas regadas à muita cerveja e boas conversas, ao longo desses 12 anos de amizade. Embora a vida nos imponha distância, nada disso não anula o carinho que tenho por vocês.

À Nádia Moura e Roberta Carvalho, amigas da vida e de uma vida toda, carrego ambas no coração, sempre. A amizade de vocês é valiosíssima.

Àqueles que foram surgindo no caminho, tornaram-se amigos, e que quero levar pra toda a vida: Lucas Assis, esses aquariano original, obrigada pelas boas conversas, sempre acompanhadas de piadas e comentários inteligentes, pelas trocas de livros e referências, por me escutar cotidianamente acerca do meu trabalho e, principalmente, por torcer pela concretização dessa pesquisa; e como não podia deixar de ser, pelas cervejas e noitadas, porque ninguém é de ferro.

À Adelianna Barros, que tive o prazer de conhecer durante o mestrado, ela concluindo, e eu iniciando. Valeu pela amizade sempre sincera, por ter sido bastante solícita sempre que te procurei para conversar sobre o Lima Barreto, tendo em vista que pesquisávamos o mesmo autor, pelas boas conversas e cervejas.

Ao Zé Maria, de quem fiquei amigo por tabela, tendo em vista sua amizade com pessoas de minha intimidade. Obrigado pelos vários meses de companheirismo naquela biblioteca, pelas trocas de referências bibliográficas, pela sensibilidade, pela leveza da vida, pelos inúmeros cafés, e por ser também, uma excelente companhia nas noites de descontração, nos arredores da universidade, e pela cidade.

Aos colegas de trabalho, Adriana, Enoe e Livia Pitombeira, que tanto torceram para que esse momento fosse possível. Ao Capitão Danúbio, coordenador pedagógico do Colégio Militar do Corpo de Bombeiros, por ter facilitado minha vida em meio a tantas questões burocráticas.

Aos meus familiares, em especial, vai aqui um agradecimento eterno àqueles que

souberam me guiar pelos caminhos difíceis que a vida impõe. Pelo investimento na minha formação e na dos meus irmãos. São esses dois gigantes: Messias Silvano da Silva (pai) e Elizabeth Praciano da Silva (mãe), vocês são meus amores, e serei eternamente grato pelo apoio incondicional.

Aos meus irmãos, Ana Patrícia, Messias Silvano, Paula Renata e Rodrigo - todos contribuíram, de uma forma ou de outra, pra esse momento, único e inesquecível.

Ao Seu Raimundo Araújo e dona Iraci Araújo, pela acolhida durante tanto tempo em suas casas, pela partilha da presença de ambos e pelo aconchego da família. Dos almoços e cafés aos domingos, e pelo incentivo que sempre me deram aos estudos. Serei eternamente grato a vocês.

As linhas finais desses agradecimentos, e dessa dissertação, são dedicadas a você, canceriana, que durante esses mais de nove anos me deu o prazer de partilha de tantas coisas boas: Jormana Maria Pereira Araújo, te amarei eternamente! Minha gratidão, carinho e amizade, quero que sempre leve contigo, porque já carregou tudo isso de ti desde o dia em que conheci você. Obrigado por tudo, por ter estado ao meu lado nos momentos mais difíceis da minha vida, pelo teu apoio incondicional, desde o incentivo para que tentasse a seleção de mestrado até finalização desse trabalho. Na verdade, você esteve presente do primeiro ao último dia disso tudo, escutando todas as minhas lamúrias, chatices, baixa estima, medo. Sem seu apoio, em todos os aspectos, esse momento não seria possível. Obrigado também por termos superado tantas coisas juntos, e mesmo depois das reviravoltas que a vida oferece, estamos aqui juntos, mesmo que de outra forma. Serenidade, respeito, dedicação e fidelidade sempre foram suas características, e felizes são aqueles que usufruem da tua presença.

Obrigado!

*Não se separam bem as pessoas das cousas,
é que qualquer vida é feita de muitas
vidas e
muitas
existências. (Diário Íntimo,
Lima Barreto)*

*Uma
parte de mim é todo
mundo
Outra parte é ninguém, fundo sem
fundo Uma parte de mim é
multidão Outra parte,
estranheza e solidão Uma parte
de mim pesa e pondera Outra
parte de mim delira
Uma parte de mim almoça e janta
Outra parte se
espanta ("Traduzir-se",
Ferreira Gullar)*

RESUMO

O objetivo desta dissertação é analisar a representação dos pobres e da pobreza nos escritos de Lima Barreto, tendo como foco sua produção nas primeiras décadas do regime republicano brasileiro (1900-1922). Buscamos ainda compreender, através de sua trajetória intelectual, a relação ambivalente que manteve para com os pobres, uma vez que, embora se identificando com os mesmos em termos de cor e de classe, afastava-se, outra vez, em termos de formação intelectual. Metodologicamente fundamentada na História Social, esta pesquisa se pautou no inventário de artigos, cartas, contos, crônicas, diários e romances, textos pelos quais o autor teceu uma série de considerações críticas sobre a relação entre os suburbanos e a política republicana, assim como sobre os ditames das teorias raciais em voga na época. Entendemos que, ao debater-se com esse complexo lugar social, Lima Barreto terminou por trazer à luz uma concepção original de cidadania numa época de gritantes exclusões sociais.

Palavras-chave: cidadania, Lima Barreto, pobreza, representação.

ABSTRACT

The aim of this dissertation is to analyze the representation of the poor and the poverty in the writings of Lima Barreto, focusing his production in the first decades of the Brazilian republican regime (1900-1922). We also sought to understand, through his intellectual trajectory, the ambivalent relationship he maintained towards the poor, since, although he identified himself with them in terms of color and class, he moved away in terms of intellectual formation. Methodologically based in Social History, this research was articulated on an inventory of articles, letters, short stories, chronicles, journals and novels, texts by which the author made a series of critical considerations about the relationship between the poor and the republican politics, as well as about the substance of the racial theories in force at this time. We understand that, in debating himself with this complex social place, Lima Barreto ended up bringing to light an original conception of citizenship in a time of stark social exclusion.

Keywords: citizenship, Lima Barreto, poverty, representation.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ABL - Academia Brasileira de Letras.

IHGB – Instituto Histórico e Geográfico

Brasileiro. UFC (Universidade Federal do Ceará)

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	14
2	AFONSO HENRIQUES DE LIMA BARRETO: UMA TRAJETÓRIA INTELLECTUAL	24
2.1	Ser povo, e não ser do povo: Lima Barreto, um homem no seu tempo .	25
2.2	Escrever para sobreviver, também	46
2.3	O intelectual mestiço e as questões sociais	64
3	UMA ESCRITA DO LIMITE DA SOBREVIVÊNCIA	74
3.1	Escrever sobre os pobres é, também, falar sobre a República	75
3.2	Pobreza e Política nos Escritos de Lima Barreto	89
3.3	Os Pobres e a “Cidadania” nas Primeiras Décadas do Brasil República	109
4	ENTRE A LITERATURA E A HISTÓRIA – LIMA BARRETO	125
4.1	A Literatura Barretiana como base para uma “História Social da Pobreza”	125
4.2	Pobreza, Trabalho e Loucura: uma síntese barretiana	140
	CONSIDERAÇÕES FINAIS	155
	REFERÊNCIAS	157
	BIBLIOGRAFIA	158

1 INTRODUÇÃO

Por que estudar Lima Barreto? E mais, porque estudar seus escritos, e de alguma forma, a vida de um autor, que nasceu no Rio de Janeiro ao final do século XIX, tendo vivido sua fase adulta nas primeiras décadas do século XX? Porque estudar um intelectual negro, suburbano, visto e internado no hospício na condição de louco, quando, na verdade, era alcoólatra? O que Afonso Henriques de Lima Barreto disse, e tem a nos dizer sobre o Brasil de ontem? Ele nos ajuda a pensar o Brasil de hoje? Ou, o que, a partir do nosso presente, temos a perguntá-lo? Antes de tentar suscitar respostas, apresento aqui o modo como tomei conhecimento de suas obras, e como cheguei a conclusão de que era necessário estudá-lo mais acuradamente.

Pois bem. Tomei contato com Lima Barreto na escola, no primeiro ano do Ensino Médio, quando adotaram, como paradidático, uma de suas obras mais conhecidas: *Os Brunzudangas*. A narrativa trata de um país fictício, chamado República das Bruzundangas, que logo me deixou fascinado, pois era inevitável a associação feita com o Brasil; mas também pela linguagem fácil, possibilitando-me, dentre outras coisas, fazer uma leitura sem interrupção, além de ter me despertado a ansiedade por querer saber o que ocorreria ao final do livro, algo bem típico dos nossos 15 anos.

Tempos depois me reencontrava com Lima, dois anos mais velho, e agora pré-vestibulando. Sou da geração dos dez livros de literatura, que eram necessários ser lidos, para encarar as provas de Língua Portuguesa e Literatura, no vestibular da UFC. Nesse novo encontro, o autor chegou até mim através de seu romance mais conhecido e afamado, e talvez o mais bem acabado, *Triste Fim de Policarpo Quaresma*. Novamente o autor era bem aceito pela turma, e as aulas de literatura, nos dias dedicados ao autor, eram sempre esperadas com certa ansiedade, quando se repetiam as comparações com o Brasil em que vivíamos. Ainda que Lima falasse sobre outro contexto histórico, sempre vinham à tona os problemas do cotidiano, que guardados os devidos distanciamentos, pareciam só se atualizar.

Lembro também, que o fim trágico dado pelo autor ao personagem Policarpo Quaresma, não foi muito bem aceito, talvez porque, inconscientemente, todos nós fôssemos e ainda somos marcados pela perspectiva das histórias com final feliz. Depois de muito tempo fui percebendo que, num país marcado por injustiças sociais de todos os tipos, a população tende rejeitar situações, ainda que seja no campo da ficção, que reproduza a derrota. Talvez por isso, histórias de heróis, guerreiros, donzelas, princesas, personagens sofredores, e que acabam por vencer ao final, sejam recordistas de audiências nas novelas e

mais lidos livros de literatura, no mesmo caminho. Mas, parafraseando o cantor e compositor cearense Belchior, *a vida realmente é diferente/quer dizer/ao vivo é muito pior*¹

O meu terceiro encontro com Lima Barreto, mas também com outra forma de olhar para a literatura e para a história, enquanto conhecimento, ocorreria nos primeiros anos da década de 2000, na condição de estudante universitário, no curso de História, da Universidade Federal do Ceará; mais precisamente, nas disciplinas de História e Linguagens e em História do Brasil III. Em ambas, passamos pela obra de alguns literatos e por trabalhos que faziam algum tipo de associação entre História e Literatura. O interesse pelo autor novamente era aguçado, por mais que não tivesse surgido ali uma perspectiva de pesquisa acadêmica.

Talvez, o quarto momento tenha sido através da experiência como docente na rede pública de ensino, ministrando aulas de História do Brasil República, para turmas do ensino médio, na EEFM São José dos Arpoadores, localizada numa das maiores periferias do Brasil, a região do grande Pirambu, onde também morava. Ali percebi a atualidade do autor. Ao tempo que líamos Lima, a escola localizada em frente a orla marítima, via acontecer uma grande transformação urbanística: a construção da chamada Vila do Mar, uma espécie de beira-mar dos pobres, para citar a expressão utilizada pelos próprios moradores e alunos. Fazia-nos, lembrar, que na derrubada das moradias populares imperava o discurso do “progresso” – eis a atualidade de Lima Barreto, e eis o modo como, na revitalização do espaço público, sempre pesava a intervenção da iniciativa privada.

Tal empreendimento trouxe certo sentimento de medo aos moradores, principalmente no que diz respeito a possibilidade de perderem suas casas. Na verdade, os moradores que tiveram suas casas destruídas foram remanejados, ou receberam dinheiro para a compra de um novo imóvel, todavia, nem as novas casas, nem o dinheiro, eram suficientes para suprir as carências que essa mudança ocasionaria na vida daqueles que foram deslocados, pois tiveram de morar em regiões mais distantes do trabalho, dos espaços de sociabilidades, da escola (e isso refletia na evasão escolar, e conseqüentemente, na perda do ano letivo por parte de muitos adolescentes).

Assim, ao mesmo tempo em que estudávamos história, líamos um dos clássicos da literatura nacional; e mais, nos aproximávamos de experiências distantes no tempo e no espaço, lembrando que os meninos e meninas, para quem ministrava aula, eram filhos da classe trabalhadora (geralmente afrodescentes, marcados pelo mais variados estigmas – eis Lima Barreto, de novo!)

¹ Esses versos pertencem a letra da música “Apenas um rapaz latino-americano”, do CD *Alucinação*, de Belchior, lançado em 1976.

A partir daí, Lima Barreto se tornou uma leitura corriqueira, até que em meados de 2014, uma série de ideias confusas veio a se materializar no desejo concreto de pesquisá-lo, na perspectiva de um possível mestrado acadêmico. Passei, então, a mapear seus escritos: quais os outros romances que o autor havia escrito, quantos contos e crônicas, onde localizá-los? Assim, mergulhei nos seus textos, analisando um e outro, quando encontrei o primeiro estudo biográfico sobre o romancista (*A vida e a obra de Lima Barreto*, de autoria de Francisco de Assis Barbosa). Em seguida, tomei nota no acervo da Biblioteca de Ciências Humanas, da UFC, de parte de uma coleção produzida pela Editora Brasiliense, nos anos de 1950, cujos prefácios são valiosíssimos, em vista dos intelectuais renomados que foram convidados a fazê-los.

Iniciei, então, o projeto de mestrado. Nesse entremeio, o contexto era de crise política e econômica, em que os discursos conservadores tendiam a culpar, como ainda fazem no exato momento em que escrevo essas linhas, as classes menos favorecidas, como as principais responsáveis pela desestruturação do país. Ou, no discurso que vocifera aos quatros cantos do mundo, a situação do país é devida a um Estado, por natureza, corrupto, em que grupos políticos se apropriaram dele com o intuito de se perpetuar no poder, e para isso, tornam esse mesmo Estado cada vez mais endividado, em vista dos, ideologicamente inaceitáveis, programas sociais de assistência ao menos favorecidos, também chamados pelos donos da Casa Grande, por vagabundos e ociosos, que vivem a mamar nos cofres públicos.

Ora, se no tempo de Lima Barreto esses sujeitos já eram nomeados de modo semelhante, cujos adjetivos se acentuavam em vista do discurso racial, dito científico, na atualmente a coisa não mudou muito, pois todo e qualquer tipo de política pública, principalmente aquelas que têm por alvo os mais pobres e necessitados, e conseqüentemente, as população afrodescendentes, recebem as críticas mais intensas, geralmente manifestadas pelos setores mais conservadores, que todo dia reatualizam seu discurso escravista com os vocabulários do receituário neoliberal da flexibilidade, modernização e reestruturação do ensino, trabalho e previdência social, travestido no afamado “ordem e progresso”, copiado lá dos tempos em que Lima Barreto já o rebatia.

Para pensar, então, seus textos como narrativas da pobreza, deparei-me com uma problemática no decorrer da pesquisa: de que era necessário uma visão ampla acerca de Lima Barreto e seus escritos sobre o Brasil, e assim achei imprescindível pensar o lugar de fala do romancista (enfim, do estudante de engenharia da Politécnica que não concluiu seus estudos; do funcionário público do Ministério da Guerra insatisfeito com o emprego; do arrimo de uma família numerosa que vivia constantemente à beira do desespero vendo a eminente

degradação social dos seus familiares; do indivíduo amedrontado com os discurso raciais que relegavam os negros e pobres ao desaparecimento, justificando tal lógica, em supostos vícios da hereditariedade; nas perspectivas que não se concretizaram de viver da literatura), no contexto em que viveu.

É essa figura emblemática que comecei a estudar, a ver e procurar entender, e isso foi se configurando a partir da tentativa de ler uma quantidade significativa de seus escritos, que iam desde seu *Diário Íntimo*, passando pelos seus romances (*Recordações do Escrivão Isaias Caminha*, *Triste Fim de Policarpo Quaresma*, *Claro dos Anjos*, *Cemitérios dos Vivos*), sem esquecermos suas crônicas e artigos jornalísticos, organizados e publicados em livros, nomeados *Bagatelas*, *Feiras e Mafuás*, *Vida Urbana*; e suas cartas, *Correspondências Ativas e Passivas*. O objetivo foi entender como a pobreza e os pobres eram representados pelo escritor, e como sua literatura instituía uma apreensão, compreensão, e porque não, uma ideia de Brasil, que nem era falsa, nem verdadeira, mas peculiar, diferente, e em certa medida, destoante, das demais criadas em sua geração.

Mas para tornar concreta tal empreitada era necessário mapear uma vasta bibliografia que já existia sobre o autor, de ver como outros pesquisadores o analisaram e representaram em suas pesquisas, que claro, são datadas. O diálogo e os questionamentos acerca dessa produção se encontram ao longo dessa dissertação, e tudo isso foi me ajudando a localizar meu objeto de pesquisa, a selecionar os conceitos e a metodologia a ser adotada. Localizo essa dissertação, portanto, no campo da História Social da Pobreza.

E vale destacar que toda análise e entendimento a respeito da história-conhecimento nos leva a refletir sobre a escrita, balizada por um universo de referências, limites “impostos” ou “tangenciados” por caracteres de ordem variada (instituição, gênero, etnia, geração, classes sociais, espaço, tempo). É justamente no elemento tempo que o conhecimento histórico ganha outra dimensão, “*a história não mais [é vista] como algo natural e evidente, mas como construção cultural que, em cada época, determina um modo específico de relacionamento entre o já conhecido e experimentado,*” segundo R. Koselleck.

2

Esse procedimento narrativo, intrínseco ao historiador, nos faz vislumbrar também o modo como enxergamos os materiais empíricos que utilizaremos a fim de questionar o real. Julio Aróstegui diz que, ao contrário de um “dado”, as fontes não se apresentam aos nossos olhos de imediato como uma realidade em si, fazendo-se necessário inferi-la, levando em

² KOSELLECK, R. *Futuro Passado: a contribuição à semântica dos tempos históricos*. Rio de Janeiro: Contraponto/PUC-Rio, 2006, p. 09.

consideração que ao indagarmos uma realidade, a fazemos num tempo diferente das experiências que pretendemos analisar.³

Tais elementos, quando levados em consideração, acabam por desnaturalizar proposições carregadas de “verdades oficiais”, forjando percepções e olhares outros, antes ignorados por aqueles que pensavam a escrita da história. Como afirma Edward Palmer Thompson, o conhecimento histórico é, pela sua natureza, provisório, incompleto, seletivo, limitado, e só verdadeiro dentro de um campo assim definido.⁴ Traçando uma relação entre a sociedade e o nosso ofício, Emília Viotti da Costa nos ensina que:

O trabalho do historiador, queira ele ou não, é produto da sociedade e do tempo em que vive. Por isso a vivência do presente afeta a forma como construímos o passado. Ao mesmo tempo, o posicionamento do historiador na sociedade marca os limites de sua visão. Suas experiências definem suas motivações e explicam por que e para que se debruça sobre a história, seu projeto inspira-se em problemas sugeridos pela posição que assume na sociedade.⁵

Pensar a escrita da história em seus aspectos teórico-metodológicos, é ter em vista que não se trata de algo que possamos encaixá-la numa categoria de simplicidades. Tal empreendimento requer um entendimento coerente do nosso ofício, dos critérios que temos de nos submeter e incorporar; da concepção que fomos construindo no presente vivido que, de alguma forma, não deixam de estar inseridos nos “marcos institucionais” em que elas são construídas e gestadas.

Se a escrita da história, antes de qualquer coisa, é um procedimento que envolve mudanças, ela também encara permanências. Trata-se de um conhecimento que se faz à luz da teoria, de procedimentos conceituais, mas que venham atender aos anseios da pesquisa, ao material empírico que possuímos. Nessa trilha, vale ressaltar ainda, as diretrizes de Julio Aróstegui, acerca dos instrumentos de análise histórica: as técnicas não são, senão, operações que o pesquisador realiza para transformar os fatos em dados. Elas servem como ponto de “engate”, entre a realidade empírica (objeto da observação) e a conversão dessa, num corpo articulado de evidências, para demonstração de uma hipótese.⁶

É o que Edward Thompson ressalta acerca do conhecimento histórico: esse ocorre, justamente, a partir de perguntas feitas às evidências. Em meio a elas, os conceitos iluminam as perguntas a respeito de uma realidade histórica. Esse historiador britânico definiu os

³ ARÓSTEGUI, Julio. *A Pesquisa Histórica: teoria e método*. Bauru: EDUSC, 2006, p. 517.

⁴ THOMPSON, Edward. *A Miséria da Teoria: um planetário de erros*. Rio de Janeiro: Zahar, 1981, p. 57.

⁵ COSTA, Emília Viotti da. *A Dialética Invertida e Outros Ensaios*. São Paulo: UNESP, 2014, p. 209.

⁶ ARÓSTEGUI, *op. cit.*, p. 516.

procedimentos teóricos e metodológicos da história, como passíveis de uma “lógica histórica”, apontando-nos o seguinte:

Por “lógica histórica” entendo um método lógico de investigação adequado a materiais históricos, destinados, na medida do possível, a testar hipóteses quanto a estrutura, causação etc., e a eliminar procedimentos auto confirmadores (“instancias”, ilustrações”). O discurso histórico disciplinado da prova consiste num diálogo entre conceito e evidência, um diálogo conduzido por hipóteses sucessivas, de um lado, e a pesquisa empírica, do outro. O interrogador e a lógica histórica; o conteúdo da interrogação e uma hipótese (por exemplo, quanto à maneira pela qual os diferentes fenômenos agiram uns sobre os outros); o interrogado é a evidência, com suas propriedades determinadas. Mencionar essa lógica não é, decerto, proclamar que ela esteja sempre evidente na prática de todo historiador, ou na prática de qualquer historiador durante todo tempo. (A história não é, penso eu, a única a quebrar seus próprios juramentos). É, porém, dizer que essa lógica não se revela involuntariamente; que a disciplina exige um preparo árduo; e que três mil anos de prática nos ensinaram alguma coisa. É dizer que é essa lógica que constitui o tribunal de recursos final da disciplina: não - por favor, notem - a “evidência” por si mesma, mas a evidência interrogada dessa maneira.⁷

Para esse historiador social, teoria e metodologia não são construídas exteriormente, elas são testadas e “comprovadas” num amplo diálogo com materiais empíricos. Desse modo, o historiador deveria fugir de generalizações e resultados que poderiam estar carregados de pré-noções e pré-julgamentos. É o que tentaremos, aqui, realizar.

O trabalho que aqui se inscreve, tem por objetivo apreender o pensamento social de Afonso de Henriques de Lima Barreto, no que autor expressou a respeito dos pobres e da pobreza, bem como suas elaborações a respeito do papel do Estado (regime Republicano instaurado no Brasil a partir de 1889) e da questão social de seu tempo. Nossa pesquisa incidirá sobre aspectos de sua obra relacionados aos pobres, e como os mesmos aparecem nos seus escritos: ora entendidos dos mecanismos de exclusão, ora entendidos do quão necessário era ignorar, burlar, fugir do modelo republicano imposto. Enfim, visamos compreender, mediados pelo acervo literário do autor, a pobreza enquanto processo inscrito em período marcadamente referendado pela retórica da modernidade, em que as palavras de ordem eram: ciência, civilização, ordem e progresso.

É perceptível a delimitação e o diferencial que o autor lança sobre seus personagens - povo/pobre/população, e como esses se relacionam com o Estado ou regime Republicano. A obra de Lima Barreto é marcada por citações e comentários que nos levam a pensar sobre tais elementos, suscitando problemáticas e questionamentos.

⁷ THOMPSON, 1981, p. 49.

Antônio Augusto Moreira e Rosalvo Gonçalves Pinto também já percebiam essa peculiaridade do escritor: “*Lima, na condição de funcionário público e trabalhador foi dentre aqueles que muito, e bem, escreveu sobre operários e trabalhadores dos mais diversos ofícios e outros personagens do povo, por isso, a permanência atual de sua obra*”⁸.

Tais análises corroboram com nossa intenção de descortinar, por meio do universo das letras, nas trilhas dos escritos de Lima Barreto, as contradições de uma época que se quis nova, moderna, uma República das Letras bela, mas à custa da marginalização, ainda maior, dos pobres. Na tentativa de (re) inseri-los no cenário da história, Lima Barreto tece uma concepção muito peculiar de literatura, por isso da seleção primeira dessa fonte na dissertação em curso. Para Francisco Foot Hardman, foi variada a apropriação e o uso da literatura:

A literatura foi um dos principais veículos, senão o principal, da ideologia dominante durante os primeiros anos da República. Através da literatura dirigiu-se a retórica do poder político, da educação cívica, da hierarquia militar e religiosa, da sagrada família oligárquica, do direito elitista, do jornalismo oficial. Civilização de juristas, a nacionalidade fincava pé no monte parnaso.⁹

Para o historiador preocupado com os conflitos, discursos antagônicos e projetos de nação contraditórios, os escritos literários tendem a ser uma fonte importantíssima, pois podem lançar luz sobre os excluídos, que dentro de certas formações sociais, tendem a ser submetidos a processos de apagamento das memórias. Também destaca, nos mecanismos de poder que perpassam determinados espaços oficiais, uma definição do que é, ou não, autorizado a se dizer e escrever.

Numa ordem social marcada por quatro séculos de escravidão, em que a violência física e simbólica eram elementos estruturadores das relações sociais, nada mais revelador que tentativas de silenciamento fossem cogitadas e até efetivadas, tomando como referência (e não coincidentemente, os negros e mestiços) (os) pobres.

Por isso, a necessidade de revisitar Lima Barreto, forjando novos olhares, fazendo novas perguntas aos escritos daquele que já bem poderia ser reconhecido como intérprete do Brasil; destaco esse aspecto por conta de que, ainda na atualidade, seus escritos têm sido relegados a situação secundária; suas interpretações de Brasil são alheadas, em detrimento de outros nomes que foram alçados à condição de cânones incontestáveis.

⁸ MOREIRA, Antônio Augusto; PINTO, Rosalvo Gonçalves (Organizadores). *Lima Barreto: ontologia de artigos, cartas e crônicas sobre trabalhadores*. Belo Horizonte: Editora Viva Voz/FALE UFMG, 2012, p. 05-07.

⁹ HARDMAN, Francisco Foot. Palavra de Ouro, Cidade de Palha (literatura anarquista). In: SCHWARZ, Roberto. *Os Pobres na Literatura Brasileira*. São Paulo: Brasiliense, 1983.

A problemática em torno dos escritos de indivíduos que se lançaram na condição de analisar e interpretar o Brasil no passado, como por exemplo, Lima Barreto, enfrenta as seguintes alegativas: não dão conta da “realidade”, ou são “ultrapassadas”. Na tentativa de desconstruir essa problemática, José Carlos Reis lança a seguinte luz: não existe autores superados, desde que lidos em sua época, tendo em vista a interpretação e atribuição de sentidos a uma realidade social determinada.¹⁰

Nossa intenção é pensar, também, como Lima Barreto construiu uma visão de Brasil à margem dos principais espaços oficiais de saber. Quando dizemos oficial, estamos pensando na Academia Brasileira de Letras (ABL), no Instituto Histórico-Geográfico, além das grandes casas editoriais que lhe negaram a manifestação do seu pensamento – muito embora tivesse publicado vários dos artigos na grande imprensa, que não eram muito do seu gosto, como analisaremos a seguir.

Tais instituições e espaços eram portadores e mantenedores de discursos autorizados, fazendo parte dos seus procedimentos, a exclusão ou inclusão do que supostamente teria boa qualidade, e Lima Barreto, de modo algum, entrava no rol dos que escreviam as almejadas belas letras. O silêncio em relação aos seus escritos no momento em que conseguiu publicar, poderia ter motivações as mais diversas, mas havia condições definidoras?

Como afirma Lilia Moritz Schwarcz, “sua condição de cor e origem social foram em parte responsáveis por certo boicote velado que acabou por dissuadir o escritor de continuar tentando sua filiação aos inúmeros centros científicos e literários de época”.¹¹ Tanto que foi preciso algumas décadas para que seus escritos fossem percebidos por outros crivos e olhares menos preconceituosos, se comparado a de seus contemporâneos.

Como afirma Francisco Assis Barbosa, tendo falecido no dia primeiro de novembro de 1922, e depois das edições póstumas de *Os Bruzundangas* (1922) e *Bagatelas* (1923), Lima Barreto cai em inexplicável esquecimento. Em 1930 é que um pequeno grupo de dedicados amigos chamaria atenção para sua memória, erguendo-lhe uma Herma na Ilha do Governador.¹²

No movimento da imprensa que acompanhou essa iniciativa, Agripino Grieco escreve o primeiro artigo de reabilitação, qualificando-o “o maior e o mais brasileiro de nossos romancistas”.¹³ Na mesma onda, surge a segunda edição de *Os Bruzundangas*. Seguir-

¹⁰ REIS, José Carlos Reis. *Identidades do Brasil: de Varnhagen a FHC*. 6ª. Edição. Rio de Janeiro: Editora Fundação Getúlio Vargas, 2003, p. 08-20.

¹¹ SCHWARCZ, Lilia Moritz (org.) *Contos Completos de Lima Barreto*. São Paulo: Companhia das Letras, 2006, p. 19.

¹² BARBOSA, Francisco de Assis. *A Vida de Lima Barreto (1881-1922)*. 3ª. edição. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2012, p. 17.

¹³ Para ler mais sobre o prefácio escrito por Agripino Grieco, ver: LIMA BARRETO, Afonso Henriques de. In: BARBOSA, Francisco de Assis (org.) *Marginália: artigos e crônicas* (prefácio). 2ª. edição. Editora Brasiliense: São Paulo. 1956(d), p. 12-14.

se-ia um novo período de silêncio, até que nas décadas de 1940 e 1950, o autor voltaria a ter atenção da crítica e de editores, possibilitando novos olhares sobre sua fortuna escrita.

É imprescindível mencionarmos os direcionamentos do crítico literário britânico, Terry Eagleton, para quem a literatura não existe de modo estático, e sim, num processo histórico; que juízos de valor que a constituem, guardam estreita relação com ideologias sociais e espaços de produção do saber, e em última instância, os seus significados se referem não apenas ao gosto particular, mas aos pressupostos pelos quais certos grupos sociais exercem e mantêm o poder sobre os demais.¹⁴

Em diálogo com esses aspectos, vale ressaltar a “autonomia” que possuía Lima Barreto, seja com relação as instituições, seja quanto a política de grupos organizados na época. Sua filiação para com os pobres parecia ter relação com a cor em comum e com os desdobramentos advindos do seu lugar social, entendido aqui não somente do ponto de vista institucional, mas também dos elementos de outras ordens. É bem verdade, também, que tal relação nem sempre foi permeada pela ausência de conflitos, daí, muitas vezes, algumas análises apaixonadas acabaram por escamotear, ou fazer vistas grossas, a certos aspectos inconfessáveis do autor em seu *Diário Íntimo*, ou em alguns fragmentos de seus romances, contos e artigos. Aspecto que o leitor poderá observar a seguir.

Porém, tais elementos não desautorizam a obra do autor, quando analisada em sua totalidade; embora não possamos fazer vistas grossas, compactuando com certas construções biográficas que se encerram na perspectiva do indivíduo perfeito (em que sua vida parece apontar para uma trajetória linear, de posições sempre coerentes, acertadas e totalmente desprovidas de conflitos, dimensionando menos a real complexidade da vida de homens e mulheres diante do concreto, e mais as posições indicadoras de vontades individuais, ou de grupos específicos), a qualidade de seus escritos supera todas as contradições de um homem, produto de seu tempo.

No capítulo 1 intitulado *Afonso Henriques de Lima Barreto: uma trajetória intelectual*, buscaremos analisar a trajetória de Lima Barreto como sendo marcada por contradições diversas, e longe de voluntarismo e simpatia com relação aos pobres, ele estabelece versões sobre os mesmos em sua escrita, entendendo que o domínio das letras o tornava diferente, ao mesmo tempo em que se via identificado com os mesmos em termos de classe e de cor. Para isso, destacamos o uso do conceito de trajetória, de Pierre Bourdieu.

¹⁴ EAGLETON, Terry. *Marxismo e Crítica Literária*. Tradução: Matheus Corrêa. São Paulo: Editora UNESP, 2011, p. 24.

No capítulo 2, *Uma escrita do limite da sobrevivência*, destacaremos a interlocução feita por Lima Barreto, entre a pobreza e as opções realizadas pelo Estado Republicano, em que buscamos analisar as aprofundadas contradições na cidade do Rio de Janeiro, que passou a ser dividido em dois, um moderno, e o outro, suburbano. Nessa medida, qual a concepção de cidadania ali imposta, e qual a almejada por amplos setores da população? Destaco aqui o conceito de cidadania (José Murilo de Carvalho e Martha Abreu e Andrea Marzano).

Por fim, no capítulo 3, *Entre a Literatura e a História – Lima Barreto*, buscaremos compreender as aproximações possíveis entre História e Literatura, presentes nas obras Lima Barreto, tendo em vista que o mesmo demonstrou ao longo de sua escrita certa recorrência na utilização de elementos ficcionais e históricos, remetendo-se ao período em que viveu, acabando por desenvolver um material-base, de valor imprescindível, para os estudos de história social da pobreza no Brasil, na passagem do século XIX para o XX. O conceito de Representação, de Roger Chartier, foi fundamental para essa análise.

2 AFONSO HENRIQUES DE LIMA BARRETO: UMA TRAJETÓRIA INTELECTUAL

Neste capítulo objetivamos compreender a trajetória intelectual de Afonso Henriques de Lima Barreto, não como um dado preconcebido, em que o indivíduo Afonso Henriques, aluno do curso de engenharia, é o mesmo Lima Barreto escritor, literato e crítico social - no sentido linear da existência. Suas experiências multifacetadas serviram de “ingredientes” que possibilitaram, ou que no mínimo agiram, associados a outros mecanismos formadores, na sua constituição enquanto literato.

Atentarmos para isso indica, desde já, que não compreendemos a concepção de *trajetória* pelo viés simplista - a história de vida de um indivíduo é a consequência inevitável de um caminho, de um percurso marcado pela linearidade, encerrando-se num fim; ou sob a concepção um tanto quanto corrente, que toma a vida do indivíduo em retrospectiva, criando uma espécie de um todo coerente, organizado, orientando-o para seu triunfante destino já designado¹⁵, ou seja, um Lima Barreto crítico da República; sem que tais opiniões não compusessem os dilemas, também por ele vividos, ao ocupar um lugar social pouco comum em nossas letras das primeiras décadas do Brasil República - negro, suburbano, pobre, visto por muitos como alcoólatra, ou “louco”.

Daí a necessidade de analisá-lo, neste capítulo, tomando os dilemas e as contradições de sua vida entre “*ser, e não ser do povo*” levando em conta que o intelectual manifestou, em várias situações, sua identificação em pertencer aos pobres pela sua condição de classe e de cor, ao mesmo tempo em que se via diferente por achar que não deveria levar uma vida em comum com os mesmos, em virtude de ocupar uma posição intelectualizada, quando do acesso ao universo das classes dirigentes pela via dos estudos, chegando a cursar engenharia na Politécnica, via patrocínio do padrinho, o Visconde de Ouro Preto.

O dilema pode ser percebido em vários momentos, como neste, quando teve que escrever para jornais com os quais não concordava em termos de ideias e ideais, a fim de minimizar os problemas financeiros constantes; logo voltando atrás, tendo em vista suas percepções sobre o fazer literário, marcado menos pelo formalismo da linguagem, e mais pelo conteúdo, com forte conotação de crítica social, política e cultural. Lima Barreto queria escrever sobre os problemas que afetavam seu tempo – a questão social – reverberando-se no

¹⁵ BOURDIEU, Pierre. A Ilusão Biográfica. In: FERREIRA, Marieta de Moraes; AMADO, Janaína (orgs.). *Usos e Abusos da História Oral*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, pp. 55- 66, 1996.

modo como os pobres eram vistos pela ciência e pela escrita autorizada, afetando-o diretamente.

2.1 Ser povo, e não ser do povo: Lima Barreto, um homem no seu tempo¹⁶.

À tarde, o enterro saiu, levado lentamente pelas mãos dos raros amigos que lá foram. Mas ao longo das ruas suburbanas, de dentro dos jardins modestos, às esquinas, às portas dos botequins, surgia, a cada momento, toda uma *foule* anônima e vária, que se ia incorporando atrás do seu caixão, silenciosamente. Eram pretos de mangas de camisas, rapazes, estudantes, um bando de crianças da vizinhança (muitos eram afilhados do escritor), comerciantes do bairro, carregadores em tamancos, empregados da estrada, botequim e até borrachos, com o rosto lavado em lágrimas, berrando com o sentimentalismo assustado das crianças, o nome do companheiro de vício e de tantas horas silenciosas, vividas à mesa de todas essas tabernas [...].

E, assim, chegou-se à plataforma da pequena estação de Todos os Santos, onde durante uma meia hora, seu corpo ficou depositado, a espera do trem. Depois, dentro do vagão mortuário, o autor de *Isaías Caminha* atravessou pela última vez aquele subúrbio que ele conhecia e amava – todo o subúrbio da sua obra.

[...]

Como a *foule* anônima do subúrbio e da gare da central, lá estava outra abeirada em volta do seu túmulo, quando o caixão baixava ao fundo da terra. Aquele enterro tão humilde, acompanhado de uma gente tão diversa, onde um senador ilustre ia ao lado de um operário, e um jornalista elegante tomando a alça do caixão das mãos calosas de um preto velho, e onde um poeta, mostrando a bela cabeça descoberta, inclinava-se para ouvir o ganguejar borracho de um sujeito sujo e hirsuto, foram detalhes estranhos a que acudiu a *multidão* curiosa, a eterna farejadora de emoções e de crimes, a ledora eterna dos romances alheios....multidão! A eterna alma das cidades [...].¹⁷

O fragmento acima é parte de um longo texto escrito por Enéias Ferraz, jornalista, funcionário do Ministério das Relações Exteriores e também escritor de romances, tais como: *História de João Crispim*, *Crianças Mortas* e *Adolescência Tropical*. Publicado em jornal de título *O País*, em 20 de novembro de 1922, intitulando-se *A Morte do Mestre*, o texto acima objetivava homenagear seu amigo de letras, o literato Afonso Henriques de Lima Barreto, no dia de seu enterro. O escrito é bastante rico no que diz respeito a detalhes e observações sobre aquele momento e sobre os indivíduos que participaram do acontecido, constando ainda de uma exposição primorosa da arquitetura das casas e ambiente suburbanos, digna de muitas das descrições feitas pelo homenageado, em seus romances sobre esse lado da cidade do Rio de Janeiro.

A vinda de outros segmentos da população para o subúrbio, no dia do enterro, como é o caso do senador e do jornalista, denota que Lima Barreto era uma pessoa que circulava em

¹⁶ A expressão “povo” está associada, em Lima Barreto e neste tópico, à população pobre, trabalhadores e desempregados.

¹⁷LIMA BARRETO, 1956(d).

diferentes ambientes, que se relacionava com variados grupos sociais, constituindo uma teia de relações bastante complexa. Ao final de um dia de andanças, Lima Barreto sempre retornava para sua morada, no subúrbio, para a sua “Vila Quilombo”, como gostava de dizer, para seu “refúgio dos infelizes”, local onde se relacionava com os “seus”.

Mas o que se sobressai ao lermos tal texto-homenagem, todavia, são os elementos que ligam o escritor falecido a uma parcela da população, no caso, pobres, trabalhadores e desempregados dos subúrbios. Enéias Ferraz acabava por construir uma percepção, que se tornará bastante comum na crítica literária e na historiografia no decorrer dos tempos, acerca da vida e obra de Lima Barreto: a de uma relação intrínseca entre o literato e os pobres, objeto de seus estudos; ou mais precisamente, a existência de uma simpatia pelos mesmos, desprovida de qualquer conflito.

Quando descreve os presentes no enterro, Enéias Ferraz indica as origens sociais, as vestimentas e os trabalhos dos moradores do subúrbio, e que de alguma forma, também aparecem nos romances e demais escritos de Lima Barreto. Essas ideias que o vinculam aos pobres (que têm sua mesma cor, são negros, e sua mesma origem de classe, ou seja, pobres) e desfavorecidos têm se tornado uma constante na historiografia, porém, tal relação, a nosso ver, não tem sido problematizada, ou mesmo relativizada com a devida acuidade, criando um aspecto que dá a entender que são ignorados os conflitos ali existentes, criando uma memória sacralizada e intocável sobre o escritor, senão, uma espécie de destino manifesto, a de que o literato pobre, preto e suburbano só poderia escrever sobre seus “iguais”.

Os escritos de Lima Barreto, é bem verdade, debruçaram-se em dar visibilidade a sujeitos até então silenciados pela literatura de seu tempo, em que determinados segmentos da população, ou não apareciam, ou quando se faziam presentes, eram quase sempre marcados pelo aspecto da indiferença e do preconceito, a exemplo dos pobres e trabalhadores que moravam nos subúrbios. Segundo Alfredo Bosi: *“o marginal de Lima Barreto não é o mesmo dos naturalistas, sempre à beira do patológico: é o intelectual mulato, humilhado e ofendido; e do seu ressentimento impotente nasce a potência de sua crítica social e política.”*¹⁸

Assim é que Lima Barreto impregnava sua narrativa de outros sujeitos, em variados espaços, tratando da ocupação dos bairros, esquinas, e não somente das já tão conhecidas ruas do centro do Rio de Janeiro, embelezadas pelo projeto *Belle Époque*. Sua narrativa apontava para outros Brasis e outros personagens, sempre em relação com esse Brasil, tido e almejado como mais bonito, branco, oficial, socialmente desejado pelas elites.

¹⁸ BOSI, Alfredo. *Literatura e Resistência*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002, p. 256.

Lima Barreto construíra uma linha de pensamento, que sob vários aspectos, colocava em questão a viabilidade das teorias em voga como, por exemplo, as de cunho racial e biológico - que relegavam aos negros, e também aos pobres, os piores lugares, definindo-os como seres inferiorizados. Aqui, vale a pena citamos Renato Ortiz a respeito do período em que essas ideias ganham corpo e materialidade: “*que enquanto tais linhas de pensamento entravam em decadência na Europa no final do século XX, acabavam por se tornar hegemônicas em meio à intelectualidade nacional*”.¹⁹

Para o historiador norte-americano e especialista em História do Brasil, Thomas Skidmore, no período compreendido entre 1888 e 1914 (que corresponde ao momento em que Lima Barreto nasceu e tornou suas ideias concretas), predominaram teorias racistas de cunho biológico que influenciaram amplos setores da elite intelectual brasileira. Diz ainda que, 1888, além de ser o ano da abolição da escravatura no Brasil, era também o ano da publicação da obra *História da Literatura Brasileira*, de Sílvio Romero, considerada um marco no pensamento conservador brasileiro da época.²⁰

Lilia Moritz Schawarcz, analisando o modo como as teorias raciais europeias foram sendo incorporadas, adaptadas e ressignificadas pela nossa intelectualidade, percebe uma característica comum: a afirmação da inviabilidade do país enquanto nação, tendo em vista a mistura racial aqui existente que condicionava a população local ao atraso, e quando não, a extinção, devido aos males e vícios propiciados pela mestiçagem.²¹

Esses estudos realizados por Renato Ortiz, Thomas Skidmore e Lilia Schawarcz nos possibilitam pensar o momento e a forma pelas quais tais ideias adentraram o Brasil, e como a nossa intelectualidade conviveu com as mesmas: ora absorvendo-as sem críticas, ressignificando-as a fim de justificar suas práticas, ora criticando. É aqui que entra o nosso autor, com sua acintosa e veemente pena.

Contudo, é o caso de se perceber que não devemos ser inocentes, correndo o risco de cairmos na armadilha de só ver o lado iluminado de Lima Barreto, criando uma espécie de “herói”, com posicionamentos sempre coerentes. No estudo do sociólogo Sérgio Miceli acerca dos intelectuais brasileiros, dentre eles, o próprio Lima Barreto, há a seguinte ponderação:

¹⁹ ORTIZ, Renato. *Cultura Brasileira e Identidade Nacional*. São Paulo: Editora Brasiliense. 14ª. reimpressão, 2012, p.28.

²⁰ SKIDMORE, Thomas E. *Preto no Branco: raça e nacionalidade no pensamento brasileiro*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976.

²¹ SCHWARCZ, Lilia Moritz. *O Espetáculo das Raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil (1870-1930)*. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

O princípio subjacente à experiência social de Lima Barreto (bem como as tomadas de posição estéticas e políticas que dela resultam) reside na convergência de dois movimentos opostos, a saber, a familiarização com o universo da classe dirigente mediante a educação singular que recebeu por intermédio de seu padrinho, com todas as implicações que tal fato teve no tocante à percepção das alternativas de carreira, das amizades, das leituras, e, de outro lado, a permanência do vínculo à sua classe de origem. Essa dupla experiência permite-lhe apropriar-se das maneiras de pensar e sentir estranhas ao seu meio de origem e, ao mesmo tempo, permite-lhe assumir um ponto de vista objetivo acerca do mundo social a partir de sua primeira experiência desse mundo.²²

Partindo dessa percepção de Miceli, e nos amparando no conjunto de escritos de Lima Barreto (romances, diário e correspondências), analisaremos a complexidade de seu pensamento acerca da temática dos pobres, principalmente daqueles de cor, e como o autor vivenciou isso, nem sempre de forma linear, única e simpática, e sim contraditória.

Nossa hipótese, que já começou a ser testada, é a seguinte: a trajetória de Lima Barreto é marcada por contradições diversas, e longe de voluntarismo, simpatia e piedade para com os pobres, ele estabelece versões sobre os mesmos, donde críticas ferrenhas também são tecidas a essa parcela da população. Embora também fosse morador do subúrbio, Lima entendia que o domínio das letras o tornava diferente, desse modo, nem se via igual ao pobres, nem se sentia coadunado com os modos de vida das elites de Botafogo, por exemplo. Desse modo, o título atribuído ao tópico: *Ser povo, e não ser do povo: Lima Barreto, um homem no seu tempo*.

Aqui, valem as pistas metodológicas fornecidas por Norbert Elias na pesquisa em que desenvolveu sobre um músico e compositor, uma espécie de estudo biográfico, afirmando o seguinte: “*Mozart viveu a ambivalência fundamental do artista burguês na sociedade de corte, que pode ser resumida na seguinte dicotomia: identificação com a nobreza da corte e seu gosto; ressentimento pela humilhação que ela lhe impunha.*”²³

Lima não viveu em uma sociedade de corte, nem sequer escreveu quando o Brasil era governado por uma monarquia, todavia, tal estudo nos interessa tendo em vista que nos possibilita uma análise sobre a ambivalência vivida por esse sujeito. Tem-se, aqui, o conflito do intelectual com o meio em que nasceu, viveu, tomou contato, e por isso, conseguiu atribuir materialidade à sua produção.

Mozart era artista burguês na sociedade de corte, e com ela identificado. Apesar de ter experimentado uma incipiente valorização do seu talento, praticamente toda sua capacidade criativa era vista de forma negativa pela aristocracia, com quem conviveu até

o

²² MICELI, Sérgio. *Intelectuais à Brasileira*. São Paulo: Companhia das Letras, 2001, p.35.

²³ ELIAS, Norbert. *Mozart: sociologia de um gênio*. Tradução: Sérgio Góes de Paula. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editora, 1995.

fim de sua vida. Já Lima Barreto, de classe média em franca decadência, toma parte no conjunto de saberes acessados e disponibilizados, por meio de instituições da elite, produzindo um saber marcadamente burguês (cuja forma de expressão é o romance), porém, indicando em seu conteúdo, certa contradição com tal mundo e classe, escrevendo sobre outras regiões, espaços, grupos sociais e segmentos da população.

O caso de Lima Barreto e de seus pais, João Henriques e Amália Augusta, é bem peculiar. João Henriques, ao que tudo indica, era filho de uma lavadeira negra e de um português madeireiro, que não lhe reconheceu a paternidade. Chegou a estudar, e tinha por ambição ser doutor. Frequentou o Instituto Comercial da Corte, antiga aula do comércio, onde formou as bases para seus estudos de humanidades e língua francesa, aprendendo o ofício de tipógrafo. Não conseguiria, todavia, prosseguir nos estudos para cursar a tão desejada faculdade de medicina, acabando por projetar o sonho do diploma de doutor para o filho, Lima Barreto.

Seria justamente na condição de tipógrafo que João Henriques iria trabalhar em dois periódicos, *Jornal do Commercio* e *D' Reforma*. Nesse último, travaria contato com os homens “nobres” do Império, a exemplo de Cesário Alvin e Visconde de Ouro Preto, tornando-se, esse último, não só padrinho de seu casamento, como também de seu filho, de nome bastante semelhante.

Já a mãe, viveu na casa de pessoas brancas, de posses, que resolveram educá-la como integrante da família. Talvez seja por isso que alguns biógrafos, a exemplo de Francisco de Assis Barbosa, tenham cogitado se a mesma não seria filha de um dos herdeiros da família Carvalho Pereira. Enfim, foi justamente tal relação, que possibilitou a Amália Augusta os estudos e a obtenção do título de professora, chegando a fundar uma escola após seu casamento, nas proximidades do bairro das Laranjeiras.

Lima Barreto não tivera uma trajetória diferente dos pais no que diz respeito a educação. Estudou nas melhores escolas do Rio de Janeiro, ingressou na Politécnica, não terminando o curso de engenharia por motivos vários. Seus estudos, ao que tudo indica, foram custeados pelo padrinho, como afirmou Francisco de Assis Barbosa, em um estudo biográfico sobre o autor, denominado *A vida de Lima Barreto*.²⁴

Na escola, Lima Barreto não passava de um aluno como outro qualquer no que diz respeito aos estudos, era aprovado, mas sempre com muito sacrifício, chegando mesmo a reprovar disciplinas. As ciências exatas pareciam não lhe motivar, a ponto do garoto não

²⁴ BARBOSA, Francisco de Assis. *A Vida de Lima Barreto (1881-1922)*. 3ª. edição. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2012.

dedicar-se de corpo inteiro; sem falar que o ambiente da escola não lhe agradava, causando-lhe tormentos, talvez por conviver com pessoas de posição social abastada, brancas e ricas.

Afonso Henriques de Lima Barreto ingressou na Escola Politécnica, localizada no Largo do São Francisco de Paula, em 1897. Pretendia formar-se em engenharia, objetivo esse que visava satisfazer, em parte, os anseios do pai, que almejava ver o filho ascender socialmente pelo saber, tal como vemos no protagonista do romance por ele criado, *Recordações do Escrivão Isaías Caminha*.

Assim, a trajetória da família Barreto era marcada pela perspectiva da ascensão social, via conhecimento formal, não sendo estranho que os três estiveram em espaços que lhes propiciaram tal experiência. E mais, tal perspectiva era uma das formas assumidas e encontradas pelas famílias afro-brasileiras livres, como bem ponderou Lilia Moritz Schwarcz, de garantir não só a liberdade jurídica, mas também a social, sendo essa última mediada pela educação.²⁵

Todavia não podemos esquecer que, para Lima Barreto, a questão ganhava outras nuances, sendo que esse ponto, para o bem ou para mal, fará parte do universo temático do autor, ora vendo os estudos como possibilidade de ascensão social, ora criticando como as coisas aconteciam na prática, marcadas pelo preconceito e manutenção do *status quo* dos grupos sociais já favorecidos.

Em sua trajetória nas instituições de ensino, Lima Barreto parecia não ter tendências para o mundo prático das ciências exatas, preferindo passar horas a fio na Biblioteca Nacional, estudando filosofia, ou autores, tais como, Kant, Spencer, Renan, Comte, Condillac, Condorcet e Le Bon; ou literatura estrangeira, os russos como, por exemplo, Tolstói, Dostoiévsky, para não esquecermos os franceses, Zola, Flaubert, ou os ingleses, do porte de um Dickens - e assim, o aspirante a literato ia construindo seu acervo, suas referências, e por que não, seu mundo intelectual.

Também é verdade que, se por um lado o mundo da Politécnica o deixava confuso e retraído, foi lá também onde Lima tomou contato com alguns indivíduos que se tornaram seus grandes amigos de letras, a exemplo de Otávio Kelly, Américo Ferraz Castro, Manuel Ribeiro Filho, Ricardo Greenhalgh Barreto, Caio Guimarães. Lá também travara conhecimento com Bastos Tigres, tendo ambos militado no jornal de estudantes, de nome *Lanterna*. Será em tal jornal que o autor tomaria seus primeiros contatos com o mundo das letras, testando sua escrita, primeiramente jornalística, para em seguida tatear o universo da ficção.

²⁵ SCHWARCZ, Lilia Moritz. *Lima Barreto: triste visionário*. São Paulo: Companhia das Letras, 2017, p. 47.

No início desse processo, quando ainda estava a ocupar os bancos da Politécnica, o autor manifestaria alguma incerteza quanto ao rumo a tomar no diz respeito ao mundo das letras. Digo isso porque através do seu *Diário*, Lima Barreto teria manifestado certo conflito, e até mesmo dúvidas no que diz respeito a qual carreira seguir, ora não sabendo se enveredava pelo ensaísmo de cunho sociológico, ou pelos estudos históricos, ora manifestando interesse em escrever uma história da escravidão negra no Brasil e suas influências em nossa nacionalidade.

Embora não tenha feito nada disso efetivamente, suas percepções sobre a escravidão e seus tateios pelo universo das ideias sociológicas, filosóficas e históricas, ficaram diluídas nas visões de mundo dos seus personagens, em sua escrita de cunho ficcional e não ficcional.

Lima Barreto escreveu sobre homens de cor, pobres e suburbanos, mas também se debruçou sobre personagens outros, alguns dos quais foram até protagonistas em suas obras literárias - Policarpo Quaresma e Gonzaga de Sá. Esse último, além de branco, tinha origem nobre, pertencendo a quarta geração do fundador do Rio de Janeiro, Mem de Sá.

Aqueles que um dia foram chamados de “grandes homens”, “heróis da República” também foram alvos de sua pena, ou do contrário, estaríamos esquecendo o Marechal Floriano Peixoto e sua risível caricatura tão bem construída pelo autor no seu *Triste Fim de Policarpo Quaresma*. Há também em seus escritos, personagens que foram cogitados como possíveis caricaturas do Barão do Rio Branco, representado no romance *M. J. Gonzaga de Sá*, como Juca Paranhos; os literatos Coelho Neto e João do Rio, por sua vez, apresentam-se como Viega Filho e Raul Gusmão, respectivamente, em *Recordações do Escrivão Isaías Caminha*. Vale lembrar que ambos os escritores do jornal *Correio da Manhã*, na ficção, pertenciam ao jornal *O Globo*.

Com tom sempre agressivo, mesclando sarcasmo e humor, Lima Barreto desferia suas críticas mais ácidas sobre essas figuras, inaugurando, através do seu romance de estreia, uma literatura que, no limite, se materializaria na base do contra, tomando como alvo o jornalismo burguês e de fachada, como gostava de afirmar, a República com seus políticos parasitas, a cultura da imitação e as teorias raciais que condenavam os negros ao desaparecimento.

Sobre a espacialidade de seus escritos, o foco se desdobra sobre o subúrbio, mas também escreveu sobre outras regiões da cidade: Botafogo, Petrópolis, Copacabana, Laranjeiras, Glória, Leme. Todos esses lugares são alvo de sua crítica (perpassando, por exemplo, o romance *Vida e Morte de M.J. Gonzaga de Sá*) nas suas crônicas e contos. Bairros próximos e distantes são representados, mostrando como o autor era um andarilho, assim

como seus personagens, sempre a percorrer distâncias consideráveis, atravessando a cidade de ponta a ponta, a pé, ou de bonde. Na verdade, a rua era o palco de seus escritos.

Entretanto, seria em Botafogo que o autor, ao fim de sua vida, e a seu pedido, buscaria o descanso eterno no Cemitério São João Batista, localizado na região que tanto criticou. Mais um indício de que, longe de opiniões unívocas, Lima Barreto era um indivíduo, como qualquer outro, com vontades, desejos, simpatias, antipatias, coerências, e por que não, incoerências. Do contrário, seria a vida apenas um conjunto de situações e posições tomadas sempre de forma homogênea e desprovida de vacilações, algo que a nosso entender, não se configura e não tem sustentação na concretude da vida.

Lima Barreto e seus escritos eram assim: recheados de ironias, sarcasmos, deboches, contradições, acertos, ideias fortes e recorrentes, idiossincrasias, angústias, sofrimentos - porque uma vida comporta tudo isso. Daí, então, nossa intenção em mostrar essas ambivalências que dimensionam e dão materialidade a sua existência e sua literatura, sem esquecermos que, no limite e em última instância, ele sempre tomava uma posição de classe.

Todavia, percebemos que mesmo passadas algumas décadas, possibilitando uma análise menos apaixonada e mais afeita a critérios racionais e críticos, construções literárias acerca do autor continuaram, que é o da inevitabilidade do escritor pobre, negro e morador do subúrbio se debruçar sobre os “seus”, numa escrita marcada pela simples simpatia, sem espaço para a compreensão dos conflitos em torno dessa relação. Contudo, não podemos deixar de lembrar que nesse processo, muito contribuiu a própria construção de si, feita pelo autor, através da materialidade de seus diversos textos, em especial, seu *Diário*.

O impacto disso começa ao final dos anos de 1940, quando um novo fôlego em torno de suas obras vai se desenvolvendo, principalmente no terreno da crítica literária, deixando o caminho aberto para que pesquisadores de outras áreas como, por exemplo, da história, pudessem dar sua contribuição.

A construção de uma relação quase voluntarista entre o intelectual Lima Barreto e aqueles que foram não só objeto de seus escritos, mas também pessoas que conviveram com ele nos subúrbios do Rio de Janeiro das primeiras décadas do século XX, foi, e ainda é muito persistente. Lúcia Miguel Pereira, uma das grandes estudiosas do autor, afirma o seguinte:

O subúrbio, que aparece pela primeira vez levando-se em conta a publicação, e não a composição de seus livros – lhe forneceu muitos dos melhores temas. A gente que

mais amou, a que considerou como sua, morava nas sólidas casas bordejando ruas sonolentas nos barracões ladeando estradas sulcadas pelas chuvas.²⁶

A contribuição de Lúcia Miguel Pereira para o que, a partir de então, veio a se constituir em tentativas, por sinal, muito bem sucedidas de “resgatar” a fortuna crítica dos escritos de Lima Barreto, é inegável. A partir desse movimento, foram surgindo análises que tomaram o autor e seus escritos como objeto de vastas pesquisas.

Mas como se vê, esse texto-referência de crítica literária, estabelece aquela relação referida entre Lima Barreto e os pobres, caracterizando uma situação amplamente harmoniosa. Porém, o que se observa em seus escritos, é que Lima Barreto “amou”, mas também “censurou”, avaliando de forma crítica seus vizinhos suburbanos, mostrando certa inquietação com o comportamento e os modos de vida daqueles com quem compartilhava a vida. Através do narrador de *Triste Fim de Policarpo Quaresma*, o autor arremata:

A tarde se aproxima e as *toilettes* domingueiras já apareciam nas janelas. Pretos com roupas claras e grandes charutos, grupos de caixeiros com flores estardalhantes; meninas em casas bem engomadas; cartola antiluvianas ao lado de vestidos pesados de cetim negro, envergados, em corpos fartos de matronas sedentárias; e o domingo aparecia assim, decorado com simplicidade dos humildes, com a riqueza dos pobres e a ostentação dos tolos.²⁷

À medida que buscava certa proximidade, também se afastava. Sentia “*simpatia*” pelos pobres, como afirmou a autora, porém, não era incondicional, e nem deveria ser. O subúrbio era projeto literário particular e íntimo, era a espacialização central onde figuravam seus personagens, colocando essas “bandas” da cidade no centro da literatura nacional; mas era também aquilo que Lima queria se distanciar. Vejamos o que dizia da relação entre os populares e ele, em seu *Diário Íntimo*:

Eu tenho muita simpatia pela gente pobre do Brasil, especialmente pelos de cor, mas não me é possível transformar essa simpatia literária, artística, por assim dizer, em vida comum com eles, pelo menos com os que vivo, sem reconhecerem a minha superioridade, absolutamente não tem por mim nenhum respeito e nenhum amor que lhes fizesse obedecer cegamente.²⁸

²⁶ PEREIRA, Lúcia Miguel. *Escritos da Maturidade*: seleção de textos publicados em periódicos de 1944 a 1959. Rio de Janeiro: edições da Biblioteca Nacional, 2005, p. 254.

²⁷ LIMA BARRETO, 1956(f).

²⁸ LIMA BARRETO, 1956(c), p. 22.

A leitura de um Diário é uma das formas pelas quais podemos visualizar o modo como as pessoas dão sentido a sua existência, e também o modo como querem que nós as vejamos; isso fica bastante claro quando o próprio autor inicia a escrita de seu livro íntimo.²⁹

Embora o escritor tenha reivindicado por algumas vezes o caráter combativo e missionário da literatura, de um escrito marcado pelo viés militante, é necessário pensarmos a dimensão das formas pelas quais os indivíduos, intelectuais ou pessoas públicas, de uma forma geral, criam uma ideia de si a partir de seus escritos. Correspondências e diários íntimos podem nos dar uma medida da forma pela qual os indivíduos se veem e como querem ser vistos no presente, mas principalmente, na posteridade, como nos ensina Ângela de Castro Gomes.³⁰

Aqui, o intelectual também denota algum tipo de proximidade para com os pobres, seja em virtude de conviver com eles no mesmo ambiente do subúrbio, seja por causa da cor que possui semelhante a de muitos dos seus vizinhos, seja pela sua condição de classe. Porém, a distância entre eles se estabelece no campo das letras, porque Lima Barreto se vê como detentor do poder da palavra, de um conjunto de saberes formais, e os outros não. O autor não fugia do universo mental da intelectualidade da época, que acreditava na capacidade de interferência no social e nas grandes questões de seu tempo; ainda que por saídas diferenciadas dos seus pares, mas que, no limite, todos queriam opinar, ser escutados, e assim, fazer parte do destino que nação deveria tomar.

Daí se poder interpretar também, que em vista dessa diferenciação, da “superioridade”, sente-se “magoado” pela ausência de reconhecimento, pois a gente que o rodeava, e até convivia com ele, em sua própria casa, não o respeitava enquanto homem de letras. Isso fica patente quando o literato cobra uma espécie de amor e obediência cega. Mas será que caso fosse obedecido e respeitado poderia vir a ter uma vida em comum com eles? Ou seus dilemas extrapolam essa almejada obediência?

Essa sensação de desconforto que o autor sentia, não para por aqui. Lima Barreto também tecia críticas aos seus familiares, àquelas pessoas que de alguma forma faziam parte

²⁹ Diz, Lima Barreto: “*Hoje, pois, como não houvesse assunto, resolvi fazer dessa nota uma página íntima, tanto mais íntima que é de mim para mim, do Afonso de vinte e três anos para o Afonso de trinta, de quarenta, de cinquenta anos. Guardando-as, eu poderei fazer delas como pontos determinantes da trajetória da minha vida e do meu espírito, e outro não é o meu fim. Aqui bem alto declaro que se a morte me surpreender não permitindo que as inutilize, peço a quem se servir delas que se sirva como o máximo cuidado e descrição, porque mesmo no túmulo eu poderia ter vergonha.*” Aqui, uma tentativa do autor em criar uma visão de si, porque há uma preocupação de como as pessoas poderiam vir a interpretar suas ideias, afirmando a possibilidade de sentir vergonha pelo que expressou em sua intimidade. É pensando nisso, que cogita, num determinado momento, a destruição do diário.

³⁰ GOMES, Ângela de Castro. A Título de Prólogo. In: _____. (org.). *Escrita de Si, Escrita da História*. Rio de Janeiro: Editora FGV, pp. 07-24, 2004.

de sua família por mecanismos não consanguíneos. Aqui, vale a pena relatar o que ele manifestou em seu *Diário* sobre a segunda companheira de seu pai (Prisciliana), sobre o filho dela (cujo nome não aparece) e sobre uma amiga de sua irmã que morava na vizinhança (Paulina):

O espetáculo circundante nada apresenta de novo. Ontem, eram onze, eu estava no meu quarto, escrevendo, passou um pequeno da vizinhança. Chegando em frente à nossa casa, deu boas-noites. Pelo jeito, pareceu-me que o dera para minha irmã ou para a tal Paulina, que é uma vulgar mulatinha, muito estúpida, cheia de farofas de beleza e de presunção, que é ou pode ser namorada. Achei aquilo inconveniente. Que um sujeito passando por uma casa fechada, desses boas-noites a moças recolhidas num quarto de dormir. Nesse sentido, inquiri minha irmã que desmentiu.

Há em minha gente toda uma tendência baixa, vulgar, sórdida. Minha irmã esquecida que como mulata quer se salvar, deve ter um certo recato, uma certa timidez, se atira ou se quer atirar a toda espécie de namoros, mais ou menos mal intencionados, que lhe aparecem. Até bem pouco era na casa do tal Carvalho, onde se reúnem toda a espécie de libertinos e vagabundos; cortei essas relações. Agora é na casa do idiota do Sardinha, casa de positivista, o que quer dizer fábrica de namoros. Se minha irmã não fosse de cor, eu não importaria, mas o sendo dá-me cuidados, pois que de mim para mim, que conheço essa nossa sociedade, foge-me o pensamento ao atinar porque eles as requestam.

A Paulina é vulgar e chata como um percevejo, e a meu pai nunca perdoarei essa ligação com essa boa negra Prisciliana, que grandes transtornos trouxe a nossa vida. A uma família que se junta uma outra, de educação, instrução, inteligência inferior, dá-se o que se dá com um corpo quente que se põe em contato com um meio frio; o corpo perde uma parte do seu calor em favor do ambiente frio, e o ambiente, ganhando calor esfria o corpo. Foi o que se deu conosco. Eu, entretanto, penso me ter salvo.

O filho da tal negra despediu-se do emprego em que o pus para ficar em casa escrevendo versos. É o que se dá comigo e me faz dia e noite sangrar de dor.³¹

Como podemos observar, não se trata aqui de um texto de análise jornalística sobre a sociedade de modo geral; e sim, uma escrita sobre a intimidade, as relações pessoais e familiares, sobre aquilo que afeta diretamente o futuro pessoal do literato e dos seus. Uma jovem negra não é vista do mesmo modo que uma branca na vida social, Lima Barreto temia pelo nome e honra da irmã, assim como nos faria ver em seu romance *Clara dos Anjos*.

O destino ao qual estavam relegadas as mulheres de cor, e essa apreensão sentida no que concerne a condição experimentada e vivenciada pelas mulheres negras, serão constantemente revisitados pelo autor em seus diversos textos, e o que mais o enfurecia era o fato das mesmas serem vistas e tratadas, no seu entender, pelo homem branco, como fêmeas suscetíveis e fadadas a satisfação sexual.

³¹ LIMA BARRETO, 1956(c), p. 32.

O fragmento também nos mostra as ambiguidades que marcam o pensamento do autor, que longe de qualquer constructo a expressar harmonia e simpatia para com os pobres, demonstra certo incômodo, especialmente quando aparece o desajuste entre as formas pelas quais o autor desejava viver com seus familiares, e a forma como a realidade estava se apresentando.

Escapa, do *Diário*, dos escritos de intimidade, no momento de forte indignação, aquilo que o autor tanto criticou: as adjetivações que recorriam a cor da pele, pelas quais ele mesmo foi alvo, reproduzindo-as, quando chama a amiga de sua irmã de *mulatinha vulgar e estúpida*, e quando usa o termo, *boa negra* para se referir a Prisciliana, companheira de seu pai. Na verdade, os termos “boa negra”, ou “bom negro”, aparecem constantemente como caracterizações de personagens em seus romances.

Tais caracterizações eram, e ainda hoje são utilizadas, tendo significados ambíguos. Embora tenha como um de seus desdobramentos certo “racismo” velado, fazendo associações entre comportamento e cor de pele (Paulina é mulata, logo estúpida e vulgar), deve-se levar em conta que Lima Barreto é um homem localizado em seu tempo – tempo em que o natural, o nível de normalidade, era fazer esse tipo de associação, muito embora em toda a sua produção literária, o que lhe confere é a crítica ferina as teorias raciais.

Nesse escapar das palavras, o “preconceito” é sutilmente reproduzido pelo romancista, quando o adjetivo “boa” antecede a palavra “negra” - ora, negros são bons ou maus como qualquer outra pessoa, mas essa forma de caracterização somente aparece a eles, e não aos brancos. Sendo que tanto os termos “bom” e “boa”, antecidos de negro e negra, respectivamente, são portadores de uma significação que reverbera facilmente em resignação e numa conduta de passividade.

Vale enfatizar o seguinte: não podemos esquecer que o autor escreve no momento em que tais vocábulos são recorrentemente utilizados, não sendo estranho que ele mesmo o fizesse, até porque o regime escravista não foi somente uma questão pautada única e exclusivamente sobre as relações de trabalho, mas dimensionou e constituiu todo um universo econômico, político e também cultural, refletindo nos modos de agir, pensar e dizer as coisas, moldando comportamentos.

Acreditamos que o fragmento, como um todo, aponta para uma questão que pontua a inadequação do autor para com os mundos vivenciados e experimentos por ele – Lima Barreto se via como diferente, seja para com seus vizinhos empobrecidos, em termos de sua formação livresca e intelectual, mas também com relação a classe que vivia lá no centro urbano do Rio de Janeiro, os burgueses e aristocratas das regiões ricas da capital republicana.

Nossa ideia é desconstruir os constructos que ainda hoje aparecem em trabalhos recentes sobre o autor, e que guardadas as tentativas sempre louváveis de trazer seus escritos para o centro do debate, não teve a acuidade de fazer as relativizações necessárias, tendo em vista que os critérios de escolha analítica, pautaram-se em certos escritos em detrimento de outros.

Esse foi o caso em que se materializou a dissertação de mestrado de José Carlos Henrique Gileno, intitulada *Lima Barreto e a condição do negro e do mulato na Primeira República*, defendida no ano de 1997, que ao retratar a problemática da exclusão e do preconceito racial nas primeiras décadas do século XX, objetivando elucidar a história do negro e do mestiço depois da abolição, e a partir da trajetória do autor³², esqueceu-se de analisar seus escritos íntimos (*Diário Íntimo*), perdendo de vista as delicadas, senão complicadas, confissões de racismo manifestadas por Lima Barreto, deixando, por isso, de problematizar as contradições que constituem e dão materialidade ao pensamento de todo e qualquer sujeito.

Em situação semelhante, tem-se a dissertação de mestrado de Raphael Frederico Acioli Moreira da Silva, defendida em 2002, intitulada *A moléstia da cor: a construção da identidade social de Lima Barreto (1881-1922)*, que pretendendo analisar o processo de reformulação da identidade social de Lima, no contexto do pós-abolição e da recém-instaurada República, através do combate que fazia às representações afro-descendentes, marcadas pelo aspecto da animalidade e sensualidade, estereótipos que significaram, para o literato, pontos de partida de uma discussão, ao mesmo tempo, íntima e pública sobre a traumática inserção dos negros na história brasileira – envereda pelo lado sempre coerente e acertado do literato.³³

Ora, sem dúvida, como já afirmamos, Lima Barreto foi um dos grandes contestadores do racismo vigente em sua época, mas ignorar os escritos íntimos do autor, deixando, com isso, de perceber as contradições e ambivalências de suas tomadas de posição, é perder a precisão analítica da essência humana.

Embora os resquícios de “racismo” tenham soprado dos escritos íntimos de Lima Barreto, isso não reduz a batalha que o literato teve para combater esse mal, que tinha grande

³² GILENO, Carlos Henrique. *Lima Barreto e a condição do negro e do mulato na Primeira República*. Dissertação (Mestrado) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. Universidade de Campinas, Campinas, 1997.

³³ SILVA, Raphael Frederico Acioli Moreira da. “*A moléstia da cor*”: *a construção da identidade social de Lima Barreto (1881 – 1922)*. Dissertação (Mestrado). Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. Universidade de Campinas, Campinas, 2002.

força em seu tempo (legitimado pela ciência³⁴), e que, infelizmente, é parte da história brasileira. Isso fica evidente no romance *Recordações do Escrivão Isaías Caminha*, através do personagem principal em que denuncia o modo como os brancos caracterizavam a população negra:

Para ele, como para toda a gente mais ou menos letrada do Brasil, homens e mulheres do meu nascimento são todos iguais, mais iguais ainda que os cães das suas chácaras. Os homens são uns malandros, planistas, parlapatões quando aprendem alguma coisa, fósforos dos politicões; às mulheres a noção aí é simples são naturalmente fêmeas.³⁵

Daí entendermos que Lima Barreto, mesmo uma voz dissonante e crítica de seu tempo, colocando sob suspeita as teorias raciais que condenavam pretos e pobres a situações de degradação social, não estava totalmente isento de tais constructos. Carregando consigo o aspecto do humano, convivia com os pobres de forma sempre ambivalente, aspecto típico do momento que viveu e escreveu, um período marcadamente de transição.

Nessa mesma linha de raciocínio, tem-se a ideia manifestada pelo literato de que haveria em sua gente, toda *uma tendência baixa, vulgar e sórdida*, vendo ainda como negativa a união entre seu pai e Prisciliana, atribuindo a isso a responsabilidade pelos transtornos que sua família adquiriu com tal relação. O que parece ser o tom dessa questão, era a disfunção gerada pela união entre uma família com formação intelectual com outra sem formação alguma nesse campo.

Ao fazer uso da “metáfora dos corpos” para explicar uma suposta desigualdade entre as famílias no que concerne aos comportamentos (aqui valer dizer que o autor recorre a uma lei geral comum ao positivismo, teoria que tanto criticou), sua família teria sido prejudicada em detrimento da outra no momento da “mistura”: mais uma vez o autor manifesta um sentimento de diferenciação, vendo-se superior, em termos intelectuais.

Insisto na questão da formação porque é justamente nesse aspecto que o autor explicitou, novamente de forma contraditória, o que pensava sobre filho de Prisciliana, que saíra do emprego para ficar em casa escrevendo versos. Vale destacar, todavia, que não podemos esquecer o modo como o autor manifestou tais pensamentos: num contexto de muitas dificuldades, principalmente de ordem financeira, quando o pai se encontrava em ascendente processo de “loucura”. Sendo o filho mais velho, Lima tornava-se, agora, o

³⁴ Para ler mais sobre o discurso científico-racista do final do século XIX e início do XX, no Brasil, ver: SCHWARCZ, 1993.

³⁵ LIMA BARRETO, Afonso Henriques de. In: BARBOSA, Francisco de Assis (org.). *Recordações do Escrivão Isaías Caminha*. 9ª Edição. São Paulo. Editora Brasiliense, 1983.

responsável por todos que moravam em sua casa, ocupando, inclusive, a condição de arrimo de uma família numerosa, cuja preocupação central se tornou um possível destino de degradação social que a mesma poderia ser levada, quando demonstra grande apreensão com o comportamento de sua irmã, ou mesmo de seu irmão, que passou a furtar seus livros para adquirir algum dinheiro para si.³⁶

Porém, é esse mesmo Lima Barreto que ao construir o personagem Isaías (estudante negro e pobre), denuncia as arbitrariedades vividas. Aqui, o caso de um delegado de polícia que quando questiona o protagonista sobre sua profissão, tem uma mistura de irritação e riso com a resposta do rapaz, parecendo lhe dizer: “*negros não podem estudar, ou não tem qualidades mentais para isso. Estudo é para brancos*”.

Esse sentimento com relação ao tipo de resposta das “autoridades”, seria expresso num conto publicado na revista *Careta*, em 08/01/1921, nomeado *Meu Carnaval*, em que o literato descreve uma força policial a patrulhar a festa, acabando por criar uma caracterização totalmente depreciativa e caricata dos seus membros:

Eram de diversas cores, formando uma escolta, cujo comandante, um cabo, era um preto. E que preto engraçado! Desengonçado, pernas compridas e arqueadas, pés espalhados – era mesmo um macaco. A farda, blusa e calça, estava toda pingada; o cinturão subiram-lhe até quase ao peito....Enfim, era um verdadeiro jagodes, um Judas.³⁷

Esses elementos justificam nosso tópico quando afirmamos a ideia de que Lima Barreto não vive uma relação harmoniosa, nem totalmente simpática, com aqueles sobre os quais escreveu e conviveu. O policial aqui, de baixa patente, possivelmente era também morador do subúrbio, mas queria impor uma autoridade, através da simbologia da farda, que não corroborava com seu aspecto visual.

Vemos também que a questão da cor novamente aparece, pois é um elemento muito sensível ao literato, não sendo estranhas as várias denominações usadas pelo mesmo para caracterizar seus personagens, geralmente descendentes de escravizados, ou de negros livres, usando os seguintes termos para descrevê-los: moreno, azeitonado, pardo, mulato, mestiço, negro, preto - ele mesmo se identifica usando essas expressões, ora vendo-se como mulato, ora de cor azeitonada.

³⁶ LIMA BARRETO, 1956(c), p. 39.

³⁷ É possível encontrar esse texto (O Meu Carnaval) numa coletânea de contos, organizada por Francisco de Assis Barbosa, Antônio Houaiss e M. Cavalcanti Proença, presente na seguinte obra: LIMA BARRETO, Afonso Henriques de. In: BARBOSA, Francisco de Assis (org.). *Vida e Morte de M. J. Gonzaga de Sá*. 2ª Edição. São Paulo. Editora Brasiliense, 1961, p. 243-246.

Entretanto, nesse caso, não seria razoável, nem coerente, entender tais caracterizações como mera reprodução do preconceito, tendo em vista que talvez o autor quisesse trazer à tona esse universo de cores “em constituição”, pondo às vistas, após o fim do trabalho compulsório, as sinuosidades da cor e os limites que se abriam como processo de negociação, em que homens e mulheres faziam leituras de seu cotidiano jogando com a flexibilidade que tais caracterizações refletiam na sociedade, a fim de barganhar algum tipo de melhoria em suas vidas. Afinal, não podemos esquecer que até pouco tempo, as populações afrodescendentes eram homogeneizadas sob o crivo do “negro”, imediatamente associado ao escravo.

Retomando ao diálogo entre o protagonista Isaías, e o delegado de polícia, quando esse insinuava que os estudos eram apenas para brancos, pois negros não teriam qualidades mentais para tal empreitada, Lima Barreto mostra as ambivalências e contradições que a cor e a condição de classe implicavam em seu tempo, jogando, por outro lado, sua cartada para a formação intelectual, um meio de ascender socialmente, e uma forma na qual poderiam ser “mascarados” os estigmas vigentes.

O protagonista de *Recordações do Escrivão Isaías Caminha* objetivou o sonho de viver na cidade grande para se tornar doutor. Mas veja-se: essa era a forma por ele encontrada para se redimir do pecado do nascimento. É o próprio Isaías quem fala no fragmento abaixo:

Ah! Seria doutor! Resgataria o pecado original do meu nascimento humilde, amaciaria o suplício premente, cruciante e omnímido de minha cor... Nas dobras do pergaminho da carta, traria presa a consideração de toda gente. Seguro do respeito à minha majestade de homem, andaria com ela mais firme pela vida em fora. Não titubearia, não hesitaria, livremente poderia falar, dizer bem alto os pensamentos que se estorciam no meu cérebro. O flanco que a minha pessoa, na batalha da vida, oferecia logo aos ataques dos bons e dos maus, ficaria mascarado, disfarçado [...].³⁸

A tese principal do romance se volta para a trajetória de um jovem mulato, morador numa localidade do interior, que sonha ir para a cidade grande estudar e tornar-se doutor, mas chegando ali, vê ameaçada a concretização de seus sonhos, isso porque barreiras de todo tipo lhes serão impostas, desde as relações de apadrinhamento e favor imaginados, que não ocorrem, até o preconceito de cor³⁹ com o qual se depara.

³⁸ LIMA BARRETO, 1983, p. 35.

³⁹ Embora não se possa deduzir que houve uma transposição da vida de Lima Barreto para o personagem Isaías Caminha, algumas características entre os dois se assemelham. É o caso do preconceito racial. O autor, por inúmeras vezes, relata essa experiência, localizando em seus escritos a situação social dos negros, que continuavam relegados as piores oportunidades, mesmo com fim da abolição e a recém-instauração da República.

Como fica caracterizado na fala do protagonista, o título de doutor esconderia sua origem e amenizaria os preconceitos que possivelmente poderiam surgir. Significava, aqui, um disfarce para sua origem de cor e de classe, e assim, a remissão do pecado original do nascimento. O protagonista do romance que vinha disposto a se “branquear” (com o título), experimenta uma realidade devastadora, fazendo com que Isaías repensasse sua situação de homem pobre e de cor, em meio aos brancos de condição social abastada. Nada mais coerente, tendo em vista que uma das características do racismo *made in Brasil*, é que os condicionantes de classe, em grande medida, definem a cor do indivíduo, não sendo estranho que quanto mais pobre, mais negro. Por outro lado, aqueles que conseguem ter uma condição social abastada, tornam-se quase “brancos” entre os brancos.

Daí não podermos negar que ainda hoje essa matização, ou gradações das cores, é algo extremamente complexo num país em que as relações raciais sempre foram travestidas de pacíficas, pela inexistência de leis segregacionista; embora tenha sido cogitada pelos representantes da República recém-instaurada a queima de arquivos que confirmassem não só a existência de trabalho escravo, como as atrocidades em relação aos africanos que para cá foram trazidos à força.

As contradições vividas pelo personagem Isaías Caminha não ficam somente nessa questão. Como dissemos anteriormente, Lima Barreto ainda traz outros elementos que nos ajudam a pensar nossa problemática quando, bem no início do romance, nos seus primeiros parágrafos, o personagem principal faz algumas ponderações sobre sua família, centrando na figura de seu pai, cujo legado é o que deveria predominar em sua identidade. Eis o pensamento de Isaías: “*o espetáculo do saber de meu pai, realçado pela ignorância de minha mãe e de outros parentes dela, surgiu aos meus olhos de criança, como um deslumbramento*”.⁴⁰

O dilema de Isaías é, a nosso ver, o mesmo enfrentado por outros indivíduos pobres, que naquele momento se viam em meio a uma situação extremamente desvantajosa no que trata a cor e classe social, advindas do nascimento. Por isso entendemos que Lima Barreto, de alguma forma, também vivia essa contradição, e acabou por transfigurar tais aspectos para sua literatura.

Voltando às análises que foram feitas acerca de Lima e sua obra, vale destacar que a crítica literária, Lúcia Miguel Pereira, não foi a primeira, e nem a única intelectual a estabelecer aquela relação quase voluntarista entre Lima Barreto e os pobres. Carlos Nelson

⁴⁰ LIMA BARRETO, 1983, p. 42.

Coutinho, num ensaio intitulado *O significado de Lima Barreto em nossa literatura*, em alguns momentos, também vai utilizar expressões que remetem ao literato a simpatia para com os desfavorecidos: “*Lima Barreto, o grande romancista popular*”.⁴¹

O literato Jorge Amado também ao analisar a obra do autor no texto *Lima Barreto, Escritor Popular*, publicado no ano de 1935, no jornal *A manhã*, também faz indicações nesse sentido:

Homem do povo, foi sempre um escritor do povo. O maior de todos os nossos romancistas se voltou para vida dos pobres funcionários públicos de todas as classes desfavorecidas. E tudo isso com uma ternura, com uma solidariedade tal, que não admira que em 1917 fosse a voz de Lima Barreto a única a se levantar no Brasil, para defender pela coluna de jornais populares os trabalhadores russos.⁴²

Mais uma vez a associação quase religiosa entre o escritor e os pobres. Nesse caso, vale o destaque de que o texto foi escrito por um intelectual que, assim como Lima Barreto, ficara conhecido por sua vinculação para com aqueles denominados excluídos da história. Jorge Amado, décadas depois, explorara o universo popular nos mais variados aspectos, sendo o mesmo, intelectual de classe, por suas vinculações a partidos de esquerda.⁴³

Claro que não estamos negando aqui a atuação do autor em diversos jornais de orientação operária, sua vinculação e sensibilidade para com a causa dos trabalhadores; todavia, não entendemos que isso possa ser visto como uma questão unívoca, muito menos que possa dar conta da complexidade de sua obra e dele mesmo, enquanto sujeito.

Luiz Ricardo Leitão em ensaio sobre Lima, também se remete àquela mesma ideia: “*cronista dos arruamentos delirantes e dos chalés humildes e acanhados à beira dos trilhos, intérprete privilegiado dos sentimentos que latejavam nos seio das classes populares*”.⁴⁴ Ora, como ter tanta precisão de que o conteúdo expresso sobre os pobres, através de sua pena, era o que sentiam as classes populares?

Essa problemática em torno dos intelectuais que falam sobre os pobres, ou em nome deles, é ainda uma grande questão a ser pensada, tendo em vista que não temos grandes

⁴¹ COUTINHO, Carlos Nelson. *Cultura e Sociedade no Brasil: ensaios sobre ideias e formas*. 4ª. Edição. São Paulo: Expressão Popular, 2011, p.90.

⁴² AMADO, Jorge. Lima Barreto, Escritor Popular (prefácio). In: Antônio Houaiss e Carmen Lúcia Negreiros (coord.). LIMA BARRETO. *Triste Fim de Policarpo Quaresma*. Rio de Janeiro: Edição Crítica, 1997.

⁴³ Nesse mesmo caminho, podemos citar Caio Prado Júnior, renomado historiador marxista, que propunha como forma de interpretar os problemas nacionais, o viés classista do materialismo histórico-dialético, e que foi um dos responsáveis pela editora Brasiliense, justamente no período em que a obra de Lima Barreto foi editada, possuindo tratamento até então nunca visto, no que diz respeito a transcrição de seus textos, sendo tal empreitada organizada e chefiada por Francisco de Assis Barbosa; não sendo estranho que Sérgio Buarque de Holanda atribuisse a tal interesse pela obra, às preferências políticas de Prado Júnior.

⁴⁴ LEITÃO, Luiz Ricardo. *Lima Barreto: o rebelde imprescindível*. 1ª. edição. São Paulo: Expressão Popular, 2006, p.46.

informações acerca da receptividade dos pobres, ou do povo, no que diz respeito ao que foi escrito sobre eles: se aceitavam ou se repudiavam a análise e o que foi expresso sobre os mesmos. Aqui valem os apontamentos de Geneviève Bollème quando diz que “*falar sobre o povo ou “pintá-lo”, nunca está em conformidade com seus pretensos retratos. O que dele se pinta ou se diz são somente excessos.*”⁴⁵

E ainda, que o intelectual construa e tenha algum tipo de proximidade, de simpatia para com eles, seja por conviver num mesmo espaço, seja por compartilhar uma origem social semelhante, como aconteceu a Lima Barreto; pois é algo a se pensar. O lugar que os homens de letras falam é, ao fim e ao cabo, diferente, porque eles falam de um lugar social de quem detém o poder da palavra, e de um conjunto de saberes formais que os pobres não têm. Ainda segundo Geneviève Bollème:

O que é falar do povo, em nome do povo? É, por um ato de ruptura, separar-se dele e fazê-lo surgir, assim, como pura espontaneidade, esquivando-se a qualquer tentativa de apreensão. Mas, ao mesmo tempo, é colocar-se na situação do intelectual que, de Platão a Sartre, mantém-se fora do povo de que ele fala.⁴⁶

Esses apontamentos da autora nos dão uma dimensão do intelectual que se coloca na condição daquele que fala sobre e para o outro, e se diz representá-lo. Ainda que tente, há na verdade certo distanciamento em virtude da cultura escrita em constituição. É o caso de Afonso Henriques de Lima Barreto, tendo vista que era por esses condicionantes que o autor se via como um diferente e alheio, seja com relação a burguesia, que habitava as regiões de Botafogo, Petrópolis, Copacabana, seja com relação a seus vizinhos, moradores das regiões afastadas da Avenida Central e do centro embelezado da capital federal.

Voltando aos seus intérpretes, tem-se Agripino Grieco, leitor e crítico da obra de Lima Barreto, fazendo apontamentos sobre seus escritos, que não deixam de estar relacionados, ou até mesmo indo ao encontro do exposto até o presente momento. Diz ele:

Sim, foi Lima Barreto, no romance, o nosso primeiro criador de almas. Ele sentiu, como nenhum outro escritor brasileiro, a tristeza e o humor que cabem na vida do pobre. Sarcasta comovido e áspero, observando irrealizavelmente as existências humildes, fotografou e fixou para sempre a vida da cidade que em volta dele se agitava. Ciceroneou-nos através das ruas centrais e das ruas distantes, fez-nos ver todos os tipos e todas as figuras que o Rio contém. Todo o Rio está na sua obra. É a nossa primeira autoridade neste assunto: povo.

⁴⁵ BOLLÈME, Geneviève. *O Povo Por Escrito*. São Paulo: Martins fontes, 1ª edição Brasileira, 1988.

⁴⁶ *Ibid*, p. 22.

[...] insista-se em que tudo era povo nesse escritor que amou os miseráveis, não como os realistas franceses, pelo amor do pitoresco do vício e da miséria, mas porque o animava uma piedade quase doentia de eslavo.⁴⁷

O fragmento é parte de um texto que serviu como prefácio ao livro de artigos e crônicas de Lima Barreto, denominado *Marginália*, publicado em 1956 pela editora Brasiliense, mas datado de 1947. Com olhar abrangente, ele destaca em Lima Barreto um escritor completo, que conseguiu captar com amplitude a vida dos moradores do Rio de Janeiro, em especial, os pobres.

Claro que não podemos esquecer que o texto de Agripino Grieco é também, uma contribuição acerca da fortuna crítica do romancista; e se observamos a primeira data de publicação do texto, iremos perceber sua localização no movimento que toma corpo a partir dos anos de 1940, de revisitação das obras de Lima Barreto, tentando colocá-lo em meio a uma tradição de escritores que elencavam o povo como matéria-prima de suas narrativas.

Daí avaliarmos também as expressões *fotografou e fixou*, e ainda, *fez-nos ver todas as figuras que o Rio contém*, dão uma dimensão à obra do escritor de que tudo que falou e escreveu foi a verdade, em vista do amor piedoso que sentia pelos miseráveis. Cria-se um aspecto de realidade tal qual aconteceu, esquecendo que tanto os fatos como a verdade são construções submetidas a contextos e situações específicas. Ou como afirma Peter Gay:

Os literatos são criadores de literatura e não fotógrafos ou estenógrafos da vida comum. Seus valorizados poderes de imaginação os liberam de maneiras que são vedadas a indivíduos de outras áreas como por exemplo sociólogo, historiadores, antropólogos e cientistas políticos – para quem os fatos e sua interpretação racional continuam a ser prioridade.⁴⁸

Mesmo na condição de literato, Lima Barreto manifestou ter certa preocupação com a verdade, e expressou-a do modo como a entendia, como se encontra bastante presente nas correspondências em que destinava para responder as críticas feitas ao *Recordações do Escrivão Isaías Caminha*.

Usando Hippolyte Taine como referência em seus estudos, Lima Barreto dizia que: “a tela que marchou tinha por único objetivo, falar à verdade que os fatos não dizem por si só”⁴⁹ – citação presente em sua biografia. Mas essa perspectiva deve ser relativizada tendo em

⁴⁷LIMA BARRETO, 1956(d), p.13-14.

⁴⁸GAY, Peter. *Represálias Selvagens: realidade e ficção na literatura de Charles Dickens, Gustave Flaubert e Thomas Mann*. São Paulo: Companhia da Letras, 2010, p.13.

⁴⁹BARBOSA, 2012, p. 185.

vista que, mesmo estando ele, marcadamente coadunado nos quadros do realismo, o literato não dá conta e nem dimensiona a realidade tal qual.

Para nós, a literatura é mais um ponto de vista entre as várias apreensões possíveis de serem perscrutadas sobre a realidade, ela não é o próprio real, e nem a expressão máxima da realidade, porém, rica em detalhes, traz nela um caráter histórico, pois sua construção se dá na relação com o social no momento em que toma forma. Por isso, a literatura não só institui, ela também constitui as realidades.

Outro intérprete a ganhar destaque nessa dissertação é o crítico literário, jornalista e amigo de Lima Barreto, Alceu de Amoroso Lima, conhecido por Tristão de Athayde. Sua análise, em termos gerais, vai na mesma linha de raciocínio citada acima *“por isso tudo é sua obra de uma humanidade tão pungente. É a obra do pobre, que conhece a vida por dentro e sabe exprimi-la com uma simplicidade patética”*.⁵⁰ Escrito em 1916, quando da publicação do romance *Vida e Morte de M. J. Gonzaga de Sá*, a perspectiva era de que a vida do autor, imersa na pobreza, definiria sua obra.

O que Lima Barreto expressou sobre tais segmentos da população não é uma verdade única e exclusiva, também não é o falso. Ele estabelece o ponto de vista do indivíduo que teve experiências várias, ora aproximando-se, ora distanciando-se daqueles sobre os quais escreveu. Se não levarmos em conta tais considerações, corremos o risco de estarmos vendo a obra de Lima Barreto como mero reflexo de sua vida, cuja literatura estaria alçada à condição de verdade.

Daí discordarmos de que a obra do literato é a expressão máxima da vida dos pobres porque estava entre eles, como afirma Tristão Athayde. Lima Barreto não falou sobre todos os pobres do Brasil, muito menos de uma experiência totalizante desse segmento da população. Para nós, sua literatura é demarcada por um recorte espacial e temporal, baseada em última instância, nas qualidades de sublimar as experiências dos indivíduos com quem conviveu, transfigurando-os em matéria literária; porém, ainda que fale sobre o Rio de Janeiro e sobre sujeitos ficcionais, denotando experiências reais e concretas, sua obra não pode ser vista somente pelo viés do localismo, da simpatia, da condescendência. Complexidade é termo que pode defini-lo, assim como a sua obra.

Por isso o entendimento aqui, é de que Lima Barreto escreveu sobre coisas que o afetavam, tomando como objeto temático amplos e variados assuntos para compor seus escritos, como o fez nos seus contos, romances e crônicas jornalísticas. Isso é perceptível ao

⁵⁰ LIMA BARRETO, 1961, p. 12.

darmos uma checada na quantidade de temas que autor tratou. Claro que alguns se sobressaem, mas isso não define sua vida/obra em torno dos pobres, por ser/estar entre eles.

2.2 Escrever para sobreviver, também

Carlos Viana a Lima
Barreto. Rio, 9-5-1908
Caríssimo Barreto.
Para não demorar meu irmão, mando-te agora estes dez.
Segunda-feira, preciso muito falar-te e irei à secretaria procurar-te. Vamos fazer outro número, apesar de estar eu ainda atrapalhado com umas soluções que espero.⁵¹

Lima Barreto a Carlos
Viana Rio, 1-7-1908
Carlos.
Estou perfeitamente arreventado. Vê se me arranjas uns trinta mil- réis. Se não puderes vir à secretaria, deixa-os com o Benedito.⁵²

A missiva acima faz parte de um conjunto de cartas envolvendo Afonso Henriques de Lima Barreto e indivíduos que lhes eram contemporâneos. Entre seus interlocutores: amigos, jornalistas, literatos, políticos, críticos de arte, funcionários públicos, editores de revistas e de jornais; e outros, tais quais, João Paulo da Rocha, proprietário das casas que a família do autor chegou estabelecer morada. Entre suas correspondências, havia ainda aquelas de cunho familiar, trocadas com João Henriques, seu pai, e Evangelina de Lima Barreto, sua irmã - ou seja, o processo epistolar envolvendo o autor, meio de comunicação típico desse período, tem múltiplos destinatários e conteúdos nele impressos.

Todo esse corpo documental chegou a nós, pesquisadores, por meio de um árduo trabalho iniciado por Francisco de Assis Barbosa, ao final dos anos 1940, que em parceria com a Editora Brasiliense, reuniu as obras completas de Lima Barreto, entre as quais, dois tomos de cartas envolvendo seu nome, denominadas *Correspondências Ativa e Passiva*, cujo prefácio do primeiro volume, coube ao seu amigo e também parceiro de escrita, Antônio Noronha Santos; e o segundo, a B. Quadros, como consta a assinatura na obra. Para a análise em curso, utilizaremos essa edição em virtude do acesso que a ela tivemos, cujas caracterizações serão feitas a seguir.

A organização dessa documentação, em formato de livro, levou em consideração tanto as correspondências enviadas, como aquelas recebidas por Lima Barreto, sem privilegiar temáticas específicas. O sentido atribuído pelo editor levou em conta a experiência

⁵¹ BARBOSA, Francisco de Assis (org.), 1952(a), p. 40-53.

⁵² *Ibid.*, p. 96-99.

cronológica do literato na sua relação com interlocutores durante a vida. As missivas são antecedidas de uma breve nota explicativa de cunho biográfico, objetivando situar o leitor a respeito dos sujeitos envolvidos no processo de interlocução.

Tratando de conteúdos plurais e aparentemente desconectados, as cartas são excelente indício para pensarmos elementos relacionados a literatura da época, o processo de formação intelectual de Lima Barreto, sua atuação em revistas e jornais, assim como suas percepções acerca das relações de poder entre imprensa e política, etc. Entre as temáticas, vemos também assuntos relativos às dificuldades domésticas, aborrecimentos burocráticos, apertos financeiros.

As correspondências são vestígios históricos fragmentados, objetos passíveis de entendimento apenas como parte de um todo. Para que se tornem “fontes de memória” e objeto de análises históricas, precisam ser seriadas, ordenadas em sequências cronológicas e/ou temáticas, como afirma Gisele Martins Venâncio⁵³, devendo entrar em associação com outros documentos, como aqui faremos com o diário, a biografia e os romances de Lima Barreto. É através do aspecto literário, principalmente no que diz respeito a sua atuação nos órgãos de imprensa do Rio de Janeiro, que podemos lançar visões outras sobre esse indivíduo e sua obra.

Buscando fazer o mapeamento e as conexões quanto aos significados possíveis de sua trajetória, até o momento em que se debruça a escrever sobre os pobres e a pobreza, percebemos que as cartas publicadas abarcam o período que vai de 1892 a 1922, ano de sua morte; elas representam aproximadamente três décadas, totalizando 79 correspondentes num universo de 550 missivas.

Organizadas cronologicamente, porém, elas acabam por atribuir um significado teleológico e finalista à vida do autor, em virtude de iniciarem no período em que o garoto Afonso Henriques ainda era estudante do Liceu Niteroiense, até o ano de sua morte, entremeada por assuntos relacionados a incompleta passagem do mesmo pela Escola Politécnica de Engenharia, a doença do pai, sua aprovação em concurso público, as crises financeiras vividas, as tentativas de se tornar escritor reconhecido pelos pares e pelo público leitor, as interações por conta do alcoolismo e, por fim sua morte.

É como se quisesse construir um percurso balizado por início, meio e fim que Francisco de Assis Barbosa organizou-as. A trajetória de Lima na condição de missivista,

⁵³ VENÂNCIO, Gisele Martins. Cartas de Lobato a Vianna: uma memória epistolar silenciada pela história. In: Ângela de Castro Gomes. *Escrita de si, Escrita da História*. Rio Janeiro: Editora FGV, pp. 58-76, 2004.

todavia, foi marcada pela complexidade de assuntos, pela interlocução com variado número de pessoas, das mais diversas profissões e origens sociais.⁵⁴

Em prévia nota descrita no primeiro volume de *Correspondências Ativa e Passiva*, por Francisco de Assis Barbosa, nos é dada a seguinte explicação sobre o modo como operou na transcrição e organização dos documentos:

Que Lima Barreto não era homem de deixar carta sem resposta, e dela conservava sempre a minuta, a que tivemos de recorrer com frequência, sempre que nos faltavam os originais. Essas minutas encontram-se hoje na Coleção Lima Barreto, da Biblioteca Nacional. Para sua consulta, foi-nos muito útil a colaboração do chefe da secção de manuscritos, senhor Otávio Rodrigues Calazans, cuja boa vontade agradecemos. Parte da Correspondência, e não pequena, deixou, entretanto, de ser reconstituída. Extraviaram-se as cartas de alguns grandes amigos da mocidade do escritor, Manuel Otávio Carneiro, João Luís Ferreira ou Gilberto de Moraes; de grandes amigos da última fase, como Ranulfo Prata. Mas se isso acontece, o que é sem dúvida lamentável, a culpa não cabe certamente a Lima Barreto, que, sem ser um prodígio de organização, tinha zelo pelos seus papéis e os sabia guardar com carinho. Sempre que possível, aproveitamos os próprios originais das cartas de Lima Barreto. Assim, por exemplo, nos casos de Antônio Noronha Santos, Monteiro Lobato, Francisco Schettino, Jaime Adour da Câmara, Murilo Araújo, Alberto Deodato, Lucilo Varejão, Mário Sete, Almáquio Cirne, Paulo de Magalhães. Nos casos de Austregésilo de Ataíde, Esmaragdo de Freitas, Francisco Teive de Almeida Magalhães, Miguel Austregésilo e Jaime Saco Goulart, valemo-nos de transcrições em jornais e revistas.⁵⁵

Com isso, queremos dizer que o material publicado em formato de livro passou por algumas modificações, mas não prejudicou a “veracidade” dos seus conteúdos, isso porque toda a editoração foi sempre feita buscando meios de tornar mais claro e inteligível os papéis já deteriorados pelo tempo, do momento em que foram escritas as missivas, até sua catalogação; mas também pela dificuldade de leitura da grafia dos envolvidos nas correspondências.⁵⁶

O próprio Lima Barreto tinha letra muito pouco legível, como se pode notar em cartas trocadas entre o autor e Antônio Noronha Santos. Datada de 21 de julho de 1908, já dizia o amigo: “*meu caro Afonso. Agradeço a tua carta. Devo dizer-te que não compreendi*”

⁵⁴ Há de se ressaltar que a recuperação e organização dessas cartas facilitaram bastante o percurso dos pesquisadores, que buscam analisar o universo vivido por Lima Barreto; entretanto, é necessário ponderar a incompletude da coletânea por motivos variados, entre os quais, as péssimas condições em que foram guardadas, inviabilizando a leitura, e conseqüentemente, sua recuperação.

⁵⁵ BARBOSA, Francisco de Assis (org.), 1952(a), p.19-21.

⁵⁶ Para a análise da proposta em curso, utilizaremos a documentação que nos chegou, via publicação, e não os manuscritos originais, que se encontram sob a guarda da Biblioteca Nacional, uma vez que já passaram por minucioso processo de transcrição e organização, obedecendo a rígidos procedimentos de crítica interna e externa.

bem certos detalhes; tens uma letra detestável”.⁵⁷ O talento do escritor se estabelecia bem mais no conteúdo dos escritos, assim como no zelo de manutenção dos seus papéis.

Essas cartas têm algumas peculiaridades que por vezes vão de encontro às reflexões metodológicas correntes. Diz Rebeca Gontijo: “*elas [as cartas] não têm por prerrogativa a publicação*”⁵⁸, contudo, quando se trata de Lima, encontramos algumas delas indo parar em jornais e revistas, tirando um pouco de sua caracterização. Sobre outros aspectos dessa fonte, destaca Gisele Venâncio Martins:

As cartas caracterizam um gênero fortemente tipificado que se apoia em um modelo universalmente conhecido e reconhecível. O registro do local e da data de sua escritura, bem como as saudações, as despedidas e a assinatura são, segundo os manuais epistolares, aspectos do código que fazem com que um texto seja reconhecido como carta.⁵⁹

Ou seja, embora algumas das cartas envolvendo Lima Barreto tenham sido publicadas, elas mantêm uma série de características próprias a esse gênero: datas, pronomes de tratamento, saudações. Em algumas delas, por vezes, só aparece a data, ou a quem ela é endereçada; em outras, não aparece o endereço do remetente ou do destinatário. Outra característica que as mantêm em afinidade com esse gênero é que, de modo geral, elas atendem ao elemento “distância”, sendo usada como mecanismo de diálogo dada a impossibilidade de ver o outro naquele instante em que impera a vontade de comunicar-se.

Entendidas como corpus documental de cunho mais “íntimo”, as fontes epistolares são valiosíssimas para compreendermos os caminhos trilhados por Lima Barreto, o que ele teria manifestado sobre questões de sua época, além de ser um mecanismo pelo qual podemos perscrutar a visão de parte da intelectualidade daquele período, pelo menos daqueles que foram interlocutores do autor. Em busca das redes de sociabilidades, de como se constituíam e eram referendadas, os caminhos metodológicos traçados por Ângela de Castro Gomes nos são de grande interesse, quando ela analisa as correspondências trocadas entre Gilberto Freyre e Oliveira Lima:

As cartas são, pois, uma prática de escrita que integra a produção de textos de muitos intelectuais, especialmente aqueles que viveram até meados do século XX, quando outros meios de comunicação, como o telefone, ainda não estavam disponíveis. A correspondência pessoal entre intelectuais é, sobretudo nesses casos, um espaço revelador de suas ideias, projetos, opiniões, interesses e sentimentos.

⁵⁷ BARBOSA, Francisco de Assis (org.), 1952(a), p. 63.

⁵⁸ GONTIJO, Rebeca. “Paulo amigo”: amizade, mecenato e ofício do historiador nas cartas de Capistrano de Abreu. In: Ângela de Castro Gomes. *Escrita de si, Escrita da História*. Rio Janeiro: Editora FGV, pp. 105-119, 2004.

⁵⁹ VENÂNCIO, 2004.

Uma escrita de si que constitui e reconstitui suas identidades pessoais e profissionais no decurso da troca de cartas.⁶⁰

Levando em consideração os apontamentos acima e a afirmação de Antônio Noronha Santos, quando do prefácio do volume I de *Correspondências Ativa e Passiva*: “as cartas de Lima Barreto com todos os seus hiatos, é um bom roteiro, desde as suas primeiras cartas ao pai, ainda criança. Primeiro tropeços, o drama da loucura paterna, o sonho logrado de ser doutor, a aceitação da realidade”⁶¹ – tornam-se, as cartas, fontes históricas imprescindíveis para inquirirmos sobre como vai se tornando concreta sua atividade de escritor.

Indicando-nos sobre questões relacionadas a sua vida, de forma geral, a análise das cartas nos possibilita, ainda, amparados num corpus teórico-metodológico da história social, construir uma trajetória que rompe com apreensões marcadas por visões lineares e objetivas, encerrando-se em certa unicidade de ações, num todo coerente e unívoco. Construimos, nas linhas que seguem, uma percepção da complexidade da vida, do sujeito diante de experiências, nem sempre tão óbvias e acertadas, como nos fez crer uma concepção de biografia vigente num momento anterior.⁶²

Na troca de correspondências entre Lima Barreto e Carlos Viana, como se viu acima, circunscreve-se um período que vai de 1904 até 1908, totalizando seis missivas, pelo menos entre as que foram preservadas, cujos assuntos versam sobre encomenda e remuneração de textos a serem publicados na *Revista Época*, em que Viana era uma espécie de faz tudo naquele órgão de imprensa: diretor, chefe de publicidade, agente de anúncio, paginador; enquanto Lima Barreto exercia a função de “secretário”.

⁶⁰ GOMES, 2004.

⁶¹ BARBOSA, 1952(a), p.13-14.

⁶² Vale pena citamos *A Vida de Lima Barreto*, de Francisco de Assis Barbosa. Uma obra de grande valia para a cultura brasileira, tendo em vista que foi fartamente documentada, indicando acervos e lugares onde podem ser encontradas as documentações originais; a mesma, porém, acaba por refletir uma visão teleológica no que concerne a história de vida do escritor. Na obra, tem-se a impressão de que Lima Barreto sentia o tempo todo que morreria aos 41 anos de idade, e que sua vida seria marcada por altos e baixos. Isso pode ser comprovado na estrutura da biografia dividida em seis partes, intituladas assim: Infância, Adolescência, Mocidade, Intermezzo, Maturidade e Declínio. No que diz respeito a *Correspondências Ativa e Passiva*, também organizadas por Assis Barbosa, temos a mesma percepção: morte e loucura se apresentam como destinos inevitáveis, aos 41 anos de idade. Antônio Noronha Santos, prefaciando o mesmo livro, também acaba por colocar o literato como indivíduo imerso em ressentimentos, principalmente àqueles relacionados a sua cor e condição social. Em *Vida e Morte de*

M.J. Gonzaga de Sá, no prefácio para a 2ª. edição da Editora Brasiliense, outro intelectual incorre ao mesmo aspecto - o crítico literário, Alceu Amoroso Lima, que também acaba por pintar um Lima Barreto imenso num mar de suplícios e reprovações, usando termos *desde sempre, sempre foi* - caracterizando a vida do literato por um viés nitidamente fatalista e desastroso, expressando um destino inevitável, teleológico, que vai desde os primeiros dias de vida até a morte. Hércio Pereira da Silva, em seu estudo intitulado *Lima Barreto: escritor maldito*, publicado em 1976, também cria um indivíduo afogado em seus percalços cotidianos. Analisa Lima Barreto como homem escorraçado, chutado, espezinado em todas as partes e por todos os lados. Todas essas análises acabam por taxá-lo pela perspectiva do ressentido, revoltado, radical, ou pelo rótulo do maldito, dicotomizando-o, e perdendo de vista a complexidade da vida do autor, ao ponto de pensarmos se essa mesma pessoa teria condições de escrever tantos textos e livros, como o fez!

O diálogo travado entre os dois pode nos indicar o dilema vivido por Lima Barreto - do intelectual que escreveu para sobreviver, também, cuja hipótese visa, aqui, primeiramente, desconstruir determinadas percepções em torno do escritor pelos seus críticos: a exemplo de ter sido ele intelectual dos pobres, cuja escrita era marcadamente militante, não se atentando para os conflitos e contradições vivenciados pelo mesmo em sua trajetória de fazer-se literato. Essa problemática nos toca, porque quase sempre que se fala da relação entre Lima Barreto e a imprensa do período, são escamoteados aspectos outros de sua trajetória: ainda naquela perspectiva, há pesquisas que analisam Lima Barreto como sujeito vivendo numa espécie de “incompatibilidade” com o tipo de imprensa que a *Revista Época*, por exemplo, fazia parte⁶³. Nem sempre o autor se relacionou com a imprensa na forma de crítico, primeiramente ele a experimentou, e em perspectiva atribuiu-lhe os adjetivos que nós bem o conhecemos: imprensa de “cavação”, de “pilheria”⁶⁴.

Em segundo lugar, quando é mencionada sua participação em tais espaços de publicação, a análise se esbarra na mera compreensão quantitativa, a fim de respaldar sua condição de grande cronista – como se quisesse dizer que sempre escreveu muito tranquilamente, e em tudo quanto foi tipo de jornal e de revista.⁶⁵

A terceira perspectiva é concernente à ênfase da participação do autor em revistas operárias, de cunho marcadamente crítico-social, qualificando positivamente tal ato, ao mesmo tempo em que escamoteia outras situações por ele experimentadas. Desse modo, terminam por não compreender a complexidade da construção de seus posicionamentos políticos, que não são unos, nem estáticos.⁶⁶

⁶³ Denilson Botelho (2001), em sua tese de Doutorado intitulada: *Letras militantes: história, política e literatura em Lima Barreto*, analisa a atuação de Lima Barreto em impressos como, por exemplo, a *Revista Época*, e até mesmo a conhecidíssima *Fon-Fon*, mas acaba reduzindo essa experiência ao tempo que ali ficou trabalhando, dizendo que Lima Barreto teria passado pouco mais de um ano nessa última, e mais algum tempo na primeira revista, publicando ali poucos textos, muitos dos quais, sob o crivo do anonimato; dando a entender que Lima era tão incompatível com esse tipo de imprensa que pouco permaneceu ali. Francisco Assis Barbosa (2012), também vê como incompatível a relação do autor para com a imprensa por ele nomeada de “burguesa”, afirmando que Lima teria criado a revista *Floreal* para poder explicitar suas ideias. Para Nelson Werneck Sodré (1999), em parte essa ideia seria coerente, se o autor não tivesse mais contribuído em outros espaços da dita imprensa “burguesa”, ou àquelas sob o rótulo de grandes jornais, mas ele o fez, escrevendo na *Careta* (na condição de redator efetivo), no *Correio da Noite*, n’*A Noite*, n’*A Notícia*, n’*O diário de Notícias*, n’*O Rio*, recebendo uma média de cinquenta mil réis por artigo.

⁶⁴ “Cavação”: gíria utilizada na época para nomear aquela imprensa ávida por fazer elogios aos poderosos, e escrever assuntos que o autor não julgava importante.

⁶⁵ Em *A vida de Lima Barreto*, Francisco de Assis Barbosa traz, em termos quantitativos, a nomenclatura de praticamente todos os jornais e revistas em que o autor atuou, porém, acaba por privilegiar certas participações e fases em alguns periódicos, em detrimento de outros.

⁶⁶ Na dissertação de Mestrado de Jane Mary Cunha Bezerra (2010), intitulada *Lima Barreto: anarquismo, antipatriotismo e forma literária*, a análise incide sobre um viés da obra muito revisitado pela crítica especializada – que é da relação entre as ideias de Lima e o anarquismo, mas ela o faz sem dar ênfase ao processo de aproximação de Lima Barreto com a imprensa como um todo, privilegiando a atuação do literato em

Ao negligenciar sua ampla prática de escrita, construindo um perfil consolidado, desconecta-se Lima Barreto de sua experiência que longe de ser aqui, hierarquizada ou descaracterizada, será analisada visando uma percepção mais acurada de sua trajetória, inclusive para entendermos a narrativa que ele construirá acerca dos pobres em sua literatura.

Para isso, partimos também das ponderações feitas por Nicolau Sevcenko no livro *Conversas com Historiadores Brasileiros*, sob a organização de José Geraldo Vinci de Moraes e José Márcio Rego, sobre como determinados intelectuais acabam sendo alçados à condição de “medalhão”, construindo, para o bem ou para o mal, indivíduos cujas ideias seriam palatáveis para diversos grupos, sejam de direita, sejam de esquerda.⁶⁷ No caso de Lima Barreto, um dos desdobramentos de tal perspectiva, ao nosso entender, é um pensamento que acaba por criar sobre sua vida e obra uma compreensão cristalizada, estática, sem conflitos, homogênea; enfim, a memória do herói.

Com isso queremos dizer ainda, que a trajetória de Lima Barreto foi também marcada pela colaboração de textos para a imprensa, por ele denominada, de *cavação*; que esse aspecto esteve associado ao início e prosseguimento de sua atividade de escritor, aos anseios de viver da própria pena, ao tempo em que se inseria nos espaços possíveis da cultura escrita de seu período, buscando através de tais ações, legitimidade, e porque não, reconhecimento dos pares. Maria de Lourdes Eleutério, analisando a relação entre literatos, imprensa e progresso nas primeiras décadas do Brasil República, diz o seguinte:

A modernização, que barateou sobremaneira o custo do impresso, tornou possível o lançamento de um sem-número deles, o que se fez acompanhar de novas oportunidades para os que desejassem sobreviver do trabalho da escrita. Escrever na imprensa tornou-se não apenas uma fonte de renda, mas também instrumento de legitimação, distinção e mesmo poder político. Criava-se o mercado jornalístico. *O Jornal do Commercio* pagava entre 30\$000, 50\$000 e 60\$000 a colaboração; o *Correio da Manhã* 50\$000. Em 1907, recebiam ordenados mensais Bilac, na *Gazeta de Notícias* e Medeiros Albuquerque, n' *O País*; nesse mesmo ano coube a Alphonsus Guimarães a fabulosa quantia de 400\$000 na *Gazeta* em São Paulo; isso por deferência ao literato, pois se tratava de ordenado muito superior ao que se

periódicos específicos daquela concepção política, tais quais: *A Lanterna*, *Tagarela*, *O Diabo*, *Gazeta de Notícias*, *Voz do Trabalhador*. Percebemos ainda, em Denilson Botelho, (2001) quando do estudo sobre a trajetória intelectual de Lima Barreto a partir de suas colaborações para jornais e revistas do Rio de Janeiro, com crônicas, artigos e produção ficcional, certa ênfase da participação do autor na imprensa operária e anarquista. Sua análise, inclusive, é um tanto quanto hierárquica, porque qualifica os escritos do autor, da segunda década do século XX, como a de melhor qualidade em relação a outras fases, em vista de que teria expressado ali suas ideias políticas e literárias com mais veemência. A própria experiência na *Revista Época*, e suas respectivas críticas, presentes nas correspondências, como veremos a seguir, são secundarizadas.

⁶⁷ MORAES, José Geraldo Vinci de; REGO, José Marcio. *Conversas com Historiadores Brasileiros*. 1ª. edição. Rio de Janeiro: Editora 34, 2002, p. 334.

pagava em Paris. Monteiro Lobato, desde logo, viu a produção intelectual como um bem de serviço, não prescindindo de remuneração.⁶⁸

Maria Alice Rezende de Carvalho, ao analisar intelectuais do início do século XX, dirá que muitos escritores buscavam na imprensa uma forma de sobreviver e de se profissionalizar, já que o funcionalismo público ainda não se apresentava como um “espaço ideal” para garantir as mínimas condições de sobrevivência desses intelectuais, como aconteceria posteriormente na Era Vargas.⁶⁹

Nelson Werneck Sodré, analisando a relação entre intelectualidade e imprensa, observa que nesse momento, imprensa e literatura vivem uma da outra: “*os homens de letras*”, como afirma, vão à busca dos jornais a fim de encontrar o que não achavam nos livros: certa notoriedade, em primeiro lugar, e um pouco de dinheiro, se possível.⁷⁰

Lima Barreto escreveria no *Correio da Manhã*, por volta de 1905, porém nada sabemos sobre essa experiência, e a remuneração recebida, como também não sabemos quem o teria levado ao periódico, se indicado por Bastos Tigres, ou a convite de Edmundo Bittencourt, responsável pelo jornal.⁷¹ Sabemos, contudo, que ele foi um dos colaboradores mais assíduos daquela República das Letras, totalizando mais de quinhentas crônicas em diversos impressos.

O autor ainda colaboraria com seus textos na *Fon-Fon* durante todo o ano de 1907, assinando como Philéas Fogg, cujos textos publicados receberam o nome de *Falsificações*, *Um Novo Sport* e *O Fio de Linha*. Tal pseudônimo seria ainda usado na *Revista Época*, numa coluna que abordava assuntos variados como, por exemplo, a morte do Papa, uma erupção do Vesúvio - como se vê pelos títulos, nada se assemelha aos textos pelos quais o autor se tornaria conhecido. Publicaria ainda n’*O Malho*, *Tagarela*, *Careta*, impressos esses que tinham certa expressividade, podendo ser listados como aqueles que eram lidos com bastante frequência, indicando uma considerável aceitabilidade do público leitor.

O interessante é que nem a revista *Careta*, nem a *Fon-Fon*, compactuavam das definições de literatura, principalmente aquela dita “militante”, tão defendida pelo próprio autor em seus escritos num determinado momento. Ainda segundo Maria de Lourdes Eleutério, a Revista *Careta*:

⁶⁸ ELEUTÉRIO, Maria de Lourdes. Imprensa a Serviço do Progresso. In: Ana Luiza Martins e Tânia Regina de Luca (orgs.). *História da Imprensa no Brasil*. São Paulo: Contexto, pp. 83-102, 2008.

⁶⁹ CARVALHO, Maria Alice Rezende de. *Quatro Vezes Cidade*. Rio de Janeiro: Sette Letras, 1994, p. 32.

⁷⁰ SODRÉ, Nelson Werneck. *História da Imprensa no Brasil*. 4ª. edição. Rio de Janeiro: Mauad, 1999, p. 292.

⁷¹ BARBOSA, 2012.

[...] era uma dos impressos mais populares daquele período. Em suas páginas estampavam-se os poemas de Alberto Oliveira e Olavo Bilac, tendo o parnasianismo como sua marca. Em outro estilo Fon-Fon (1907 – 1945), integrando em seu nome uma conotação francamente urbanizante, congregava os simbolistas, figurando a representação do modernismo carioca. Suas capas e páginas espelhavam a autoimagem que a elite e as classes médias tinham em relação ao progresso: Fotografias de modernos edifícios, a amplitude da Avenida Central, flagrantes de transeuntes nas movimentadas ruas de comércio no centro da cidade, figurações do urbanismo, tudo isso impresso em papel couché de alta gramatura, veiculando os textos entre guirlandas *art nouveaux*.⁷²

Enfim, é justamente em meio ao surgimento de tantos espaços de veiculação de ideias, que Lima Barreto toma parte do processo escriturário, coincidindo, assim, suas experiências enquanto escritor na imprensa⁷³ e a remuneração (ainda que nem sempre recebesse) dali advinda, que o ajudaria no orçamento das despesas familiares.

Por isso, entendemos que sua escrita era para sobreviver, também; e isso deve ter um sentido mais alargado no estudo de sua trajetória, indicando que, assim como as questões materiais (e isso era primordial para um indivíduo que tinha por vontade viver do seu ofício), a escrita nos mais variados impressos era a forma pela qual o autor buscava certa legitimidade na condição de homem de letras, mesmo que tal “reconhecimento” tenha sido por circunstâncias nem sempre fáceis, ou as mais desejadas.

A perspectiva aqui adotada tem por objetivo compreender o processo de maturação de Lima Barreto em meio a uma trajetória complexa, cujos desdobramentos seriam a escrita dos romances, contos, crônicas e artigos sobre a temática da pobreza. Nossa proposta aqui, é lançar mais uma perspectiva sobre o autor e sua ampla fortuna crítica acerca do Brasil, que longe de substituir as pesquisas já existentes, visa construir com/e a partir delas, novos olhares.

Daí o uso que fazemos de todo o universo de seus escritos, em que as correspondências ganham destaque. Dessa forma, retomamos à pesquisa da historiadora Gisele Martins Venâncio sobre as correspondências de Monteiro Lobato e Oliveira Vianna, que é motivadora, para nos atentamos às suas conclusões:

⁷² ELEUTÉRIO, 2008.

⁷³ Nutrido pelo desejo de ver seu trabalho estampado nas páginas dos mais variados tipos de periódicos, Lima Barreto encontrou entre seus leitores, diversos intelectuais, alguns dos quais, conhecidos seus, a exemplo de Afonso Celso, Gonzaga Duque, Oliveira Lima, Tristão de Athayde, Jackson Figueiredo, Monteiro Lobato, José Veríssimo, Araripe Junior, Rocha Pombo - a grande maioria, críticos de arte e de literatura, literatos e historiadores. Mas havia também aqueles que, como Lima Barreto, tentavam encontrar um lugar em meio a tão disputada República da Letras, como é possível perscrutar em correspondências trocadas com Albertina Berta, Murilo Araújo, Oscar Lopes, Ranulfo Prata, Olívio Montenegro, Lucilo Varejão, Jaime Adour da Câmara - intelectuais do Rio de Janeiro, São Paulo, Minas Gerais, Paraíba, Pernambuco, Rio Grande do Norte.

A exploração e análise de um novo conjunto de cartas escritas por intelectual ou literato ampliam a visão que se tem dele e permitem demonstrar como a escrita epistolar de tal indivíduo pode contribuir para a compreensão de aspectos até então ignorados de sua trajetória, possibilitando a elaboração de novas interpretações de sua obra.⁷⁴

A citada troca de correspondências entre Lima Barreto e Carlos Viana, abarca um período em que o literato contribuía com seus textos para a imprensa carioca a fim de conseguir algum dinheiro para incrementar seus rendimentos, principalmente depois de seu pai ter sido diagnosticado como louco, e afastado do trabalho, ocasionando, com isso, um *déficit* na economia doméstica da família, em virtude da demora no processo da aposentadoria.

Isso nos indica também que Lima Barreto não escrevia só por diletantismo, mas que sua atividade de escritor era perpassada pela necessidade de receber pelo trabalho feito, mesmo que não fosse um valor considerável – embora não haja referência a valores, ao que parece, os escritos de Monteiro Lobato rendia-lhe bem mais que os do outro, e tinham mais aceitabilidade na grande imprensa.⁷⁵ Por vezes também escreveu sem ganhar dinheiro algum, motivado somente pelo desejo de ver seus escritos publicados em jornais e revistas dos mais variados posicionamentos políticos.

Esses aspectos ficam mais evidentes noutra carta enviada a Lima Barreto, pelo editor da *Revista Época*, datada de 13 agosto de 1908, em que Carlos Viana lhe encomenda a escrita de uma crônica, cuja temática já está definida:

Barreto, amigo.

Peço-te que escrevas hoje uma crônica de inauguração servindo de cabeça aos discursos do Olinto e do Calmon, que estão sendo compostos. Vou agora à exposição e estarei de volta à tipografia às três horas. Espera-me até eu chegar. Estamos atrasados e urge concluir hoje esse serviço.⁷⁶

O objetivo é que fale de alguns dos poderosos homens da República, o primeiro, Olinto de Magalhães, Ministro das Relações Exteriores no Governo Hermes da Fonseca, e o segundo, Miguel Calmon Du Pin e Almeida, Ministro da Indústria, Viação e Obras Públicas

⁷⁴ VENÂNCIO, 2004.

⁷⁵ Na carta enviada por Monteiro Lobato a Lima Barreto, no dia 28 de dezembro de 1918, sobre seu livro de contos, publicado pela Revista do Brasil, dizia Lobato, que a venda já se encontrava na 3ª. edição, ou seja, 7.000 exemplares em cinco meses, caminhando para a 4ª. edição. Em resposta, na data de 04 de janeiro de 1919, Lima Barreto diz que seu Policarpo Quaresma, publicado há dois anos, estava longe de esgotar os dois mil exemplares colocados em circulação. Para ler mais sobre isso, ver: BARBOSA, 1952(a), p. 55-7.

⁷⁶ *Ibid*, p. 52.

muito embora tecesse críticas o quanto pode a esse tipo de comportamento da imprensa, de falar quase sempre bem dos poderosos em troca de benefícios e recompensas.⁷⁷

A ideia aqui não é fazermos julgamentos morais precipitados, minimizando tal experiência, ou mesmo hierarquizando-a, pois acreditamos que todas as vivências do autor são importantes, fazendo-o, como acontece nesse caso, elaborar análises em torno das relações estabelecidas entre aqueles que estão no poder e aqueles que buscam se manter entre os poderosos. Eis mais uma carta, sem data, encomendando novos textos a serem feitos e entregues para publicação, enviada por Carlos Viana a Lima Barreto:

Meu caro Barreto.

Demoro-me até a tarde na cidade, mas isso não impede de fazer alguma coisa. Os apontamentos para o Severino só os tereis amanhã. Hoje, peço-te que escrevas três ou quatro linguados a respeito do nosso portentoso Nilo Pessanha e umas cinco tiras sobre o Marechal Hermes.

Além disso, se estiveres de maré, faz uma crônica alegre sobre as festas de 15 de novembro, fazendo umas considerações amáveis acerca do prazer da novidade que nos trazem os quinze de novembro de quatro em quatro anos. Até logo. Um abraço do teu.⁷⁸

Novamente o autor é chamado a escrever sobre as “autoridades” da República e suas datas; justamente duas questões que o incomodavam bastante. A República, tão criticada pelo autor em inúmeros de seus textos, foi alvo de sua pena não apenas na escrita de cunho ficcional, mas também na não-ficcional, estando presente em vários de seus artigos e crônicas.⁷⁹ Podemos nos arriscar a dizer, inclusive, que a crítica aos poderosos, a “imprensa de cavação” e ao regime republicano, foi o carro chefe dos escritos de Lima Barreto.

Daí não esquecermos que, mesmo a *Revista Época* não sendo um espaço condizente com suas ideias em constituição, e que sua atuação pudesse ser, em parte, justificada pelo aspecto financeiro, por relações de amizade, favor e dívida que tinha para com seus amigos editores, Lima Barreto escreveu nesses impressos enquanto lhe foi possível; uma experiência marcadamente pautada pelo sentimento de incômodo, explicitando sempre o conflito.

⁷⁷ Entre seus escritos, o romance *Recordações do Escrivão Isaías Caminha* é uma destacada referência na crítica feita à “imprensa de cavação”. Através da sátira, Lima Barreto constrói um enredo que se passa na redação do jornal *O Globo*, em que os contemporâneos da época alegaram estar referindo-se ao *Correio da Manhã*, em que o personagem Isaías se vê diante de relações corruptas entre jornalistas e poder, entre a imprensa e o Estado.

⁷⁸ BARBOSA, 1952(a), p. 53.

⁷⁹ Entre os textos ficcionais, ver, por exemplo: LIMA BARRETO, Afonso Henriques de. In: BARBOSA, Francisco de Assis (org.). *Os Bruzudangas*. 3ª edição. Editora Brasiliense. São Paulo, 1956(e); LIMA BARRETO, Afonso Henriques de. In: BARBOSA, 1983; LIMA BARRETO, Afonso Henriques de. In: BARBOSA, Francisco de Assis (org.). *Triste Fim de Policarpo Quaresma*. 2ª edição. São Paulo. Editora Brasiliense, 1956(f). Entre os textos não-ficcionais, ver: LIMA BARRETO, Afonso Henriques de. In: BARBOSA, 1956(d).

Embora, por vezes, tenha chegado a dizer que gostou da forma como escreveu determinados textos, e até mesmo das temáticas que lhes foram encomendadas, noutros momentos demonstrou certo arrependimento, sinalizando também sua não conformidade com ordem vigente:

Há quase oito dias trouxe de ti a encomenda de um artigo sobre o Paraná e o Vicente Machado. Li algumas páginas daquele calhamaço que me deste, e, após algumas horas de pensar, fiz o artigo que, sem modéstia, o senti esplêndido e – quem sabe! – uma obra-prima no gênero. Pois bem, motivos que não quadram revelar, retardaram a sua entrega até hoje (o que foi uma grande desgraça para a tua revista, à vista da excelência da factura dele): assim é que o tinha ainda na pasta hoje de manhã, quando após haver sorvido um saboroso café e uns deliciosos abacates da minha chácara (é magnífico, Viana; e como sei que és gourmet, aconselho-te), fui ler o *Correio da Manhã*.

Li os telegramas, o Gil Vidal, os Pingos do Tigre (excelente rapaz), as baboseiras do Artur e por fim se me deparou um artigo do Varela (homem abominável). Li-os também e contra os meus hábitos. Foi essa leitura, generoso Viana, que me levou ao rubro da indignação contra o Paraná, o Vicente Machado. Tive vergonha então do que já o escrevera de elogios, lisonjeador a eles e, numa crise de desespero que turbou a paz doce do meu lar.⁸⁰

A carta enviada a Carlos Viana, em 28 de fevereiro de 1904, expressa o momento em que Lima Barreto chega ao limite, mostrando-se terrivelmente incomodado com o que faz, elogiando frequentes os figurões da política oficial. Entre os dilemas vividos pelo intelectual, a missiva se torna reveladora do processo criativo do autor, cuja inserção naquele espaço servia-lhe como meio pelo qual podia expressar (ainda que não tenham sido da forma esperada) sua imaginação, testando modelos e formas de tornar concreta sua escrita.

No entanto, o texto ao que parece, não fora entregue a tempo de ser publicado. Várias razões poderiam ser apontadas, embora as cartas não sinalizem respostas fáceis: falta de tempo hábil, de inspiração criativa, indignação. Tem-se aqui, aspectos característicos aos indivíduos que escrevem. Mesmo aptos, nem sempre tais sujeitos estão movidos pela vontade de escrever, denotando uma característica inteiramente humana.

O ato de escrever traz, pois, embutida, a complexidade do processo de escritura, que longe de estar marcada por uma espécie de poderes mágicos, que só precisam ser acionados para imediatamente transformar o papel em branco em ideias tingidas em preto, traz à realidade a necessidade de tempo de maturação das ideias e das leituras, disposição para sua concretização. É o que já dizia Lima Barreto noutro momento, em carta ao amigo Mário Galvão, repórter do *Diário do Comércio*, em 1905:

⁸⁰ BARBOSA, 1952(a), p. 50.

Rio, 16/11/1905.

Meu querido Mário.

Escrevendo-te esta, resgato a falta imensa cometida contigo não te mandando notícias minhas. Recebi os teus amáveis cartões postais. Agradeço-te. Tive ímpeto de contestá-los com uma longa carta de oito páginas de papel almaço. Mas, sabes o que é a dor de escrever. Essa tortura que o papel virgem põe n'alma de um escritor incipiente. É uma angústia intraduzível, essa de que fico possuído à vista do material para escrita. As coisas vêm ao cérebro, vemo-las bem, arquitetamos a frase, e quando a tinta escreve pela pauta afora – oh que dor! – não somos mais nós que escrevemos.⁸¹

Mário Galvão era colega de Lima Barreto da época em que estudara no Colégio Paula Freitas. Apesar de se remeter a outro período e a outras questões, o documento acaba por tocar num problema, que muitas vezes perde-se de vista quando tratamos do ofício intelectual. Em meio a dificuldade de lidar com o processo de escrita, preferia o autor, faltar com o amigo a ter de escrever-lhe sem gosto; aponta ainda um modo de proceder, perpassado pelo cuidado na seleção das palavras, no tratamento com o outro.

Tem-se, aqui, mais um aspecto a ser considerado na complexa trajetória da escrita barretiana, experimentada e balizada pela vivência do cotidiano, pela vontade de viver da própria pena, de tornar-se conhecido, de ver sua escrita sendo apreciada; e ele consegue. Pelos idos de 1918, Monteiro Lobato convidaria Lima Barreto para ser colaborador da *Revista do Brasil*, por suas ideias serem imprescindíveis:

São Paulo, 02 de dezembro de

1918. Prezadíssimo Lima Barreto,

A Revista Brasil deseja ardentemente vê-lo entre seus colaboradores. Ninho de medalhões e perobas, ela clama por gente interessante, que dê coisas que caiam no goto do público. E Lima Barreto, mais do que nenhum outro, possui o segredo de bem ver e melhor dizer, sem nenhuma dessas preocupaçõeszinhas de toilette gramatical que inutiliza a metade de nossos autores. Queremos contos, romances, o diabo, mas à moda de Policarpo Quaresma, da Bruzundanga, etc. A confraria é pobre, mas paga, por isso não há razão para Lima Barreto deixar de acudir ao nosso apelo. Aguardamos, pois, ansiosos a resposta, uma resposta favorável. Do confrade, Monteiro Lobato.

P.S. – Pelo amor de Deus, leia e rasgue isto. ⁸² [grifos nossos].

Aqui, um momento que certamente foi apreciado por Lima Barreto como sendo de bastante expectativa: ele teria autonomia nos seus escritos. Nada de diletantismo ou elogio aos poderosos da República, uma vez reconhecido pelas análises mordazes, poderia, ele, debruçar-se sobre assuntos de sua escolha pessoal, ao modo de suas obras já publicadas. Aliado aos seus anseios, a paga pelos trabalhos feitos.

⁸¹ BARBOSA, 1952(a), p.133-134.

⁸² *Ibid.*, p. 49.

Esse reconhecimento por parte de Monteiro Lobato apareceria em outras cartas, quando faz referência ao recebimento de seus escritos, e o convida para o cargo de editor; ou mesmo, quando do interesse manifestado em publicar a obra *M. J. Gonzaga de Sá*:

São Paulo, 15 de Novembro de
1918. Prezadíssimo confrade e
amigo.

Recebi a sua carta de 9 do corrente e com ela os originais, que não li, nem é preciso, visto como estão assinados por Lima Barreto. A Revista do Brasil tem muito gosto em editar essa obra e o faz nas seguintes condições: como é pequena, podendo dar um volume aí de 150 pgs, mais ou menos, convém fazer uma edição de 3.000 exemplares em papel de jornal que permita vender-se o livro a 2\$000 ou no máximo a 2\$500; neste caso, proponho 50% dos lucros líquidos ao autor, pagáveis à medida que se forem realizando. Podemos fazer mais outra proposta: a *Revista* explorará a primeira edição tirada nas condições acima, mediante o pagamento de 800\$000 no ato da entrega dos originais e a outra três meses depois de saído o livro.

Se lhe servem estas condições, poderemos firmar contrato imediatamente. Sem mais, disponha do amigo com probabilidades de se tornar também editor.

J.B. Monteiro Lobato.⁸³

A carta foi escrita num momento extremamente oportuno para a carreira do autor, já próximo dos anos 1920. Pela primeira vez uma editora estava interessada em publicar sua obra, ao contrário do que acontecera quando do seu primeiro livro.⁸⁴

Voltando aos primeiros movimentos de Lima Barreto na imprensa e no mundo das letras, se 1904 demarca sua entrada na Revista *Época*, nesse mesmo ano ele se afastaria, retornando, ao que parece em 1908⁸⁵, para fazer o mesmo trabalho que teria motivado sua saída. Contudo, novamente, não se demoraria ali:

Rio, 19/07/1908.

Maravilhoso Antônio,

Já larguei o Carlos, que me deixou mal este mês e não pretendo mais andar-lhe na cauda. Como amigo é maravilhoso, como patrão falha, portanto não serve. É bem ignóbil esta minha vida de escriba assalariado a jornalecos de cavação e de pilhéria! Estou tratando de me libertar dessa infame coisa. O Carneiro me apresentou ao deputado Viana, do Castelo, que se ofereceu a me arranjar qualquer no *Diário do Comércio*.⁸⁶

⁸³ BARBOSA, 1952(a), p. 50.

⁸⁴ Em 1909, Antônio Noronha Santos ajudaria Lima Barreto na publicação do *Recordações do Escrivão Isaías Caminha*, quando viajava a Portugal. Lima Barreto pedia-lhe que levasse seus originais para tentar publicação em terras europeias, chegando mesmo a acordar que não faria conta de dinheiro, somente queria algumas cópias para presentear amigos no Brasil. Na tentativa do autor de ter uma revista para propagar suas ideias, assim como a de seus companheiros que iniciavam na vida literária, a Revista *Floreale*, também fez parte desse movimento, em que os próprios intelectuais promoviam intentos de autopublicações. Cada colaborador contribuía com 10 a 20 Contos de Réis.

⁸⁵ A data de retorno de Lima Barreto à Revista *Época*, não fica expressamente clara nas correspondências, fazendo-nos acreditar que isso pode ter ocorrido no ano de 1908, ou mesmo antes, tendo em vista que nem todas as cartas do/para o autor foram recuperadas.

⁸⁶ BARBOSA, 1952(a), p. 61.

Mesmo não dizendo o que teria ocasionado a desavença, Lima diz a Antônio Noronha Santos que não mais escreveria na Revista *Época*: seria algo relacionado a falta/atraso no pagamento? O sentimento, ao que parece, era de que já não bastasse escrever elogio aos grandes, conviver com bajulações, de servir-se como “escriba assalariado”, aguentar amigo patrão era demais. Investe-se de expectativas para trabalhar noutra órgão da imprensa, mediado por “relações de amizade”, como deixa a carta entrever, não fugindo, o autor, à regra comum naquele período - das relações mediadas pelo favor, já que mérito, apenas, não era sinônimo de reconhecimento.

Outro aspecto a ser considerado, é que nesse período de sua vida, quando das primeiras incursões no mundo das letras, ele se vê obrigado a abandonar a Escola Politécnica em virtude do adoecimento do pai. É tempo, também, em que desenvolveu outras atividades no campo da escrita, que não ficaram restritas somente a atividades jornalísticas e literárias, como mostra outra correspondência do ano de 1903, envolvendo o futuro romancista e um colega de infância, de quando estudara no Colégio Teresa Pimentel do Amaral.

Trabalhando em escritórios de advocacia, Pedro Serrado teria pedido a Lima Barreto para ajudá-lo a redigir memoriais e outras documentações jurídicas, cujo “pagamento”, ao que parece, aconteceria através de um favor à família Barreto:

Rio, 11/06/1903.

Afonso.

Um abraço do Serrado.

Junto encontrarás o memorial e o acréscimo feito, tenho necessidade do negócio para sexta-feira de manhã. Sem mais, aceita os parabéns pelo teu trabalho jurídico.⁸⁷

Rio, 11/12/1903.

Meu caro

Serrado. Saúde.

Venho a ti pedir-te mais um favor. Trata-se da aposentadoria de meu pai, cujo processo, por não ter eu prática nem jeito suficientes a andar “cavando” emprego e subsequentemente me empregar, não pude cuidar dele, dando-o a um procurador, e, se não o dei foi motivo a nossa amizade, pois que temia que a vista dela, esse meu pedido fosse mais que um trabalho para ti, fosse um favor incômodo. Agora, o tal procurador não quer tratar mais e faltam três meses para cair em exercícios findos e eu, apelando para a antiga amizade que nos une, peço-te faças andar o tal processo, sendo isso não só um favor a mim, como também trabalho da tua profissão para o qual arbitrarás preço. Perdoa, mas, creio que isso te não ofende. Caso seja possível, mando-o dizer pelo João, pois isso muito agradaria ao teu miserável amigo Barreto.⁸⁸

Como se vê através da carta, Lima Barreto também tomou contato com outros tipos de escritura que não se resumiram a jornalística e literária. Ainda que primasse bem menos

⁸⁷ BARBOSA, 1952(a), p. 45-47.

⁸⁸ *Ibid*, p. 47-48.

pela criatividade, esses documentos de caráter burocrático prescindiam de coerência gramatical, cujo requisito era obtido pelo jovem, daí a confiança do antigo colega por convidá-lo.

Por outro lado, podemos observar aqui também o desespero do jovem literato em busca de lutar pela aposentadoria do pai, antes que se vencessem os prazos impostos pela burocracia, utilizando-se do argumento dos dividendos devidos, em virtude do seu trabalho, à relação que tinha com o amigo jurista.

Na hipótese aqui levantada - de Lima Barreto escrever para sobreviver, também, vemos que os trabalhos por ele realizados rendiam-lhe alguma quantia em dinheiro; noutros momentos, nada recebia, trabalhando a serviço da luta dos trabalhadores, e por último, vimos que a troca de favores, moeda corrente da época, quando imperava o peso da burocracia dos papéis, fez dele um homem localizado em seu tempo, tentando driblar as dificuldades imperantes, especialmente, de ordens financeira e não meritocrática.

O próprio Lima Barreto não tinha renda fixa. Somente seria aprovado em concurso, na vaga de amanuense, da Diretoria do Expediente da Secretaria da Guerra, em julho de 1903, quando foi nomeado em outubro do mesmo ano. Em janeiro de 1904, localizamos um registro em seu *Diário Íntimo*, de uma planilha em que pontua seus rendimentos e dos familiares, bem como as despesas:

Ordenado: 184\$000
Orçamento
definitivo: Eu:
200\$000
Pai: 140\$000
Carlindo: 20\$000
Orçamento definitivo:
340\$000 Despesas:
Casa: 120
Venda: 80
Médico: 10
M. de Oliveira:
4 Café: 3
<hr/>
Somatório: 217
Despesas:
120\$000
Armazém:
100\$000
<hr/>
220\$000 ⁸⁹

Entre as despesas básicas da família, e o somatório do salário de Lima Barreto, da aposentadoria do pai e dos rendimentos de seu irmão, as contas não fecham. 437\$000 era o

⁸⁹LIMA BARRETO, 1956(c), p.78.

valor mínimo que a família Barreto precisava para sanar as dívidas. E tudo isso preocupava bastante o jovem escritor quando se debruçava a escrever em seu Diário. Indica também, a pauperização que a família estava vivendo, obrigada a mudar-se cada vez mais subúrbio adentro.⁹⁰

A título da hipótese levantada nesta dissertação, ao analisarmos os dados por ele expostos, podemos perceber a indicação de dois valores diferentes sobre seus rendimentos, primeiramente 184\$000, e em seguida, 200\$000 Contos de Réis. Essa diferença de 16\$000 nos rendimentos de Lima Barreto, certamente proveio da realização de outras atividades que exerceu, para além da função pública, e coincide com o momento em que iniciou suas publicações na Revista *Época*, e em outros periódicos.

Em síntese, destacamos que escreveu no *Correio da Manhã* (em 1905, numa série de reportagens sem assinatura, intituladas “*Os Subterrâneos do Morro do Castelo*”); na *Revista Fon-Fon* (1907); no *Papão* (panfleto que o escritor edita, juntamente com Antônio Noronha Santos, de conteúdo político, e contra a candidatura de Hermes da Fonseca à presidência da República, mas que possivelmente não lhe rendeu dinheiro algum, tendo em vista que era uma atividade de cunho pessoal alçada à condição de militância); n’*O Tagarela e n’O Diabo* (jornais humorísticos datados de 1903); e na *Floreal* (1907, revista que também fazia parte dos planos do autor e de outros intelectuais, que ocupavam posição marginal no mundo das letras).

Como se pode perceber, são várias as frentes de atuação do escritor nesse período. Uma delas acontece quando do seu interesse em participar de um concurso no Instituto Histórico (IHGB), divulgado em jornal, indicando premiação a seu vencedor. Desconfiado quanto aos seus arranjos finais, mesmo assim escreve a Antônio Noronha Santos, mostrando suas intenções em participar:

Rio, 11 de Junho de
1904. Antônio,

Hoje, no *Correio da Manhã*, estão publicadas as bases para o concurso da memória histórica do reinado de Dom João VI no Brasil, posta a prêmio pelo Instituto Histórico; assim, verifiquei não ser certo o que me havias dito, isto é, que o Max das Férias já havia abiscoitado o prêmio. Se ainda estás de ânimo pronto a escrevê-la e se te agrada fazê-la comigo, marca dia, hora e lugar para tratarmos da empresa.

⁹⁰ Lima Barreto, assim como outros indivíduos de situação social semelhante, experimentava naquele momento, um intenso processo de empobrecimento, tendo que buscar moradias condizentes com suas realidades socioeconômicas, ou seja, mais baratas, e conseqüentemente, mais afastadas do perímetro urbano. Era o dilema da família do escritor, mas era também dos pobres naquele contexto de modernização excludente, cujos alvos diretos eram negros/pobres. Como afirma Nicolau Sevcenko (1985, p. 54), “*a situação de miséria não estava condicionada à parcela de ex-escravos e mendigos, mas atingiu inclusive o funcionalismo público que constituía o maior mercado de emprego da capital federal, então Rio de Janeiro*”.

Aguardo a tua resposta breve, mas se, entretanto – por qualquer razão julgares melhor fazer cada um de nós a cousa só – dize-o francamente a este.
Af. H. de Lima Barreto.⁹¹

Aqui, Lima Barreto pleiteava tornar concreto seu ofício de escritor numa das mais renomadas instituições do saber histórico do país, tendo em vista que Academia Brasileira de Letras, seria oficialmente criada somente em 1908. Esse projeto ocupou sua mente fazendo-o explicitar também em seu *Diário Íntimo* a vontade em participar, pincelando ali algumas linhas sobre o assunto; todavia, não sabemos se de fato prosseguiu com o projeto.

Contudo, o próprio ato de cogitar já é indicativo de que Lima Barreto conhecia os códigos de inserção no concorrido rol dos “Homens de Letras” das primeiras décadas do Brasil República. A nosso ver, isso acaba por desconstruir também determinadas visões trágicas sobre a vida do autor, e também percepções de que o mesmo teria sido engolido por uma sociedade perversa, que não o deixava agir.

Não concordamos com tais justificativas, porque através das fontes aqui analisadas, percebemos que Lima Barreto esteve envolvido numa complexa trajetória para se tornar escritor. Em meio a dilemas e contradições várias, esse intelectual negro, pobre e morador do subúrbio, forjou um espaço considerável no mundo dos brancos, buscando caminhar no contrafluxo de uma ordem liberal que apregoa aos indivíduos superpoderes no que diz respeito a capacidade de gerir e implementar projetos para suas vidas –, e que ao não conquistar, acabam por ser rotulados pela pecha de derrotados, malsucedidos e incapazes. Lima Barreto agiu dentro de um campo de possibilidades que lhe foi possível em seu tempo, tornando-se um intelectual de grande envergadura.

Buscamos aqui redimensionar e construir um perfil amplo da trajetória intelectual de Lima Barreto, afastando-o de toda e qualquer apreensão baseada em apreensões lineares, sempre coerentes e estáticas, ou mesmo balizada por livres escolhas individuais. Propondo uma visão mais complexa em torno de sua escritura, trouxemos à cena aspectos que inter-relacionassem o humano ao social: desde as pressões sociais vividas, as oportunidades nas quais se inseriu e forjou (ainda que não devamos esquecer que tenham se constituído dentro dos limites das possibilidades existentes), a trama vivida entre aproximações cada vez maiores com meios intelectualizados e com a pobreza imperante, o anseio por ser reconhecido, de viver do seu ofício, e por que não, de escrever para sobreviver, também.

⁹¹ BARBOSA, Francisco de Assis (org.), 1952(a), p. 60.

2.3 O intelectual mestiço e as questões sociais

Senhor, escrevo-lhe esta carta, cheio de audácia, ao deixar a leitura do seu livro – *A Democracia diante da Ciência*. Ciente de que o senhor perdoará os meus erros de francês, esta carta tem por fim oferecer-lhe informações sobre as atividades dos mulatos em meu país. Eu também sou mulato, moço, com vinte e cinco anos, e tendo estudado na Escola Politécnica do Rio, deixei de continuar meu curso (Engenharia Civil) para me dedicar à literatura e ao estudo das questões sociais. Hoje, sou redator de duas pequenas revistas aqui no Rio, onde nasci, e funcionário da Secretaria da Guerra. Ao ler o seu belo livro, observei que o senhor está a par das coisas da Índia e pouco sabe sobre os mulatos do Brasil. Nas letras brasileiras, já florescentes, os mulatos ocuparam lugar de destaque. O maior poeta nacional, Gonçalves Dias, era mulato; o mais erudito dos nossos músicos, espécie de palestrina, José Maurício, era mulato; os grandes nomes atuais da literatura – Olavo Bilac, Machado de Assis e Coelho Neto – são mulatos. A corrente mulata já existe há século e meio, desde Caldas Barbosa (1740 – 1800) e Silva Avarenga (1749- 1814) até Bilac, Neto e Machado de Assis. Temos tidos grandes jornalistas mulatos: José do Patrocínio (também romancista), Ferreira de Meneses e Ferreira de Araújo, sábios engenheiros, médicos, advogados, eruditos, juristas, etc. Se desejar informações mais desenvolvidas, poderei fornecer-lhe em outra carta. Peço-lhe desculpas de me exprimir mal na sua bela língua, coisa que impus a mim mesmo para apontar certos juízos falsos com que o mundo civilizado envolve os homens de cor. Espero que o senhor Bouglé saiba perceber nesta carta um desejo muito puro de verdade e justiça, que sai de uma pequena alma sofredora. [grifos meus]⁹²

O fragmento acima faz parte de uma carta de Lima Barreto, escrita no ano de 1906, endereçada ao sociólogo francês, e discípulo de Durkeim, Célestin Bouglé, que ao que parece nunca respondeu, tendo em vista a ausência de registros.

As ponderações de Lima Barreto surgem após a leitura de um dos livros daquele intelectual, denominado *A Democracia diante da Ciência*, publicado em 1904, e lido em francês pelo escritor brasileiro. Aqui fica o questionamento: o que teria levado Lima a escrever essa carta ao escritor francês, logo após a leitura de seu livro, a ponto de fazer menção as ideias de sofrimento, verdade e justiça, quanto a situação dos homens de cor no Brasil?

Incomodou-o as expressões “Democracia” e “Ciência”, que aparecem intitulado a obra? Teria em vista as resultantes controversas advindas da leitura? Se pensarmos que tais denominações integraram o vocabulário político e científico do período, ao mesmo tempo em que eram balizas para hierarquizar e classificar populações não coadunadas segundo a “lógica” dos colonizadores, as ponderações de Lima Barreto possuíam um sentido expresso em indignação.

Mais do que suscitar questionamentos, a carta parece indicar uma contribuição, um debate às ideias do francês. O tom da carta dimensiona a tentativa de Lima em mostrar ao

⁹² BARBOSA, 1952(a), p. 157-158.

sociólogo que os homens de cor no Brasil, inclusive ele, tinham qualidades intelectuais, nada devendo a outros, indo assim, de encontro ao pensamento contemporâneo que vigorava - o qual fazia questão de mostrar uma suposta inferioridade dos povos não europeus, pejorativamente denominados por “mestiços”, “misturados” e “miscigenados” (proliferadores de doenças e outras anomalias), incapazes de gerir a própria vida, “inadequados” ao mundo civilizado e moderno, logo, fadados ao desaparecimento.

Provavelmente, por isso, o autor tenha sentido a necessidade de apresentar a composição da intelectualidade brasileira, de cor. Era uma forma de dar a ver, que não só esse grupo social não desapareceria, como se fortalecia, crescendo em número, apresentando suas qualidades. Tratavam-se de referências a desmitificar avaliações de cunho determinista, e de forte tendência racial.

E Lima Barreto cita esses nomes, embora parte desses mesmos intelectuais omitisse a sua condição de negro/mestiço, e que somadas vezes, não se visse nessa condição⁹³, ou seja, esses sujeitos adentravam os meios intelectuais, aproximando-se socialmente das elites, amparando-se na condição de “brancos”. Esses autores atuaram em diversos momentos da “história da nação”, abarcando uma periodização que ia da Colônia à recém-instaurada República. Dessa forma, Lima Barreto procurava colocar em xeque certos constructos baseados em *a priori*, mascarados de ciência, e assim fazia cair por terra a tão propagandeada falta de aptidão dos negros e mestiços para com o universo das ideias.

Claro que não podemos esquecer que Lima Barreto, assim como os outros mulatos por ele citados na carta, passaram por um processo de escolarização, e inclusive, que muitos deles, como o próprio Lima, acessaram os bancos das instituições de nível superior existentes na época – muito embora não constituíssem a maioria, frente ao grande universo da população pauperizada e de cor do Brasil, a listagem revela o quão falhos eram os pressupostos racistas (estigmatizando essas pessoas com adjetivos, tais quais: preguiçosos, indolentes, fisicamente fracos, suscetíveis a vícios de toda natureza, etc).

Como já fora dito, muitos dos intelectuais citados por Lima Barreto como sendo de cor, não se enxergavam enquanto tal, como portadores, em suas veias, de sangue africano e/ou indígena. Nessa omissão, havia mesmo certo receio quanto ao futuro de um país

⁹³ Algo a ser ressaltado aqui, é o nome do poeta simbolista Cruz e Sousa, criador do poema *O emparedado*, que não apareceu aqui, entre os nomes citados por Lima Barreto. Justamente ele, o poeta que talvez tenha melhor expressado, através de versos, a situação de exclusão a que foram relegados os homens de cor naquele momento. Sua poesia é importante não só pelo caráter denunciador que possui, mas porque é também o ponto de vista do próprio negro que experimenta e vivencia tal situação.

extremamente misturado como era o Brasil, mas é verdade também que existiam vozes dissonantes a fazerem leituras críticas das absurdas teorias raciais.

Segundo Lilia Moritz Schwarcz, durante o século XIX, vários foram os viajantes, cientistas e intelectuais estrangeiros, que de passagem pelo Brasil, atribuíram aspectos extremamente pessimistas ao país, tendo em vista a mistura racial da população. Dentre eles, destacaram-se Louis Agassiz e Arthur Gobineau, ambos caracterizaram a população local como deficiente em energia física e mental, assustadoramente feia e deteriorada, fruto do amálgama das raças - que na visão de ambos, teria sido mais intensa aqui, do que em qualquer outro lugar do mundo. Para tais homens de “saber”, era a mistura das raças, e conseqüentemente, a mestiçagem, os quesitos maléficos a formação do povo. Desse modo, estaríamos condenados a instabilidade em vários quesitos de nossa vida social.⁹⁴

Ainda durante esse período seriam várias as expedições ao Brasil, que tinham por objetivo catalogar espécies animais e vegetais, além de elementos geológicos para a construção de interpretações sobre o território. Pautando suas caracterizações na exuberância da natureza, seria essa última também a informar o que seríamos enquanto povo, pois a mesma era apontada como elemento a capacitar ou não a atividade humana, na sua tentativa de fundar uma civilização em terras tropicais nos moldes do velho mundo.

No entremeio dessa catalogação, foram também feitas avaliações sobre os caracteres da população local, apontando, a partir disso, sua suposta decadência moral e física, associando mulatos e mestiços a mulas, supostamente estéreis, ou quando convinha, de serem excessivamente férteis.

No limite, essas visões também produziriam um discurso extremamente fatalista sobre o futuro de tais populações. Todavia, não podemos esquecer que tais olhares, de cunho pejorativo, recaíam, quase sempre, sobre populações vivendo em situação de extrema miséria, desprovidas, na maioria das vezes, de elementos básicos que possibilitassem a sobrevivência; tais caracterizações se tornariam discursos incorporados e (re) significados pelas elites locais, ávidas consumidoras do “pensamento” advindo do exterior, resvalando numa caracterização racista, mas também classista, sobre tais segmentos da população.

Nas primeiras décadas do século XX, a intelectualidade local como, por exemplo, João Batista Lacerda, então diretor do Museu Nacional do Rio de Janeiro, ao ser convidado a participar do I Congresso Internacional das Raças, realizado em julho de 1911, apresentava a seguinte tese: “*O Brasil mestiço de hoje tem no branqueamento em um século sua*

⁹⁴ SCHWARCZ, 1993, p. 13.

perspectiva, saída e solução". Logo podemos inquirir que a mestiçagem da população parecia, ainda, constituir um medo, manifestado agora pela "inteligência" local. A tese proposta era, portanto, de que a mestiçagem era uma doença, e o branqueamento, via migração europeia, a cura.⁹⁵

Esse pavor da mestiçagem na população brasileira, e de suas consequências para o país, foram também objeto de grandes preocupações de um intelectual da estirpe de um Rui Barbosa, tido como um grande sábio da época, que dizia:

É um mal de que só a raça negra logra imunidade, raro desmentida apenas no curso das mais violentas epidemias, e em cujo obituário, nos centros onde avultava a imigração europeia, a contribuição das colônias estrangeiras subia a 92 por cento sobre o total de mortos. Conservadores do elemento africano, exterminadora do elemento europeu, a praga amarela, negreira e xenófoba, atacava a existência da nação na sua medula, na seiva regeneratriz do bom sangue africano, com que a corrente imigratória nos vem depurar as veias da mestiçagem primitiva, e nos dava, aos olhos do mundo civilizado, os ares de um matadouro da raça branca.⁹⁶

As palavras foram proferidas no momento em que levadas de imigrantes chegavam ao país a fim de substituir os negros nas grandes plantações de café, e coincidia com os surtos de epidemias de febre amarela que assolavam a cidade do Rio de Janeiro, que para o estadista, tinha como alvo principal as populações europeias que aqui desciam dos navios, objetivando ganhar a vida, e trazer civilização à barbárie aqui reinante.

Avaliava ainda o político, que tal flagelo era um fator complicador, uma vez que poupava a raça negra e massacrava a branca vinda da Europa. Fica perceptível nas linhas acima o registro racista, advindo da mente do tão afamado homem das letras. E acabava ainda, por revelar, a expectativa das elites no projeto de branqueamento, via imigração europeia, ao passo que também denunciava seus sentimentos quanto a população de cor.

Há de se destacar que a questão racial mencionada é um dos desdobramentos da questão social à brasileira. Se na Europa, essa experiência se materializava em vista das condições vividas pela classe operária, que crescia em quantidade na mesma proporção que a sua miséria, fruto das contradições do mundo "desenvolvido", a realidade vivenciada no Brasil dos finais do século XIX e início do XX, ganhava contornos peculiares, tipicamente nacionais, mas nem por isso, fora da lógica do capital.

Nesse período, no Brasil, vivia-se transformações de ordens variadas, mas nem por isso, também contraditórias e excludentes. Os problemas sociais intensificados pela abolição

⁹⁵SCHWARCZ, 1993, *passim*.

⁹⁶CHALHOUB, 1996 *Apud* BODSTEIN, p. 42-43.

da escravidão reverberariam um ano depois, em 1889, na queda da monarquia e na ascensão do regime republicano. Muitos proprietários de terras e de escravos, vendo seus cativos serem libertos, e seu poder político ruindo, logo cuidaram de mudar de posição, adequando-se a recém-instaurada República. Tal comportamento receberia da pena de Lima Barreto uma atenção especial, insinuando, ele, existir por aqui, uma “República dos Camaleões”, dada a facilidade de adaptação à nova ordem vigente, por parte de determinados indivíduos e segmentos sociais.

Por outro lado, a questão escravista e os dos recém-libertos se tornaram problemas ao regime republicano. Ora, o fim da escravidão não reverberou em inclusão da população negra nos aspectos formais de uma cidadania plena, pelo contrário; para um regime que se dizia republicano e liberal, outras formas de diferenciação social foram criadas. Se antes o trabalhador era o escravo, agora, era definido como trabalhador negro e livre, informando uma nova construção social, que ao final das contas, passou a ser visto pelas elites nacionais como um mal a ser extirpado do território e de nossa história.

Em vista disso, basta atentarmos para a política de migração que tinha por objetivo trazer europeus para cá, mas não qualquer europeu, a preferência era por alemães, suíços e italianos, para ficarmos com exemplos bem sugestivos, e que teria por finalidade “melhorar” os caracteres e a descendência da população brasileira, supostamente degenerada e de qualidade inferior, devido ao contato entre portugueses, indígenas e africanos, mas principalmente por conta desses dois últimos.

Sendo assim, o branqueamento da população era a solução nacional encontrada. A biologia era convidada, na condição de protagonista, a resolver um problema de grande lastro social. O problema deixava de ser a instituição escravidão, para ser tornar o negro recém-liberto e seus descendentes. Era quando ganhava espaço certos discursos, tanto médico-higienistas, como jurídicos, a legitimar velhas e novas percepções sobre essa considerável parcela da população pobre e de cor.

Conformavam-se, então, as “classes pobres e perigosas”, assim definidas, em virtude de buscarem meios supostamente ilegais, não pautados numa ética do trabalho rotineiro, para continuar sobrevivendo. Alvo da vigilância estatal, Lima Barreto questionava em seu “*Cemitérios dos Vivos*”, em 1921, o comportamento da polícia em ter na ponta da língua a seguinte expressão: “*em todo cidadão de cor há a malandragem*”.⁹⁷

⁹⁷ LIMA BARRETO, Afonso Henriques de. In: BARBOSA, Francisco de Assis (org.). *Cemitério dos Vivos: Memórias*. São Paulo: Brasiliense, 1956(b), p. 151-152.

De cunho marcadamente preconceituoso e racista, ancorados em expressões mascaradas de cientificidade, vigentes à época, tais discursos/práticas acabariam por referendar a associação entre origem social e questões concernentes a raça; para ser mais exato, a então ideia de “classes pobres e perigosas” adentrava o território nacional com significados bem peculiares, provando mais uma vez a plasticidade e adaptação do “conhecimento” compilado no exterior com a realidade nacional.

O historiador Sidney Chalhoub, em seu estudo sobre os cortiços e doenças no final do século XIX e início do XX, no Rio de Janeiro, diz que os saberes médicos ao tentarem extinguir as epidemias de febre amarela que assolavam a capital do Império, e posteriormente da República, acabaram por produzir formas de atuação que explicitavam um forte posicionamento racista.

Segundo o autor isso fica indicado na tentativa de extirpar a febre amarela, também chamada de “vômito preto”, que afetava especialmente a população de imigrantes europeus, ao tempo que o mesmo não acontecia à tuberculose, simplesmente ignorada, pois afetava principalmente a população de negros escravizados e libertos, ou os pobres nacionais que moravam nos cortiços e habitações populares.

O historiador conclui que os negros morriam à época, em maioria, em virtude de doenças como a tuberculose e a varíola. E então faz um questionamento: as autoridades públicas não estavam preparadas para lidar com a situação, ou na verdade, não queriam? O que localiza em seus estudos é que essas autoridades não faziam a mínima questão de perceber, quanto menos priorizar o combate a tais moléstias, porque atingia de cheio “certos” alvos da população.⁹⁸

Enfim, não havia projetos políticos com intuito de sanar, ou diminuir a mortandade em determinados espaços, e entre certos setores da população, porque atingia exatamente as camadas sociais mais pauperizadas, cujos componentes eram formados por negros escravizados ou libertos.

Herdeiro, ou mesmo convivendo com esse pensamento, Lima Barreto se tornou um crítico bastante feroz de tais constructos elaborados sobre o Brasil. Essa inconformidade do autor se apresenta em vários momentos na escrita de seu *Diário Íntimo*, como neste trecho:

Vai se estendendo pelo mundo, a noção de que há certas raças superiores e outras inferiores, e que essa inferioridade, longe de ser transitória, é eterna e intrínseca à própria estrutura da raça. Diz-se ainda mais: que as misturas entre essas raças são

⁹⁸ CHALHOUB, Sidney. *Cidade Febril: cortiços e epidemias na Corte Imperial*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996, p. 08-09.

um vício social, uma praga e não sei que coisa feia mais. Tudo isto se diz em nome da ciência e a coberto da autoridade de sábios alemães.⁹⁹

Fica explícita a crítica quanto as ideologias raciais europeias que condenavam negros, mestiços, mulatos e seus descendentes ao desaparecimento. No entanto, tais discursos não foram produzidos somente no exterior, e não indicam apenas uma visão unilateral e estrangeira sobre o Brasil. Na verdade, a intelectualidade local no período, foi bastante assídua e atualizada na leitura de tais pressupostos (como foi visto em Rui Barbosa), incorporando, reproduzindo, produzindo, adaptando e ressignificando tais pressupostos à realidade brasileira, e que no limite, acabava por referendar uma negatividade sobre o estado social desses indivíduos.

Essa vista dessa crença bastante propagandeada, Lima Barreto continuava a tecer considerações acerca do absurdo. Isso fica patente num esboço de artigo, escrito no *Diário Íntimo*, em outubro de 1905, quando o autor questiona diretamente as teses raciais através da crítica a uma pretensa escrita autorizada:

O que se diz em alemão é verdade transcendente. Por exemplo, se eu dissesse em alemão – o quadrado tem quatro lados – seria uma cousa de alcance extraordinário, embora em nosso rasteiro português seja uma banalidade e uma quase-verdade. E assim a coisa vai se espalhando, graças à fraqueza da crítica das pessoas interessadas, e mais do que fraqueza, à covardia intelectual de que estamos apossados em face dos grandes nomes da Europa.

Urge ver o perigo dessas ideias para nossa felicidade individual e para nossa dignidade superior de homens. Atualmente, ainda não saíram dos gabinetes e laboratórios, mas, amanhã, espalhar-se-ão, ficarão à mão dos políticos, cairão sobre as rudes cabeças da massa, e talvez tenhamos que sofrer matanças, afastamentos humilhantes, e os nossos liberalíssimos tempos verão uns novos judeus.¹⁰⁰

É bastante lúcida a crítica de Lima Barreto ao perceber como certos discursos vão se constituindo sob o manto de uma suposta cientificidade, que se legitima menos pelo que revelam de fato, e mais pelo lugar autorizado e de poder que ocupam na hierarquia dos países ditos civilizados, que parece ser a Alemanha naquele momento, uma “potência” em constante ascensão. Isso se revela quando autor ironiza as informações ditas em alemão, pois tolas, alcançam o status de ciência, não acontecendo o mesmo àquilo afirmado em português. Tanto que o autor admite o medo que tinha de tais ideias, que transformavam “preconceitos” em “conceitos” – em outras palavras, negros e mestiços são seres inferiores, e portanto, isso era uma verdade incontestável.

⁹⁹ LIMA BARRETO, 1956(c), p. 48.

¹⁰⁰ *Ibid.*, p. 48.

A carta escrita em francês, enviada por Lima Barreto a Célestin Bouglé, transcrita no início desse tópico, mostra-se como uma contra-evidência ao pressuposto dessa “ciência”. O autor diz ter escrito a carta na língua do sociólogo, justamente para mostrar aos preconceituosos de plantão, que indivíduos de sua origem (mulatos, negros e mestiços) são capazes de falar e escrever em outro idioma, nada devendo aos brancos, supostamente “superiores”.

No entanto não podemos esquecer também que, tendo Lima Barreto perspectivas de ocupar os espaços existentes no mundo das letras, ao ler e escrever em outro idioma, principalmente o francês, não fugia às características da intelectualidade de seu tempo: de ter a Europa (e a França, mais especificamente) como universo de deslumbramento, embora lhe tecesse críticas.

Ora, no período estudado os ventos do pensamento europeu sopravam para o lado de cá, e as ideias francesas pareciam ser as preferidas, ou as que mais empolgavam a intelectualidade local, ainda que não fossem as únicas a fazerem parte do repertório de leituras de tais indivíduos.

Ao estudar as ideias políticas de Lima Barreto, em sua tese de doutorado, o historiador Denilson Botelho percebeu em inventário feito sobre a *Limana* (nome dado por Lima Barreto a sua biblioteca), que num universo de 707 livros listados, 423 títulos estavam escritos em língua francesa, seguidos de 225 em português, 23 em italiano, mais 10 em espanhol, e 9 em inglês. Tratava-se de uma biblioteca predominantemente francesa, nas palavras do pesquisador.¹⁰¹

Vale mencionarmos ainda que Lima Barreto lia e colecionava publicações de revistas naquele idioma, a exemplo da *Revue des Deux Mondes*, cujo exemplar o autor se encontrava abraçado no momento de seu falecimento, em novembro de 1922, na casa em que morava no subúrbio de Todos os Santos.¹⁰²

Na leitura das cartas trocadas entre Lima Barreto e seu amigo, Antônio Noronha Santos, entre os anos de 1904 e 1920, foi que descobrimos como o autor tomava contato com as publicações estrangeiras, mais especificamente, as francesas. Antônio Noronha ao viajar à Europa, e de passagem em Paris, não só lhe enviava revistas e jornais de lá, como sempre os trazia à pedido de Lima, que chegava mesmo a pedir periódicos com prazo de validade já vencidos. Também solicitava livros de autores recém-lançados, as últimas novidades das

artes

¹⁰¹ BOTELHO, Denilson. *Letras Militantes: história, política e literatura em Lima Barreto*. 2001. Tese (Doutorado) - Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2001, p.170.

¹⁰² BARBOSA, 2012, p. 358.

e das letras europeias; e assim, ia trocando publicações variadas com colegas jornalistas e literatos.

Esse contato da intelectualidade nacional com a cultura europeia já foi bastante analisado por estudiosos das mais diversas áreas do conhecimento, indo da história, passando pela crítica literária e chegando aos estudos de sociologia, todos acabaram por indicar um conjunto de argumentos semelhantes a respeito de tal assunto: que nossas letras passaram a sofrer uma “influência” mais acentuada da literatura estrangeira, sobretudo a francesa, durante essa época.¹⁰³

Afirmam que a própria denominação do período, *Belle Époque*, até a prática dos autores nacionais se utilizarem da língua francesa como meio de expressão literária (Alphonsus de Guimaraens, Freitas Vale), passando pela influência exercida em outras áreas (arquitetura, artes plásticas, música) – tudo isso constituía o universo de práticas dessa intelectualidade.

Mas é verdade também, que não eram somente as ideias francesas (com a presença soberana de Anatole France, um Zola ou um Hugo) que empolgavam nossos literatos, outras referências como, por exemplo, a inglesa (por meio da figura extravagante de Oscar Wilde), a italiana (com a literatura célebre de D’ Annunzio), a alemã (em função das teorias de Nietzsche) e a portuguesa (com os romances irônicos e incisivos de Eça de Queiroz), exerceram profunda influência em nosso meio, o que daria ao período, literalmente, uma atmosfera artificialmente cosmopolita.

Como já fora dito, o próprio Lima Barreto era bastante atualizado com as últimas novidades das letras e das artes advindas da França, embora não deixasse, em várias oportunidades, de tecer críticas a essa mania de certos homens de letras, no nosso país, de valorizar demasiadamente a cultura estrangeira, principalmente a francesa, ao mesmo tempo que ignorava, em muitos aspectos, o que era nacional.

Como se vê, Lima Barreto não destoava da mentalidade intelectual da época no que concerne ao acesso a leituras estrangeiras, mais especificamente, as originárias da língua francesa; por outro lado é também verdade que tentava ter percepções mais críticas da realidade, ao ponto de quase sempre tecer considerações ferinas sobre a forma pela qual a intelectualidade local absorvia as últimas novidades do além-mar. A própria carta do autor

¹⁰³ Para ler mais sobre isso, ver: MICELI, 2001; NEEDELL, Jeffrey D. *Belle Époque Tropical: sociedade e cultura de elite no Rio de Janeiro na virada do século*. São Paulo: Companhia das Letras, 1993; SEVCENKO, Nicolau. *Literatura como Missão: tensões sociais e criação cultural na Primeira República*. São Paulo: Brasiliense, 1999; SILVA, Maurício. *A Hélade e o Subúrbio: confrontos literários na Belle Époque carioca*. São Paulo: EDUSP, 2006; SÜSSEKIND, Flora. *Cinematógrafo de Letras: literatura, técnica e modernização no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1986.

indica essa posição de procurar dialogar, mas não submeter-se, aos preceitos cunhados do exterior sobre a realidade da nação, e de sua população mestiça.

Esse movimento intelectual promovido por Lima Barreto talvez tenha iniciado, ou incitado, uma positividade das palavras, especialmente no que concerne a “mulato”, “negro” e “mestiço”, que apareciam em seu tempo, de modo geral, carregadas de adjetivações pejorativas, associadas a feiura, vício, incivilização, inadaptação, deterioração, animalização. Em virtude do próprio autor se autoidentificar mulato, ele acabava por fazer uso corrente da expressão em seus textos, positivando-a frente às produções discursivas de cunho racista.

Um ano após a confecção daquela missiva endereçada a Célestin Bouglé, em 1907, Lima Barreto lançaria seu livro de estreia “*Recordações do Escrivão Isaías Caminha*”, e pela boca de um mulato, protagonista do enredo, teceria críticas ferinas aos homens de letras e ao pensamento vigente no período.

Em seu primeiro romance, um jovem rapaz negro aparecia como personagem principal realçando a questão da negritude, como talvez nunca o tivessem feito até então na literatura nacional. Estava lançada sua perspectiva analítica que não seria bem recebida pela crítica.

Nas palavras de José Veríssimo, em carta enviada ao autor, a obra tem por característica um forte personalismo, atribuindo a isso, o não ocultamento dos sentimentos de Lima Barreto, embora ao fim, nas palavras do próprio crítico, houvesse certo reconhecimento quanto a qualidade e o talento que o autor poderia vir a desenvolver.¹⁰⁴

Algo semelhante diria Medeiros de Albuquerque, pois, mesmo confirmando seu talento, afirmando que Lima já se encontrava pronto para a prática literária, condena o romance como sendo à moda dos *romans à clef*, carregada por demais de alusões pessoais.

Embora ambos os críticos reconhecessem o talento do autor, sinalizando para a qualidade dos traços estéticos, são unânimes em condenar o conteúdo escolhido, e principalmente suas motivações, e isso é perceptível na forma como definem o livro: pessoalista, ressentido, amargurado; ou seja, fazem uso de palavras que evidenciam não só o descontentamento, mas uma forte conotação pejorativa.

É sintomático como certas adjetivações, sempre apareçam quando os setores mais pauperizados da população questionam a ordem vigente. Parece fazer parte das classes dominantes, das elites e da escrita autorizada, recorrerem a tal estratégia, qual seja: caracterizar os pobres enquanto loucos, histéricos, ressentidos, invejosos, amargurados, com

¹⁰⁴ BARBOSA, 1952(a), 45-47.

fim, é claro, de deslegitimar suas lutas. Essa leitura sobre Lima Barreto parece representar, em alguma medida, essas construções sociais.

3 UMA ESCRITA DO LIMITE DA SOBREVIVÊNCIA

Afonso Henriques de Lima Barreto tornou-se extremamente conhecido pelos seus escritos que explicitaram de forma bastante crítica e provocativa as contradições da República, na sua relação com os pobres do início do século XX. Foram, na verdade, pouquíssimos os escritores de sua geração que ousaram fazer da escrita um objeto de militância e crítica aos preceitos da modernidade arrogados pelos então detentores do poder, seus apaniguados e confrades.

Nesse universo das letras, Euclides da Cunha talvez tenha sido um dos pouquíssimos, que através de sua obra *Os sertões*, fez ponderações sobre os limites do progresso construído às custas do suor da maioria população, beneficiando, porém, uma minoria encastelada no poder.

Embora seja verdade que o mesmo Euclides da Cunha fora um grande entusiasta das possíveis melhorias que o progresso da ciência poderia fomentar na felicidade dos povos, e um dos adeptos do novo regime que se insinuava, lutando, inclusive pela instauração da República; logo depois do 15 de Novembro ele se juntou ao coro dos descontentes, transformando-se num crítico ferrenho do novo regime.

Materializada em artigos e livros, dentre eles *Os sertões*, *A Margem da História e Contraste e Confrontos*, a crítica do jornalista, engenheiro e literato, materializou-se no uso da pena para denunciar a deturpação do novo regime, surgido a partir de um golpe.

Apesar disso Euclides da Cunha nunca deixou de ser reconhecido como grande escritor, ingressando na Academia Brasileira de Letras e no Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo, para não esquecermos o tumultuado ingresso no Colégio D. Pedro II - em que utilizou-se da intervenção de amigos ligados ao regime para assumir a vaga; entre outros inúmeros cargos assumidos esporadicamente, a exemplo do ingresso nas comissões de exploração de terras no norte do país.¹⁰⁵

Ora, tal resgate se torna importante para situamos um pouco o universo cultural pós-proclamação da República, objetivando com isso uma melhor apreensão sobre as tomadas de

¹⁰⁵ Para ver mais sobre isso, ver: LIMA, Nísia Trindade. Euclides da Cunha: o Brasil como Sertão. In: BOTELHO, André; SCHWARCZ, Lília Moritz (orgs.). *Um Enigma Chamado Brasil: 29 intérpretes e um país*. São Paulo: Companhia das Letras, pp. 104-117, 2009; SEVCENKO, 2003; VENTURA, Roberto. Euclides da Cunha no Vale da Morte. *Revista USP*, São Paulo, v. 2, no. 54, 16-29, jun-ago, 2002; _____. Euclides da Cunha e a República. *Estudos Avançados*, São Paulo, v. 10, no. 26, jan.-abr., pp. 72-85, 1996.

decisão e escolhas feitas pelo escritor-alvo de nosso estudo, Lima Barreto, outro crítico da República recém constituída.

Marcadamente pelo conjunto de sua obra é ele que, como nenhum outro em sua época, destrinchou e analisou em minúcias os meandros do Brasil República, sempre com certa dose de ironia, que logo desembocava na sátira e na mais generalizada chacota, ao mesmo tempo em que expressava um radicalismo apaixonado em sua escrita. E um detalhe importante: ele nunca ocupou as cadeiras da Academia Brasileira de Letras!

Pertencendo aos setores médios da sociedade carioca, mas em constante processo de empobrecimento, o autor fazia da complexidade do seu viver a porta de entrada de uma escrita sobre a peleja dos pobres.

Seus personagens eram pretos e brancos, moradores do subúrbio e dos arrabaldes da capital da República - pobres, que experimentavam todas as contradições possíveis daqueles que não vivem, e sim, aguentam a vida; cuja “resignação” poderia mostrar-se como a melhor forma de lutar, porque o confronto travado tinha por objetivo primeiro, a sobrevivência cotidiana.

E, talvez, os pobres “resignados” fossem um olhar possível feito pelo autor, a fim é claro, de lançar uma perspectiva de entendimento sobre seus comportamentos diante da miséria e do descaso a que eram submetidos. Como dissemos, essa é uma perspectiva, mas não a única. O literato também demonstrou, por inúmeras vezes, atitudes dos populares que nada tinham de resignação, pelo contrário. Tais comportamentos, embora não atendessem a certo padrão almejado pelos intelectuais, e em parte até pelo próprio autor, eram ações de resistência ao novo regime instaurado e às práticas que mantinham as relações de poder. Vamos a análise de seus escritos.

3.1 Escrever sobre os pobres é, também, falar sobre a República

Num dos romances de Lima Barreto, *Clara dos Anjos*, que segundo seu *Diário* sugere começou a ser esboçado por volta de 1904, mas só vindo a público por meio da revista *O mundo Literário*, em 1922, o literato mostra a centralidade do enredo em torno da família negra e pobre de Joaquim dos Anjos, cuja filha havia sido deflorada pelo famigerado Cassi Jones, jovem branco, de uma classe média muito bem situada no subúrbio, que se isenta de quaisquer responsabilidades para com a moça após o ato.

Através da situação de defloração, Lima Barreto acaba por retratar também a situação dos vários sujeitos moradores dos subúrbios na capital da República. O relato do nascer do dia é sugestivo do contingente de homens e mulheres que saem de todos os cantos e recantos da cidade buscando como alvo primeiro, a sobrevivência.

Vindo de lugares distantes, muitos deles já expulsos das regiões centrais da cidade devido as reformas urbanas, esses indivíduos aparecem como que percorrendo longas jornadas a fim de, a muito custo, ganhar algum tostão que possibilitasse a manutenção da esperança de viverem por mais um dia, e recomeçar tudo novamente. A descrição do autor é carregada, não somente de rara sensibilidade, mas de aguda crítica:

Mais ou menos é assim o subúrbio, na sua pobreza e no seu abandono em que os poderes públicos o deixam. Pelas primeiras horas da manhã, de todas aquelas bibocas, alforjas, trilhos, morros, travessas, grotas, ruas, sai gente que se encaminha para a estação mais próxima; alguns morando mais longe, em Inhaúma, em Caxambi, em Jacarapeguá, pedem amor a alguns níqueis e tomam bondes que chegam cheios às estações. Esse movimento dura até as dez horas da manhã e há toda uma população de certo ponto da cidade no número dos que nele tomam parte. São operários, pequenos empregados, militares de todas as patentes, inferiores de milícias prestantes, funcionários públicos e gente que, apesar de homens, vive de pequenas transações, do dia a dia, em que ganham penosamente alguns mil-réis.¹⁰⁶

Aqui o autor elenca alguns grupos sociais possíveis, mostrando a rotina comum de cada um deles rumo ao trabalho. Retrata, também, aqueles que facilmente seriam vistos pelos poderes vigentes como possíveis “desclassificados”, tendo em vista que não se alocavam em nenhum dos postos regulamentados ou reconhecidos de emprego, estando sempre a fazer “serviços” outros que lhes rendessem o mínimo para sobreviver – aqueles que, muito provavelmente, constituíam o exército de reserva, e que em várias situações poderiam oferecer-se como mercadoria, fazendo cair para baixo os salários do conjunto dos trabalhadores, como assinalava Karl Marx¹⁰⁷.

Assim, o autor coloca no centro de sua escrita as ações daqueles que fazem da incerteza a “arte” da sobrevivência; que para os mesmos, desprovidos das necessidades básicas, e abandonados pelos poderes públicos, significava improvisar a existência. Tem-se aqui, a representação das experiências de sujeitos que até pouco tempo eram ignorados não só pelos poderes constituídos de todos os tempos, mas pelas letras nacionais e pela própria disciplina história.

¹⁰⁶ LIMA BARRETO, Afonso Henriques de. *Clara dos Anjos*. Rio – São Paulo – Fortaleza: Editora ABC, 2002, p. 75-76.

¹⁰⁷ Marx, Karl. *Contribuição à Crítica da Economia Política*. Tradução: Maria Helena Barreiro Alves. 3ª. Edição. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

Segundo Paulo César Garcez Marins, ainda que as elites atribuíssem adjetivações como “desordem” e “tumulto” para qualificar a ação cotidiana dos pobres na capital republicana, e com isso legitimar as intervenções na malha urbana, o autor afirma que a dimensão desses qualificativos poderia ser vista noutras cidades brasileiras para definir a sobrevivência e o agir social dos mais pauperizados.¹⁰⁸

Na verdade, o imprevisto, como analisaremos adiante, resume em grande medida a vida dos pobres descritos e construídos pela pena de Lima Barreto, pois tomando contato somente com as migalhas e os rebotalhos que sobram do dito progresso, reinventam ao seu modo a sobrevivência em todos os aspectos da vida social:

A casa só tinha dois aposentos iguais, que se comunicavam por uma porta. Não fora a rua, não teria frente nem fundos, tão semelhantes eram essas extremidades dela. A irmã habitava o aposento da frente, dividido por uma cortina, que corria do portal da porta interior até ao da que dava para a rua. Era de telha-vã e de chão. Chegou em casa e comeu o feijão e arroz com pirão de fubá de milho, que a irmã lhe guardava sempre. Fez isto a luz de um “vagabundo”, espécie de lanterna, de querosene, reduzida aos seus últimos elementos. Bebeu dois ou três cálices de Parati, pois sempre o tinha em casa; e estirou-se num velho canapé, com um fundo de tábuas de caixões, acolchoado com jornais. A roupa, ele a tinha tirado com todo o cuidado e com todo o cuidado depositado na guarda de uma cadeira de pau, a única existente na casa. A mesa de pinho, uma carcomida velha mesa de cozinha, tomava o resto do aposento; e, nela, roncava o palerma do sobrinho. Cobriu-se com uma manta, feita de metade de duas outras, e dormiu serenamente.¹⁰⁹

E esse imprevisto acontecia na morada, no que comer, na vestimenta, no lazer - quando tudo isso se passava lá no subúrbio, batizado pelo autor de “refugio dos infelizes”; e nos morros, que embora próximos das vistas das elites, são renegados como espaços dos indesejáveis, cujas pessoas são quistas apenas como massa humana viável a desenvolver serviços braçais, não condizentes com a situação étnica e de classe dos brancos ricos, para pontuarmos aqui o universo mental da nação advindo de uma longa trajetória, podendo ser localizada desde a época do período colonial.

Na contramão dos estereótipos, Lima Barreto mostrava tais lugares como carregados pela marca do trabalho e da solidariedade. Entre os moradores, que na ânsia de sobreviver, fazia-se de um tudo, as mulheres lavavam roupas, vendiam doces e comidas, trabalhavam como faxineiras; já os homens, trabalhavam como serventes em construções, carregadores de mercadorias, vendedores de frutas e legumes e etc. Os vizinhos sempre se ajudavam.

¹⁰⁸ MARINS GARCEZ, Paulo César. Habitação e vizinhança: limites da privacidade no surgimento das metrópoles brasileiras. In: SEVCENKO, Nicolau (org.). *História da Vida Privada no Brasil República: da Belle Époque à Era do Rádio*. V. 3. São Paulo: Companhia das Letras, pp. 131-214, 1998.

¹⁰⁹ BARRETO, 2002, p. 84-85.

Ora, o deslocamento de tais grupos para espaços distantes do centro levou, como bem ressalta Sandra Jathay Pesavento, a uma situação de calamidade, pois se por um lado os terrenos para a construção da moradia eram mais baratos, os gastos com as passagens de trem ou bonde tornavam o deslocamento inviável, principalmente para aqueles grupos que viviam das “pequenas transações”, dos serviços improvisados, vivendo numa situação de muito maior instabilidade.¹¹⁰

Como bem lembrou Jaime Benchimol ao analisar as reformas urbanas do Rio de Janeiro no contexto da Revolta da Vacina e a ação das autoridades públicas em afastar os populares do centro, os subúrbios constituíam alternativa de moradia para os segmentos das camadas médias da população como, por exemplo, funcionários públicos, militares, empregados do comércio ou trabalhadores especializados que possuíam, em parte, salários relativamente estáveis, e passíveis de suprirem despesas com transporte, ou mesmo, de adquirirem algum terreno para a construção de casa própria/ou casa a ser alugada¹¹¹. A trajetória de Lima Barreto e sua família pelo subúrbio expressava bem esse lugar social dos andarilhos na cidade, sempre em busca de moradias mais baratas e cômodas – mas que de todo modo seriam pagas, e com bastante dificuldade.

Para aquele exército de miseráveis e empobrecidos que viviam de ofícios esporádicos e sazonais, cuja característica mais latente era a instabilidade, a aquisição da casa própria, mesmo no subúrbio, era difícil. O autor ainda assevera que à época foram formadas várias comissões pelo Governo a fim de avaliar a situação das moradias populares, “pujante aldeia de casebres e choças”, que foram construídas no meio da capital republicana, mantendo-se por lá a poucos passos da famosa Avenida Central, grande símbolo do progresso e modernidade.

Não é à toa que Lima Barreto não se cansaria de fazer menção em seus escritos, fossem eles de cunho ficcional ou não, da moradia dos pobres, denominando-as em seu romance *Triste Fim de Policarpo Quaresma*, de “caixotins humanos”, onde um amontoado de seres vivia imprensado em cubículos, feitos de restos, de sobras de materiais já inutilizados; ou ainda na descrição minuciosa feita em *Clara dos Anjos*:

Há casas, casinhas, casebres, barracões, choça, por toda a parte onde se possa fincar quatro estacas de pau e uni-las por paredes duvidosas. Todo o material para estas

¹¹⁰ PESAVENTO, Sandra Jathay. *Imaginário da Cidade*. Visões do Literário: Paris, Rio de Janeiro, Porto Alegre. 2ª Edição. Porto Alegre: UFRGS, 2002, p.176.

¹¹¹ BENCHIMOL, Jaime. Reforma Urbana e Revolta da Vacina na cidade do Rio de Janeiro. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucila de Almeida Neves. *O Brasil Republicano*. O tempo do liberalismo excludente: da Proclamação República à Revolução de 1930. V. 1. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, pp. 231- 256, 2003.

construções serve: são latas de fósforos distendidas, telhas velhas, folhas de zinco, e, para as nervuras das paredes de taipa, o bambu, que não é barato.¹¹²

Como é possível detectar em ambos os romances, a questão da moradia e dos modos de morar dos pobres é fortemente enfatizada, demonstrando, portanto, uma cidade não unívoca, tendo ela outro lado - diferente daquela que se dizia moderna e que parecia caminhar rumo ao dito progresso, embora às custas da miséria de muitos.

Os aspectos apregoados pelo regime Republicano em torno da cidadania e do respeito aos direitos do povo eram, assim, colocados às vistas por Lima Barreto, demonstrando o alcance real da ação dos poderes públicos: o que predominava era o avesso, o oposto, a prova cabal de que a Civilização, o Progresso e a Modernidade tinham e têm seu requinte de crueldade, perversidade e barbárie.

Lima Barreto aparece, ao longo de sua trajetória de escritor, como aquele que desmascarava essa representação do Rio de Janeiro: belo, limpo, branco e moderno; e fazendo isso também questionava os limites de um progresso que tinha na capital da República a mola propulsora e catalisadora de tal empreendimento no país - a ânsia de civilização tendo por referência a grande Paris era, na verdade, um desvario das elites.

Por isso o romancista, através de suas críticas materializadas nos seus mais variados textos, colocava em xeque esse projeto de modernidade que se voltava não apenas para a cidade dita “maravilhosa”, mas para todo o país. O projeto-deslumbre carioca tinha de ser alargado para âmbito nacional, nem que para isso fosse feito o uso da força, como de fato foi - basta lembrarmos a repressão aos motins realizada nos centros urbanos (Revolta da Vacina, 1904; greves gerais, 1917/1918) e às sublevações no campo (Canudos, 1896 e Contestado, 1912).

Eis as contradições de uma República cujos poderes constituídos almejavam ser pujantes, refletindo no espelho só o desejável, ou aquilo que acreditavam piamente que fosse. Por isso essa manifestação de espanto e de indignação por parte de Lima Barreto, que parecia não ver, como de fato não via, o tal reflexo do almejado progresso – nada havia de melhoria significativa na vida dos pobres de sempre e de toda uma vida.

E é contra esse Rio Maravilha, pintado e bordado de reformas urbanas, ávido pelo embelezamento, que Lima Barreto colocou sua escrita a serviço de mostrar as fissuras e visões turvas do “espelho” – há outro Rio sim, indesejado porque pobre, feio, preto, atrasado, bárbaro, suburbano, deselegante -, e ele não podia ser ocultado:

¹¹² BARRETO, 2002, p. 73.

Os botequins e tascas estavam povoados do que há de mais sórdido na nossa população. Aqueles becos escuros, guarnecidos, de um e outro lado, por altos sobrados, de cujas janelas pediam peças de roupa a enxugar, mal varridos, pouco transitados, formavam uma estranha cidade à parte, onde se iam refugiar homens e mulheres que haviam caído na mais baixa degradação e jaziam no último degrau da sociedade. Escondiam, na sombra daquelas betesgas coloniais, nas alcovas sem luz daqueles sobrados, nos fundos caliginosos das sórdidas tavernas daquele tristonho quarteirão, a sua miséria, o seu opróbrio, a sua infinita infelicidade de deserdados de tudo deste mundo. Entre os homens, porém, ainda havia alguns com ocupação definida; marítimos, carregadores, soldados; mas as mulheres que ali se viam, haviam caído irremissivelmente na última degradação. Sujas, cabelos por pentear, umas descalças, outras de chinelos, tamancos. Todas metiam mais pena que desejo. Como em toda e qualquer seção da nossa sociedade, aquele agrupamento de miseráveis era bem um índice dela. Havia negras, brancas, mulatas, caboclas, todas niveladas pelo mesmo relaxamento e pelo seu triste fado.¹¹³

O mulato abusado de Todos os Santos iria, assim, denunciar por inúmeras vezes o “desconhecimento” que as elites queriam ter sobre esse *outro embaixo da cama*, de quem bem falou Roberto Schwarz.¹¹⁴ Como lembrou Margarida de Souza Neves, o Rio de Janeiro representava o auge desse processo arrasador ao tentar alcançar o tão desejado progresso, materializado em reformas de ruas, avenidas, em iluminação, saneamento, facilitando a circulação dos desejáveis, com seus figurinos pautados na última moda parisiense.¹¹⁵

O conjunto das intervenções urbanas a que a cidade carioca era alvo, não se resumia somente, ou exclusivamente na tentativa de esquadrihar ruas e traçá-las em linhas retas e alargadas. O projeto era bem mais ousado e de grandes lastros de autoritarismo; pretendia penetrar fundo nas sociabilidades e valores do povo. Vejamos como isso é percebido por Lima:

A minha alma é de bandido quando vejo esses monumentos, olho-os, talvez, um pouco, como um burro; mas, por cima de tudo, como uma pessoa que se estarrece de admiração diante de suntuosidade desnecessária. É, fica assim, como o meu amigo Juvenal, medroso de entrar na vila do patrício, de que era cliente, para pedir a meia dúzia de sestércios que lhes matasse a fome. O Estado tem curiosas concepções, e esta, de abrigar uma casa de instrução, destinada aos pobres-diabos, em um palácio intimidador, é das mais curiosas. Ninguém compreende que se suba as escadas de Versalhes senão de calção, espadim e meias de seda; não se pode compreender subindo os degraus da ópera, do Garnier, mulheres sem decote e colares de brilhantes, de mil francos; como é que o Estado quer que os mal vestidos, os tristes, os que não tem livros caros, os maltrapilhos “fazedores de diamantes” avancem por escadarias suntuosas, para consultar uma obra rara, com cujo manuseio, num dizer, aí das ruas, têm a sensação de estar pregando à mulher do seu amor? A velha

¹¹³ BARRETO, 2002, p. 120.

¹¹⁴ SCHWARZ, Roberto. *Ao Vencedor, as Batatas*. São Paulo: Duas Cidades, 1977, p. 56.

¹¹⁵ NEVES, Margarida de Souza. Os Cenários da República. O Brasil na virada do século XIX para o século XX. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucila de Almeida Neves. *O Brasil Republicano*. O tempo do liberalismo excludente: da proclamação República à Revolução de 1930. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, pp. 13-44, 2003.

biblioteca era melhor, mais acessível, mais acolhedora, e não tinha a empáfia da atual.¹¹⁶

Ora, a mania de grandes obras, ao mesmo tempo em que objetiva tornar o Rio de Janeiro um local civilizado, impetrava uma simbologia de auto-exclusão aos mais pobres. Sem trajes e modos “aceitáveis”, tal exclusão não era pouca coisa quando se tratava justamente de uma instituição voltada para o conhecimento, como era a Biblioteca Pública.

No entanto é importante dizer que o autor não era contra, como mostra seu escrito, a construção de melhores alojamentos para o local de produção e disseminação do saber, mas sua visão aponta que a Biblioteca se tornara bastante imponente, inibindo a presença dos usuários mais tímidos e humildes, possivelmente se referindo a ele mesmo. Deveria, o Estado, primar por construir uma Biblioteca convidativa para receber todos, seja de que forma estivessem vestidos; que ao sair de casa em busca da leitura de um livro, de uma revista ou jornal, o indivíduo menos provido de recursos não se visse na obrigação de estar com uma vestimenta “adequada”, segundo a etiqueta imposta.

Revelador em tal fragmento é a percepção muito sutil do cronista acerca dos mecanismos de exclusão, que passam pelo crivo da intervenção direta (uso da força) e da intervenção indireta (simbólico: leis demarcatórias invisíveis), acabando por mostrar, como nesse último caso, que atos violentos também podem ser constituídos por códigos representacionais diversos, operando no alheamento de grupos e de pessoas, no caso, os pobres, vistos sempre como o outro a se manter distante, e sob controle.

Assim, a uma deliberada atitude de expulsão dos pobres do centro da cidade, com a demolição dos cortiços e destruição de antigas ruas, seguiu-se também a proibições de hábitos e costumes populares, numa verdadeira arremetida disciplinatória: cães, vadios e vacas “pertencentes” a mendigos, pessoas descalças ou sem paletó, eram todos impedidos de circular livremente pela cidade, como até então faziam.

Além disso, ordenava-se também a destruição de quiosques por serem considerados redutos de sociabilidades condenáveis; regulamentava-se a construção e demolição de prédios e, com isso, seguiam-se a valorização do solo, a especulação dos terrenos, ao tempo de uma conseqüente crise de moradia entre a população pobre. Buscava-se eliminar da vista a pobreza, que por convicção da elite, era suja e perigosa.¹¹⁷

Tudo isso acabaria por ocasionar um misto de dilaceramento e simpatia por parte de um autor sensível aos dilemas dos miseráveis, sem, no entanto, cair numa espécie de olhar

¹¹⁶ LIMA BARRETO, 1956(d), p. 37.

¹¹⁷ PESAVENTO, 2002, p. 176.

idealizador e condescendente sobre os pobres e a pobreza. Tais questões podem ser vislumbradas em seu Romance *Vida e Morte de M. J. Gonzaga de Sá*. O personagem central do enredo, Gonzaga de Sá, juntamente com seu amigo e confidente, Augusto Machado, flagrariam em suas andanças pelos subúrbios do Rio de Janeiro, a situação de miséria em que viviam parcelas significativas da população.

E tal situação é dada a ver quando Gonzaga de Sá se propõe a ir ao enterro de seu compadre, Romualdo, acabando por fomentar um cabedal de impressões sobre os moradores daqueles locais tão castigados pelos poderosos de plantão; ao mesmo tempo em que, pela boca do personagem, Lima Barreto não se abstém de criticar certo “conformismo” dos mais humildes para com a vida que levavam:

A burrice é firme e os leva a viver, apesar de tudo. Eu não compreendo, acrescentou depois de uma pausa, que um homem – um animal dotado de senso crítico, capaz de colher analogias – levanta-se às quatro horas da madrugada para vir trabalhar no Arsenal de Marinha, enquanto o ministro dorme até as onze, e ainda por cima vem de carro ou automóvel. Eu não compreendo, continuou, que haja quem se resigne a viver desse modo e organizar famílias dentro de uma sociedade, cujos dirigentes não admitem, para esses lares humildes, os mesmos princípios diretos com que mantêm os deles luxuosos, em Botafogo ou na Tijuca.¹¹⁸

Noutro momento ele faz referência a triste rotina dos pobres a caminho do trabalho:

Nessas horas, as estações se enchem, e os trens descem cheios. Mais cheios, porém, descem os que vêm do limite do distrito com o Estado do Rio. Esses são os expressos, há gente por toda parte. O interior dos carros está apinhado e os vão entre eles como que trazem quase a metade da lotação de um deles. Muitos viajam com um pé num carro e outro no imediato, agarrando-se com as mãos às grades das plataformas. Outros descem para a cidade sentados na escada de acesso para o interior do vagão e alguns, mais ousados, dependurados no corrimão de ferro, com um único pé no estribo de veículo.¹¹⁹

Dessas andanças na cidade, e através do seu olhar capcioso, Lima constroi a representação da vida do governante e do seu povo. Como aguentam tamanha disparidade? Constroi também a representação de uma viagem subúrbio-centro do Rio de Janeiro. Mostra que além de ser um verdadeiro calvário, a imagem diz muito sobre o lugar social que os pobres ocupavam: dependurados e apertados pela lógica da exclusão, sempre empurrados para as margens da sociedade.

E aqui vale a ponderação: o próprio autor era um dos usuários do trem. Adiante é possível perceber Lima Barreto, num artigo seu, descrevendo como ele conseguia captar

¹¹⁸ LIMA BARRETO, 1961, p. 133.

¹¹⁹ LIMA BARRETO, 2002, p. 76.

aquelas imagens: “*Habitualmente não viajo em segunda classe; mas tenho viajado, não só, às vezes, por necessidade como também, em certas outras, por puro prazer. Viajo quase sempre de primeira classe e isso desde muito tempo.*”¹²⁰

Inscvem-se aqui duas necessidades, uma de caráter econômica e outra, intelectual. O produto disso é a descrição do pelear cotidiano da população, apontando, também, os limites da ordem, que querendo organizar a sociedade segundo padrões supostamente modernos, faz da exclusão de grandes contingentes de homens, mulheres, crianças, velhos e doentes, sua maior característica.

O próprio Lima Barreto, juntamente com seus familiares, seria parte de tal lógica em que pretos, pobres e moradores dos subúrbios são vistos apenas como parte daquilo que se desejava extirpar, ou, no máximo, explorar. Ele mesmo seria um teimoso que viveria a pelear cotidianamente pela sobrevivência material, ansiando que seus escritos e seu modo de fazer literatura fossem aceitos como produção do melhor tipo pelos arautos da cultura nacional.

Talvez tenha sido por isso que autor manifestou certa surpresa para com as mazelas experimentadas pelos marginalizados do progresso e da modernidade, ao dizer: “*admira-me que essa gente pudesse viver lutando contra a fome, contra a moléstia e contra a civilização; que tivesse energia para viver cercada de tantos males*”.¹²¹

Essa singular compreensão do autor, tendo como premissa as palavras de ordem de seu tempo – progresso e civilização (termos controversos tanto no seu significado quanto na prática), contrapunha-se ao modo como boa parte da intelectualidade tendia a enxergá-las: como termos correlatos, capazes de, por si só, resolverem todos os problemas que afligiam as nações, principalmente aquelas localizadas abaixo dos trópicos e habitadas por uma população altamente misturada, em que predominava a mestiçagem.

Na verdade a pobreza é descrita por Lima Barreto como algo produzido socialmente, fruto da distribuição desigual entre aqueles que trabalham e uma minoria que se apropria da riqueza gerada. E isso não era pouca coisa para uma época em que boa parte da intelectualidade tendia a enxergar a pobreza como resultado de sua suposta falta de capacidade de gerir a própria vida, ou quando não, como detentores de uma total apatia para com o trabalho, diagnosticando-os como doentes, cuja enfermidade se localizava na formação étnica, donde negros, brancos e índios teriam se misturado, provocando a constituição de um tipo específico: o mestiço degenerado. Veremos mais sobre isso adiante.

¹²⁰ LIMA BARRETO, Afonso Henriques de. In: BARBOSA, Francisco de Assis (org.). *Vida Urbana* (O Trem do Subúrbio). 2ª. Edição. São Paulo. Editora Brasiliense, 1956(g).

¹²¹ LIMA BARRETO, 1961, p. 128.

Assim, se parte de seus romances revela um intelectual altamente ciente das contradições de seu tempo, quando adentramos o mundo das crônicas, essa característica não muda tanto, talvez pela própria característica do registro - a crítica assume uma forma mais direta e ferina, ainda que seja verdade que os romances, pela sua característica “ficcional”, supostamente tornasse mais fácil camuflar as palavras diretas, disfarçando a objetividade do olhar que o autor tinha da sociedade.

Segundo Sidney Chalhoub, Machado de Assis ao teorizar sobre os procedimentos de composição da crônica, teria dito que esse artefato textual era caracterizado por elementos de composição simples, tomando como matéria-prima o cotidiano, a leveza da vida, tratando de coisas sem sangue nem lágrimas, ainda que preocupado com o entendimento da realidade mais próxima.¹²²

Assim, a crônica era vista na categoria das efemeridades, com data certa de vencimento, tendo em vista que todo dia era possível a constituição de novas histórias e temas, tornando-se, supostamente velho, o fato do dia anterior em detrimento dos posteriores. Tais caracterizações relegavam aquele registro ao aspecto do “descartável”.

Todavia, as crônicas de Lima não retratam o fugidio, o fato desimportante, e sim, um cotidiano que está sempre a empurrar os pobres para baixo. Entre as diretivas do gênero, observamos também que crônica tentava dar seus primeiros passos na imprensa da época, no Brasil, quando as penas dos grandes escritores se dividiam entre feitura de livros e escrita cotidiana nos periódicos existentes.

Tal aspecto característico do ofício dos homens de letras não era diferente na vida de Lima Barreto, que além de escrever romances, desenvolvia uma intensa atividade intelectual em jornais e revistas da época publicando crônicas, artigos e contos em órgãos jornalísticos das mais variadas tendências e tipologias, que iam dos de “cavação”, como bem gostava de definir o literato, até aqueles voltados para os problemas e perspectivas da classe trabalhadora. Sendo assim, nosso entendimento sobre as crônicas se aproxima da crítica literária e histórica atual que tenta percebê-las em duas perspectivas: uma que leva em consideração seus elementos de composição, relativizando a ideia de “escritos de segunda ordem”, destacando que os mesmos devem ser compreendidos a partir da lógica e especificidades de seus protocolos de leituras e composição; e a outra, que toma tais textos como possibilidade de compreensão da experiência vivida por diversos sujeitos históricos, destacando o modo

¹²² CHALHOUB, Sidney; NEVES, Margarida de Souza; PEREIRA, Leonardo Affonso de Miranda. (orgs.). (Apresentação). In: _____; _____; _____. *História em Coisas Miúdas*: capítulos de história social da crônica no Brasil. Campinas: Editora da Unicamp, p. 9-19, 2005.

como tais cronistas pensaram, representaram e analisaram a realidade em que estavam imersos; ou seja, as crônicas são tomadas aqui como testemunhos de uma situação histórica específica e também como um discurso construído. Desse modo, ainda que não seja o reflexo do real, tem como referência a realidade.¹²³

Com isso queremos dizer que, enquanto matéria literária, as crônicas são portadoras de uma tensão marcada pela tentativa de evidenciar e representar uma dada realidade. Por isso elas têm sua importância, não só porque descrevem e relatam impressões sobre um real imediato e desejado, mas também porque através de tais registros escritos, é possível indagarmos sobre contextos históricos, problematizando “verdades”, além é claro, de possibilitar a nossa percepção de como os cronistas se relacionavam com a sociedade na qual faziam parte, como bem assinalaram Sidney Chalhoub e Leonardo Affonso de Miranda Pereira.¹²⁴

Na crônica intitulada *Sobre a Carestia*, Lima Barreto tece considerações sobre a situação de penúria em que os trabalhadores viviam naquele período extremamente tumultuado e complexo, promovendo inúmeras paralisações no país, principalmente em São Paulo e no Rio de Janeiro (fábricas, portos, restaurantes, canteiros de obras, etc.), em vista de serem ouvidas suas reivindicações salariais, assim como a própria situação de pauperização a que estavam jogados escada abaixo da hierarquia social:

Nunca o Brasil as produziu tanto e nunca elas foram tão caras. O plantador, o operário agrícola continua a ganhar o mesmo; mas o consumidor as está pagando pelo dobro. Quem ganha? O capitalista. Ele e unicamente, ele, porquanto o fisco mesmo continua a receber o mesmo ou quase o mesmo que antigamente.¹²⁵

No cerne de sua insatisfação está presente a forma pela a qual as elites econômicas continuavam sempre a se beneficiar, em detrimento daqueles que o literato identificava como sendo os reais necessitados: trabalhadores, desempregados e todo o universo de miseráveis que a República, com a sua ânsia de modernidade e progresso, tentava varrer para longe de suas vistas, mostrando, com isso, o caráter violento e os limites de tal progresso; e mais, que a República proclamada sob égide da Ordem e do Progresso, trazia em seu bojo um comportamento estritamente pautado nos interesses dos grupos que a “patrocinaram”, ou seja,

¹²³ Para ler mais sobre essa reflexão, ver: CHALHOUB, Sidney; PEREIRA, Leonardo Afonso de Miranda (org.). *História Contada* (introdução): capítulos de história social da literatura no Brasil. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, pp. 07-13. 1998.

¹²⁴ *Ibid.*, p. 07-13.

¹²⁵ LIMA BARRETO, 1956(d), p. 191.

os grandes proprietários de terras, principalmente aqueles oriundos de São Paulo, estado esse batizado ironicamente de República do Kaphet¹²⁶, pelo autor.

Além disso, o texto nos possibilita visualizar também, Lima Barreto pensando em termos de uma crítica que tem como alvo o “sistema”, ao afirmar que os capitalistas eram aqueles que mais lucravam com a produção de alimentos que não parava de crescer, mas que por outro lado, não diminuía seus preços para melhor alimentar o consumidor - apontando aqui, as contradições de uma economia que tem por principal objetivo o lucro, ao mesmo tempo em que grandes parcelas da população vivem esfomeadas, mantendo-se precariamente, à *base de tostões disso e daquilo*.

Destarte, a crítica do autor é extremamente perspicaz tendo em vista que as análises econômicas de cunho liberal tendem a delegar os altos e baixos da economia a um suposto ente, o mercado, camuflando com isso, os interesses de pessoas reais de carne e osso. O literato, com sua acidez e precisão analítica, desmascarava a lógica arrasadora do capital, mostrando sob qual prisma se enriquecia, ao tempo que apontava o funcionamento dos mecanismos de produção e reprodução sistêmica, ancorado nos interesses de pessoas, grupos, governos, empresas, etc.

Seria por essas e outras características, que o autor afirmaria em algumas de suas várias notas críticas, que “*toda a administração republicana tem tido um constante objetivo: enriquecer a antiga nobreza agrícola e conservadora, por meio de tarifas, auxílio a lavoura, imigração pagas, etc*”.¹²⁷

É essa forma de ver as relações, de grande proximidade entre os poderes político e econômico, que faz de Lima Barreto um ponto dissonante na crítica sócio-cultural da sua época. Como bem afirmou Alfredo Bosi em *Dialética da Colonização*, o literato soube manter, no geral, certo distanciamento em relação as forças surgidas nas primeiras décadas do Brasil República: desconfiava tanto dos senhores produtores de café, ou seja, dos grandes proprietários de terras, quanto das vertentes militares que apoiavam o Marechal Floriano Peixoto, conhecidas como Florianistas.¹²⁸

Ainda sobre o aspecto da alimentação dos pobres, o crítico traria a tona o avesso da riqueza em seu já mencionado romance *Clara dos Anjos*, colocando-nos diante da miserabilidade dos pobres, que se demonstra nas pequenas quantidades de alimentos

¹²⁶ LIMA BARRETO, Afonso Henriques de. In: BARBOSA, Francisco de Assis (org.). *Os Bruzundangas*. 3ª edição. Editora Brasiliense. São Paulo, 1956d, p. 139.

¹²⁷ LIMA BARRETO, Afonso Henriques de. In: BARBOSA, Francisco de Assis (org.). *Bagatelas*. São Paulo: Editora: Brasiliense, 1956(a), p.109.

¹²⁸ BOSI, Alfredo. *Dialética da Colonização*. São Paulo: Companhia das Letras, 1992, p. 267.

adquiridos sob o crivo do “fiado”, em vendas de algum comerciante mais sensível para com as mazelas dos vizinhos: “*dois tostões disso, quatrocentos réis daquilo, compras de gente pobre em que raramente se via neles incluído meio quilo de carne-seca ou de feijão. Tudo não excedia a tostões.*”¹²⁹

A informação dada em termos quantitativos indica a situação de pobreza e privação com que têm de lidar aqueles para o qual não sobrou muita coisa. Como bem informa o autor, *são compras pobríssimas*. Todavia, todos esses arremedos de subsistência faziam a diferença nas mãos daqueles que recriavam a vida possível, experimentada no imediato da existência. São vidas persistentes, que se mantêm de pé pela teimosia e pelo pelejar, que de tão recorrentes viram modos de vida, rotina, cotidiano, enfim, sobrevivência.

Já no artigo “*Falta de Numerário*”, o autor é elucidativo não só pelas críticas, mas pelas soluções que apresenta, cujo entendimento já à época é de que o papel do Estado é criar políticas públicas para os mais pobres, objetivando, com isso, diminuir o fosso social existente entre os que ocupavam o cume da pirâmide social e aqueles que continuavam a rastejar em busca de soluções que minimizassem a calamidade vivida.

Ora, não podemos esquecer que o autor escreve no momento pós-abolição. Na verdade, o tempo que separa as datas de publicação da Lei Áurea da escrita de seu artigo, são de exatamente trinta anos; ou em outras palavras, um espaço bastante curto de tempo a separar uma ordem social extremamente arraigada pela violência, com a qual se constituiu o trabalho compulsório e negação da terra a grandes contingentes populacionais, e o novo regime – muito pouco mudou:

O processo é simples e não sei por que os bancos, banqueiros, industriais não aplicam. Não é possível que não haja entre eles, um mais abonado em face dos outros; e não custava nada este socorresse aquele. Entretanto não querem fazer isso e apelam para o Estado.¹³⁰

Como se vê, o alvo do cronista é justamente aqueles sempre beneficiados com o dinheiro público. Sua crítica, além de precisa, é de uma atualidade que salta aos olhos na história política e econômica do Brasil. Ou seja, os vínculos sempre existentes, desde os tempos coloniais, entre as instâncias do poder privado e do poder público a fim de quase sempre beneficiar os mais abastados, é a tônica de nossa formação histórica social, já tão bem

¹²⁹ LIMA BARRETO, 2002, p. 60.

¹³⁰ LIMA BARRETO, 1956(d), p. 95.

analisada por alguns dos nossos melhores ensaístas da sociedade brasileira, a exemplo de Sérgio Buarque de Holanda.¹³¹

E a crítica continua. Para Lima Barreto, o questionamento se volta para esse mesmo Estado que beneficia os poderosos, mas não oferece, *com o mesmo carinho paternal*, coisa alguma àqueles menos favorecidos - nem mesmo passagem nos trens para que os miseráveis pudessem retornar às suas casas ao final de um dia de trabalho. E com uma fina ponta ironia, fecha seus argumentos assim: “*deve ser paternal e é mesmo da essência da paternidade a equanimidade no ajudar os filhos. Satisfará a todos e todos ficarão satisfeitos. É o que se espera para o bem de todos e felicidade geral da nação.*”¹³²

Aqui o autor reafirma sua posição contra a ação do Estado que age sempre a beneficiar uma minoria, com os soldos da economia de uma maioria. Na verdade, seu entendimento é de que são os impostos pagos pelo conjunto da população (cuja maioria se encontrava na situação de pauperização), administrados pelo Estado e desviados para os já tão enriquecidos, que confirmam nossa ideia de que ao falar sobre os pobres no período em que viveu, o autor aprofunda a análise acerca dos meandros da política e do Estado republicanos, mostrando os limites do regime instaurado.

N’O *Prefeito e o Povo*, nosso cronista envereda novamente pela crítica ao modo de condução do Estado. O alvo, para ser mais exato, é o Governo de Carlos Sampaio, à época prefeito do Rio de Janeiro, que vinha realizando reformas urbanas, e assim como as anteriores, visavam única e exclusivamente beneficiar determinadas regiões da cidade, a exemplo da zona sul, que angariava todo e quaisquer tipos de benfeitorias:

Municipalidades de todo mundo constroem casas populares; a nossa construindo hotéis chics, espera que a vista do exemplo, os habitantes da favela e do Salgueiro modifiquem o estilo das suas barracas. Pode ser.....

O Senhor Sampaio também tem se preocupado muito com o plano de viação geral da cidade.

Quem quiser, poder ir comodamente de automóvel da Avenida à Angra dos Reis, passando por Botafogo e Copacabana; mas, ninguém será capaz de ir a cavalo do Jacaré a Irajá.¹³³

Mais uma vez a ironia destilada pela sua pena toca em cheio nas mazelas vivenciadas pela população, produto dos desdobramentos da modernidade brasileira, tão requisitada e desejada, seja pelos políticos e reformadores do Estado, seja pelos intelectuais colados ao discurso vigente.

¹³¹ HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Raízes do Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.

¹³² BARBOSA, 1956(d), p. 96-97.

¹³³ *Ibid.*, p. 46.

O autor toca numa problemática fulcral para o momento em que viveu, e guardadas as devidas distâncias temporais e espaciais, ainda é atualíssima: a questão da moradia dos pobres. As políticas e ações dos governos não trazem soluções reais para o caso, contribuindo cada vez mais para a precarização da vida daqueles que moram nas regiões afastadas, longe dos seus ofícios, e daqueles que moram nos próprios centros urbanos.

O que pulsa e sobressai da sua escrita são as prioridades dos governos que, segundo o autor, ao invés de realizar investimentos desiguais, deveriam sim, providenciar moradias para a população, que impossibilitada de adquirir um imóvel, ou até mesmo arcar com o pagamento de um aluguel, se vê forçada a habitar em qualquer local, sob quaisquer condições:

Todo dia pela manhã, quando vou dar o meu passeio filosófico e higiênico, pelos arredores da minha casa suburbana, tropeço nos caldeirões da rua principal da localidade de minha residência, rua essa que foi calçada há bem cinquenta anos, a pedregulhos responsáveis. Lembro-me dos silhares dos caminhos romanos e do asfalto com que a prefeitura municipal está cobrindo os areais desertos de Copacabana.¹³⁴

Outro aspecto que sobressai aqui é o entendimento que o autor já demonstrava ter sobre os meandros que iam se constituindo entre as transformações urbanas gestadas há algum tempo pelos poderes públicos, em associação com a iniciativa privada, e o movimento do capital especulativo sobre determinadas áreas da cidade, aumentando absurdamente os preços dos terrenos. E assim, ia se abrindo a trilha das melhorias urbanas em direção ao lado sul da cidade (água encanada, linhas do bonde e vias mais seguras e calçadas), cujos moradores seriam apenas aqueles que detivessem algum capital para viabilizar compra dos terrenos e casas. Enfim, sobrava aos pobres, pagadores de impostos, os buracos e pedregulhos há muito deixados pelo caminho.

3.2 Pobreza e Política nos Escritos de Lima Barreto

[...] Mais ou menos é assim o subúrbio, na sua pobreza e no seu abandono em que os poderes públicos o deixam [...]¹³⁵

O fragmento acima é parte do Romance *Clara dos Anjos*, e como fora dito anteriormente, seu enredo é construído em torno do subúrbio do Rio de Janeiro, cujos personagens principais são todos aqueles indivíduos provenientes dos setores mais pauperizados da então capital da República.

¹³⁴ BARBOSA, 1956(d), p. 117.

¹³⁵ LIMA BARRETO, 2002, p. 75.

O interesse no romance se faz em virtude de sua história ser ambientada no subúrbio, por seus personagens principais serem todos negros (à exceção da família de Cassi Jones), e além disso, por ser um romance que nos possibilita analisar a percepção de Lima Barreto sobre como os setores menos abastados viviam em meio a uma cidade que havia passado por inúmeras transformações, a exemplo do fim definitivo do trabalho escravo em 13 de maio de 1888, da Proclamação da República em 15 de novembro de 1889 e das inúmeras reformas urbanísticas pelas quais a cidade passara a fim de “civilizar-se”, para mencionarmos uma expressão corriqueiramente usada na época.

A citação acima, ainda que curta, é reveladora por apontar a situação na qual se encontrava o subúrbio - em completo abandono por parte dos poderes públicos da então República, mas também por demonstrar um narrador tentando se colocar na condição de afastamento com relação ao outro; e isso é perceptível pelo uso da expressão *o subúrbio*, pautando um comportamento de quem está distante. Através dessas e de outras inscrições de Lima Barreto, buscaremos perceber uma escrita que ao falar sobre os pobres, nas suas pelejas pela sobrevivência, trazia, ela, uma maior compreensão sobre Política e Sociedade.

Assim, entendemos que seus escritos podem ser um bom indício para dimensionarmos os meandros entre política e pobreza no Brasil República, de forma mais alargada. Ao falar de um aspecto, fica quase inevitável mencionar o outro, como se houvesse para o autor uma relação de causa e efeito como, por exemplo, a pobreza no Brasil, mas especificamente no Rio de Janeiro, é fruto de uma política pautada na manutenção das desigualdades.

Isso é bastante recorrente em seus escritos, principalmente naqueles de cunho jornalístico (embora não seja ausente nos romances). Em uma de suas crônicas mais elucidativas, a equação suscitada acima aparece desde o primeiro momento do texto. É o caso da crônica nomeada “São Paulo e os Estrangeiros”.

Publicada em 1917, data de extrema importância histórica pelos inúmeros acontecimentos e transformações em âmbito local, nacional e internacional, a exemplo das greves gerais que pipocavam por várias cidades do país, e de forma bastante acentuada em São Paulo e no Rio de Janeiro; além do ano em que se desencadeava a Revolução Russa, em meio a Primeira Guerra Mundial - o título do texto se tornava emblemático.

Os acontecimentos mexiam com sua verve crítica: da guerra o autor nutria um sentimento de desprezo e crítica; dos russos e sua grande mobilização social, Lima Barreto tomava uma posição favorável, inclusive surtindo no autor sentimentos de radicalismo

revolucionário, reverberando em escritos futuros; das greves, acreditava ele, era possível outra perspectiva a ser construída no país.

Enquanto isso, salta aos olhos no texto o modo como Lima Barreto analisa as políticas de valorização do café, concomitantes ao estímulo à imigração estrangeira para as fazendas produtoras:

Protegidos, devido a circunstâncias que me escaparam por uma alta fabulosa no preço da arroba de café, de que, após a República, os ricos da pauliceia se fizeram os principais produtores, puderam eles melhorar os seus serviços públicos e ostentar, durante algum tempo, uma magnificência que parecia fortemente estabelecida. Seguros de que essa gruta alibabesca do café a quarenta mil-réis a arroba não tinha conta em tesouros, trataram de atrair para as suas lavouras imigrantes, espalhando nos países de emigração folhetos de propaganda em que o clima do Estado, a facilidade de arranjar fortemente nele, as garantias legais – tudo, enfim, era excelente e excepcional.¹³⁶

Aqui está o cerne da questão percebida por Lima Barreto sobre a política republicana: a relação entre as esferas do público e do privado. Tal relação dá a entender que os interesses de um, ou de alguns seletos grupos, travestiam-se na vontade geral, ou do bem comum da nação. É essa política dominante de atrelar os interesses econômicos de certos grupos da elite brasileira ao Estado, beneficiando alguns em detrimento de uma maioria, que o autor acabava por desvendar, concluindo que os pobres eram os mais prejudicados.

Na política de valorização do café, para manterem-se altos os preços (vale-se ressaltar que se preciso fosse milhares de sacas de café seriam jogados no lixo, ou o próprio Estado compraria quantidades bem sugestivas para estabilizar os preços), ou na política de imigração, para forjar braços para o trabalho na lavoura (às custas da negligência para com uma legislação trabalhista já reivindicada a época pelos trabalhadores), o Estado Republicano foi uma figura exemplar: talvez para muitos fosse uma “mãe”, no caso dos ricos; já para os pobres, um “pai”, perverso e autoritário. Por isso na compreensão de Lima Barreto, a *res- publica*, não atendia aos interesses públicos, de caráter coletivo, mas sim, a grupos específicos.

Logo mais a frente, nesse mesmo texto, o autor lança uma de suas conclusões acerca da tomada de posição do Estado, de seguir a política de favorecimento da grande propriedade privada e monocultora, em detrimento da produção de alimentos, e de ações que melhorassem a vida do conjunto da população:

¹³⁶LIMA BARRETO, 1956(a), p. 53.

A situação interna principiou horrível, a vida cara, enquanto os salários eram mais ou menos os mesmos anteriores. O descontentamento se fez e os pobres começaram a ver que, enquanto eles ficavam pobres, os ricos ficavam mais ricos.

137

Ora, não podemos esquecer que tal avaliação é feita, como já mencionamos anteriormente, num conturbado contexto de greves, de mobilizações da classe trabalhadora; ou seja, quando os pobres, por vias não formalizadas e indo de encontro aos poderosos, rebelavam-se contra os dizeres da ordem e progresso da recém- instaurada República, questionando seus limites, fazendo cair por terra certos constructos sobre uma suposta bestialização do povo, tão disseminados nas análises sobre a denominada “República Velha” (1889/1930).

Tais movimentos se constituíam em reivindicações por melhorias nas condições de trabalho e salário, que eram as piores possíveis, seja no campo, seja na cidade; e visavam atacar, especialmente, as consequências que impactavam diretamente o cotidiano dos pobres: os altos preços dos alugueis, da alimentação, da vestimenta, do lazer e da educação dos filhos.

E há aqui o seguinte detalhe: as reivindicações na cidade, por exemplo, são pautadas por aqueles já empregados na indústria ou nos setores de serviços; mas há aqueles em situações piores, pobres, que sem trabalho algum, viviam sob o expediente das crises de desemprego estrutural, tão características do período, levando a vida com escassos recursos, conseguidos através de afazeres esporádicos – é todo esse universo que Lima Barreto vai abarcar em seus escritos, um mundo diversificado de indivíduos que estavam sempre a viver de forma precária, e em constante processo de empobrecimento.

Adiante, porém, é o momento em que Lima Barreto supera a manifestação de certo fatalismo, quando acreditava na impossibilidade de mudanças, e passa a apostar que do povo poderia vir a resposta para aquela República das contradições.

Como se tem visto até agora, o autor constroi toda sua narrativa mostrando as conexões possíveis entre o novo regime republicano e a forma como a política era constituída, sempre a beneficiar os apaniguados colados ao poder instituído. Ao mesmo tempo, vai mostrar também o temor dessa classe dominante, sempre que os miseráveis contestavam a ordem vigente através de suas ações:

[...] Os governantes do Estado, que influíram quase soberanamente nas decisões da união, deixaram de fazer a tal propaganda do Estado no estrangeiro, mas aumentaram a polícia, para a qual adquiriram instrutores e mortíferas metralhadoras e deram em excomungar os estrangeiros a que chamam de anarquistas [...].¹³⁸

¹³⁷ LIMA BARRETO, 1956(a), p. 54.

¹³⁸ *Idem*, p. 54.

Observamos aqui sua percepção acerca das ações dos poderes constituídos, sejam eles públicos ou privados, que em associação com Estado Republicano, recorriam ao uso da força de trabalho estrangeira para a concretização dos seus objetivos. Contudo, assustam-se quando os mesmos extrapolam a ordem do trabalho, pois havia entre os estrangeiros uma forte crítica contra a completa ausência de direitos. Desse modo, carregados de reivindicações sociais e políticas, os poderosos passavam a enxergá-los como problema, cuja reação seria o uso da violência, quando preciso fosse.

Como afirma Edilene Toledo, durante as greves de 1907, 1912-1913 e 1917-1918, em que o grosso dos trabalhadores reivindicava, além da jornada de oito horas diárias, salários valorizados frente a alta dos preços sobre os gêneros de primeira necessidade - a reação da polícia não foi amena. Os dados apontam mais de 132 expulsões de estrangeiros, sem falar nas cadeias abarrotadas de trabalhadores, recolhidos ao acaso, onde era possível localizar uma quantidade significativa de nacionais.¹³⁹

Mais que indício, a situação apontada por Lima Barreto é a concretude de que pobreza e política, naquela República da *Belle Époque*, andavam juntas; o autor, sempre perspicaz nas suas avaliações, souber captar como ninguém tais proximidades e associações.

Noutra missiva, Lima Barreto volta a denunciar a situação de penúria na qual se encontravam os trabalhadores, ou para ser mais elucidativo, os pobres do Brasil naquelas primeiras décadas do século XX. Publicada na *Revista A.B.C.*, espaço esse no qual o autor desenvolveu boa parte de suas polêmicas, pontuadas não por um assunto em específico, mas por questões sociais variadas, percebe-se da sua parte o interesse em que o Estado assegurasse uma legislação trabalhista que garantisse direitos aos trabalhadores.

O movimento operário naquele período sofreria uma intensa campanha de criminalização de seus atos, das ações de suas lideranças, principalmente aquelas provenientes de outros países e adeptas de correntes políticas vistas como ameaçadoras da ordem como, por exemplo, anarquistas, comunistas e socialistas; sendo o anarquismo a mais ameaçadora segundo as autoridades policiais – muito embora não fossem numerosos seus adeptos, eles tinham forte influência sobre os movimentos grevistas das diversas categorias.

Todavia, o discurso da polícia que homogeneizava a todos com o qualificativo de “anarquista”, cujo termo passou a ser também associado a “desordem” e “subvenção”, serviu

¹³⁹ TOLEDO, Edilene. A Trajetória Anarquista no Brasil da Primeira República. In: Jorge Ferreira e Daniel Aarão Reis. *As Esquerdas no Brasil: A formação das tradições 1889-1945*. V. 1. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, pp. 53-77, 2007.

como justificativa recorrente, e sempre que possível acionada, para taxar todos os trabalhadores que questionassem a ordem vigente, perseguindo-os e penalizando-os.¹⁴⁰

Daí o autor se debruçar em boa parte do texto a falar da situação do operariado, não só nacional, mas também estrangeiro, e da campanha difamatória perpetrada pelos órgãos oficiais do Estado, que nas palavras do literato – iniciava-se pela *alta polícia*, cujas ideias iam sendo replicadas pela grande mídia, no caso, os grandes jornais da época:

[...] Quero também chamar a atenção de vossa excelência para o modo de proceder da nossa alta polícia, pois só me referirei a ela, no curso desta missiva, porquanto, excelentíssimo senhor, a pequena, a dos humildes guardas, etc., é envenenada, é mal educada pelo proceder de seus chefes prepotentes, ou que se julgam onipotentes.

Depois do motim de 18, ingênuo que foi, por assim dizer, o gabinete do chefe de polícia se encarregou de mandar publicar nos jornais, como sendo propósitos, objetivos dos rebelados, as mais torpes invenções ou as mais estúpidas que a imaginação dos seus auxiliares criava. A ligeireza proverbial dos nossos grandes jornais, quase todos, por isso ou aquilo, gratos aos grandes burgueses, não as examinou detidamente e espalhou-as aos quatros ventos, servindo as folhas volantes, algumas de boa fé e outras conscientemente, aos intuítos cavilosos da alta administração policial que procurava tornar antipática a causa dos operários aos olhos da população.

Não é só isso. As crônicas e artigos que apareceram, dias depois, obedeciam todos a um mesmo esquema. Por essa época, li diversos jornais e verifiquei tal fato. O artigo de fundo d’*O País*, de 22, é traçado no mesmo plano que vai seguir a crônica de Miguel Melo, na *Gazeta*, a 25; o artigo de Antônio Torres, na mesma do daquele último; o senhor Leão Veloso, no *Correio da Manhã*, não se afasta muito da inspiração dos três primeiros [...].¹⁴¹

O interessante nos escritos e nas ideias de Lima Barreto é a capacidade de realizar nexos entre os diversos poderes. Lima Barreto tem um olhar cirúrgico. Através de uma situação peculiar, que é a experiência do operariado em busca de melhores condições de vida na cidade, ele vai buscar compreender como a prática política, nas suas diversas instâncias, se materializava.

Primeiramente enxerga que na instituição polícia há gradações de poder: o chefe não é apenas aquele que direciona o subordinado nos seus afazeres, é também aquele que produz uma percepção sobre o outro, no caso, o operariado em seu processo de manifestar-se. O chefe, portanto, incutia no policial de baixa patente, além do sentimento de dever no honrar a farda, a ideia de penalizar a ação do “criminoso”, um desordeiro anarquista.

Essa mesma percepção sai da chefatura de polícia, e vai ganhando os ares da cidade através dos meios de comunicação com maior força naquele período, os jornais. Financiada

¹⁴⁰ TOLEDO, 2007, p.77.

¹⁴¹ LIMA BARRETO, 1956(a), p. 110.

pelo Governo e pela burguesia industrial, segundo Lima Barreto, a imprensa ganhou a função de tornar um acontecimento pequeno em algo gigantesco. Antecipava-se o problema para criminalizá-lo, antes de seu desenrolar.

E tudo isso era pensado, planejado. Lima Barreto já observava isso também nas práticas realizadas por aqueles que ocupavam as cadeiras do parlamento e das instituições oficiais, pois estando à frente das instituições estatais, podiam até se estremecer, mas ao fim, acatavam prontamente os pedidos feitos pela burguesia industrial:

[...] O Centro Industrial, por exemplo, o esotérico e cabalístico Centro Industrial, realiza sessões secretíssimas, cujas atas são assinadas, não por indivíduos, mas pede intimações ao Governo que, diante delas, estremece. A associação Comercial, graças a vaidade de alguns dos seus diretores, aos quais as glórias de Demóstenes e de Cícero não deixam dormir, não se esconde no Ministério. Fala alto e grosso e intimida o governo com ameaça de represálias da honrada classe senhorial.¹⁴²

Como se vê, Lima Barreto apreende a configuração do poder numa economia capitalista, ainda que periférica, e em constituição. Percebia e caracterizava o posicionamento de classe adotado pelo Estado, que no limite, produzia, reproduzia e mantinha a pobreza, para atender as vontades e imposições de suas elites econômicas, que vão se tornando elites políticas, também.

A repressão policial era brutal a toda e qualquer tentativa dos trabalhadores de manifestarem e/ou questionarem a ordem vigente. Prisões se abarrotavam de trabalhadores independentes ou supostamente anarquistas. As organizações dos trabalhadores eram impedidas de funcionar, e mesmo assim o movimento avançava, tanto no Rio de Janeiro como em São Paulo; em outras capitais também, embora de modo um pouco menos expressivo.

Essas resistências e lutas dos trabalhadores sempre se esbarravam no modo de atuar do Estado brasileiro e dos empresários, que até então apostavam em atos de violência através da repressão policial como principal mecanismo de “resolução” da questão social.¹⁴³

Vemos aqui uma burguesia em processo de fortalecimento, lucrando sempre às custas da compra irrisória do esforço sobre-humano de crianças, mulheres e adolescentes, de pais de família a ter seus direitos sempre negados, não previstos em lei, e submetidos a condições absurdas de trabalho. E detalhe, tudo isso sob os olhos negligentes e/ou agenciadores do Estado.

Entre os resultados desse pacto que vai se constituindo entre Estado e empresários, têm-se os problemas gritantes enfrentados pela grande maioria da população. A questão da

¹⁴² LIMA BARRETO, 1956(a), p.109.

¹⁴³ TOLEDO, 2007, p. 80-81.

carestia dos alimentos de primeira necessidade e também da carestia de vida, de uma forma geral, pontuaram a preocupação dos trabalhadores e de suas lideranças durante as primeiras décadas do século XX, mais especificamente, entre os anos de 1905 a 1917. Eis as principais pautas das paralisações, comícios, atos e greves.

Segundo os historiadores Ângela Castro de Gomes, John Foster, Eulália Lobo e Carlos Fico, para ficarmos em algumas das principais referências sobre o tema, reivindicações de cunho trabalhista, a exemplo da existência de uma legislação para proteger os trabalhadores da avassaladora onda do mercado (tratando do índice de aumento salarial, jornada de oito horas diárias e melhores condições de trabalho), e reconhecimento dos sindicatos – sempre vinham associadas a questão do custo de vida.¹⁴⁴

Lima Barreto não ficaria fora desse debate, manifestando sempre sua solidariedade através da sua pena de escritor. Vale destacar que embora esse conteúdo estivesse presente nos seus mais variados textos, ele é mais incisivo e recorrente nos artigos de jornais. E é assim que ele não deixava de relatar a associação perniciosa entre representantes do Estado e poderes privados:

Não parece a Vossa Excelência que os homens de Estado deviam saber isto e o mais que se segue, afirmando por completo o pensamento do arcebispo de Cambrai, para não satisfazer as exigências corsarianas que, em nome de uma concepção canibal de propriedade, lhes vão fazendo os argentários, os industriais e os atravessadores de mercadorias de primeira necessidade, em detrimento de todos?¹⁴⁵

Percebemos que autor tem, não só necessidade, mas urgência em denunciar o silêncio do Estado frente as práticas arbitrárias, pois a rapina realizada pelos poderes privados só existe porque a fiscalização que deveria ser feita não acontece, e isso beneficia alguns, prejudicando outros.¹⁴⁶

O mais interessante é que as ideias do autor sobre tais vínculos seriam, de alguma forma, confirmadas pelos estudos do sociólogo Luiz Werneck Vianna, anos depois - quando diz que o liberalismo oligárquico teria predominado no período histórico dos anos de 1891 a 1919, e que dentre as características de tal comportamento, estava a não intervenção do

¹⁴⁴ FICO, Carlos. *Cidade Capital: abastecimento e manifestações sociais no Rio de Janeiro (1890-1945)*. Dissertação (Mestrado). Universidade Federal Fluminense, Niterói. 1989; FOSTER, John. *Anarquistas e Comunistas no Brasil (1900-1935)*. 2ª. Edição. Rio de Janeiro: Nova Fronteira. 1977; GOMES, Ângela de Castro. *A Invenção do Trabalho*. São Paulo: Vértice/IUPERJ, 1988; VIANNA, Luiz Werneck. *Liberalismo e Sindicato no Brasil*. 2ª. Edição. Rio de Janeiro: Paz e terra, 1978.

¹⁴⁵ LIMA BARRETO, 1956(a), p.109.

¹⁴⁶ Para isso, Lima Barreto não se poupa nas adjetivações, sempre presentes aqui e noutros trechos acima analisados. Na condição de literato, o autor está sempre a criar caricaturas, muitas delas com tom sarcástico.

Estado nos assuntos relacionados a classe trabalhadora e sua peleja pela sobrevivência, ao mesmo tempo que acabava por beneficiar o empresariado capitalista.

No texto de Lima Barreto denominado “Problema Vital”, publicado na Revista Contemporânea, no início de 1918, as questões sociais aparecem novamente como um dos temas que, na visão do autor, merecia ser mais discutido. O artigo é a tentativa de estabelecer um debate com Monteiro Lobato, numa coletânea publicada no Jornal Folha de São Paulo, referente a questão do saneamento no interior do País.

“Problema Vital” foi o nome dado por ambos os autores aos seus respectivos artigos, cujo intuito era pôr à prova o significado da expressão, para o caso do Brasil. Tratam-se de perspectivas bastante diferentes entre si, mas geraram um debate bastante profícuo. Vejamos.

O foco de Monteiro Lobato recai sobre questões relativas a saúde. De modo geral, o autor compreende a situação de miséria, em que está imerso o trabalhador rural, como um problema médico. Contrapondo-se a isso, Lima Barreto dizia que: “[...] *me parece que há mais nisso uma questão de higiene domiciliar e de regime alimentar. A nossa tradicional cabana de sapê e paredes de taipa é condenada e a alimentação dos roceiros é insuficiente, além do mau vestuário e do abandono do calçado.*”¹⁴⁷

As questões médicas concernentes a certos tipos de profilaxia deveriam ser adotadas, e Lima Barreto acata os avanços da ciência, entendendo que elas eram importantes a fim de minimizar as inúmeras moléstias que atingiam o homem do campo, todavia, essa não era uma explicação autossuficiente para ele. Nicolau Sevcenko, em seus estudos sobre a Revolta da Vacina, percebia que questões relativas a exploração do trabalho e de grande lastro socioeconômico, também eram resolvidos por diagnósticos e conclusões pautados em pareceres médicos, cujos “cientistas” delegavam para si a verdade do mundo – mas na visão de Lima Barreto, já àquela época, a questão era ampla.¹⁴⁸

Para Lima, as moléstias não poderiam ser vistas como que desconectadas das melhorias nas condições de vida da população, ou seja, o que supostamente para alguns seria uma questão única e exclusivamente da alçada dos médicos e da medicina, meramente de higiene, esse diagnóstico deveria ficar sob suspeita:

Por esse lado, julgo que ele e os seus auxiliares não falsificam o estado de saúde de nossas populações campestres. Tem toda a razão. O que não concordo com eles, é

¹⁴⁷ LIMA BARRETO, 1956(a), p. 132.

¹⁴⁸ SEVCENKO, Nicolau. *A Revolta da Vacina: mentes insanas em corpos rebeldes*. São Paulo: Cosac Naify, 2010, p. 114.

com o remédio que oferecem. Pelo que leio em seus trabalhos, pelo que a minha experiência pessoal pode me ensinar.¹⁴⁹

Segundo Lima Barreto, a miséria só poderia ser resolvida se fossem buscadas suas causalidades no social, e sua resolução requeria medidas pautadas no entendimento do que a provoca, a desigualdade social. Daí a percepção urgente de que deveria haver moradia e alimentação dignas para os pobres.

Ora, à velha expressão “classes pobres, e perigosas”, “classes insalubres”, poderia se somar outra: as doenças vinham dos pobres, ficando neles latente por certos períodos de tempo. Lima Barreto, todavia, enxergava tais questões como advindas e construídas no social, e concluía seu pensamento pautado no que poderíamos denominar de uma tradição crítica- revolucionária, recolocando sua trajetória e posicionamento na linha daqueles que interpretaram os problemas da nação, lançando sempre saídas democráticas:

Em suma, para não me alongar. O problema, conquanto não se possa desprezar a parte médica propriamente dita, é de natureza econômica e social. Precisamos combater o regime capitalista na agricultura, dividir a propriedade da terra ao que efetivamente cava a terra e planta e não ao doutor vagabundo e parasita, que vive na “Casa Grande” ou no Rio ou em São Paulo. Já é tempo de fazermos isto e é isto que eu chamaria o “Problema Vital”.¹⁵⁰

Aqui o autor atribui à propriedade privada, às grandes fazendas improdutivas, algumas das grandes motivações para a desigualdade no campo e na cidade, e que tem impacto no conjunto total da população: ao concentrar consideráveis fatias de terras nas mãos daqueles que não vivem, de fato, dos seus frutos, ou quando a terra é só uma motivação para especular e lucrar, não há grande retorno para o conjunto geral da população.

Somado a isso, destaca que os melhores solos não são utilizados em proveito, pelo contrário, eles sofrem grandes prejuízos, pois são bastante danificados tendo em vista sua má utilização, via monocultura (de restritos gêneros agrários como, por exemplo, café e açúcar), algo tão comum na cultura agrária brasileira – e o que resta disso tudo é a forte carestia, que acaba reverberando na alta dos preços dos gêneros alimentícios de primeira necessidade:

[...] A nossa tradicional cabana de sapê e paredes de taipa é condenada e a alimentação dos roceiros é insuficiente, além do mau vestuário e do abandono de calçado. A cabana de sapê tem origem muito profundamente no nosso tipo de propriedade agrícola – a fazenda. Nascida sob o influxo do regímen do trabalho escravo, ela se vai eternizando, sem se modificar, nas suas linhas gerais. Mesmo, em terras ultimamente desbravadas e servidas por estradas de ferro, como nessa zona da

¹⁴⁹ LIMA BARRETO, 1956(a), p. 132.

¹⁵⁰ *Ibid*, p. 133.

Noroeste, que Monteiro Lobato deve conhecer melhor do que eu, a fazenda é a forma com que surge a propriedade territorial no Brasil. Ela passa de pais a filhos; é vendida integralmente e quase nunca, ou nunca, se divide. O interesse do seu proprietário é tê-la intacta, para não desvalorizar as suas terras. Deve ter uma parte de matas virgens, outra parte de capoeira, outra de pastagens, tantos alqueires de pés de café, casa de moradias, de colonos, currais, etc.¹⁵¹

O literato, no seu olhar alargado sobre o social, enxerga como poucos no período que viveu, uma saída para o homem do campo – problemática que até hoje não está resolvida. Na sua época já vislumbrava a distribuição das terras, acenando para a tão sonhada reforma agrária, que diga-se de passagem, até hoje não foi realizada, e sequer foi tratada com olhar mais atento pelas autoridades públicas.

Há de se ressaltar que o tema da reforma agrária já tinha sido tratado por outro intelectual negro, André Rebouças. Engenheiro e professor da Politécnica, além de ter sido militante da causa abolicionista, tornou-se um dos defensores ferrenhos, para não dizer o único, pela libertação dos escravos acompanhada de medidas que viabilizassem o uso mais racional e menos concentrador das terras, ou seja, propunha ele uma distribuição das terras, em que os ex-escravos se tornassem pequenos proprietários produtores.¹⁵²

Possivelmente tomando contato com esses escritos, o mulato de Todos os Santos construía uma perspectiva a enxergar os problemas da nação por outros caminhos, que não fossem os já sempre referendados pela intelectualidade a época. Lima Barreto, assim, parecia compreender muito bem que a pobreza, longe de ser uma questão unicamente de saúde, como queriam fazer acreditar muitos homens de saber (médicos, agentes de saúde, ou até mesmo literatos) - era uma questão social ampla, que deveria ser analisada, e senão resolvida, ao menos amenizada, se fosse encarada a partir das reformas sociais.

Apontando que as forças do Estado e dos agentes governamentais tomassem medidas enérgicas no que concerne aos assuntos da terra, do contrário a pobreza não seria atenuada, o homem rural viveria como aqueles personagens dos arredores do Sítio de Policarpo Quaresma. No romance, a descrição da personagem Olga, afilhada do Major, é marcante ao retratar sua ida ao sítio do padrinho, cujo momento seria perpassado pela sensação de desconforto, produzindo um verdadeiro “manifesto” que mistura denúncia, crítica e empatia para com os miseráveis daquelas regiões esquecidas pelo poderes republicanos:

¹⁵¹ LIMA BARRETO. 1956(a), p. 132-133.

¹⁵² CARVALHO, Maria Alice Rezende de. André Rebouças e a Questão da Liberdade. In: BOTELHO, André; SCHWARCZ, Lília Moritz (orgs.). *Um Enigma Chamado Brasil: 29 intérpretes e um país*. São Paulo: Companhia das Letras, pp. 46-59, 2009.

[...] O que mais a impressionou no passeio foi a miséria geral, a falta de cultivo, a pobreza das casas, o ar triste, abatido da gente pobre. Educada na cidade, ela tinha dos roceiros a ideia de que eram felizes, saudáveis e alegres. Havendo tanto barro, tanta água, por que as casas não eram de tijolos e não tinham telhas? Era sempre aquele sapê sinistro e aquele “sopapo” que deixava ver a trama de varas, como o esqueleto de um doente. Por que, ao redor dessas casas, não havia culturas, uma horta, um pomar? Não seria tão fácil, trabalho de horas? E não havia gado, nem grande nem pequeno. Era raro uma cabra, um carneiro. Por quê? Mesmo nas fazendas, o espetáculo não era mais animador. Todas soturnas, baixas, quase sem o pomar olente e a horta succulenta. A não ser o café e um milharal, aqui e ali, ela não pôde ver outra indústria agrícola. Não podia ser só preguiça ou indolência. Para o seu gasto, para uso próprio, o homem tem sempre energia para trabalhar. As populações mais acusadas de preguiça trabalham relativamente. Na África, na Índia, na Cochinchina, em toda parte, os casais, as famílias, as tribos plantam um pouco, algumas coisas para eles. Seria a terra? Que seria? E todas essas questões desafiavam a sua curiosidade, o seu desejo de saber, e também a sua piedade e simpatia por aqueles párias, maltrapilhos, mal alojados, talvez com fome, sorumbáticos! [...] ¹⁵³

Como se vê, a problemática da pobreza, seja do homem citadino, seja do homem do campo, é abordada frequentemente pelo autor, e faz parte do seu universo de escrita, atravessando os seus mais variados registros, cuja característica marcante é a tentativa de compreensão das questões sociais e políticas: falta terra, falta incentivo à terra, mas não falta vontade humana para transformar a realidade. A grande questão é que essa vontade perpassa pela negociação com os poderosos. Contudo, e ao final das contas, eles querem que as coisas se mantenham do modo como estão.

Daí, o percurso do registro ser todo ele marcado pela problematização das questões suscitadas. Ao invés de ideias fixas ou pré-estabelecidas, Lima Barreto parece partir do mais simples ao complexo, a fim de explicitar suas questões, elaborando uma análise, e não apenas um relato, ou descrições de situações. Ou seja, o autor, pela boca dos personagens, não se furta de expressar o que pensa sobre as questões que o incomodavam em seu tempo.

Nos seus escritos de cunho ficcional ou não, Lima Barreto mostra as sutilezas do poder político nas suas mais variadas facetas, percebendo que ele age como mecanismo de manutenção das desigualdades. Talvez seja por isso que em suas palavras, o autor por diversas vezes, principalmente nas crônicas, faça uma caracterização tão pejorativa, não só da política, mas dos políticos:

Não gosto nem trato de política. Não há assunto que mais me repugne do que aquilo que se chama habitualmente política. Eu a encaro, como todo o povo a vê, isto é, um ajuntamento de piratas mais ou menos diplomados que exploram a desgraça e a miséria dos humildes. ¹⁵⁴

¹⁵³ LIMA BARRETO, 1956(f), p. 162.

¹⁵⁴ LIMA BARRETO, 1956(d), p. 33.

Publicado no ano de 1918, esse texto aponta a estreita associação entre política e produção da pobreza. Apesar do autor dizer que não gosta de tratar do assunto, é perceptível ao longo de sua trajetória que foi, exatamente sobre isso, que ele mais se debruçou em seus escritos. No entanto é importante destacar que, na sua crítica negativa, o foco é sobre a chamada “política formal”, aquela quase sempre associada à ilicitude, favoritismo, clientelismo – tudo aquilo que na visão de Lima Barreto, era responsável pela reprodução da miséria.

Em seus registros a política, como ele entendia, de modo amplo, deveria ser pautada pela compreensão do envolvimento da população em geral: ricos, pobres e Estado, ainda que na prática isso não acontecesse. É interessantíssima a tentativa do escritor em caracterizar por “piratas” os políticos, no que diz respeito ao seu comportamento e ao modo como agem e se servem do Estado, assim como o pouco caso que têm para com os problemas vivenciados pela população pobre, em geral.

Trata-se de uma percepção que extrapola, e muito, o senso comum sobre política: *“A República, porém, trazendo à tona dos poderes públicos, a borra do Brasil, transformou completamente os nossos costumes administrativos, e todos os arrivistas se fizeram políticos para enriquecer”*.¹⁵⁵

Guardados os exageros que o autor atribui ao Regime Republicano, como responsável pelas mazelas do país, afinal, elas vem de longa data, suas afirmações corroboram para a nossa problemática acima elencada, de que Lima Barreto percebia uma série de desmandos praticados entre os integrantes do poder estabelecido, cuja política dominante atrelava os interesses econômicos da elite brasileira ao Estado Republicano, atendendo de modo desigual as necessidades de toda a população.

Por outro lado, embora caracterizemos haver certos exageros nas afirmações do autor, essa percepção não é desconexa e nem faz parte de uma posição solitária e unilateral. Entre as inúmeras mudanças ocorridas naqueles tempos, abolição da escravidão, Proclamação da República, para citar algumas, é certo afirmar que elas geraram em vários segmentos da sociedade, como por exemplo, nos homens de letras, certa expectativa de mudança, muito embora as coisas não tivessem ocorrido como imaginavam. Por isso das críticas de vários dos entusiastas do regime instaurado, mas também acomodações, tendo em vista que alguns reafirmaram as diretrizes adotadas pela República brasileira até a morte.¹⁵⁶

¹⁵⁵ LIMA BARRETO, 1956(d), p.78.

¹⁵⁶ Como afirma Leonardo Affonso de Miranda Pereira, escritores como Coelho Neto, Olavo Bilac, Raul Pompéia, Aluizio de Azevedo, Pardal Mallet e Valentim Magalhães, estavam todos ligados a uma geração que

Para os pobres, por outro lado, as mudanças chegaram, mas em quase nada contribuíram para a alegria dos mesmos, e isso Lima Barreto soube captar como ninguém. Andarilho das ruas e arrabaldes da capital, estava sempre a escutar uma conversa e outra, reclamações e lamúrias, aqui e ali, daqueles deserdados de tudo, como costuma afirmar. Em seu olhar capcioso, não deixava escapar quase nada, principalmente questões concernentes a situação dos miseráveis:

Por minha conta, pus-me a pensar. Digo eu: tudo está caro. Botas, chitas, chapéus, tamancos custam os cabelos da cabeça. A municipalidade não dá mais livros, nem lápis, nem cadernos – não dá nada! Como é que os pais pobres, ganhando o que mal dá para comer e morar, poderá arcar com as pequenas despesas da manutenção de seus filhos e filhas no colégio primário? Não podem. A municipalidade não pode ir em auxílio dos pais nesse caso que é de benefício geral; mas pode votar verbas para bobagens de festas venezianas que não interessam, senão, a meia dúzia de cabotinos e a outros paspalhões.¹⁵⁷

Dinheiro público investido em festa em vez de material escolar para os filhos dos trabalhadores – trata-se de uma escrita colocada a serviço da denúncia, contra a situação de descaso a qual foram relegados os mais pobres. Afinal, isso também é político: uma classe trabalhadora escolarizada, conhecedora da realidade brasileira, para quê?

Tal posicionamento se mostra extremamente perspicaz porque, pela Constituição Republicana de 1891, era papel do Estado garantir a educação, e como o mesmo não a teve como prioridade, ocorreu um forte impacto nas eleições, tendo em vista que analfabetos não compareceram à cena eleitoral, já que eram impedidos pela mesma legislação.

Para o romancista, por outro lado, os governantes tinham responsabilidades para com os mais humildes, pois era papel deles minimizarem a situação extremamente desigual na qual se encontravam grandes contingentes populacionais. Pensava ele: ora, se os governos e as instituições oficiais agiam em favor dos ricos, que tudo tinham, por que não poderiam

despontou na Corte Imperial, no rastro dos já consagrados Machado de Assis, José de Alencar e Joaquim Manoel de Macedo, ao final do século XIX. Acreditavam piamente, diferentemente dos seus mestres, nas mudanças ocorridas no período, para ficarmos aqui com aquelas de maior destaque: abolição da escravidão e a então proclamada República. Tanto que afirmavam, ser aquele momento importantíssimo na inauguração de outra história da nação, superando ali os entraves que dificultavam o acesso do Brasil no rol dos países civilizados. Criava-se a crença, comum entre eles, da necessidade de transformar a sociedade, começando pela mudança de regime, sendo eles os propulsores e responsáveis por tais mudanças. Passados os primeiros momentos, todos eles, a exceção a Raul Pompéia, tornaram-se críticos ferrenhos das medidas adotadas pelo novo regime, principalmente no Governo de Floriano Peixoto, marcado pela perseguição aos opositores. A reconciliação aconteceria no Governo Prudente de Moraes, em que passaram a engrossar as fileiras dos homens de letras atrelados ao poder vigente, ocupando cargos, e se beneficiando, de alguma maneira, de tal relação. Para ler mais sobre isso, ver: PEREIRA, Leonardo Affonso de Miranda. Uma Miragem de República: sonhos e desilusões de um grupo literário. In: DA SILVA, Fernando Teixeira; NAXARA, Maria R. Kapelari; CAMIOTTI, Virgínia C. (orgs.). República, Liberalismo e Cidadania. Piracicaba: editora Unimep, pp.53-64, 2003.

¹⁵⁷ LIMA BARRETO, 1956(d), p. 112.

também fazer em favor dos mais necessitados? Por que não prevalecia a *res-publica*, como deveria ser?

Na verdade, Lima Barreto desvendava o véu que encobria o sentido duplo da exclusão para os setores alijados dos espaços decisórios, qual seja – excluídos da educação e dos processos formais de escolarização, acabavam também por serem apartados do jogo político oficial. Ou seja, nas eleições, onde eram escolhidos os representantes “do povo”, o povo não chegava lá, em vista da situação de analfabetismo.

Por isso Lima Barreto aponta para as dificuldades em manter um ou mais filhos num espaço escolar, principalmente para aqueles que tinham de arcar com o ônus da moradia, alimentação e transporte caros, ao passo que contavam somente com um salário irrisório (que nas palavras do romancista, mal supria as necessidades básicas), isso quando tinham empregos.

Diante de tais caracterizações podia-se pensar, todavia, que Lima Barreto era um desiludido com a política, alguém que a demonizava. No entanto, o que nós percebemos ao longo de sua obra, é sua crença na mudança, especialmente porque vislumbrava que ela poderia servir como instrumento para melhorar a vida da população, de forma geral.

Entre os textos mencionados até agora, em todos eles, Lima Barreto caminha no sentido de uma tomada de posição, e não haveria nada mais político que isso. Desse modo, sua narrativa crítica sobre o Estado Republicano, revela um desdobramento possível, demonstrando os limites de uma nova ordem instaurada, incapaz de causar transformações que impactassem positivamente na vida da população, principalmente aqueles mais necessitados e vulneráveis as contradições impostas por uma ordem social cada vez mais excludente.

Recuando um pouco no tempo, ainda nos idos de 1913, Lima Barreto escreveria não um corriqueiro texto, mas um verdadeiro manifesto contra os poderes vigentes. O escrito vinha à tona num mês de maio, através do jornal *Voz do Trabalhador*, impresso no qual Lima Barreto publicaria muitos de seus textos de crítica social, e que, sob todas as formas, tomaria um posicionamento em favor da luta operária, muito embora não estivesse oficialmente vinculado a sindicatos, agremiações operárias e seus congêneres:

Por ocasião da passagem do 1º de maio, os grandes jornais desta cidade, bem ou mal, tiveram que tratar da questão social. Alguns, com aquele jeito furta- cor tão interessante para um zoologista, enquanto na primeira ou segunda página defendiam uma futura oligarquia atacando outra, na quarta ou quinta faziam panegíricos dos

operários, etc.; outros, com mais franqueza, ao dia seguinte, atacavam os anarquistas [...]¹⁵⁸

O uso da imprensa para falar da grande imprensa¹⁵⁹ era uma de suas marcas. Aqui, ele traz uma caracterização sobre o posicionamento dos seus editores: era impossível negligenciar a data do dia do trabalhador. Cabia, então, criar formas de falar sobre ela, mas sem tocar na questão essencial: os problemas enfrentados por essa classe trabalhadora, carente de qualquer mecanismo de proteção contra a lógica desumana do capital.

As transformações ocorridas com a abolição dos escravos e a política de imigração, que vinham ocorrendo desde a segunda metade do século XIX (acentuada na última década desse século e nos primeiros anos do XX), contribuíram para trazer à cena problemas que os poderosos buscaram silenciar, ou pelo menos negligenciar, durante muito tempo: o que fazer com a imensa quantidade de negros e mestiços libertos, com os brancos pobres?

A pena de Lima Barreto fazia saltar essa inquietude para os braços das elites e do Estado, localizando o papel político no qual era encarada a pobreza nas primeiras décadas do século XX: relegada ao subúrbio, ausente de direitos, “controlada” pela repressão, vista com indiferença pela *Res-publica*. Todavia, o autor, através de seus textos, parecia dizer: existe outro lado, e ele exige cidadania!

O autor parece estar sempre atento, ou sempre a acompanhar os problemas vividos pela classe trabalhadora, que nas cidades já era constituída por uma quantidade significativa de operários. Ainda que os mesmos não fossem maioria em todas capitais brasileiras, porém, já demonstravam certo peso na contrapressão às posições políticas adotadas. Percebemos isso porque a data de publicação daquele texto se remete a um processo de greves radicalizadas, em que a perseguição chegou a ser legalizada, movendo-se contra certos setores do operariado: estrangeiros, através de uma lei para expulsar rebeldes.

A ampliação dos dispositivos de repressão, porém, foi aprovada pelo Congresso no mesmo ano da publicação desse seu artigo, em 1913, período esse marcado por mobilizações, cujos objetivos eram, entre outros, atacar o aumento desenfreado dos preços dos gêneros de

¹⁵⁸ FARIA, Antônio Augusto Moreira de; PINTO, Rosalvo Gonçalves. *Lima Barreto: antologia de artigos, cartas e crônicas sobre trabalhadores*. Belo Horizonte: FALE/UFMG, 2012, p. 16.

¹⁵⁹ Para Tania Regina de Luca, a expressão “grande imprensa”, mesmo que sendo vaga e imprecisa, designa um conjunto de títulos de jornais, que num dado contexto, compuseram a porção mais significativa dos periódicos em termos de circulação, perenidade, aparelhamento técnico, organizacional e financeiro. Para ler mais sobre isso, ver: LUCA, Tania Regina de. *Fontes Impressas: a história dos, nos e por meio dos periódicos*. In: Carla Bassanezi Pinsky (org.). *Fontes Históricas*. São Paulo: Contexto, pp. 111-154, 2011.

primeira necessidade e também da moradia. A classe trabalhadora se posicionava contra a carestia de vida.¹⁶⁰

Sua crítica, porém, não para aqui. Lima Barreto coloca o dedo na ferida da questão social: é o trabalho explorado e desumanizado, tal qual se configura num regime capitalista, que impõe à classe trabalhadora a mais degradante das situações. E tudo isso é compartilhado e legitimado pelo discurso manso e classista da imprensa que reivindica os ideais burgueses, como fez questão de explicitar o autor:

Teimam também os jornais em encontrar nessa questão da reforma social uma simples questão de salário. É uma teima que lhes fica bem, mas é preciso que se lhes diga, não é das mais dignas nem das mais brilhantes. Há, em tal questão, mais uma questão de dignidade humana, de direito que tem todos a encontrar na terra felicidade e satisfação, do que mesmo desejo de um maior ou menor ganho. O que é justo, é que muitos poucos possam encontrar na vida mais que o supérfluo e alguns mais, unicamente o necessário. Nessa questão, os jornais e os jornalistas são de uma coerência a toda prova. Eles gabam os altíssimos salários que os operários têm nesta terra, mas nenhum deles quer ser o operário que os vence. Por quê? Porque à situação de operários está ligada uma diminuição de personalidade, de consideração à sua importância necessária e puramente humana. De resto o trabalho é árduo, além de árduo é feito durante muitas horas seguidas e o cansaço tira e embota a alegria das restantes horas de repouso [...]¹⁶¹

A pressão das mobilizações dos trabalhadores colocava o tema da reforma social na ordem do dia. Criava-se, porém, entre os meios de comunicação, e/ou entre os poderes vigentes, a ideia de que aumento salarial resolveria o caso. Lima Barreto rejeita tudo isso. Ao mesmo tempo em que se solidariza com os trabalhadores explorados, constroi uma interpretação bastante intrigante, quando pensamos que ela é produto da pena de um romancista nato, e não de um sociólogo, filósofo ou historiador.

Sua compreensão vai ao cerne da questão social e chega aos limites do capitalismo: a exploração acontece aos mais vulneráveis, ela é taxativa, retirando a dignidade do ser – e para ela continuar a acontecer, alguém terá de se solidarizar com o projeto burguês: a grande imprensa, o jornalista ganancioso, que ajudam a formar opiniões que contradizem a realidade da carestia, ou a vida daqueles que nada têm; ou como diz Mia Couto pela boca de um de seus personagens: “*daqueles miseráveis que só têm o nada.*”¹⁶²

Lima Barreto também forma sua própria opinião, e ela está tomada pela observação participante daquele que vai buscar a matéria-prima de suas histórias no cotidiano vivenciado

¹⁶⁰ BATALHA, Cláudio. Formação da classe operária e projetos de identidade coletiva. In: Jorge Ferreira e Lucila de Almeida Neves Delgado. *O Brasil Republicano*. O tempo do liberalismo excludente: da proclamação República à Revolução de 1930. V. 1. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, pp. 161-189, 2003.

¹⁶¹ FARIA; PINTO, 2012, p. 18.

¹⁶² COUTO, Mia. *Vozes Anotecidas*. São Paulo: Companhia das Letras, 2013.

e experimentado por ele mesmo, sempre atento às situações mais corriqueiras e supostamente sem importância que o cercava; o registro a seguir diz muito sobre essa prática. No ano de 1915, vemos o literato publicando na Revista Careta um artigo de nome *O Muambeiro*, cuja escrita está atravessada pela história de inúmeras pessoas que entram em contato com o autor a fim de buscar algum tipo de auxílio, de conselho sobre os problemas enfrentados:

Quando saio da casa e vou à esquina da Estrada Real de Santa Cruz, esperar o bonde, vejo bem a miséria que vai por este Rio de Janeiro. Moro há mais de dez anos naquelas paragens e não sei por que os humildes e os pobres têm-me na conta de pessoa importante, poderosa, capaz de arranjar empregos e solver dificuldades. Pergunta-me um se deve assentar praça na brigada, pois há oito meses não trabalhava no seu ofício de carpinteiro; pergunta-me outro se deve votar no senhor fulano; e, às vezes mesmo, consultam-me sobre casos embaraçosos. Houve um matador de porcos que pediu a minha opinião sobre este caso curioso: se devia aceitar dez mil réis para matar o cevado do Capitão M., o que lhe dava trabalho por três dias, com a salga e o fabrico de linguiças; ou se devia comprar o canastra por cinquenta mil réis e revendê-lo aos quilos pela redondeza. [...] ¹⁶³

É possível que a procura dos populares se devesse a instrução intelectual de Lima Barreto, por ser ele escritor em jornais cujo interesse fosse fazer circular as informações sobre a vida dos pobres; por ele ser um andarilho da cidade, ou mesmo devido a seu cargo num órgão público do Governo. Talvez, pensassem, que fosse uma pessoa que poderia mediar a comunicação entre os pobres e os poderosos. Perguntam-lhe de um tudo.

Por outro lado, dessas experiências o autor está sempre a tirar conclusões, a dar escritura àquilo que poderia se perder na imaterialidade do oral. Reflete, aqui, uma escrita solidária, porém analítica da miséria – ela não se estabelece na naturalidade das coisas.

À seu modo e de forma bastante peculiar, Lima Barreto busca traduzir as formas de sobrevivência da população pobre, contribuindo também, para um conhecimento do urbano que fosse mais humano e sensível às transformações pelas quais passava a urbe, apontando as angústias e lamúrias daqueles que estavam à margem, que a todo custo buscavam meios de sobrevivência.

Há de se ressaltar que tal fragmento nos indica as formas pelas quais os humildes tentam sobreviver, tendo em vista que a vida de tais segmentos é uma verdadeira corrida pela existência. Daí, tais sujeitos assumirem a possibilidade de desenvolver mais de uma atividade, ou como diz a expressão popular: *os pobres se viram*.

Outro aspecto é o local onde ocorrem essas conversas, mais uma vez o subúrbio aparece em seus registros. Nele se inscrevem inúmeras trajetórias que vão do soldado,

¹⁶³ LIMA BARRETO, 1956(d), p. 90-91.

passando pelo carpinteiro, chegando ao matador de porcos. Há também a de um operário.

Retoma-se, mais uma vez, a articulação entre pobreza e política:

Ultimamente, na esquina, veio ao meu encontro um homem com quem conversei alguns minutos. Ele me contou a sua desdita com todo o vagar de popular. Era operário não sei de que ofício; ficara sem emprego, mas como tinha um pequeno sítio lá para as bandas do Timbó e algumas economias, não se atrapalhou em começo. As economias foram-se, mas ficou-lhe o sítio, com suas laranjeiras, com as suas tangerineiras, as suas bananeiras, árvores de futuro com o qual o senhor Cicinato Braga, depois de salvar o café, vai salvar o Brasil. Notem bem depois. Este ano foi bastante abundante em laranjas e o nosso homem teve a infeliz ideia de vendê-las. Vendo, porém, que os compradores na porta não lhe davam o preço devido, tratou de valorizar o produto, mas sem empréstimos a 30%. Comprou um cesto, encheu-o de laranjas e saiu a gritar:

Vai laranja boa! Uma a vintém! Foi feliz e pelo caminho apurou uns dois mil réis. Quando, porém, chegou a Todos os Santos, saiu-lhe ao encontro a lei, na pessoa de um guarda municipal:

- Quedê a licença!

- Que licença?

- Já sei, intimou o guarda. Você é muambeiro. Vamos para a agência.

Tomaram-lhe o cesto, as laranjas, o dinheiro e, a muito custo, deixaram-no com a roupa do corpo.

Eis aí como se protege a pomicultura.¹⁶⁴

Exclusão e enquadramento: eis as facetas do Regime Republicano e dos poderosos, que ancorados em estruturas burocráticas institucionalizadas, dominam todos os aspectos da vida de homens e mulheres, perpassando os elementos concernentes as formas de morar, de ter o lazer, de comportar-se, de trabalhar.

O texto de Lima Barreto mostra, dentre outras coisas, a forma pela qual se viram os pobres frente a instabilidade do mercado de trabalho – um dia há trabalho na indústria, no outro, desemprego, resta *se virar* para sobreviver.

O trabalho informal é a saída, é a forma de continuar sobrevivendo para os pobres, mas ele é, ao mesmo tempo, um problema para o Estado. Como localizar para taxar, para arrecadar? A presença do fiscal é a tentativa de esquadrihar aquele que se perde dos dados oficiais. Assim, por meio de uma situação singular, Lima Barreto vai desmontando os limites da República presumidamente feita sob a égide da ordem e do progresso, e que reservava aos mais pobres somente a obediência e a aceitação da ordem.

Por outro lado, ele vê aqui também a ausência de valorização dos frutos da terra – a pomicultura: prefere-se deixar a terra improdutiva, ou produzir a monocultura da vez, em vez de promover o cultivo daquilo que pode alimentar a população de modo geral, e o próprio vendedor de frutas. Em outras palavras: benefícios, somente para o latifundiário!

¹⁶⁴ LIMA BARRETO, 1956(d), p. 90-91.

Através das trajetórias mencionadas, podemos visualizar o quadro montado por Lima Barreto em torno de indivíduos sem emprego fixo, tentando a todo custo, como diriam alguns, viver de forma “autônoma”, mas tal busca não revela aqui, de maneira alguma, uma escolha desse nível, como ditam as ideias liberais. As “escolhas”, como formas de sobrevivência, não são feitas dentro de um universo de opções dadas, e sim, impostas. Na verdade, o que nos indicam os casos, são justamente imposições concretas de uma ordem social marcada pela desigualdade de oportunidades, de trabalhos informais e degradantes, ou para usarmos expressão corriqueira atual: sobrevive-se do “bico”, escondendo-se do Estado.

Algo bem característico de uma sociedade com possibilidades restritas, e recém-saída das relações de trabalho compulsório, vendo-se, agora, diante de um modelo em que prevalece a lei da oferta e da procura, que impõe seus ditames, demonstrando suas contradições.

É interessante pensarmos que todos esses homens, ao que nos parecem, trabalhadores desempregados nacionais, acabam também por desmentir determinadas construções que vigoraram por certo período: a de que era necessário contratar estrangeiros devido a falta de braços; ou porque os nacionais não tinham aptidão, em vista de serem preguiçosos e indisciplinados. Como se os pobres pudessem viver sem trabalhar.

Noutro texto, publicado no Jornal A.B.C., em 1917, intitulado *Carta fechada: Meu maravilhoso Zé Rufino* - inclusive da mesma leva e período em que o autor produziu bastante e em consonância com grandes questões da época, Lima Barreto não fogia da boa e velha crítica, ao tecer considerações que iam de encontro às posições tomadas pelo Ministro da Agricultura, denunciando-o através de adjetivos atravessados pelo humor, dadas suas vinculações com poderes constituídos, sejam eles políticos, ou econômicos. É uma forma de dar a ver práticas, que mais uma vez beneficiavam uns, por meio do processo de exclusão da maioria:

[...] Ministro, meu caro e excelentíssimo Senhor Zé Rufino ou Chico Caiana, é um cidadão investido de certas e grandes autoridades para prever as necessidades públicas; ministro, Chico da Novilha, é alguma coisa mais do que um simples agiota. Agora você (mudo de tratamento) fez-se ministro para ser caixeiro de um reles sindicato de judeus belgas e mais ou menos franceses, para esfomear o Brasil e ganhar dinheiro. É muito justo que você queira ganhar dinheiro; é muito justa essa torpe ânsia burguesa de ajuntar níqueis; mas o que não é justo é que nós, todo o povo do Brasil dê prestígio a você, ministro e secretário de Estado, para nos matar de fome [...].¹⁶⁵

¹⁶⁵ FARIA; PINTO, 2012, p. 25-27.

Trata-se aqui de José Rufino Bezerra Calvanti, Ministro do Governo do Presidente Wenceslau Braz (1914 – 1918), que é alvejado pela pena de Lima em virtude da prática política, tal como ela é feita no Brasil, mais especificamente nas primeiras décadas do regime republicano.

Ao contrário desse beneficiamento unilateral, o entendimento do literato é que se deveria construir a arte de fazer o bem geral para o povo. A seleção das palavras é de uma crueza risível, sempre que trata dos “donos do poder”, para usar uma expressão de Raimundo Faoro. É desse modo que o escritor destila toda sua inteligência de cronista da sociedade, optando pelo terreno da arena dos conflitos, sempre a tomar uma posição de classe ao lado dos desempregados e trabalhadores, ou seja, homens e mulheres que passam uma vida inteira a esperar, vivendo sempre pela metade, com a falta e a ausência de tudo.

3.3 Os Pobres e a “Cidadania” nas primeiras décadas do Brasil República

Corriqueiramente Lima Barreto é visto, seja pela crítica literária, seja pelos historiadores, como aquele literato associado aos pobres, sensível às suas misérias cotidianas. Dificilmente aqueles que se propuseram a analisar alguma parte de sua obra deixaram de tocar, nem que seja superficialmente em tal ponto.

Ora, não estamos negando aqui tal viés e perspectiva sobre o autor, até porque todo nosso trabalho foi no sentido de entender tais vinculações, e os problemas daí advindos. Todavia, poucos foram aqueles que, de fato, tentaram analisar as construções na ficção, ou seus escritos, de forma geral, que abordavam o problema da pobreza e a situação dos pobres nas primeiras décadas do Brasil República - no sentido de compreender quais foram os discursos que o literato produziu, como ele viu e compreendeu as ações de um segmento da população tão numeroso.

Ao construir seus personagens, Lima Barreto os via como sujeitos ativos, agentes de suas posições, e às vezes, somente como reativos a algo que os incomodava. Os segmentos subalternos sempre estiveram presentes ao longo da história, e em diversos momentos, foram objeto de análise pelos pesquisadores do passado e do presente. A forma como esses homens e mulheres foram representados por Lima Barreto, em termos de uma escrita que dimensionasse suas experiências históricas - é que daremos atenção nas páginas que se seguem.

E mais, refletiremos se a participação desses homens e mulheres pobres foi alçada à condição de importância na composição da República, se na fatura dos processos históricos os

segmentos sociais mais pauperizados, ou os que chamaríamos de “anônimos”, foram vistos como sujeitos portadores de ideias, concepções, visões de mundo, ou somente como massa de manobra - manipulados, espontâneos, revoltados, tumultuosos, reativos, uma turba, ou seja, caracterizações que indicam certa percepção sobre o que seria supostamente desejado, passando, até mesmo, uma ideia do que é certo e errado. Examinaremos, ainda, essas dicotomias nada interessantes, e que só embaralham as compreensões acerca das vivências desses sujeitos.

Como já pontuei anteriormente, Lima Barreto iniciou seu processo de escrita a partir dos anos de 1904, como faz constar alguns de seus textos de cunho pessoal como, por exemplo, as cartas e o seu Diário.

No produto de sua obra é possível visualizarmos suas intenções, tanto no que concerne ao Ser Romancista, quanto ao Ser Cronista e Polemista das diversas questões que pautaram seu tempo, fazendo-o tomar posicionamentos.

Um dos problemas passíveis de investigação na obra de Lima Barreto é justamente, os pobres em suas andanças pela cidade do Rio de Janeiro, nas primeiras décadas do Brasil República; e mais, como esses segmentos se mostram, como aparecem e são produzidos pelo olhar do literato. Na verdade, até que ponto podemos pensar o registro da literatura de Lima Barreto como um discurso que pode destoar, comprovar, ou até mesmo, mediar certas construções sociais e históricas acerca das ações dos pobres, ou daqueles setores em constante processo de empobrecimento.

Retornemos ao *Clara dos Anjos*. Aqui o autor coloca no centro de sua literatura, não apenas personagens negros, moradores do subúrbio do Rio de Janeiro. Na verdade, ele acaba também por trazer à tona todo um universo mental e comportamental daqueles que estão à margem em termos políticos, econômicos e socioculturais, mas nem por isso ausentes e desconhecedores do que se passava ao redor. Ao contrário, os pobres fazem uma série de avaliações, imprimindo opiniões sobre os acontecimentos:

O Clapin está aí, está morto na política, teve o topete de ir contra a corrente popular, espetou-se. Quem ganhou foi o barbudo Melo Brandão, esse judeu mestiçado. É um safadão, mas é mestre na política. Joaquim se interessava mediocremente por essa história de política: mas Lafões tinha ido às suas paixões no negócio e acudiu:

- Qual o quê! Então você pensa, Marramaque, que um homem inteligente, tão superior, como o doutor Clapin, vai se deixar embrulhar por um trapaceiro de atas e coisas piores como Melo Brandão! Qual o quê! Demais, o operariado....

- O que é que ele tem feito pelo operariado? – pergunta Marramaque.

- Muito.

Lafões respondeu assim a Marramaque:

- Muito. Em todas as comissões por que o doutor Clapin tem passado, sempre procura dar trabalho ao maior número de operários.

- Grande serviço! Arrebenta as verbas; no fim de dois ou três meses, despede mais da metade.....Isto não se chama proteger; chama-se engazopar.
 - Seja, mas ele ainda faz isso, e os outros? Não fazem nada. De resto, é um homem democrata. Desde muito que se bate pela igualdade entre os servidores da nação. Não quer distinção entre funcionários públicos e jornaleros. Quem serve a Nação, seja em que serviço for, é funcionário público.
 - Honorários! Isto não enche barriga! Por que ele não trabalha para diminuir a carestia da vida e dos aluguéis de casa?
 - Homessa, Marramaque! Você não leu o projeto dele sobre construção de casas para famílias pobres e modestas? Você não leu, Joaquim?
- O carteiro, que vinha ouvindo a conversa sem dar opinião, à interpelação de Lafões, interveio:
- Li, de fato; mas li também que ele havia aumentado os aluguéis de suas casas, que são inúmeras, em quarenta por cento.
 - É isto! – acudiu com pressa Marramaque. – Clapin é muito generoso com o dinheiro dos outros, do Estado. Com o dele, é de uma sovínice de judeu e de uma ganância de agiota. Jesuíta!¹⁶⁶

Aqui, a fonte extraída do *Clara dos Anjos* mostra com clareza como Lima Barreto percebe, baseado possivelmente na experiência e observação, que os pobres têm uma percepção política. Há dois lados, e os que são de cá, mas um dia ousam ficar do lado de lá, perdem a vez, perdem a confiança dos seus.

Optam, portanto, por escolher um outro como representante, que embora não seja alguém com reconhecida integridade moral, sai dos meios populares, sabendo driblar uma rotina permeada por relações de poderes para “defender” os mais humildes, explicitando a ideia de que os pobres não estariam totalmente fora da política formal.

O diálogo entre os personagens demonstra um entendimento das pessoas sobre os supostos elegíveis no pleito, como também certo conhecimento das suas propostas, e o que de fato representavam enquanto projeto político, desconstruindo, assim, certas visões do povo como bestial, tão recorrente no período estudado.

Outra coisa que a fonte nos traz é o tema da moradia popular, tão recorrente no período estudado, e tratado pelo autor nos seus mais diversos escritos. Através desse fragmento é possível entrever, em Lima Barreto, a construção de diferentes percepções sobre os mais pauperizados, e que longe de uma suposta ideia marcada pelo desconhecimento, ou falta de interesse pelo político e pelos problemas da cidade, seus personagens constroem visões peculiares a partir do universo social no qual estão inseridos.

Na fala de Joaquim, pai de Clara, os populares estão atentos a certas contradições que mundo política coloca, e que certos atos praticados por indivíduos, supostamente coadunados com interesses da classe trabalhadora, na verdade, escondem interesses particulares, fazendo uso do dinheiro público se preciso fosse.

¹⁶⁶LIMA BARRETO, 2002, p. 17.

O literato mostra, portanto, que os trabalhadores são portadores de noções do político, e que tais percepções são permeadas de interesses, também, como por exemplo, a chance de votar em alguém que tivesse como plataforma eleitoral a construção de casas populares, num período em que o custo de vida se tornava cada vez mais alto e desvantajoso para os mais pauperizados.

Ora, não podemos esquecer que o período que vai do final do século XIX, passando pelas primeiras décadas do século XX, a cidade do Rio de Janeiro passaria por inúmeras transformações de cunho urbanístico, cujas moradias vistas como feias e perniciosas, habitadas pelos mais necessitados, seriam postas abaixo, para não entrarem o modelo que se tentava implementar, amparada no sistema de higienização dos espaços urbanos; e que, por outro lado, não trazia consigo uma política sistemática para sanar a falta de moradia.

Os analistas da época da Proclamação da República e das décadas posteriores a instalação do regime, fossem eles nacionais ou estrangeiros, tendiam a caracterizar as ações da população, principalmente dos setores menos abastados, como passivos, ou como aqueles que não se enquadravam nos modelos estabelecidos de ação e comportamento, no que concerne ao político.

Por isso, logo surgiam adjetivações de cunho pejorativo, tais quais, “*escória*” para o inglês, “*foule*” para o francês, “canalha” ou “escuma” para o português, quando não, eram simplesmente nomeados como “bandos de negros e mestiços”.¹⁶⁷

Em *Triste Fim de Policarpo Quaresma*, os pobres aparecem nos escritos do autor colocando em xeque certas elaborações produzidas sobre os mesmos, nas suas relações com a política oficial, contradizendo, assim, opiniões taxativas e impregnadas de preconceitos:

- Seu patrão, amanhã não venho “trabaiá”.
- Por certo; é dia feriado... A Independência.
- Não é por isso.
- Por que então?
- Há “baruio” na Corte e dizem que vão “arrecrutá”. Vou pro mato....nada!
- Que barulho?
- Tá nas “foias”, sim “sinhô”.¹⁶⁸

A peculiaridade encontrada nos escritos de Lima Barreto está aqui: ao descrever os dilemas que os pobres enfrentavam diante das situações as mais desfavoráveis possíveis, o literato não os enxerga como uma folha de papel em branco, desprovidos de entendimentos acerca do mundo que os rodeava. Os pobres têm opinião.

¹⁶⁷ CARVALHO, José Murilo de. *Os Bestializados: o Rio de Janeiro que não foi*. São Paulo: Companhia das Letras, 1987, p. 72.

¹⁶⁸ LIMA BARRETO, 1956(f), p. 185.

Na passagem transcrita, o personagem Felizardo, empregado no sítio de Policarpo Quaresma, é representado como um sujeito que tem percepções muito elucidativas acerca do seu lugar na nova ordem instaurada: ele é somente um número a se somar ao exército que lutaria pelo Brasil, na guerra. Mas por que ele iria? Não há sentimento de identificação patriótica, não há nada que o faça se reconhecer numa causa; em outras palavras, não há motivo para ele arriscar a vida fora da fazenda: nunca ganhou nada da pátria, então, por que lutar por ela?

Essa percepção, todavia, expressa algo que destoa dos modelos normativos, prescritos e almeçados, inclusive pela história oficial. Sua ação perante a possibilidade de recrutamento, diga-se de passagem, forçado, a partir do conhecimento do que diziam as folhas (jornais), denota o temor de ir pra guerra, correr o risco de perder a vida, ou partes do corpo – prefere ir *pro mato*, esconder-se.¹⁶⁹

Tratava-se, essa ação, de uma discordância quanto a política de Estado, e mais, longe de ser somente um comportamento “reativo”, como qualificariam alguns, o personagem construído pela pena do literato agia como sujeito dentro um universo de opções, que ainda não fossem dadas, mas impostas, conseguia elaborar uma visão de mundo com seu consequente entendimento do novo acontecimento.

Felizardo sabia que os pobres, como ele, eram sempre excluídos das decisões formalizadas pelo Estado e pelos espaços de poder instituídos, contudo e geralmente, eram os primeiros a servirem na guerra, a tomar parte em conflitos que não eram seus.

Outro aspecto a ser percebido no trecho em questão é o uso do termo Corte, e não República, demonstrando entre outras coisas, que o personagem tinha acumulado ao longo de sua experiência uma percepção acerca dos desmandos já praticados pelo Estado, e que tais práticas se remetiam desde o Império, mantendo-se sob o novo regime, a nascente República.

Como se vê aqui, não há nada de desentendimento, indiferença ou alienação - termos bastante utilizados, sempre que as ações de certos segmentos da população não atingem, ou não refletem, certas expectativas definidas a priori, e que acabam por pontuar atitudes pelo

¹⁶⁹ Como bem analisa Maria Odila, acerca dos pobres (brancos e mestiços pobres) e suas estratégias de sobrevivência no Brasil Império, a política de dominação e controle social, no que diz respeito àquela massa de miseráveis, flutuava entre dois mundos: o do senhor de terras e dos negros escravizados. Desse modo, duas eram as formas utilizadas pelo Estado para controlar e fixar esses brancos e mestiços pobres, forçando sua “cidadania”: de um lado o sistema eleitoral, e de outro, o recrutamento para as forças policiais locais (Guarda Nacional e exército de primeira linha, sendo que esse último, era um dos mais temidos, tendo em vista que eram mínimas as chances de sobrevivência nas guerras). Para ler mais sobre isso, ver: DIAS, Maria Odila Leite da Silva. Sociabilidades sem História: votantes pobres no Império (1824-1881). In: FREITAS, Marcos Cézár de. *Historiografia Brasileira em Perspectiva*. 6ª. Edição. São Paulo: Contexto, pp. 57-72, 2010.

crivo de avaliações que expressam, no limite, um valor, ou mesmo hierarquias atravessadas por dicotomias como, por exemplo, certo/errado e verdadeiro/falso – como veremos a seguir.

Ao contrário disso, pelo registro da literatura, e mais especificamente pelos romances de Lima Barreto, temos acesso a uma compreensão particular, e por que não, peculiar, das percepções que os pobres e trabalhadores tinham da política formal. Nada de negação, e muito menos, de não participação, como querem e acreditam muitos¹⁷⁰. Ao invés disso, o que se vê, portanto, são elaborações feitas sobre situações concretas que caracterizam a política formal, criticando o modo autoritário como ela acontece.

Tais sujeitos imprimem significados variados à política oficial. Demonstra-se, aqui, um conjunto de expectativas desejadas por aqueles ansiosos por fazer valer suas vontades, expressas muitas vezes em particularidades individualizadas.

Através dessa percepção, não estamos querendo aqui dizer que os escritos de Lima Barreto reproduzem o real. Na verdade, nosso entendimento é que eles dimensionam um olhar possível, um discurso viável e uma forma alternativa de perceber as experiências de homens e mulheres por outros crivos, que não sejam aqueles já tão enfatizados e reproduzidos por imagens ancoradas em preconceitos e percepções idealistas, que ao fim e ao cabo, dizem muito mais sobre aqueles que a produziram, do que sobre aqueles que viveram as experiências reais.

Com isso, é necessário compreendermos que tais construções apontam para uma perspectiva, em parte, idealista, ancorada em modelos anteriormente estabelecidos de estar e atuar no mundo, e que assim, nega a participação de tais segmentos da população como sujeitos da história – vendo em suas atitudes somente o inconcluso, o incompleto, demarcando sempre um ausente que está ou não por vir; ou para usarmos as expressões de Murilo de Carvalho, que já permeadas de significação, indicam um posicionamento sobre o comportamento dos indivíduos, homens e mulheres que se expressariam “em negativo”, quando tratavam de agir na condição de cidadãos.¹⁷¹

Ao invés disso, dialogamos com Martha Abreu e Andrea Marzano que ao acompanharem a história de determinados indivíduos, ou de segmentos da coletividade, em suas formas de estar e atuar no mundo, vislumbram uma oportunidade imprescindível de perceber as construções acerca da ideia de cidadania: ela se constitui em diferenciações, e por isso, não cabe nos estreitos limites de uma suposta concepção de atuação política que se

¹⁷⁰ Os nomes dos autores aos quais me refiro aparecerão, em seguida, nesse texto.

¹⁷¹ CARVALHO, José Murilo de. *Cidadania no Brasil: o longo caminho*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, pp. 64-83, 2012.

define como em *negativo*; ou ainda, na simples formalidade de exercer o direito de votar nos limites dos espaços institucionalizados, como por exemplo, partidos políticos, sindicatos, funções no legislativo e no judiciário, ou ainda, no enquadramento de tomadas de posições tidas como supostamente bem elaboradas e acertadas.¹⁷²

Enxergam, as autoras, que tais posicionamentos estão atravessados por uma construção idealista de nação que se quer almejar, esperando de seus cidadãos atitudes que somente viessem referendá-la; não se atentando para as multiplicidades de experiências que os indivíduos vivenciaram nas suas tomadas de posição diante do político, forjadas, muitas vezes, no conflito e em suas necessidades.

Seguindo as pistas teórico-metodológicas suscitadas pelas pesquisadoras, interessa-nos investigar as contradições e ambiguidades que as discussões concernentes ao tema da cidadania, aos modos de participação política dos segmentos alijados do poder, implicaram sobre a experiência histórica das primeiras décadas do Brasil República, tomando como suporte empírico as construções literárias de Afonso Henriques de Lima Barreto.

Ambas as historiadoras dizem que os debates sobre tais questões frequentemente partem de citações de trechos jornalísticos e memorialísticos de contemporâneos da época, sendo a mais corriqueira, a reprodução da conhecida carta publicada pelo então jornalista e propagandista da República, Aristides Lobo, que atuando no jornal *Diário Popular*, imprimiria sua opinião sobre a atuação dos populares no que dizia respeito ao 15 de novembro de 1889. O militante da causa republicana acabaria por caracterizar o povo como bestializado, atônito, surpreso, enfim, um desconhecedor do que estava acontecendo.

Mas não seria ele o único a tratar a população nacional com total descrédito. O biólogo francês, Louis Couty, que residiu durante muitos anos no Rio de Janeiro, seria taxativo em afirmar que a situação permanente do Brasil era da inexistência de povo, segundo os parâmetros definidos por ele e por correlatos. Na sua avaliação, entre os índios e escravos de um lado, e os proprietários de escravos do outro, vegetavam milhões de pessoas, e que entre esses números, não via uma organização cidadã forte, no sentido que, para ele, tinham os outros povos considerados “civilizados”.¹⁷³

No entanto, os fragmentos literários suscitados por Lima Barreto demonstram o contrário - longe da bestialidade, do reativo, do alienado, os indivíduos agem segundo padrões comportamentais que, no limite, dizem muito sobre as relações que mantinham com

o

¹⁷² ABREU, Martha Campos. MARZANO, Andrea Barbosa. Entre palcos e músicas: caminhos de cidadania no início da República. In: José Murilo de Carvalho e Lucia Maria Bastos Pereira das Neves (orgs.). *Repensando o Brasil do Oitocentos: Cidadania, política e liberdade*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, pp. 121-149, 2009. ¹⁷³ CARVALHO, 1987, p. 66-67.

universo do político, sacralizado e oficial: sem possibilidade de participar da política formal, é claro, eles ficariam de fora. Restava ver como os mesmos se movimentavam expressando formas outras de cidadania, através de uma cultura política plural, demarcando, por isso, um apontamento para o conflito e o contraditório.

Aquelas elaborações acabariam por reverberar, segundo ainda Martha Abreu e Andrea Marzano, nas obras de muitos estudiosos do Brasil República que sucederam ao jornalista Aristides Lobo, principalmente na produção historiográfica sobre o período, não sendo difícil detectar resquícios de tal discurso em 1910, nas obras de Rocha Pombo; na década de 1940, nas obras de José Maria Bello; e nos anos de 1950, nas obras de Leôncio Basbaum (que ancorado no materialismo histórico, mencionaria a indiferença da “massa heterogênea” e pouco consistente das ruas, preocupada com seus pequeninos problemas diários).¹⁷⁴

Em suma, vários intelectuais reproduziriam tal perspectiva, ora mais, ora menos, cujos constructos só vinham aumentar o coro daqueles que *lamentavam* a não participação popular no 15 de Novembro, lamuriando sua ausência. Ou seja, o povo, enquanto coletividade capaz de agir, dentro das expectativas esperadas e quistas pela intelectualidade, não fez o que tais setores acreditavam que fosse o certo.

Por isso, talvez, a sempre corriqueira ideia de que a nação, e mais, a sociedade brasileira, era e é uma eterna incompletude, atrasada; tendo um povo por se constituir em vista sua suposta incapacidade de agir, como esperado. E tais elaborações não se encerrariam no começo da República no Brasil, pelo contrário, elas atravessam os séculos, chegando ao XXI. Vê-se pelas últimas décadas do século XX, que serão marcadas, volta e meia, pelo debate em torno desse temário.

A década de 1980, por exemplo, será marcada por inúmeras comemorações e acontecimentos, dentre os quais, festejos concernentes ao centenário da Abolição dos Escravos e da Proclamação da República. Sendo a primeira comemorada em 1988, e a segunda em 1989 – datas essas atravessadas por momentos de extrema complexidade na história recente do país.

Eram anos que ainda vigoram a forte herança da ditadura civil-militar, uma década marcada por campanhas pela redemocratização, em que as ruas eram tomadas por grandes manifestações que encampavam desde reivindicações pela anistia dos presos políticos e

¹⁷⁴ ABREU; MARZANO, 2009.

exilados do regime, até as campanhas por eleições, materializando-se nas *Diretas Já!*, balançando o país de norte a sul, de leste a oeste.

É justamente no interior desse caleidoscópio de acontecimentos que uma nova onda de reflexões em torno desse temário voltaria à cena intelectual, fazendo com que inúmeros pesquisadores das ciências humanas, voltassem a repensar os termos da cidadania e da participação política na então (*res*) pública.

Em meio a tudo isso, a produção historiográfica retoma os temas da cidadania, República e democracia, tendo inclusive que repensar os marcos que deram origem ao nosso paradoxal Regime Republicano, instaurado nos idos de 1889 – cuja marca são os eventos violentos de negação dos direitos políticos! Não bastasse o estarrecedor fato de que em tão pouco tempo de experiência republicana já tivéssemos sido “agraciados” por três ditaduras, apoiadas, tanto por civis quanto por militares, acompanhou-se de tal trajetória, as seguidas mudanças na legislação, contribuindo mais ainda para que o exercício da cidadania fosse prejudicado.

Toda essa ânsia por refinar, avaliar e a reavaliar a produção intelectual existente, levou os historiadores, por exemplo, a questionar a validade dos modelos teóricos anteriormente estabelecidos, amparando-se em novas metodologias e formas interpretativas – tudo isso subsidiado em materiais empíricos que, agora, passaram a ser vistos sob um prisma menos preconceituoso e mais abrangente – a exemplo do uso dos jornais, fotografias, diários, música, cartas, objetos domésticos, monumentos arquitetônicos, letras de músicas, indumentárias, literatura etc.

No âmbito da história tomaram fôlego os trabalhos encabeçados por José Murilo de Carvalho, que a frente de um grupo de pesquisadores assentados na instituição de pesquisa “Casa Rui Barbosa”, daria um novo ânimo ao debate renovando as discussões, ao tempo que construía outras percepções, ou enfatizando os já antigos e controversos debates em torno do tema da cidadania, participação política, movimentos sociais e os significados do que viria a ser uma República; ao mesmo tempo em que repensavam, embora não diretamente, a velha problemática do Brasil enquanto nação: a possibilidade de nos tornarmos modernos, a fim de atingirmos os patamares de outros centros, tendo por referenciais quase sempre os Estados Unidos e alguns países da Europa.

Não sendo estranho, no entanto, que Murilo de Carvalho ao visitar os temas citados, acabaria também por retomar o parâmetro e ponto de partida, da já tão reproduzida ideia de bestialidade do povo diante dos acontecimentos políticos do final do século XIX e

início do XX, ou para ser mais exato, a famosíssima Proclamação da República e os desfechos daí decorrentes.

Ora, ao lermos “*Os bestializados: o Rio de Janeiro e a República que não foi*”, do autor em questão, publicado em 1987, somos quase que direcionados a suposição de que o atributo de bestialidade é usado como mote para análise da recusa ao exercício da cidadania, por meio dos mecanismos institucionais de participação política, que teriam no voto, sua expressão mais acabada. Mas claro, para o autor, isso se daria devido a uma legislação eleitoral excludente, somada aos inúmeros escândalos de corrupção e fraudes, misturados à violência existente nos pleitos eleitorais; e mais, aos altos índices de abstenção entre os que tinham direito a voto, dando, por isso, origem a uma ampla categoria de cidadãos inativos na cidade do Rio de Janeiro.

No entanto acreditamos que embora não participassem dos pleitos eleitorais, devido as falcatruas existentes e a impossibilidade de voto dos analfabetos, é absurdo fazer a avaliação de que o povo, em geral, não tivesse uma elaboração sobre o que estava acontecendo. A ausência em tais formalidades não dimensiona, nem reduz, o potencial político existente, expresso em ações outras, embora não fossem aquelas desejadas pelo discurso oficial.

Por isso defendemos que a ideia do cidadão inativo, advinda da concepção de José Murilo de Carvalho¹⁷⁵, não significa apatia e indiferença a tudo, tendo em vista que os moradores da cidade, principalmente aqueles mais pauperizados, tinham estabelecido uma espécie código moral que imprimia uma limitação para a ação do Estado sobre suas vidas. Por isso toda vez que o Estado ultrapassava tais limites, a reação popular se fazia sentir, manifestando-se por intermédio da violência, expressa exemplarmente na Revolta da Vacina que tumultuou o Rio de Janeiro em 1904.

Destarte nossa discordância não esteja na totalidade da obra desse autor, reiteramos a crítica quanto a sua tentativa de definir o que seria uma *cidadania plena*, que no geral, aponta para uma idealização das formas de atuação do povo, vendo em seus atos somente a inconsistência, o incompleto – cujas atitudes se reverberam em reações, e não em ações, proposições. Por outro lado, embora o autor não os situe na categoria da irracionalidade, a interpretação do livro pode levar o leitor a pensar assim, tendo em vista o significado que as palavras “reação” e “reativo” podem ter.

¹⁷⁵ CARVALHO, 1987, p.138.

Assim, muito embora a Proclamação da República tenha provocado inúmeros sentimentos de mudança e a possibilidade de incorporação de amplos setores da população, até então excluídos da política formal, especialmente pela carta constitucional de 1891 (teoricamente adepta às liberdades mínimas de inserção nas formalidades da lei), na prática não vigorou o que era almejado.

E, talvez, exatamente por isso tenha ocorrido certo distanciamento de vários segmentos da população, principalmente aqueles mais pauperizados, que historicamente já eram preteridos dessa forma de participação política, enxergando nas instituições republicanas, antes de qualquer coisa, um sentimento de falseamento e enganação, optando pela distância. E não participar, ou manter-se à distância, diz muito sobre o significado que davam àquilo tudo, e às formas escolhidas de integração, ou seja, não participar era também uma opção, política.

Mesmo assim reiteramos que não compreendemos esse posicionamento como incompleto, ausente, ou sempre por se fazer. Na verdade, percebemos que existe aqui uma demonstração de entendimento acerca dos limites de suas ações no espaço formal, optando, portanto, por não querer participar, ou participando de outra forma. É o caso desta ação dos populares na cidade do Rio de Janeiro, descrita pela pena de Lima Barreto:

Durante dias a agitação manteve-se. Iluminação quase não havia. Na Rua do Ouvidor armava-se barricadas, cobria-se o pavimento de rolhas para impedir as cargas de cavalaria. As forças eram recebidas à bala, e respondiam [...] Na sacada do jornal, eu pude ver os amotinados. Havia a poeira de garotos e moleques, havia o vagabundo, o desordeiro profissional, o pequeno burguês, o empregado, o caixeiro e o estudante. Havia emissários de políticos descontentes. Todos se misturavam, afrontavam as balas, unidos pela mesma irritação, pelo mesmo ódio à polícia, onde uns viam seu inimigo natural, e outros o Estado, que não dava a felicidade, a riqueza e a abundância. O motim não tem fisionomia, não tem forma, é improvisado. Propaga-se, espalha-se, mas não se liga. O grupo que opera aqui não tem ligação alguma com o que troteia acolá. São independentes; não há um chefe geral, nem um plano estabelecido. Numa esquina, numa travessa, forma-se um grupo, seis, dez, vinte pessoas diferentes; profissão, inteligência e moralidade. Começa-se a discutir, ataca-se o governo; passa o bonde e alguém lembra: vamos queimá-lo. Os outros não refletem, nada objetam e correm, incendeiam o bonde. O apagamento momentâneo da honestidade e a revolta contra pessoas inacessíveis levam a estes atentados brutais contra a propriedade particular e pública. Concorrem também, muito a nossa perversidade natural, o nosso desejo de destruir, que, adormecido no fundo de nós mesmos, surge nesses momentos, quando a lei foi esquecida e a opinião não nos vigia.¹⁷⁶

O fragmento acima faz parte do seu romance de estreia, *Recordações do Escrivão Isaías Caminha*, publicado no ano de 1907 na Revista Floreal, impresso muito usado pelo

¹⁷⁶ LIMA BARRETO, 1983, p. 152.

autor, juntamente com seus amigos escritores, como espaço para publicizar ideias. O romance, como já fora dito, conta a história de Isaías, um jovem que morava no interior do Rio de Janeiro, e que acaba de ir tentar a sorte na capital da República, objetivando tornar-se doutor. Lá se depara com preconceitos vários, dentre eles, o de cor e de classe, fazendo com que o jovem logo caísse em completa desilusão para com seus sonhos de ascender socialmente, por meios que convinhem serem os corretos, tendo em vista que se percebia como inteligente, bom e honesto.

O romance ganha destaque aqui, por trazer a tona o redemoinho das rebeliões populares em suas mais variadas facetas. O autor descreve e analisa o modo como se comportavam os populares frente as reformas urbanísticas, as lutas por melhoria da vida, e a resistência à vacina obrigatória.

Em destaque, sujeitos que ocupam variadas funções sociais, tendo em comum o Estado como adversário, ou mesmo seus representantes, que serão enfrentados em várias frentes de combate. O conflito fictício, baseado na Revolta da Vacina, ocorre em meio a mais uma notícia propagada de que o Governo tinha por objetivo forçar todos aqueles que andavam descalços pelas ruas centrais da capital federal, diga-se de passagem, os pobres, a andar calçados.

Como é possível apreender de sua literatura, não havia nada de passividade ou bestialidade, pelo contrário, ele exalta os sujeitos. Lima Barreto destaca existirem ali homens e mulheres que sabiam contra quem, e pelo que estavam lutando, e retrata a fúria dos populares como ação indireta contra os poderosos – ou seja, o quebra-quebra, na visão dos pobres, tinha legitimidade.

Ora, para o nosso entendimento, só em os populares detectarem quem os afligia, já diz muito sobre suas ações, e assim faz cair por terra todo e qualquer tipo de compreensão que hierarquiza a cidadania em falta, ou por se fazer.

A cidade do Rio de Janeiro sempre fora palco de rebeliões e revoltas populares, e mais, não podemos esquecer que todo projeto de embelezamento da cidade, principalmente da região central, ocasionou um ônus gigantesco para a população pobre que se viu obrigada por suas condições materiais de sobrevivência a se deslocar para regiões mais distantes, especialmente devido ao aumento dos alugueis: casas, cômodos simples, pensões e cortiços - lugares esses vistos pelos agentes do Estado como proliferadores de doenças, resquícios de sordidez e imundície, merecendo, por isso, ser extirpados, assim como seus habitantes e suas práticas comportamentais.

Era a regeneração dos corpos, mas também dos espaços públicos, que as elites e os representantes do Estado almejavam. Quatro princípios fundamentais regeram o transcurso dessa metamorfose: a condenação dos hábitos e costumes ligados pela memória à sociedade tradicional; a negação de todo e qualquer elemento de cultura popular que pudesse macular a imagem civilizada da sociedade dominante; a política rigorosa de expulsão dos grupos populares da área central da cidade, que será praticamente isolada para o desfrute exclusivo das camadas aburguesadas; e um cosmopolitismo agressivo, profundamente identificado com a vida parisiense.¹⁷⁷

A expressão “regeneração” aqui utilizada, é, por si só, esclarecedora do espírito que presidiu esse movimento de destruição da velha cidade, para complementar a dissolução da velha sociedade imperial, e de montagem da nova estrutura urbana.

Por isso vale destacar ainda, que a inserção dos segmentos antes excluídos da participação política formal, assim como o uso dos espaços e situações que demandavam uma cidadania plena, não era consenso entre os grupos que, de alguma forma, tomaram parte na Proclamação da República em 1889, indicando com isso, existir divergências quanto a participação do povo no então regime instaurado, não sendo estranho que muitas dessas elaborações sobre um povo e uma população nacional apáticos, rudes, bestiais, por se fazer, incompletos, reativos, tenham vindo da pena de muitos desses idealizadores e adeptos da República, enquanto regime político.

Entre seus propagandistas mais eufóricos, dentre os quais, aqueles inspirados nos ideais da Revolução Francesa, e que corriqueiramente utilizavam em seus vocábulos termos como povo, popular – havia demonstração de certa ambiguidade nas percepções, quando se tratava da participação política dos contingentes mais expressivos (em termos quantitativos) da sociedade:

No Brasil, as ideias e práticas chamadas de republicanismo, adquiriram, desde seus primórdios, sentidos políticos diversos em um terreno de intensa disputa pelo poder entre as classes dominantes regionais. Como acentuaram os autores mais significativos que explicaram a gênese e a ambígua consolidação da República brasileira, as escolhas dos elementos que filtraram os sentidos da expressão República têm seu ponto mais importante nos também ambíguos processos de integração social e nacional que recusaram a instauração de um espaço de cidadania pluralizado e ausente, aprofundando a cisão entre as soluções buscadas para a exclusão social e a desqualificação da participação política da população.¹⁷⁸

¹⁷⁷ SEVCENKO, 2003, p. 43-44.

¹⁷⁸ PAOLI, Maria Célia. Movimentos Sociais, Movimentos Republicanos? In: SILVA, Fernando Teixeira da; NAXARA, Márcia R. Capelari; CAMILOTTI, Virginia C. (orgs). *República, Liberalismo, Cidadania*. Piracicaba: Editora Unimep, pp. 163-189, 2003.

Por isso, e mais uma vez, a necessidade de compreendermos a desqualificação ora implícita, ora explícita, consciente e/ou inconsciente, sobre os discursos e práticas que recaem sobre todo e qualquer tipo de participação, ação e formas de estar e atuar no mundo dos segmentos excluídos - sempre que os mesmos não correspondem as expectativas esperadas por aqueles encastelados nos espaços de poder e saber. Assim, a necessidade de compreendermos os projetos que se constituem na experiência histórica dos grupos e indivíduos, e que ganham sua expressividade seja na convergência, mas também na divergência, tornam-se imprescindíveis.

O projeto republicano foi, segundo José Murilo de Carvalho, em seu famoso “*A formação das almas: O imaginário da República no Brasil*”¹⁷⁹, rivalizado pelas diversas forças existentes, e que de alguma forma participaram, seja mais, ou menos, do acontecimento em si. Assim, as três correntes que disputavam a definição do que poderia vir a ser o novo regime eram: o liberalismo à americana, o jacobinismo à francesa, e o positivismo. Todas as tendências combateram-se intensamente nos anos iniciais da República, até que a primeira delas viria conquistar a vitória na virada do século, impondo, com isso, seu modelo de organizar o país nos seus mais variados aspectos. Ainda é verdade que os resquícios dos outros projetos se fizeram presentes, em situações peculiares.

Como nos diz Maria Stella Bresciani em “*Brasil: Liberalismo, Republicanismo e Cidadania*”, a relação entre liberalismo e republicanismo, no Brasil, tem uma conotação particular.¹⁸⁰ O país, que ao final do século XIX expressava em sua forma de governar, a monarquia constitucional, com o fim do regime acabaria por se tornar uma república liberal - marcada por disputas políticas entre os grupos que em parte tomaram a frente no ocorrido.

E diz mais: embora muitos estudiosos (re) afirmem que a Proclamação da República, como também a forma de governo que se concretizaria na prática, tenham sido obra dos positivistas, referendando-se o dístico da bandeira nacional (nos dizeres ordem e progresso), não seria possível negar o teor de nossa Constituição, embalada e marcadamente liberal. Tal perspectiva nas suas diretrizes previam, dentre outras coisas, a descentralização, conferindo poder aos Estados – inclusive de regular-se por leis próprias.

¹⁷⁹ CARVALHO, José Murilo de. *A Formação das Almas: o imaginário da República no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990, p.09.

¹⁸⁰ BRESCIANI, Maria Stella. *Brasil: Liberalismo, Republicanismo e Cidadania*. In: SILVA, Fernando Teixeira da; NAXARA, Márcia R. Capelari; CAMILOTTI, Virginia C. (orgs). *República, Liberalismo, Cidadania*. Piracicaba: Editora Unimep, pp. 17-30, 2003.

Por isso Bresciani entende que a Constituição Republicana representou, sem dúvida, uma vitória dos liberais, liderados por Rui Barbosa, em relação as outras tendências e grupos em disputa.

No entanto, faz-se necessário trazer aqui a definição de cada corrente, a fim de perscrutarmos como cada uma, a sua maneira, pensou o social, no que diz respeito a temas como, por exemplo, participação popular, povo, eleições, ou qual deveria ser o lugar dos indivíduos na sociedade, o lugar reservado às “manifestações” e aos “atos coletivos”. Enfim, como certos setores, antes ignorados ou vistos a distância, a exemplo dos pobres (ex-escravos, trabalhadores (in) formais), seriam tratados na nova ordem instituída, a República.

Segundo José Murilo de Carvalho, no caso do jacobinismo, por exemplo, havia a idealização da democracia clássica, a utopia da democracia direta, do governo por intermédio da participação direta de todos os cidadãos. No caso do liberalismo, a utopia era outra, a de uma sociedade composta por indivíduos autônomos, cujos interesses eram compatibilizados pela mão invisível do mercado. Nessa versão, cabia ao Governo interferir o menos possível na vida dos cidadãos. O positivismo, por outro lado, possuía ingredientes utópicos ainda mais salientes: a República seria vista dentro de uma perspectiva mais ampla, postulando uma futura idade de ouro, em que os seres humanos se realizariam plenamente no seio de uma humanidade mitificada.

Por mais que todas essas tendências, guardadas as diferenças, mencionasse ou até mesmo defendesse a ação do povo, no geral seus entendimentos sobre o assunto tendiam a refletir bem mais uma expectativa idealizada e encerrada nos marcos institucionais vigentes, em que parcela significativa do povo, principalmente aqueles mais miseráveis, estavam excluídos do direito ao voto e à participação noutras instâncias do Estado.¹⁸¹

Eis a situação: em 1881 a Câmara dos Deputados fazia algumas alterações na legislação eleitoral. O critério renda previa, anteriormente, que para ser votante era necessário ter uma renda média de 100 mil-réis, pela nova legislação, o necessário seria 200 mil-réis; a classificação “votante” era também trocada, agora por “eleitores”.

Ou seja, se antes pessoas que não sabiam ler e escrever (analfabetas) tinham o direito ao voto, e até mesmo o direito a instrução, assegurada pelo Estado Imperial (pelo menos era isso que a Constituição de 1824 afirmava), ao final desse regime a legislação sofreria alterações de modo a restringir o acesso dos analfabetos às decisões – situação que não foi

¹⁸¹ A nova ordem instaurada, através da Constituição republicana de 1891, declarava o direito de votar somente aos brasileiros, e leia-se, homens maiores de 21 anos de idade, excetuando-se mendigos, analfabetos, praças de pré e religiosos, sujeitos a voto de obediência, baseado na renúncia da liberdade individual.

revertida pela então República, proclamada em 1889, acabando por perpetuar diferenças e hierarquias sociais.

A exclusão da população mais humilde, que de alguma forma cogitava perspectivas de mudanças, foi se consolidando assim: somente 15% da população era alfabetizada, e de imediato, 80% da população masculina era excluída do direito de votar.¹⁸²

Sobre os dados eleitorais da época, mais especificamente, da capital federal, cidade-ambiente da maioria dos escritos de Lima Barreto, tem-se: em 1890, o Rio de Janeiro tinha mais 500 mil habitantes, e pelo menos metade era alfabetizada. Mesmo assim, na eleição presidencial de 1894, votaram apenas 7. 857 pessoas, isto é, 1,3% da população. Após 21 anos de proclamada a República, ou seja, nas eleições de 1910, a porcentagem caiu para 0,9% de votantes, número menor que a média nacional. Não é a toa que após tanto descalabro eleitoral, o romancista, na sua conhecida sátira de nome “*Os Bruzundangas*”, manifestaria que os políticos teriam por objetivo eliminar do aparelho eleitoral o voto, tendo em vista que o enxergavam como elemento perturbador da ordem vigente.

¹⁸² Dados extraídos dos livros: CARVALHO, José Murilo de. A Involução da Participação Eleitoral no Brasil, 1821- 1930. In: _____; CAMPOS, Adriana Pereira. (org.). *Perspectivas de Cidadania no Brasil Império*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011, pp. 39-58; Marcos Luiz Bretas. Teatro e Cidade no Rio de Janeiro dos anos 1920. In: _____; NEVES, Lúcia Maria Bastos Pereira das. *Repensando o Brasil do Oitocentos: cidadania política e liberdade*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, pp. 101-120, 2009; ABREU; MARZANO, 2009.

4 ENTRE A LITERATURA E A HISTÓRIA – LIMA BARRETO

Neste capítulo buscaremos compreender as aproximações possíveis entre História e Literatura, através das obras de Lima Barreto, tendo em vista que ele demonstrou ao longo de sua escrita certa recorrência na utilização de elementos ficcionais e históricos, que remetem ao período em que viveu.

Para o encerramento da dissertação, e sem perder de vista nosso temário principal, analisaremos a articulação feita pelo escritor entre loucura, pobreza e trabalho através do seu “autobiografismo ficcional”, melhor verificado ao longo das páginas que se seguem.

4.1 A Literatura Barretiana como base para uma “História Social da Pobreza”.

Lima Barreto teria manifestado, por algumas vezes através do seu *Diário*, o desejo de fazer algo no campo da história, e que teria como temática a escravidão. A concretude de tal intenção ficaria materializada, em parte, no romance *Clara dos Anjos*, em que preconceito racial, pobreza e a total ausência do Estado no sentido de resolver os problemas que afligiam a vida dos miseráveis, ganham relevo na narrativa, surgindo como elementos fundantes de sua Literatura.

Tal romance, porém, não constitui um trabalho de história, no sentido do saber-fazer da disciplina. Contudo, pela quantidade de temas abordados, sejam nos seus aspectos prioritários, sejam secundários, possibilita-nos não só a compreensão dos indícios do período, como também um discurso viável e possível sobre experiências, sentimentos, sensações, visões ignoradas ou tratadas de forma estereotipada pela literatura vigente dominante, ou até mesmo pelo conhecimento histórico oficial.

Dito isso, vale destacar que nossa intenção nesse tópico é analisar a percepção do literato sobre um dado momento da história, como interpreta e lê o social através de uma narrativa “fictícia”; ou seja, o modo como ele acabava por desenvolver um material que serve de base para os estudos de uma história social da pobreza no Brasil.¹⁸³

Suas representações e formas de ver as temáticas da pobreza, racismo, violência contra mulheres negras, dentre várias outras, iam de encontro ao frequentemente tratado pelos

¹⁸³ Campo de estudos localizado na grande área da História Social que investiga os variados sujeitos que, para alguns pesquisadores, estão excluídos do regime vigente, e para outros, são exatamente aqueles que integram a lógica do regime, em especial, referindo-se ao capitalismo.

registros de seu tempo, seja na literatura, seja na narrativa histórica, que acabavam por reproduzir estereótipos variados: os pobres nacionais eram naturalmente preguiçosos, e quando pobres e pretos, eram portadores de doenças, e susceptíveis a todo e qualquer tipo de vício; enfim, caracterizações quase sempre pejorativas. É o exemplo das mulheres negras, que no dizer do próprio autor, eram simplesmente nomeadas por “fêmeas”, sendo seus corpos objetos de desejo e violência.

A relação de Lima Barreto com o histórico expressou-se em vários fragmentos dos seus romances, quando trazia para a ficção, fatos e acontecimentos os quais vivenciou, ou que constituíam suas lembranças. Entre os protagonistas, sempre trazia a cena personagens afeitos a leituras, pessoas intelectualizadas como ele, expressando tentativas de fazer uma leitura do mundo através de matérias que eram, ao fim e no limite, literárias, mas de feito social, circunscrevendo em grande medida, a experiência republicana.

Para isso, começamos por refletir sobre o universo mental de Policarpo Quaresma (personagem central do seu mais conhecido romance *Triste Fim de Policarpo Quaresma*), uma figura quixotesca, amante das coisas do Brasil e sonhador das grandes reformas que pudessem colocar o país em pé de igualdade com outras nações, tidas como mais avançadas. Nacionalista, o personagem acreditava que as saídas para os problemas enfrentados no país deveriam ser encontradas aqui, e não lá fora, tendo em vista que se deveria levar em conta nossas peculiaridades e diferenças.

Leitor assíduo, assim como o próprio romancista, o Major Policarpo Quaresma tinha uma biblioteca particular composta de literatura nacional e de obras sobre o Brasil. Tinha de tudo, desde romances até livros de história. Vale a pena relatar os títulos de interesse do personagem:

Na ficção, havia unicamente autores nacionais ou tidos como tais: o Bento Teixeira, da *Prosopopeia*; o Gregório de Matos, o Basílio da Gama, o Santa Rita Durão, o José de Alencar (todo), o Macedo, o Gonçalves Dias (todo), além de muitos outros. Podia-se afiançar que nem um dos autores nacionais ou nacionalizados de oitenta pra lá faltava nos estantes do major.

De história do Brasil, era farta: os cronistas, Gabriel Soares, Gandavo, Rocha Pita, Frei Vicente do Salvador, Armitage, Aires do Casal Pereira da Silva, Handermann, Melo Moraes, Capistrano de Abreu, Southey, Varnhagen, além de outros mais raros ou menos famosos. Então no tocante a viagens e explorações, que riqueza! Lá estavam Hans Staden, Jean de Léry, o Saint Hilaré, o Martius, o príncipe de Neuwied, o John Mawe, o Von Eschwege, o Agassiz, Couto de Magalhães e se encontram também Darwin, Freycinet, Cook, Bougainville e até o famoso Pigafetta, cronista de viagem Magalhães e porque todos esses últimos viajantes tocavam no Brasil, resumida ou amplamente.¹⁸⁴

¹⁸⁴ LIMA BARRETO, 1956(f), p. 30-31.

Essa insistência de Lima em ressaltar a característica do Leitor, pode indicar que, seja na ficção, seja na realidade, ele está sim, autorizado a fazer uma análise do social. Desse modo, o romance em si, pode ser visto como discurso construído sobre um determinado momento do Brasil República, ou seja, período em que o marechal Floriano Peixoto esteve no poder, coincidindo também com a Revolta da Armada.

Além disso a obra, na visão do próprio autor e dos seus críticos, foi considerada seu romance mais bem acabado, sendo ainda na atualidade um dos mais conhecidos e afamados, impressionando pelas temáticas variadas e pela sua característica sempre crítica aos poderes instituídos. E mais, os títulos da biblioteca, de alguma forma, dizem muito sobre a forma como o autor projetava e inseria sua literatura, ou seja, para uma perspectiva de entendimento do Brasil.

Como ponderou Carlos Nelson Coutinho, o romancista colocava sua escrita eminentemente literária, sob os crivos do histórico e social, tentando romper com modelos vigentes, sendo, inclusive, adepto de uma escrita menos empolada e mais próxima de uma linguagem popular, expressando o nacional sem os vícios da época, marcados por estrangeirismos, por exemplo.

Coutinho considera que o romancista inauguraria uma tradição nacional-popular pela matéria literária abordada;¹⁸⁵ ainda que seja verdade, como já enfatizamos, que tal relação nem sempre foi desprovida de conflitos, ora coadunando com os grupos populares, por questões sociais que envolviam sua condição material e de cor, ora se distanciando dos mesmos devido a alta conta que tinha para com sua formação escolar diferenciada - mas nem por isso, vendo-se integrante das elites domiciliadas em Botafogo.

Lendo tantos livros, inclusive em idiomas diferentes do seu, conversando com tantas pessoas após andar distâncias enfadonhas pelos arrabaldes do Rio de Janeiro, passando por cafés, botecos, botequins, parecia, Lima Barreto, não acreditar, como de fato não acreditava, no corriqueiramente propagado e dito sobre a realidade do país: *nada era maravilhoso, nada!*

Sua proposta literária de forte viés social, queria pegar a “realidade pelo braço”, e dizer que sua escrita não era branca, limpa, convencional, leve; seu objetivo era a análise diferente de tudo isso - suas palavras eram “cortantes navalhas”, que tentavam mostrar as vísceras do pior e mais cruel que a realidade poderia alcançar, traduzindo isso em expressão artística. Não era o “falso” e nem sempre o “verdadeiro”, mas uma versão daquilo que o afetava.

¹⁸⁵ COUTINHO, 2011.

Sua literatura era adepta das questões urgentes, trazendo para o centro a catástrofe do cotidiano, seja nas experiências individuais ou coletivas dos mazeados, indesejados rebotalhos da ordem social vigorante de um país, que na ânsia de alcançar o pódio do progresso, da ordem, da modernidade e da civilização, impunha à maioria da população a fatura do que era de ser um país supostamente coadunado com o seletivo grupo de nações de primeira grandeza, inserindo-se na lógica capitalista que dominava tudo e a todos.

Segundo o historiador Nicolau Sevcenko, esse processo arrasador imposto pela economia capitalista atingia fronteiras intocadas, pois desconhecia barreiras, tendo sua raiz expansionista e dinâmica vinculada a Revolução Industrial de meados do XIX.

Esse surto inaugural da economia industrializada baseou-se em três elementos básicos: o ferro, o carvão e as máquinas a vapor. Todavia, o que acarretaria impacto mais decisivo nos processos políticos, econômicos e sociais no final do XIX e início do XX, seria justamente a fase denominada Revolução Científico-Tecnológica, ocorrida, sobretudo, a partir da década de 1870, ocasionando mudanças significativas nas formas de proceder de praticamente todo o mundo, não sendo muito diferente suas influências no Brasil.¹⁸⁶

Como afirmam Ângela Marques da Costa e Lilia Moritz Schwarcz no livro *Virando Séculos: no tempo da certeza (1890-1914)*, o mundo passava por inúmeras transformações, expressas nos termos Ciência, Civilização, Modernidade e Progresso. Ainda não pairava no ar o cheiro da guerra que caracterizaria o século XX; a ideia do conflito parecia controlada pela fantasia dos vocábulos acima citados, que pautavam as novíssimas práticas, indicando, assim, o poder absoluto do homem sobre a natureza.¹⁸⁷

No entanto, quando pensamos a realidade local, as contradições mostravam o outro lado de um tempo marcado pela ânsia de mudança. O Brasil que queria ser moderno a todo custo, era a última nação a abolir o cativo, já que até antes de maio de 1888 ainda era possível garantir a posse de um homem por outro.

Era difícil a convivência entre o projeto republicano, que recém-inaugurado em novembro de 1889, vendia uma imagem de modernidade, ao tempo que imperava uma forte memória escravocrata, que inclusive, continuava a conformar a sociedade como sendo altamente patriarcal, marcada por relações de extrema violência, e na qual vigorava um profundo preconceito contra o trabalho braçal e seus praticantes.

¹⁸⁶ SEVCENKO, 2003.

¹⁸⁷ COSTA, Ângela Marques da; SCHWARCZ, Lilia Moritz. *Virando Séculos: no tempo da certeza (1890-1914)*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

Inserida na lógica do mercado, essa “nova” sociedade tinha de lidar com um exército de brancos, pretos e mestiços pobres, caracterizando-os assim: incapacitados, doentes e preguiçosos – desse modo, passíveis de serem mais uma vez excluídos, agora pela política de substituição de trabalhadores, que almejava braços europeus; esses sim, vistos como capazes de facilitar a entrada do país na lista das nações importantes, sanando os resquícios do sangue indígena, mas principalmente negro, das veias nacionais.

É dentro desse contexto de transformações, das mais diversas ordens, que a narrativa barretiana emerge marcada pela tentativa deliberada de mostrar o modo como se insinuava a avassaladora pobreza em sua época, num tempo em que, segundo Lilia Moritz Schwarcz, *o pareamento biológico entre os indivíduos era negado a fim de justificar inferioridades de cunho social pelo genético*.¹⁸⁸

Assim, para analisarmos a leitura de mundo feita por Lima Barreto do social, a relação que conseguia tecer entre o histórico e a literatura, pontuamos aqui as temáticas ressaltadas em seus escritos, algumas delas já analisadas nessa dissertação: nacionalismo, República, cultura da imitação, burguesia, militarismo, latifúndio, loucura, habitação e moradias dos pobres, pobres, racismo, imigração, progresso, modernidade e até mesmo uma ideia de reforma agrária, que pautaria o seu romance *Triste Fim de Policarpo Quaresma*.

Sobre esse temário é bem verdade que o autor não o fez só, pois outros intelectuais de seu tempo também se debruçavam a escrever sobre tais assuntos, porém, o que os diferenciava era um olhar peculiar lançado por Lima Barreto. Nem sempre aceito, pode-se afirmar que Lima lançava uma versão contra-hegemônica do social, pois sua literatura era construída nos quadros de uma interpretação de classe com forte teor anti-racial; residindo aqui sua diferença, dissidência e dissonância quanto ao universo mental daqueles finais do século XIX e primeiras décadas do XX.

Vale destacar, antes de tudo, que tais assuntos eram frequentemente abordados em seus textos de tipologias variadas como, por exemplo, artigos, crônicas, contos e romances, mostrando, com isso, certo método de composição e coerência na sua proposta literária: falar de modo simples sobre assuntos complexos. Desse modo, diferentemente do que diziam sobre o romancista na época em que viveu, de que o mesmo seria desleixado, ou pouco cuidadoso com a produção e elaboração dos escritos, Lima tinha intenções muito mais valorosas para com a produção de conhecimento.

¹⁸⁸ SCHWARCZ, Lilia Moritz. *Nem Preto Nem Branco, Muito Pelo Contrário: cor e raça na sociabilidade brasileira*. São Paulo: Editora Claro Enigma, 2012, p. 32.

É levando em consideração tais elementos que pretendemos compreender as relações possíveis entre história e literatura nos escritos do autor, e assim, perceber suas leituras do social. Para isso, retomamos, inicialmente, as considerações de Nicolau Sevcenko sobre Lima Barreto e Euclides da Cunha, em seu clássico estudo acerca dos romancistas.

Na introdução de sua criteriosa tese intitulada: *Literatura como missão: tensões sociais e criação cultural na Primeira República*, Nicolau Sevcenko afirma que os escritos literários se prestam como índice admirável e privilegiado para o estudo da história social. O autor ainda afirma que a literatura fala ao historiador sobre a história que não ocorreu, sobre as possibilidades que não vingaram, sobre os planos que não se concretizaram.¹⁸⁹

Em vista disso, percorrer a obra de Afonso Henriques de Lima Barreto, seja ela de cunho ficcional, ou não ficcional, é adentrar e se deparar, à primeira vista, com *histórias* de esperanças, de utopias. Mas tais indagações feitas por nós, no presente momento, pautadas muitas vezes em idealismos e no desejo do que poderia ter sido, e segundo nossas conveniências e opções diante da vida, diz muito mais sobre nós do que sobre aqueles que a viveram.

Daí, seria injusto enxergar tais experiências somente como fadadas ao insucesso. Ora, esses homens e mulheres construídos pela pena do autor, assim como a própria trajetória do romancista, denotam uma vida sempre no limite da existência, caminhando no campo do que foi possível; por isso atribuir um sentido negativo às suas vivências, numa perspectiva fatalista, ou caracterizá-las como derrotas natas, seria vestir a carapuça e assumir o discurso dos vencedores da história, relegando parcelas significativas da população ao esquecimento.

Por outro lado, como diz o próprio Sevcenko, “*a história não é feita somente daqueles que a venceram.*”¹⁹⁰ Assim, buscamos perceber como o corpo textual do autor é um discurso possível sobre os pobres e a pobreza nas primeiras décadas do Brasil República.

Segundo José Roberto do Amaral Lapa, em seu clássico estudo sobre a pobreza e os pobres no Brasil, intitulado *Os excluídos: contribuição à História da pobreza no Brasil (1850 – 1930)*, a literatura é um material imprescindível para adentrarmos o mundo dos pobres e da pobreza, concluindo que o romancista Lima Barreto foi um dos intelectuais que mais colocou no centro de sua narrativa o universo dos miseráveis.¹⁹¹

No entanto, acreditamos que sua matéria literária não é só um dado, ou um catálogo de informações sobre um período histórico e certo segmento da população. Em outras

¹⁸⁹ SEVCENKO, 2003. p. 30.

¹⁹⁰ *Ibid.*, p. 30-31.

¹⁹¹ LAPA, José Roberto do Amaral. *Os Excluídos: contribuição à história da pobreza no Brasil (1850 – 1930)*. Campinas: Editora da Unicamp, 2008, p. 26.

palavras, buscamos pensar tais escritos como leituras do passado a serem indagadas a partir das questões do nosso presente, pois trazem certo tom de permanência do que constitui e institui, no campo das ideias, o Brasil – a exemplo da forma como nos relacionarmos com a problemática da cor, tão denunciada pelo autor em seu tempo; ou como os pobres e a pobreza são percebidos e tratados pela sociedade em geral, e pelo Estado.

Segundo Bernardo Ricupero num estudo sobre os intérpretes do Brasil, (entre os quais, Sérgio Buarque de Holanda, Gilberto Freire, Oliveira Vianna, Florestan Fernandes, Caio Prado Junior), parte significativa da produção intelectual que se convencionou por chamar “pensamento social brasileiro”, surgiu entre os anos de 1889-1930; e todas elas, de alguma forma, construíram modelos interpretativos e formas de superação para o que definiam, ao seu modo, os problemas da nação.

Ora, a lista de autores acima é sempre recorrente quando analisamos a temática das ideias e visões sobre o Brasil, esquecendo-nos de outros; inclusive, não sendo muito corriqueiro o nome de intelectuais que pautaram sua escrita no campo da ficção. Por isso, insistimos na ideia de que a literatura, enquanto produção social, e seus escritores, dizem e têm muito a dizer sobre as questões de seu tempo, principalmente nos momentos-chave de transformações social, enfim, nos momentos polêmicos da história. Sobre essa questão, seguimos as pistas deixadas por André Botelho:

É nos momentos particularmente dramáticos, em termos sociais, que a busca de uma perspectiva que permita ligar a experiência presente ao passado pode representar “um impulso para sair dele” (do presente) e, então, divisar melhor as possibilidades de futuro.¹⁹²

E Lima Barreto está inserido nessa temporalidade de construção do pensamento social brasileiro, sendo que sua literatura, de alguma forma, também pensa e constroi visões sobre o Brasil, ainda que não tenha sido aceita predominantemente em seu tempo. Suas questões ainda são vigorantes enquanto interpretação e crítica ao modelo vencedor, que passadas várias décadas, continua a se atualizar, redefinindo-se noutros patamares.

Vale também, no campo da história, destacarmos aqui as pistas e reflexões metodológicas de Ria Lemaire, quando diz que “*é possível através dos escritos tidos como “ficcionalis”, ou seja, ver na Literatura uma História que se escreve*”¹⁹³, ou em outros

¹⁹² BOTELHO, André (Apresentação). In: RICUPERO, Bernardo. *Sete Lições sobre a Interpretação do Brasil*. São Paulo: Alameda, pp. 09-18, 2007.

¹⁹³ LEMAIRE, Ria. O Mundo Feito Texto. In: _____; DECCA, Edgard S. de (Orgs). *Pelas Margens: outros caminhos da história e da literatura*. Campinas, Porto Alegre: Editora da Unicamp, Editora da Universidade – UFRGS, 2000, p. 9.

termos, ver na literatura uma experiência do possível. Tais considerações adentram nossa análise, servindo-nos de baliza para não radicalizarmos tais aproximações a ponto de anular as fronteiras que as separam, frente as sutis semelhanças.

A história busca nas representações forma de textos, ou seja, em suportes documentais do passado, a construção de explicações que devem ter compromisso com a verossimilhança, e plausíveis versões acerca de tempos pretéritos. Sendo assim, ao mesmo tempo em que seu resultado é também mais uma representação textual possível, dentre outras sobre o passado, não é possível considerar a história como um discurso ficcional qualquer, sem compromisso algum com certa racionalidade, constituída no método.

Ou, como afirma Michel de Certeau, o discurso produzido pela história produz afirmações “científicas” que podem ser usadas para definições de possibilidades, sob um conjunto de regras, permitindo o controle das operações adaptadas à produção de objetos ou a fins específicos. Por isso os objetos são construções históricas em que o passado, de maneira alguma, é tomado como dado pronto, à espera do historiador; eles são passíveis de “regras” e “controles” que o colocam dentro de um regime de conhecimento específico, compartilhado e definido por critérios de prova, dotada de validade universal.¹⁹⁴

Já a literatura, como aponta Roger Chartier, tem também certa “energia”, demonstrando ao longo do tempo certa capacidade de moldar e aglutinar percepções ou representações coletivas do passado, até mais do que muitos escritos de historiadores, citando como exemplos, o teatro dos séculos XVI e XVII e o romance do XIX.¹⁹⁵

Seu compromisso não é com a verdade, como está pautada toda narrativa histórica. Em outras palavras, o que estamos querendo dizer é que, aspectos relacionados a imaginação e a fantasia se tornam mais livres no discurso literário do que no histórico, tendo em vista que esse último, assumidamente, incorporou prioritariamente ao seu procedimento, o compromisso com o real, o sentido de verdade.

Todavia, ambas, a História e a Literatura, são produções representacionais historicamente produzidas no tempo e no espaço por indivíduos de carne e osso, que vivenciaram certas experiências e realidades que os cercavam, daí o caráter conflituoso de tais discursos.

¹⁹⁴ CERTEAU, Michel. *A Escrita da História*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1982, p. 62.

¹⁹⁵ CHARTIER, Roger. *A Mão do Autor e a Mente do Editor*. Tradução: George Schlesinger. São Paulo: UNESP, 2014, p. 65.

E por isso tomamos aqui de empréstimo o significado de “representação”, proposto por Roger Chartier, que a entende como diferentes formas de relação com o mundo social, produzida sob três parâmetros:

Em primeiro lugar, o trabalho de classificação e de delimitação que produz as configurações intelectuais múltiplas, através das quais a realidade é contraditoriamente construída pelos diferentes grupos: seguidamente, as práticas que visam fazer reconhecer uma identidade social, exibir uma maneira de estar no mundo, significa simbolicamente um estatuto e uma posição; por fim, as formas institucionalizadas e objetivas graças as quais uns representantes (instâncias coletivas ou pessoas singulares) marcam de forma visível e perpetuada a existência do grupo, da classe ou da comunidade.¹⁹⁶

Partindo dessas premissas, destacamos ser possível ao historiador encontrar na literatura uma fonte que lhe propicie uma série de olhares, visões e representações da vida social, levando-o a ter contato com o passado, através das sensibilidades particularmente desenvolvidas por aqueles que viveram os fatos, e que podem, ora se aproximar, ora se distanciar, de outros sujeitos que experimentaram de formas diferentes as mesmas situações, ou selecionando outros marcos e pontos de vista, destoando dos já consagrados e enfatizados; e com isso, deslocar o centro das análises para o que antes era considerado secundário, ou que nem existia como possibilidade.

Em suma, os textos literários nos indicam a possibilidade de pensarmos o real enquanto construção, e assim, reconstruir versões outras sobre certos fatos ou períodos:

Mais importante do que perseguir a verdade, como se ela existisse em estado puro e natural, é tentar reconstruir as várias versões sobre um mesmo fato ou processo histórico. As visões diferentes dão conta da complexidade das realidades e permite o acesso ao real como construção. O real encontra-se no meio das diferentes leituras que dão cabo do que existiu ou poderia ter existido.¹⁹⁷

Sendo assim, a literatura pode nos oferecer e suscitar perspectivas que olhem para o real sob outros crivos e pontos de vista, fazendo-nos perceber como, através de uma experiência peculiar, que é a do indivíduo Lima Barreto, mas também de seus personagens – surja uma compreensão do processo histórico a partir do mundo social presente em seus textos. Ou como diz Raymond Williams, “*os textos literários não só instituem, mas também constituem a própria realidade interpretada e experimentada*”.¹⁹⁸

¹⁹⁶ CHARTIER, Roger. *A História Cultural entre Práticas e Representações*. Lisboa: Difel, 1988, p. 23.

¹⁹⁷ RIBEIRO, Gladys Sabina. *Mata Galegos: os portugueses e os conflitos de trabalho na República velha*. São Paulo, Brasiliense, 1990.

¹⁹⁸ WILLIAMS, Raymond. *Marxismo e Literatura*. Rio de Janeiro: Editora Jorge Zahar, 1979, p. 72.

Para o entendimento do significado que a obra de Lima Barreto tem para nossa problemática em questão, valem as diretrizes de Mariza Veloso e Angélica Madeira, quando dizem que o mundo intelectual do final do XIX e início do XX, no Rio de Janeiro, é marcado pela complexidade de propostas que poderiam ser expressas em parte, a partir da trajetória de três figuras enigmáticas do mundo das letras: Machado de Assis, Euclides da Cunha e Lima Barreto.¹⁹⁹

(Con) vivendo na mesma cidade, e em parte na mesma época, as autoras destacam que os três intelectuais eram mestiços e funcionários públicos (ainda que, tanto Lima quanto Euclides fossem herdeiros da Geração de 1870, e não integrantes, como seria considerado Machado de Assis), todavia, guardadas essas semelhanças, destacam-se dos mesmos o aspecto da diferença, pois é ela quem dá o tom às suas escritas. A opção quanto a forma de tratar temas parecidos em suas obras ficcionais, refletia posições éticas, políticas e estéticas discordantes, para não dizer radicalmente opostas, até a reverberação de posicionamentos segundo os lugares que ocupavam, para uns, de prestígio, para outros não, embora todos tenham tido espaço no mundo literário da época.

No caso de Lima Barreto, não houve integração nas instituições oficiais consagradoras do saber da época, contudo ele buscou se inserir noutros espaços, mantendo contato com grupos intelectuais variados, que no geral se encontravam nos cafés e bares – funcionando esses, como espaços de sociabilidade.

O escritor tinha e estabelecia também contatos diversos, e alguns até com tipos vistos pelo próprio literato como pertencentes às elites políticas e intelectuais, como era caso dos irmãos João Luís Ferreira, amigo do romancista dos tempos da Politécnica e Governador do Piauí, e José Félix Pacheco, diretor proprietário do *Jornal do Comércio*.

Com isso é perceptível notar que Lima Barreto tanto se cercava de amigos cultos, quanto proeminentes socialmente, e que em parte poderia contar com os mesmos para alavancar sua carreira de escritor, que no seu entender, não usufruía do sucesso desejado - como de fato, não esteve entre aqueles vistos como os “grandes escritores da época”, levando em conta que tal caracterização era pautada pela aceitação e entrada nos espaços consagradores de poder, tal qual, a Academia Brasileira de Letras.

Mas sua obra, apesar das visões contraditórias que sempre levantou em termos de críticas, e ele mesmo, ora sendo exaltado pelas suas qualidades literárias e sua verve de escritor, ora sendo colocado na condição de literato menor; o autor, como bem disse Irenísia

¹⁹⁹ VELOSO, Mariza; MADEIRA, Angélica. *Leituras Brasileiras: itinerários no pensamento social e na literatura*. São Paulo: Editora Paz e Terra, 1999.

Torres de Oliveira, ganhou a aposta quando disse que seu romance de estreia, *Recordações do Escrivão Isaías Caminha*, considerado à *clef* pela crítica, perduraria ao longo do tempo, tendo em vista que o que menos importava eram os personagens do romance, e sim os temas abordados.²⁰⁰

Sempre crítico ferrenho dessa mesma literatura que não o aceitava em seu cenáculo (ainda que o autor mantivesse o desejo de estar e ser aceito nos espaços oficiais da intelectualidade), reservado aos “brancos”, de escrita “limpa” e comportada, bajuladores da ordem vigente, Afonso Henriques de Lima Barreto galgaria outros espaços.

Sob uma perspectiva militante, escreveria em jornais de tipologias diversas, predominando naqueles de posições políticas abertamente em favor dos excluídos, de crítica aos poderosos e mandarins das letras nas primeiras décadas do Brasil República, colocando em xeque as certezas das ideias preconcebidas à época: República, Estado, Poder, Burguesia, Literatura, Academia, Política, Raça, Ciência, Modernidade, Progresso, e por que não, a própria “História” enquanto “conhecimento” - tudo isso era visto sob a pena do romancista com bastante desconfiança.

Maria Alice Rezende de Carvalho afirma que os escritos do mulato de Todos os Santos demonstraram, com o decorrer do tempo, certa permanência quanto as suas visões de Brasil, até hoje não superadas. Rompendo com o pensamento hegemônico, conseguiu equilibrar em delicado fio, experiência e imaginação, hierarquia e mediação, ricos e pobres, negros e brancos, daquelas primeiras décadas do Brasil República. Lima Barreto se constituiu, portanto, em voz crítica e dissonante das versões modernizante/modernizadora da sociedade coadunada com a síntese liberal-burguesa, esboçada no republicanismo dos cafeicultores paulistas, e praticadas a todo vapor nas primeiras décadas republicanas.²⁰¹

Nicolau Sevcenko diz, sobre Lima Barreto, que *suas obras exprimem projetos de construção e condução do Estado-Nação Republicano, obstado e rejeitado pelas oligarquias situacionistas, mas rigorosamente inferidos das condições históricas mais significativas do período.*²⁰²

²⁰⁰ OLIVEIRA, Irenísia Torres de. Realismo e Sátira nas *Recordações do Escrivão Isaías Caminha*. *Revista Literatura e Sociedade*. V. 2, no. 14, São Paulo, 2010, pp. 80-99.

²⁰¹ CARVALHO, Maria Alice de Rezende de. *Três Pretos Tristes*: André Rebouças, Cruz e Sousa e Lima Barreto. *Revista Topoi*. Rio de Janeiro, v. 18, no. 34, pp. 6-22, jan./abr., 2017.

²⁰² SEVCENKO, 2003, p. 209.

Ou como avalia Denílson Botelho, a obra do literato exprime uma tentativa de pensar e construir um projeto político de nação e de Brasil; ainda que incipiente, mas gestado a partir das condições históricas nas quais esteve imerso, e que foi possível e viável pensar.²⁰³ Já Antônio Arnoni Prado, focando no projeto literário de Lima, diria que, para o autor, havia uma concepção militante de literatura, vendo essa arte como produto de intervenção social, assumindo que essa literatura explicitava sim, ideias políticas e conseqüentemente históricas. Do contrário, as produções culturais não indicariam representações do e sobre o mundo.²⁰⁴

Daí acreditarmos que todo projeto artístico e cultural, e no caso de Lima Barreto, sua literatura, indica sim uma percepção política que dimensiona concepções de nação, por exemplo, não desconectada de uma visão e entendimento da e sobre a História.

Assim, percorrendo todo esse material escrito pelo romancista, entendemos ser possível explorar outro olhar, advindo do moço pobre, negro, suburbano; um intelectual que produz um discurso possível sobre as múltiplas experiências históricas de homens e mulheres condenados ao silêncio autorizado e autoritário dos poderes instituídos.

Sua própria condição de andarilho a percorrer as diversas regiões da cidade, tomando contato com grupos de diferentes posições políticas, sociais e étnicas, fazia com que seus escritos tomassem quase a caracterização de uma literatura em movimento, afetada por dimensões contrastantes, a falar de experiências múltiplas, principalmente dos pobres daquela capital republicana.

Seus personagens, analisados ao longo dessa dissertação, são construídos e retirados do cotidiano vivenciado pelo próprio autor. São os pobres, os negros das mais diversas “tonalidades”, os suburbanos, os operários, os imigrantes, os artistas, as prostitutas, os intelectuais sem reconhecimento, os militantes anarquistas, os militares, ou mesmo os loucos dos mais diversos matizes.

E mais, seus múltiplos personagens são reais não apenas pela condição social (pobres), e origem étnica; mas também pela capacidade que tem o autor de suscitar, em nós leitores, a imaginação sobre os mesmos, através de descrições minuciosas acerca das falas, roupas, expressões, gestos, aspectos físicos (aparência), evidenciando um verdadeiro

²⁰³ BOTELHO, Denílson. “*A pátria que quisera ter era um mito*”: uma introdução ao pensamento político de Lima Barreto. 1996. Dissertação (Mestrado) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1996, p. 09.

²⁰⁴ PRADO, Antônio Arnoni. *O Crítico a e Crise*. São Paulo, Martins Fontes, 1989.

calidoscópico de tonalidades de pele²⁰⁵, que diz muito sobre os preconceitos vigentes da sociedade experimentada por Lima, cujo marcador social hierarquiza, define, seleciona e exclui.

O autor também destaca o perfil sócioeconômico de muitos de seus personagens, quase sempre divididos em pequenos burgueses, burgueses, trabalhadores, miseráveis, funcionários públicos, etc. O autor abusava de seu poder descritivo a fim de concretizar, em seu projeto literário, uma arte realista, cujo objetivo era representar as coisas da forma mais próxima e possível do real:

Dessa maneira, Ricardo Coração dos Outros gozava da estima geral da alta sociedade suburbana. E uma alta sociedade muito especial e que só é alta nos subúrbios. Compõe-se em geral de funcionários públicos, de pequenos negociantes, de médicos com alguma clínica, de tenentes de diferentes milícias, nata essa que impa pelas ruas esburacadas daquelas distantes regiões, assim como nas festas e nos bailes, com mais força que a burguesia de Petrópolis e Botafogo. Isto é só lá nos bailes, nas festas e nas ruas, onde se algum dos seus representantes vê um tipo mais ou menos, olha-o da cabeça aos pés, demoradamente, assim como quem diz: aparece lá em casa que te dou um prato de comida. Porque o orgulho da aristocracia suburbana está em ter todo dia jantar e almoço, muito feijão, muita carne seca, muito ensopado – aí, julga ela, é que está a pedra de toque da nobreza, da alta linha, da distinção.²⁰⁶

É incrível o intento descritivo do autor, mas também sua capacidade em adentrar o mundo comportamental de certos segmentos da população, captando com maestria preconceitos e certas diferenciações que o autor, por vezes, via como tolas, porém, não para aqueles que as vivenciavam e acabavam por dar significados variados, inclusive dentro de um mesmo grupo social.

Talvez por isso o autor não só criticasse a burguesia da zona sul, localizada em Botafogo, por exemplo, afeita a coisas estrangeiras, mas também a esse segmento mediano e pobre da população, que acabava por criar certas diferenciações entre eles mesmos, possuindo sentido somente lá, nas distantes regiões suburbanas; pois na afamada Rua do Ouvidor, eram vistos como uma coisa só, uma gente míngua, na expressão corrente.

Um aspecto interessante em Lima Barreto é que ninguém escapava à sua crítica. Por outro lado, também chama atenção em sua narrativa o trato quanto aos costumes e as coisas miúdas da vida, dimensionando aspectos culturais da vida dos variados grupos, abarcando, assim, aquilo que certos escritos literários à época não registravam, ou quando o faziam, estavam impregnados de preconceitos e estereótipos. Ele construía uma matéria literária que

²⁰⁵ Aparecem nos seus escritos as seguintes expressões: preta velha, preto velho, azeitonado, mulato, mestiço, negro, mina - indicando a tentativa do autor em mostrar esse universo que se apresenta diante de uma suposta nova ordem política e econômica.

²⁰⁶ LIMA BARRETO, 1956(f), p. 31-32.

fugia dos propósitos da literatura e história oficiais, especialmente dessa última, preocupada com a narrativa dos grandes homens e de suas ações, encerrados nos marcos do Estado-Nação.

Lima Barreto, através dos seus personagens, percorrendo outros temas, trataria dos costumes relacionados ao mundo religioso daquelas regiões habitadas pelo romancista e seus personagens. No *Clara dos Anjos*, por exemplo, com sutileza e sensibilidade descritiva, o autor não deixava nada a desejar aos antropólogos modernos que tentaram captar traços de nossa mentalidade cultural e religiosa sob o crivo do sincretismo e do misticismo, atribuindo a tais termos valores positivos como, por exemplo, Gilberto Freyre e Roger Bastide fariam tempos depois. Vale a pena ler um dos fragmentos que tratam dos costumes dos personagens populares:

Joaquim dos Anjos ainda conheceu a “chácara” habitada pelos proprietários respectivos; mas, ultimamente, eles se tinham retirado para fora e alugado aos “bíblias”. Os seus cânticos, aos sábados (era o seu dia da semana de descanso sagrado), entoados quase de hora em hora, enchia a redondeza e punham na sua audiência uma soturna sombra de misticismo. O povo não os via com hostilidade, mesmo alguns humildes homens e pobres raparigas dos arredores frequentavam-nos, já por encontrar nisso um sinal de superioridade intelectual sobre os seus iguais, já por procurarem, em outra casa religiosa que não a tradicional, lenitivo para suas pobres almas alanceadas, além das dores que seguem toda e qualquer existência humana.²⁰⁷

O interessante na descrição do autor é a relação que o povo, e no geral, os pobres, ou os mais humildes daquelas regiões esquecidas do subúrbio, estabeleciam com as várias expressões religiosas, uma vez que não se adequando a uma única e específica religião, quebravam as regras que lhes tentavam impor os ritos oficiais vistos como únicos possíveis.

Todavia, o interessante é a justificativa que o autor encontra para tal empatia, buscando na suposta inteligência intelectual dos propagadores do credo em ascensão (tendo em vista o nível de escolarização pautado nos marcadores da escrita e da leitura que esses indivíduos dominavam em relação aos moradores, geralmente analfabetos, ou com nível de escolarização incipiente), a capacidade de convencer os mais humildes.

Isso nos leva a crer que o autor não trabalhava com estereótipos e preconceitos tão em voga à época, que tendiam a colocar a intelectualidade do estrangeiro como algo natural e superior, e o nacional, como inferior, devido a seus traços étnicos, e também porque estaríamos em grau evolutivo aquém. Lima Barreto jogava para o social o convencimento

²⁰⁷ LIMA BARRETO, 2002, p. 12-13.

religioso, excluindo a hierarquia dos condicionantes biológicos e deterministas, tão corriqueiros no período.

No entanto, não podemos esquecer também o entendimento que o autor traz, pelo crivo da literatura, do processo de entrada/ressignificação de outras religiões de matriz cristã (como, por exemplo, os neopentecostais) bem como de religiosidades de origem africana, entre os populares das regiões mais pobres do Rio de Janeiro, o modo como se relacionam com os elementos místicos, e a consequente cultura religiosa híbrida em formação, muito peculiar a nossa experiência brasileira.

Como bem afirmou Ricardo Benzaquen de Araújo, ainda que o pernambucano Gilberto Freyre, nos 1930, tenha inovado com estudos sobre a questão racial e os problemas daí advindos como, por exemplo, o impacto da mistura de raças no nosso desenvolvimento enquanto povo, não submetendo isso ao crivo do negativo - já era possível, anteriormente a ele, perceber uma crítica a esse respeito nos escritos de intelectuais, como, por exemplo, Manuel Quirino, Manoel Bonfim e Lima Barreto; sendo esse último um contundente crítico das teorias raciais vigorantes, que pareciam dominar a mente da intelectualidade de seu tempo.²⁰⁸

Ainda sobre o fragmento acima transcrito do *Clara dos Anjos*, é também interessante perceber que o autor caminha no sentido de pensar os elementos que constituem nosso processo histórico-cultural, indicando possibilidades diversas, inclusive das relações existentes entre pobreza e alguns credos, ou a presença da força espiritual frente a completa ausência de ações estatais mais justas e inclusivas.

Percebe, ainda, como uma de nossas principais características religiosas, a relação de benefício auferida, ainda muito presente nas nossas práticas com o sagrado, apresentando-se entre os populares na busca de soluções para os problemas individuais:

Os frequentadores dessa ou daquela natureza lá iam sem nenhuma repugnância, pois é próprio do nosso pequeno povo fazer uma extravagante amálgama de religiões e crenças de toda a sorte, e socorrer-se desta ou daquela conforme os transe e momentâneas agruras de sua existência. Se tratar de afastar atraso de vida, apela para a feitiçaria; se trata de curar uma moléstia tenaz renitente, procura o espírita; mas não falem à nossa gente humilde em deixar de batizar o filho pelo sacerdote católico, porque não há dentre ela, quem não se zangue: “Está doido! Meu filho ficar pagão! Deus me defenda”!²⁰⁹

²⁰⁸ ARAÚJO, Ricardo Benzaquen de. Chuvas de Verão “antagonismos em equilíbrio”: em Casa Grande & Senzala de Gilberto Freyre Araújo. In: BOTELHO, André; SCHWARCZ, Lília Moritz (orgs.). *Um Enigma Chamado Brasil: 29 intérpretes e um país*. São Paulo: Companhia das Letras, pp. 200-211, 2009.

²⁰⁹ LIMA BARRETO, 2002, p. 14.

O próprio Lima Barreto, por mais de uma vez relata em seu *Diário Íntimo*, mas também em outros textos, comportamentos semelhantes da sua parte. Devoto de nossa senhora, ia sempre que podia às festas da Glória que ocorriam anualmente no Outeiro de mesmo nome (embora não cansasse de tecer críticas à Igreja Católica, e principalmente aos seus membros), ao tempo que demonstrava certa feição para com as práticas e religiosidades africanas.

Por outro lado, costumava denunciar em seus mesmos textos, a forte perseguição perpetrada pela polícia sobre os terreiros existentes nos subúrbios e favelas do Rio de Janeiro, cujas consequências estavam a destruição de templos, além da ameaça e imposição do medo sobre seus praticantes.

Daí é possível em várias situações, ver muito do próprio Lima Barreto nos seus personagens, compondo falas e posicionamentos, indicando certo biografismo em suas obras, sem, por isso, prejudicar a qualidade literária de seus escritos. Talvez sua qualidade tenha sido exatamente essa, de ver em aspectos particulares e singulares o que havia de geral. Não sendo estranho que o crítico literário, Antonio Candido, em texto de nome *Os olhos, a barca e o espelho*, concluísse pelo seguinte:

Para Lima Barreto, a literatura devia ter alguns requisitos indispensáveis. Antes de mais nada, ser sincera, isto é, transmitir diretamente o sentimento e as ideias do escritor, da maneira mais clara e simples possível. Devia também dar destaque aos problemas humanos em geral e aos sociais em particular, focalizando os que são fermento de drama, desajustamento, incompreensão. Isto, porque no seu modo de entender, ela teria a missão de contribuir para libertar o homem e melhorar a sua convivência. Assim, talvez, o Lima Barreto mais típico, seja o que funde problemas pessoais com problemas sociais, preferindo os que são ao mesmo tempo uma e outra
– como, por exemplo, a pobreza, que dilacera o indivíduo, mas é devida a organização defeituosa da sociedade; ou o preconceito, traduzido em angústia, mas decorrendo das normas e interesses dos grupos.²¹⁰

4.2 Pobreza, Trabalho e Loucura: uma síntese barretiana

São vários os momentos em que as obras de Lima Barreto nos fazem pensar sobre os conectivos possíveis entre História e Literatura, sem deixar de perceber as semelhanças que possam vir a existir, mas também as diferenças.

Como já ficou definido no tópico anterior, não queremos transformar a obra do literato Afonso Henriques de Lima Barreto em história, ou ele mesmo, em historiador. Na verdade buscamos perceber como seus escritos, ao se “alimentarem” de elementos não só do

²¹⁰ CANDIDO, Antonio. A educação pela noite e outros ensaios (artigo: *Os olhos, a barca e o espelho*). 2ª. Edição. São Paulo: Ática, 1989, p. 39-50.

passado, mas também do presente imediato a sua experiência de romancista, cronista e contista, acabam por fornecer conteúdos artísticos e representacionais os mais variados, recolocando temas já tratados, porém com olhar bastante diverso, abordando universos antes ignorados pela literatura “oficial” e pelas instituições consagradas do que deveria ser considerado a cultura nacional, ontem e hoje.²¹¹

Lima Barreto parece querer, a partir de seus personagens, mostrar os seus interesses, afetos, sentimentos, sensações, ideias e projetos. O romancista faz uma literatura nos marcos de uma tradição em que tomou contato e foi formado, mas rompe com a mesma pelo olhar problematizador que lança.

Como bem assinalou Irenísia Torres de Oliveira, em artigo intitulado “*Realismo e Sátira nas Recordações do Escrivão Isaías Caminha*”, em meio a literatura auto-satisfeita do início do século XX, extremamente convencional nos conflitos e linguagem, Lima Barreto busca “tratar as grandes questões do seu tempo” e retoma, para isso, à tradição crítica do romance europeu, traduzindo-a para a realidade local.²¹²

Ocuparia, o autor, portanto, vários locais sociais, políticos, culturais e simbólicos. É o neto de escravos, mas filho de pais libertos. É o negro que quis se tornar doutor em uma sociedade de brancos, cujo discurso racista era o que vigorava, ainda que por vezes camuflado. É o morador do subúrbio, mas também o literato e romancista tido e auto-definido como dos grupos populares. É o andarilho incansável de bairros ricos e pobres. É o frequentador assíduo de cafés, bares, botecos, vendas das mais variadas procedências, daquela capital federal republicana que era o Rio de Janeiro.

É o “anarquista” que denunciava todos os desmandos que o casamento, enquanto instituição, poderia ter de violento para com as mulheres, e que, no entanto, não deixava de soltar algumas farpas contra o movimento feminista que surgia. É o intelectual alcoólatra, internado por duas vezes como louco, alucinado, e que conquistou nesse exato momento grande inspiração, indo ao ápice de sua escrita. É o literato/personagem/leitor voraz, que se debruçava sobre a literatura nacional e estrangeira, e que também adorava filosofia, sociologia e história.

Esses aspectos do personagem-leitor/literato-leitor também estiveram presentes no seu “*Diário do Hospício*”, um conjunto de anotações feitas pelo autor durante suas

²¹¹ Referimo-nos, mais precisamente, a Academia Brasileira de Letras, e ao Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro – nesse último caso vale destacar o estabelecimento de uma história inscrita e fundada nos marcos de um conhecimento histórico apologético, em que identidade e nação cumpriam sua função homogeneizadora, escamoteando experiências e visões destoantes de um almejado Brasil.

²¹² OLIVEIRA, Irenísia Torres de. Realismo e Sátira nas Recordações do Escrivão Isaías Caminha. *Revista Literatura e Sociedade*. V. 2, no. 14, São Paulo, 2010, pp. 80-99.

internações, e que teria contribuído para compor seu romance inacabado, “*Cemitério dos Vivos*”. Em ambos os textos, o autor elencou uma série de leituras que fazia parte tanto do seu universo enquanto romancista, quanto do personagem principal do romance, Vicente Mascarenhas, a fim de concretizar sua formação: *gostava de história e dos estudos históricos e sociológicos das civilizações; dos filósofos franceses do século XVIII, constituiu durante muito tempo minhas leituras prediletas.*²¹³

Como se vê, havia muito interesse da parte do autor pelo mundo das ideias, sejam elas no campo da literatura, sejam nos aspectos das ciências humanas, para usarmos um termo atual – cuja base ajudou no florescimento da temática comum de seus escritos, a pobreza e os pobres (ou mais precisamente, negros pobres, e até loucos pobres, trabalhadores em geral) na sua relação com Estado.

Seus mais variados escritos são tomados aqui, portanto, como indícios para indagarmos a temática da pobreza e dos pobres, não sendo, portanto, a loucura o centro de nossa análise; ainda que seja necessário passarmos por tal questão, tendo em vista que no espaço manicomial, pobreza, e também as questões raciais, aparecem associadas, em vários momentos, na escrita do autor.

Como bem afirmou Adeliana Alves Barros em sua dissertação de mestrado intitulada “*O Cemitério dos Vivos*”: *a experiência manicomial de Lima Barreto*, os escritos do autor no âmbito do hospício, ou no espaço asilar, são de extrema importância no sentido de apontar para discussões acerca dos trabalhadores pobres/negros, quase todos provenientes de locais de trabalho degradantes, geralmente braçais, compondo parte do contingente do hospício, especialmente da seção dos não pensionistas; ou seja, há variadas e intrigantes relações possíveis entre loucura, trabalho, pobres e questões raciais.²¹⁴

O tema da loucura, por exemplo, ainda que fosse uma constante em sua obra, é retomado com ênfase na obra *Cemitério dos Vivos* e em seu *Diário do Hospício*. É aqui que o romancista terá maior atenção ao indagar-se sobre o que de fato seria a loucura. Em suas construções, definições, visões e percepções, a questão dos pobres, principalmente daqueles provenientes dos setores mais pauperizados, apresenta-se de forma chocante, pois enclausurados no hospício, inserem-se numa lógica peculiar.

Ou, como assinalou André Dias, os escritos do autor sobre a loucura e a vida no hospício se caracterizariam, dentre outras coisas, pela quantidade de temas e assuntos

²¹³ LIMA BARRETO, 1956(b), p. 132.

²¹⁴ BARROS, Adeliana Alves. *O “Cemitério dos Vivos”: a experiência manicomial de Lima Barreto*. Dissertação (Mestrado). Programa de Pós-Graduação em História Social, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2016, p. 157.

abordados nos seus aspectos existenciais, institucionais, ou sóciohistóricos, acabando por, no limite, construir uma metáfora da sociedade brasileira do início do século XX.²¹⁵

Trata-se, o hospício, de um local produtor e reproduzidor da exclusão social, mantido pelo Estado. Desse modo é devastador o modo como o autor, a partir de suas experiências como interno, por duas vezes, consegue construir uma narrativa que mescla descrição e forte senso de análise, esmiuçando os meandros de um espaço marcado pela segregação e aprisionamento daqueles vistos como *a*-normais, diferentes, loucos, e por isso, excluídos.

Aqui, ele evidencia uma representação da mais pujante pobreza, um cenário onde estão presentes aqueles mais miseráveis da sociedade nas primeiras décadas do século XX – estando ele mesmo, em franco processo de empobrecimento e degradação social, sendo atirado no meio daquela instituição que mais parecia uma *Geena Social*²¹⁶, para usarmos suas próprias palavras.

Assim, ao levar para o centro da narrativa romanesca o universo da loucura, Lima Barreto tornava, em parte, sua experiência de interno uma “ficção”. Da análise da obra percebemos que as fronteiras entre literatura e realidade pareciam “rompidas”, embora não deixassem de expressar o entendimento que o autor adotaria enquanto projeto literário do que seria uma arte militante, preocupada com questões urgentes que atravessavam sua vida, mas de outros sujeitos também, e por que não, da nação, até mesmo porque as dores e alegrias, que são nossas, pertencem ao passado, e por que não, ao futuro.

Por tudo isso, sua obra vai para além da construção de cenas e situações que indicam o empobrecimento de personagens que vadiam e vagueiam pelas ruas da capital federal da República. Lima Barreto desce às profundezas da casa dos “loucos”, vai ao terreno do inconsciente, lendo as experiências dos “alucinados” do Hospício Nacional, para compreender a miséria material e a perda da dignidade a que estavam relegados todos aqueles vistos como indesejados, cujos enquadramentos sociais externos pareciam ter sido transferidos para lá, registrando em seu *Diário do Hospício*:

O mobiliário, o vestuário das camas. As camas, tudo é de uma pobreza sem par. Sem fazer monopólio, os loucos são da proveniência mais diversa, originando-se em geral das camadas mais pobres da nossa gente pobre. São imigrantes italianos, portugueses e outros mais exóticos, são os negros roceiros que teimam em dormir pelos desvão das janelas sobre uma esteira esmolambada e uma manta sórdida; são copeiros, cocheiros, moços de cavalaria, trabalhadores braçais. No meio distinto

²¹⁵ DIAS, André. Lima Barreto e Dostoiévski. *Vozes Dissonantes*. Niterói: EDUFF, 2012, p. 92.

²¹⁶ Para o autor o termo significa um espaço feio, sujo, segregacionista - destinado àqueles que compunham a maioria dos desfavorecidos de sempre, vistos como seres dotados de patologia, mascarando, na verdade, o preconceito racial e social.

muitos com educação, mas que a falta de recursos e proteção atira naquela geena social.²¹⁷

Ainda que o autor afirme serem os internos das mais variadas proveniências e origens sociais, o mesmo, por outro lado, conclui ser a maioria dos que lá estão, advindos dos setores mais pauperizados; ressaltando não somente sua condição social, mas a origem étnica, registrada pela nacionalidade e cor de pele. Enfim, os pobres elencados por Lima Barreto como integrantes daquele espaço, ao fim e no limite, são os indivíduos pertencentes a classe trabalhadora, aqueles vistos como escória do mundo, miseráveis; aqueles que nada tinham, e que para lá eram enviados.

Sem esquecermo-nos daqueles que, como o próprio Lima Barreto, distinguiam-se dos demais no que diz respeito a formação intelectual, ou como o literato gostava de afirmar, acabavam em tal local devido a problemas financeiros diversos. Sem proteção alguma, ou seja, sem um pistolão, acabavam por descer até o hospício, definido pelo autor como um “sepulcro”, predominando ali aqueles pertencentes aos estratos sociais mais empobrecidos.

O autor trazia para o cerne de sua narrativa todo o tipo de problemática que afligia a vida dos negros, brancos nacionais e estrangeiros pobres, homem do campo ou da cidade, operários ou trabalhadores rurais que ali chegaram, no geral, como “vítimas” de um internamento forçado, sob a condição primeira, tipológica e homogeneizadora de “louco”.

Daí, a caracterização do hospício, por parte de Lima Barreto, como um espaço carente de recursos, expressando entre seus objetos existentes, a pobreza e a miserabilidade. Tratava-se, então, de oferecer a maioria dos internos, toda uma estrutura física, social e simbólica que não era estranha. Seguia-se, portanto, a violência:

Amaciado um pouco, tirando dele a brutalidade do acorrentamento, das surras, as superstições de rezas, exorcismo, bruxarias etc., o nosso sistema de tratamento da loucura ainda é o da Idade Média: o sequestro. Não há dinheiro nem poder que evite a morte, quando ela tenha de vir; e não há dinheiro nem poder que arrebathe um homem da loucura. Aqui no hospício, com suas divisões de classes, de vestuário etc., eu só vejo um cemitério: uns estão de carneiro e outros de cova rasa. Mas assim e assado a loucura zomba de todas as vaidades e mergulha todos no insondável mar de seus caprichos incompreensíveis.²¹⁸

Assim, o autor parecia perceber bem o quanto havia de autoritário e perverso no ato de internar, caracterizando o hospício praticamente como uma prisão, principalmente porque

²¹⁷ LIMA BARRETO, 1956(b), p. 36.

²¹⁸ *Ibid*, p. 90.

se tratava de encarcerar forçadamente pessoas supostamente identificadas como desprovidas de poder de decisão sobre suas vidas.

Mas o interessante era que os indivíduos levados ao hospício sob essa condição, geralmente se encontravam nas categorias de “pobres” e “indigentes”. Não sendo estranho, portanto, que a nova ordem recentemente instaurada, tentasse a todo custo esconder a miséria das ruas, ou o que elencava por feio e indisciplinado, principalmente quando advindo dos negros e mestiços pobres, em suma, aqueles provenientes dos estratos da classe trabalhadora.

Por outro lado, ele também percebia as divisões sociais existentes no espaço manicomial. O temário advindo dessa experiência abrange a ciência, a medicina, a psiquiatria, mas também a loucura, a pobreza, as raças, o trabalho – tudo isso tocava a sensibilidade analítica do autor, fazendo com ele, vez ou outra, construísse parágrafos inteiros a fim de pontuar tais questões. Isso fica perceptível em seus diversos escritos, especialmente no romance inacabado, *Cemitério dos Vivos*:

Ainda esperei que fosse cair na secção dos pensionistas; mas assim não foi. Entrei para a Pinel, para a secção dos pobres, dos sem ninguém, para aquela em que a imagem do que a desgraça pode sobre a vida dos homens é mais formidável e mais cortante.

O mobiliário, o vestuário das camas, as camas – tudo é de uma pobreza sem par. O acúmulo dos doentes, o sombrio da dependência que fica no andar térreo – e o pátio interno é quase ocupado pelo pavilhão das latrinas de ambos os andares – tirando-lhe a luz, tudo isso lhe dá má atmosfera de hospital, de emanações de desinfetantes, uma morrinha terrível.

Os loucos são de proveniências as mais diversas. Originam-se, em geral, das camadas mais pobres da nossa gente pobre. São pobres imigrantes italianos, portugueses, espanhóis e outros mais exóticos; são negros roceiros, que levam a sua humildade, teimando em dormir pelos desvãos das janelas sobre uma esteira ensebada e uma manta sórdida; são copeiros, são cocheiros, cozinheiros, operários, trabalhadores braçais e proletários mais finos: tipógrafos, marceneiros, etc.²¹⁹

A ala dos pobres, ou seção Pinel, acabava por ter um lugar destacado em suas análises sobre a configuração do hospício. Era justamente dela que o literato extraía a percepção dos vários mecanismos de poder e exclusão que recaíam sobre os mais vulneráveis na escala social, não sendo estranho que seus relatos sobre esse espaço da instituição fossem sempre carregados das mais eloquentes críticas e denúncias sobre a ordem vigente.

Lima Barreto, assim, não somente toca e resalta assuntos que faziam parte de seu universo mais cotidiano, ou mais visível, por meio do romance, como também traz à tona aspectos mais estruturantes, tais quais, a crítica ao poder, ao regime republicano, à ciência, ao progresso - sempre tentando ter como cerne de sua narrativa a relação entre os ignorados, ou

vistos sempre como o outro (os não adequados, e por isso, escondidos, excluídos, trancafiados, enterrados vivos), e aqueles na exata situação de poder, inseridos num contexto próprio.

Por isso, ao invés de reproduzir as críticas feitas sobre o autobiografismo do autor, preferimos pensar a dimensão coletiva, e porque não, universal, que sua obra tem. Afinal, sua experiência na condição de pobre, preto, suburbano, alcoólatra, certamente não era única naquela República; o mesmo acontecia a sua vivência em torno do racismo, autoritarismo, violência, conflitos de classe – tudo isso era compartilhado entre os agrupamentos humanos, não só a nível local, mas também em outras escalas, ou seja, nacional ou internacionalmente.

Daí o caráter contestador da obra de Lima com relação a República, que com todo seu discurso de liberdade e igualdade jurídica, não se conformava à prática. A realidade experimentada por Lima Barreto não mostrava o almejado; pelo contrário, os pobres e os pretos pobres, como ele, só tinham direito a “ordem” e ao encarceramento.

A instituição asilar surgia em seus escritos, portanto, como se fosse uma espécie de miniatura da sociedade, com todos os seus vícios, preconceitos, autoritarismos, segregação, exclusão e apadrinhamentos, em que aqueles menos abastados acabavam por sofrer de forma mais acentuada e brutal. Esse era o outro lado do progresso e da modernidade que se queria impor; mas era também da nova ordem que se instaurava pautada nas concepções de mundo da burguesia, com seu modo de pensar sobre o mundo.

Ora, se o novo regime trazia no nível do discurso uma ideia de cidadania, a mesma não se configurava da mesma forma para todos, ou como bem lembrou Sandra Jatahy Pesavento, em seu clássico estudo *Os Pobres da Cidade* - todos são cidadão, mas pobres e pretos caem na categoria dos de segunda classe!²²⁰ O discurso liberal apela para a igualdade entre todos no campo da lei, todavia, a realidade do mundo da cidade e do campo demonstra que uns são mais merecedores dessa igualdade. Os ventos do progresso embalam a crença nas virtudes redentoras do trabalho, mas a vida confirma o abismo existente entre a labuta de um banqueiro e a de um operário; de um grande fazendeiro e de um camponês sem terra. Essas desigualdades e separações não ficavam fora do espaço manicomial!

As desigualdades lá fora vivenciadas, e algumas delas transformadas em literatura, pulsavam diante do seu olhar na nova experiência. Entretanto, a realidade agora posta era outra, ele mesmo se vendo na condição dupla: era um louco internado e sequestrado, como enfatizava; ao mesmo tempo em que era um analista minucioso do cotidiano de um hospital

²²⁰ PESAVENTO, Sandra Jatahy. *Os Pobres da Cidade: vida e trabalho (1880-1920)*. 1ª. Edição. Porto Alegre: Editora da Universidade/UFRGS, 1994, p. 08.

psiquiátrico, uma espécie de observador-participante forçado, isso porque nunca esteve lá por livre espontânea vontade. Eis o que diz o protagonista do *Cemitérios dos Vivos*:

Entrei no dia de natal. Passei as famosas festas, as tradicionais festas de ano entre as quatro paredes de um manicômio. Estive no pavilhão pouco tempo, cerca de vinte e quatro horas. O pavilhão de observação é uma espécie de dependência do hospício a que vão ter os doentes enviados pela polícia, isto é, os tidos e havidos por miseráveis e indigentes, antes de serem definitivamente internados.²²¹

Há de se ressaltar aqui, a confluência entre experiência pessoal e ficção. Antonio Candido já dizia que nem o *Cemitérios dos Vivos*, e nem o *Diário de um Hospício* podem ser vistos como sendo, o primeiro, no plano do imaginário, e o segundo, na categoria de “realidade”, residindo seu valor somente no âmbito documental.

Dizia, ainda, que a distinção por essa perspectiva não seria coerente, tendo em vista que nas notas íntimas de Lima Barreto era possível visualizar partes que já eram elaborações dos fatos, obviamente com vistas ao romance. Afirma, Antonio Candido, que se o Cemitério dos Vivos pode ser considerado um esboço de romance, o *Diário do Hospício* não pode ser considerado um documento pessoal puro, porque a cada momento parece que o escritor está ficcionalizando a si mesmo, e o ambiente em que se encontrava, a ponto de nomear a primeira pessoa narradora, ora como Lima Barreto, ora como Tito Flamínio, ora mesmo, por Vicente Mascarenhas (nome que prevaleceu para ser o personagem principal do romance). Portanto, estamos diante de um exemplo característico da maneira pela qual nosso autor manifestava seu movimento constante, entre pureza documentária e a elaboração fictícia, assim como o desejo de integrá-la.²²²

Contudo, o que nos interessa sobre esses registro é a forma como autor caracteriza, define, elenca uma série de práticas corriqueiras naquele espaço em torno dos temas: pobres e pobreza.

O romancista descrevia tudo, desde os primeiros momentos da sua entrada no hospital, até o cotidiano das relações naquele lugar, exercendo assim, a função de compreender aquela experiência vivida por ele, mas também por muitos outros que lá estavam; mostrando, assim, as várias situações pautadas pelo modo como era exercida a exclusão social a qual eram submetidos, principalmente os (negros) pobres. Isso fica patente

²²¹ LIMA BARRETO, 1956(b), p. 151.

²²² CANDIDO, 1989, p. 39-50.

quando diz: “*a singular mania que têm os doidos de baixa extração, de andarem nus. Na Pinel, dez por cento assim viviam, num pátio que era uma bolgia do inferno. Por que será?*”²²³ À primeira vista, poder-se-ia imaginar o autor associando nudez à pobreza, e assim, estaria reafirmando preconceitos em voga, que tendiam a colocar pobres, principalmente de cor negra, como indivíduos de sexualidade exacerbada. Mas não há nada disso! Pelo contrário. Lima Barreto percorre o caminho da contramão, afirmando desde suas primeiras entradas no hospício, uma sensibilidade fina e sutil para compreender as diferenças de classe e cor que atravessavam todas as instâncias da sociedade, inclusive dentro do hospício, quando percebia tratamentos diferenciados entre os que ali estavam, através do perfil social que enquadrava os indivíduos que constavam naquele lugar.

Talvez, por isso, logo depois da assertiva venha uma pergunta beirando certa desconfiança, como se tivesse a questionar e discordar, propondo assim, outros entendimentos para os indivíduos que andavam nus – dever-se-ia buscar explicações menos patológicas, e mais sociais.

Vê-se, do fragmento, que há certa brecha para interpretações variadas, indicando, inclusive, certa dúvida a respeito do comportamento dos pobres de cor. Não podemos esquecer que o autor, ainda que fosse um crítico das teorias raciais, sentia que elas eram bastante vigorantes e de grande apelo, reverberando no social, indicando e caracterizando comportamentos. Lima Barreto não estava totalmente distante disso, pois se por um lado rechaçava essas ideias, por vezes, ele acabava por reproduzir certos preceitos.

A partir do seu olhar, presente na escrita, é perceptível a humilhação como uma constante no processo de internação: desde o momento em que os pobres chegam ao hospício, quando retirados das ruas ou de suas casas pelas forças policiais, até a clausura, quando se tornavam obrigados a ficar trancafiados, usando vestimentas humildes. Ali chegando, viam ser retirados de si tudo o que lembrasse o mundo lá fora, restando-lhes, apenas, os rebotalhos como vestimenta, as únicas, no geral, disponíveis:

Estou no hospício, ou melhor, em várias dependências dele, desde o dia 25 do mês passado. Estive no pavilhão de observações que é a pior etapa de quem, como eu, entra para aqui pelas mãos da polícia. Tiram-nos a roupa que trazemos e dão-nos uma outra, só capaz de cobrir a nudez, e nem chinelos ou tamancos nos dão. Da outra vez que lá estive me deram peça do vestuário que me é hoje indispensável. Desta vez, não. O enfermeiro antigo era humano e bom; o atual é um português arrogante, com uma fisionomia bragantina e presumida. Deram-me uma caneca de mate e, logo em seguida, ainda dia claro, atiraram-me sobre um colchão de capim com uma manta pobre, muito conhecida de toda a nossa pobreza e miséria.²²⁴

²²³ LIMA BARRETO, 1956(b), p. 39.

²²⁴ *Ibid.*, p. 33.

Nesse limite, o autor conseguia captar as contradições sociais fortemente presentes no meio social externo ao Hospital Psiquiátrico, ressignificadas para o seu interior, percebendo ali também certo corte de classe, quando entende que era na seção Pinel onde se encontravam aqueles da mais pujante miserabilidade, desprovidos de quaisquer cuidados: come-se e dorme-se [sobre] qualquer coisa.

Mas era ali também o local onde outros tipos de segregação e exclusão se configuravam como, por exemplo, o preconceito racial. O autor, corriqueiramente, seja por meio de seu *Diário do Hospício*, seja por meio do romance inacabado *Cemitérios dos vivos*, relata a presença de homens e mulheres de cor no espaço asilar:

Sentei-me ao lado de um preto moço, tipo completo do espécimen mais humilde da nossa sociedade. Vestia umas calças que ficavam pelas canelas, uma camisa cujas mangas me ficavam por dous terços do antebraços e calçava uns chinelos muito sujos, que tinha descoberto no porão da varanda.²²⁵

O fragmento acima é, não só uma descrição por parte de um indivíduo extremamente atento e sensível para com a miséria do outro, mas também uma verdadeira denúncia contra a ordem vigente, que continuava a relegar à condição de extrema pobreza e humilhação certos agrupamentos humanos, principalmente aqueles recentemente libertados das amarras do cativo.

Mas aqui também não é só a cor e os condicionantes étnicos os indicadores do lugar social, as vestimentas e os chinelos velhos diziam muito sobre as condições materiais e simbólicas as quais eram relegados os provenientes do povo. Simbolicamente, pesava ao “preto moço” a recusa em andar descalço, prática costumeiramente indicada aos escravos, cujo estigma ele não mais queria carregar – assim, cor, roupa, chinelo, alimentação e seção própria, diziam muito sobre quem eram aqueles indivíduos, de onde vieram e quais seriam seus destinos.

Destarte, não podemos esquecer, como fora dito anteriormente, que nessa época as teorias raciais ainda eram extremamente aceitas e vigorantes. Daí a associação, por parte dos poderes médicos, policiais e jurídicos, entre loucura, raça e pobreza. Crimes de diversas tipologias, doenças mentais, pobreza, inferioridade intelectual, prostituição, recaíam quase sempre como estigmas, sobre os ombros daqueles mais pauperizados, principalmente de cor.

Nossa intelectualidade, inclusive, adotava tais preceitos. Nina Rodrigues, médico e cientista baiano que, em 1894, publicou um livro de nome *As raças humanas e a*

²²⁵ LIMA BARRETO, 1956(b), p. 35.

responsabilidade penal no Brasil, lamentava a mistura racial e o fato de que boa parte da população do país era constituída por um tipo denominado “mulato”, pois segundo Nina, era o ser mais propenso ao crime, a criminalidade, a ociosidade, e logo, a loucura e a pobreza.²²⁶

Não sendo, por isso, estranho os medos que o próprio Lima Barreto manifestava em relação a essas teorias que, em sua opinião, travestiam-se com uma roupagem de ciência a fim de justificar uma autoridade, instaurando, todavia, hierarquias e exclusões pautadas em modelos biológicos que buscavam renegar o social.

Por outro lado fica a seguinte questão: esses modelos e teorias aqui adotados, adaptados e traduzidos para a realidade local, incluíam os setores das elites que eram mestiçados, misturados ou com alguma característica física que entregava sua origem? Ou a condenação da população recaía, exatamente, sobre os pobres, tendo em vista que um dos desdobramentos do nosso racismo mal disfarçado - é o de que a condição social do indivíduo o embranquece?

Como bem lembrou Lilia Moritz Schwarcz, “*aqui, não só o dinheiro e certas posições de prestígio embranquecem, mas, para muitos, a “raça”, travestida do conceito “cor”, transforma-se em condição passageira e relativa*”.²²⁷

O regime republicano, portanto, não modificava a situação dos pobres, principalmente aqueles recém libertos do cativo, e muito menos do exército de miseráveis de todos os matizes e origens. A nova ordem liberal, pautada no discurso das supostas liberdades individuais, esbarrava na lógica de classe, replicada nos condicionantes de cor, que acabava por hierarquizar e definir o lugar que certos agrupamentos ocupariam na nova sociedade.

Dessa maneira, em vista da promessa de uma igualdade jurídica, a resposta foi a “comprovação” “científica” da desigualdade biológica entre os homens, ao lado da manutenção peremptória do liberalismo, tal como exaltado pela República de 1889.

Lima Barreto parecia antever pela literatura, o que Caetano Veloso e Gilberto Gil expressariam quase um século depois por meio da música, a recorrente situação dos pobres (de cor) no Brasil, ao apontar as permanências de nossa formação colonial: “*só pra mostrar aos outros quase pretos/(e são quase todos pretos)/e aos quase brancos pobres como*

²²⁶ ENGEL, Magali Gouveia. As Fronteiras da Normalidade: psiquiatria e controle social: história, ciência, saúde. *Revista Manguinhos*. Rio de Janeiro, v. 5, no. 3, pp. 547-563, 1999.

²²⁷ SCHWARCZ, 2012, p. 22.

pretos/como é que pretos, pobres e mulatos/e quase brancos quase mulatos de tão pobres são tratados.”²²⁸

A letra do cantor e compositor baiano é de um realismo gritante, mostrando, dentre outras coisas, as permanências quanto a forma de pensar, por parte da sociedade brasileira do início do século XX - atravessando numa linha reta a percepção sobre o outro, que não mudou, ou se mudou, foi muito timidamente.

Assim, pobres e negros pareciam ser a “carne”, os “corpos” mais baratos do “mercado da exclusão social”, tendo em vista a nova situação de vulnerabilidade a que estavam submetidos, desde os postos de trabalho que ocupavam, os mais precários e extenuantes, até os espaços fora do trabalho: as instituições prisionais, ou os hospitais psiquiátricos. Na verdade, esses últimos utilizados como instâncias de “recuperação”, de adequação às normas e demandas de uma “ética do trabalho” que se tentava impor.

Não sendo estranho que, dentre os muitos especialistas à época, no caso os médicos psiquiatras, as receitas visando a recuperação dos sujeitos internados se voltavam para as atividades laborais, ligadas à agricultura, pecuária, corte/costura e marcenaria.

Ora, para além de saber se tais mecanismos surtiem ou não efeito na reabilitação dos internos, o que deve ser analisado é o porquê da receita em torno desses ofícios específicos, e a quem estava dirigida. Ao fim, percebemos que tal incentivo no interior do hospício dizia muito mais sobre quem, de fato, acabava por ser enxotado para lá, os resistentes, e o que pensava aquele que dirigia o espaço asilar.

O relato de Lima Barreto, que tinha por objetivo falar de sua estada como paciente do manicômio, acaba por denunciar tudo aquilo, transformando sua experiência em documento, em registro sobre o lugar dos indesejados das primeiras décadas do Brasil República, alcançando, por assim dizer, uma percepção abrangente de uma sociedade que elencava homens e mulheres pobres como escórias, ou um mal a ser extirpado.

O filósofo Michel Foucault foi quem muito bem analisou como os loucos, desde a Idade Média, ocuparam o lugar reservado aos excluídos no imaginário ocidental. Entre eles, também estavam os portadores de doenças venéreas, os leprosos, os vagabundos, enfim, os pobres. O suposto era que o terror e o inferno moravam no interior dos homens, e não fora, ou externamente a eles.²²⁹

²²⁸ Esses versos pertencem a letra da música “Haiti”, do CD *Tropicália2*, de Caetano Veloso e Gilberto Gil, lançado em 1993.

²²⁹ FOUCAULT, Michel de. *História da Loucura na Idade Clássica*. São Paulo: Perspectiva, 1995.

E tudo isso foi bastante dialogável com o discurso liberal, que tendia a acentuar o indivíduo como medida de todas as coisas. Da percepção de Lima Barreto, expressa nas obras *Diário do Hospício e Cemitério dos Vivos*, sobre o manicômio, percebemos que aquele se tornou um espaço de aprisionamento para os (mal) ditos loucos, mas também um lócus para o registro sobre os mundos do trabalho e dos trabalhadores, num contexto em que lutas operárias ganhavam força em busca dos direitos. Vê-se, por exemplo, o imaginário construído em torno dos anarquistas - anarquismo era sinônimo de loucura, e os anarquistas, diagnosticados como loucos morais.

É de se perceber que (grupos de) indivíduos com pendores para a política, aqueles que se interessavam em interpretar e revolucionar a realidade, contestadores da ordem vigente e dos poderes instituídos, logo se tornavam alvos dos diagnósticos, classificados como doentes mentais.

E isso se insere num quadro de estudos científicos da época. O professor da Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, Álvaro Fernandes, por exemplo, publicaria em 1898, a hipótese segundo a qual o “anarquista” era o tipo de louco moral por excelência, pois nascia da luta social que gerava a desarmonia entre capital e trabalho. Até mesmo Franco da Rocha, diretor do Hospício Juqueri, havia defendido em 1904 uma tese semelhante, estabelecendo relações possíveis entre loucura moral e radicalismo revolucionário.²³⁰

Daí o escritor parecer interpretar a realidade social pelo crivo de quem sabia muito bem qual o lugar a que estava sendo destinado, não só os pobres, mas os negros pobres, como ele o era, incorporando, aqui, de certo modo, todos aqueles que contestavam a ordem vigente republicana.

Assim, percebia o autor ao adentrar o espaço do hospício, sendo ele mesmo um dos internos “alucinados”, que era possível esquadrihar os meandros de tal instituição, indicando as relações possíveis entre loucura e pobreza, através de situações experimentadas pelos internos.

No entanto, não estamos querendo dizer que o autor teria visto a loucura enquanto sintoma da pobreza, de modo tão correlacionado, tendo em vista que o mesmo preferia encará-la pelo aspecto do indecifrável, no campo do misterioso; porém, Lima Barreto conseguia levantar possibilidades outras, ao buscar explicações que não tivessem como ponto de partida e de chegada o hereditário, por exemplo, tão comum à época.

²³⁰ ENGEL, Magali. *Os Delírios da Razão: médicos, loucos e hospício*. Rio de Janeiro (1830-1930). Rio de Janeiro: Fiocruz, 2001.

É possível, pois, perceber, que o próprio Lima temia bastante essa explicação em vista do pai ter sofrido com problemas mentais, e sua mãe, de ter morrido acometida por tuberculose - ou seja, dois grandes estigmas referendados pelo olhar da Ciência, a indicar uma suposta degeneração que afetaria os filhos. E tudo isso, sem esquecermos sua origem de cor, que ali somada, tornava-se equação e medida exatas para que os doutores “sabichões da época”, para usar a expressão do próprio autor, condenassem ao desaparecimento/degradação social, a população nacional extremamente misturada. Segundo Sandra Jatahy Pesavento:

A rigor a sociedade capitalista gerou as condições para que a questão social se coloque como problema e indagação: o que fazer com os desafortunados e miseráveis de tudo e, principalmente, o que fazer para impedir que a questão social degenera em conflito e este em ameaça efetiva? Enunciada enquanto problema, a questão social suscitará a elaboração de discursos científicos que a descrevem e despertam estratégias de abordagem para atingir resultados satisfatórios. É assim que se articula o discurso médico e higienista, o discurso jurídico e criminológico, o discurso técnico e estético. Pobres, sujos, malvados, feios doentes? Os habitantes subalternos da urbe precisavam ser enquadrados dentro de uma ordem supostamente mais ordenada, bela, higiênica, moral. Tais discursos pressupõem intervenções de técnicos, como o médico, o higienista, o advogado, o engenheiro, o urbanista, comumente atrelados ao Estado, ou ainda de particulares, como o patronato, interesses também na disciplinarização dos subalternos. Práticas e discursos são, por sua vez, acompanhados da elaboração de imagens sobre estes personagens: Zé povinho, o operário, o vagabundo, a prostituta, o tropeiro. Há entre eles a presença dos conteúdos morais e das etnias e raças envolvidas no processo de trabalho em formação. Assim, negros serão os criminosos, ladrões, os vagabundos; mestiços ou mulatos, o Zé Povinho, e de aparência imigrante europeia, o trabalhador.²³¹

Embora Lima Barreto tenha colocado a loucura, e o que a engendrava no campo do misterioso, como algo impossível de ser perscrutado em sua origem, fazia para si uma autoanálise, percebendo em primeiro lugar que chegou ao hospício na condição de alcoólatra, e não de louco. E em segundo, que o uso imoderado do álcool se devia, em parte, a sua situação pessoal (ou a sua vida social).

Convivendo em ambientes os quais faziam-no sentir-se um “diferente”, um “inadequado”, ou “deslocado”, a exemplo de sua estada como trabalhador no Ministério da Guerra, com todas as hostilidades e ojerizas que o lugar representava; ou mesmo no espaço familiar, vendo-se como o provedor de uma família extensa, e em meio a uma situação financeira sempre calamitosa, cujo sucesso almejado na literatura nunca chegava; sem esquecer os delírios que acometiam seu pai – tudo isso deixava Lima Barreto com os nervos à flor pele, fazendo com que o autor expressasse esse turbilhão de sentimentos em seu *Diário Íntimo* e no seu *Diário do Hospício (Cemitério dos Vivos)*:

²³¹ PESAVENTO, Sandra Jatahy. *Os Pobres da Cidade: vida e trabalho (1880-1920)*. 1ª. Edição. Porto Alegre: Editora da Universidade/UFRGS, 1994, p. 08-09.

De mim para mim, tenho certeza que não sou louco; mas devido ao álcool misturado com toda a espécie de apreensões que as dificuldades de minha vida material, há seis anos assoberbam, de quando em quando dou sinais de loucura: delírio.²³²

Com isso, o romancista se afastava do discurso científico vigente que associava patologias ao hereditário, inscritos no corpo de indivíduos provenientes dos estratos sociais subalternos (pobres, e principalmente negros); propondo o rompimento de estigmas de seu tempo. E tal questionamento acontecia, segundo avaliações pautadas num amplo universo de leituras vigorantes que ele fazia, e na experiência de observação do social e do emocional:

Porque a riqueza, base da nossa atividade, coisa que, desde menino, nos dizem ser o objeto da vida, da nossa atividade na terra, não é também a causa da loucura? Porque as posições, os títulos, cousas também que o ensino quase tem por meritório obter, não é causa de loucura?²³³

O autor problematiza aquilo que sempre foi ensinado como sendo de importância fundamental: as razões e busca para o sucesso. Eis o real objeto de estudo do patológico, essa busca infundável, seguida da crítica ferina contra tudo aquilo que tem grande relevo para o funcionamento da ordem capitalista – aquilo que move o poder é o mais importante?

Aqui, o autor desloca seu olhar para a crítica da perspectiva dominante, uma crítica à ideologia do sucesso, denotando seu entendimento sobre as facetas de classe. A pobreza seria, então, um processo produzido socialmente, e não uma patologia imanente. O estranhamento do autor sempre a colocar certas certezas sob o crivo de um pontinho de interrogação era o que havia de mais característico em sua literatura.

²³² LIMA BARRETO, 1956(b), p. 48.

²³³ *Ibid.*, p. 79-80.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ainda que Lima Barreto seja um autor bastante estudado, e minha pesquisa venha, de certa forma, contribuir para a fortuna crítica do autor, no sentido de atualizar o debate que se desenvolveu em torno de sua produção; seus escritos não estão esgotados, como corriqueiramente se diz. Há sempre boas pesquisas surgindo, não sendo estranho, nessa perspectiva, que uma nova biografia sobre o autor tenha sido lançada, justamente neste ano 2017, por uma de suas estudiosas, Lilia Moritz Schwarcz, intitulada *Lima Barreto: triste visionário*. Aqui, são apresentadas outras possibilidades de análise, não apenas acerca da figura do escritor Lima Barreto, mas também, do conteúdo de suas obras.

A visão biográfica trazida por Lilia Schwarcz, por outro lado, não encerra a complexidade que deu materialidade à produção de Lima Barreto, pois, tem-se pelo menos dezessete obras reunidas pela Editora Brasiliense, nos anos 1950 (dentro romances, contos, crônicas, artigos, diários, além de suas correspondências ativas e passivas), que dimensionam um universo temático ainda maior, que vai da política, passando pelos aspectos culturais, costumes, até chegarmos a aspectos de crítica literária contidos nos seus textos, a exemplo de suas *Impressões de Leitura*, de autoria do próprio Lima.

Na verdade, o autor, acabou por tratar das mais variadas questões pertinentes de seu tempo, tecendo reflexões, e expondo um ponto de vista que acreditava merecer bons debates.

Minha pesquisa tentou compreender, portanto, como seu acervo literário, bastante diversificado, poderia fornecer pistas, mas também representações possíveis, para se entender a questão dos pobres e da pobreza nas primeiras décadas do Brasil República, em sua relação com o Regime Republicano; incorporando, em certa medida, um olhar sobre os populares.

Todavia, um aspecto que merece olhar mais detido em novas empreitadas, muito embora tenha tratado superficialmente nessa pesquisa, seria como, a partir do final dos anos de 1940, vai ficando cada vez mais evidente a vinculação entre Lima Barreto e as classes populares, dentro de um período no qual o “nacional popular” é algo bastante visado pela intelectualidade; e como tal interesse pela obra do autor se concretizava num projeto literário de uma das maiores editoras do país naquele momento, a Brasiliense, que inclusive tinha como um de seus sócios, o editor Caio Prado Júnior, reconhecidamente, um intelectual de esquerda.

O acesso a edição das obras completas, feita pela Brasiliense, sob a chefia de Francisco de Assis Barbosa, dão uma dimensão do projeto que viria a acionar intelectuais das mais variadas áreas, indo da sociologia, história, filologia à crítica literária, todos reunidos a

fim de compor, e de alguma forma, fornecer, elementos para pensarmos aspectos da obra de Lima Barreto, sendo também curiosíssimas as tendências políticas dos membros aqui acionados, que vão de Gilberto Freire a Astrogildo Pereira.

Dessa forma, entendo que se Lima Barreto, até então, estava ainda num lugar não muito confortável, e até certo ponto desconhecido, pois inclusive boa parte de sua obra não fora mais editada, as publicações organizadas pela Brasilense deram um novo fôlego a seus escritos, recolocando-os em evidência a partir desse momento, estimulando a leitura e a crítica acerca dos livros publicizados.

Assim, se Lima Barreto não foi consagrado em vida como um grande literato, ainda que aqui e ali, uns e outros reconhecessem seus dotes de escritor, entendemos que Lima Barreto, como autor clássico da literatura brasileira, surgia como uma grande possibilidade de, a partir das questões suscitadas pelas demandas da atualidade, nos sugerir boas reflexões acerca das (des) continuidades entre o passado e o presente do Brasil.

Logo, encerro essa dissertação reafirmando que nenhum objeto ou temática de pesquisa está totalmente esgotado, tendo em vista que as abordagens e inquietações se atualizam a cada instante, dentro de determinadas situações específicas, que são, no limite, históricas. Como agora, quando o autor e sua obra foram reverenciados durante quase todo o ano de 2017, por meio de eventos, encontros acadêmicos e homenagens, a ponto de alguns denominarem de *O ano Lima Barreto na literatura*". E mais, justamente quando escrevo essas linhas, recebo a informação de que o acervo de Lima Barreto, que está na Biblioteca Nacional, recebe a titulação "Memória do Mundo", dada pela Unesco.

REFERÊNCIAS

BARBOSA, Francisco de Assis (org.). **A vida de Lima Barreto (1881-1922)**. 10 ed. Rio de Janeiro: Editora José Olympio, 2012.

LIMA BARRETO, Afonso Henriques de (Org.). **Correspondências ativa e passiva**. São Paulo: Brasiliense, 1952.

LIMA BARRETO, Afonso Henriques de. **Clara dos Anjos**. Fortaleza: Editora ABC, 2002.

BARBOSA, Francisco de Assis. Apresentação. In: LIMA BARRETO, Afonso Henriques de. **Bagatelas**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1956(a).

LIMA BARRETO, Afonso Henriques de. **Cemitério dos vivos: memórias**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1956(b).

LIMA BARRETO, Afonso Henriques de. **Diário íntimo**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1956(c).

LIMA BARRETO, Afonso Henriques de. **Marginália: artigos e crônicas**. 2. ed. São Paulo: Editora Brasiliense, 1956(d).

LIMA BARRETO, Afonso Henriques de. **Os Bruzudangas**. 3 ed. São Paulo: Editora Brasiliense, 1956(e).

LIMA BARRETO, Afonso Henriques de. **Recordações do Escrivão Isaías Caminha**. 9 ed.. São Paulo: Editora Brasiliense, 1983.

LIMA BARRETO, Afonso Henriques de. **Triste fim de Policarpo Quaresma**. 2 ed. São Paulo: Editora Brasiliense, 1956(f).

LIMA BARRETO, Afonso Henriques de. **Vida e morte de M. J Gonzaga de Sá**. 2 ed. São Paulo: Editora Brasiliense, 1961.

LIMA BARRETO, Afonso Henriques de. **Vida urbana**. 2 ed. São Paulo: Editora Brasiliense, 1956(g).

INSTITUIÇÕES E LOCAIS DE PESQUISA

Plebeu Gabinete de Leitura – Fortaleza (PGL)

Biblioteca Nacional - Rio de Janeiro (BN)

Biblioteca de Humanidades – Fortaleza (BCH-UFC)

BIBLIOGRAFIA

ABREU, Martha Campos. MARZANO, Andrea Barbosa. Entre palcos e músicas: caminhos de cidadania no início da República. In: José Murilo de Carvalho e Lucia Maria Bastos Pereira das Neves (orgs.). **Repensando o Brasil do oitocentos**: cidadania, política e liberdade. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009. p. 121-149.

ARAÚJO, Ricardo Benzaquen de. Chuvas de Verão “antagonismos em equilíbrio”: em Casa Grande & Senzala de Gilberto Freyre Araújo. In: BOTELHO, André; SCHWARCZ, Lília Moritz (orgs.). **Um enigma chamado Brasil**: 29 intérpretes e um país. São Paulo: Companhia das Letras, 2009. p. 200-211.

ARÓSTEGUI, Julio. **A pesquisa histórica**: teoria e método. Bauru: EDUSC, 2006.

BARROS, Adeliana Alves. **O “Cemitério dos vivos”**: a experiência manicomial de Lima Barreto. 2016. Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós-Graduação em História Social, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2016.

BATALHA, Cláudio. Formação da classe operária e projetos de identidade coletiva. In: Jorge Ferreira e Lucila de Almeida Neves Delgado. **O Brasil republicano**. O tempo do liberalismo excludente: da proclamação República à Revolução de 1930. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003. v. 1.p. 161-189.

BENCHIMOL, Jaime. Reforma Urbana e Revolta da Vacina na cidade do Rio de Janeiro. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucila de Almeida Neves. **O Brasil Republicano**. O tempo do liberalismo excludente: da proclamação República à Revolução de 1930. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003. p. 231- 256.

BEZERRA, Jane Mary Cunha. **Lima Barreto**: anarquismo, antipatriotismo e forma literária. 2010. Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós-Graduação em Literatura Brasileira, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2010.

BOLLÈME, Geneviève. **O povo por escrito**. São Paulo: Martins fontes, 1988.

BOSI, Alfredo. **Dialética da colonização**. São Paulo: Companhia das Letras, 1992.

BOSI, Alfredo. **Literatura e resistência**. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

BOTELHO, André. Apresentação. In: RICUPERO, **Bernardo**. **Sete lições sobre a interpretação do Brasil**. São Paulo: Alameda, 2007. p. 09-18.

BOTELHO, Denilson. “**A pátria que quisera ter era um mito**”: uma introdução ao pensamento político de Lima Barreto. 1996. Dissertação (Mestrado) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1996.

BOTELHO, Denilson. **Letras militantes**: história, política e literatura em Lima Barreto. 2001. Tese (Doutorado) - Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2001.

BOURDIEU, Pierre. A Ilusão Biográfica. In: FERREIRA, Marieta de Moraes; AMADO, Janaína (orgs.). **Usos e abusos da história oral**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1996. p. 55-66.

BRESCIANI, Maria Stella. Brasil: Liberalismo, Republicanismo e Cidadania. In: CARVALHO, José Murilo de. **Cidadania no Brasil: o longo caminho**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2012.

BRETAS, Marcos Luiz. Teatro e Cidade no Rio de Janeiro dos anos 1920. In: CARVALHO, José Murilo; NEVES, Lúcia Maria Bastos Pereira das. **Repensando o Brasil do oitocentos: cidadania política e liberdade**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009. p. 101-120.

CAMILOTTI, Virgínia C. (orgs.). República, Liberalismo e Cidadania. Piracicaba: editora Unimep, p.53-64, 2003.

CARVALHO, Maria Alice de Rezende de. Três Pretos Tristes: André Rebouças, Cruz e Sousa e Lima Barreto. **Revista Topoi**. Rio de Janeiro, v. 18, n. 34, p. 6-22, jan/abr, 2017.

CANDIDO, Antonio. **A educação pela noite e outros ensaios: os olhos, a barca e o espelho**. 2 ed. São Paulo: Ática, 1989.

CARVALHO, José Murilo de. **A formação das almas: o imaginário da República no Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

CARVALHO, José Murilo de. A Involução da Participação Eleitoral no Brasil, 1821- 1930. In: CARVALHO, José Murilo de; CAMPOS, Adriana Pereira (orgs.). **Perspectivas de cidadania no Brasil Império**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011. p. 39-58.

CARVALHO, José Murilo de. **Os Bestializados: o Rio de Janeiro que não foi**. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

CARVALHO, Maria Alice Rezende de. André Rebouças e a Questão da Liberdade. In: BOTELHO, André; SCHWARCZ, Lília Moritz (orgs.). **Um enigma chamado Brasil: 29 intérpretes e um país**. São Paulo: Companhia das Letras, 2009. p. 46-59.

CARVALHO, Maria Alice Rezende de. **Quatro vezes cidade**. Rio de Janeiro: Sette Letras, 1994.

CERTEAU, Michel. **A escrita da história**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1982.

CHALHOUB, Sidney. **Cidade febril: cortiços e epidemias na Corte Imperial**. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

CHALHOUB, Sidney; NEVES, Margarida de Souza; PEREIRA, Leonardo Affonso de Miranda. (orgs.). Apresentação. In: CHALHOUB, Sidney; NEVES, Margarida de Souza; PEREIRA, Leonardo Affonso de Miranda. **História em Coisas Miúdas: capítulos de história social da crônica no Brasil**. Campinas: Editora da Unicamp, 2005. p. 9-19.

CHALHOUB, Sidney; PEREIRA, Leonardo Afonso de Miranda (org.). **História contada (introdução): capítulos de história social da literatura no Brasil**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, p. 7-13, 1998.

CHARTIER, Roger. **A história cultural entre práticas e representações**. Lisboa: Difel, 1988.

CHARTIER, Roger. **A mão do autor e a mente do editor**. São Paulo: UNESP, 2014.

COSTA, Ângela Marques da; SCHWARCZ, Lilia Moritz. **Virando séculos: no tempo da certeza (1890-1914)**. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

COSTA, Emília Viotti da. **A dialética invertida e outros ensaios**. São Paulo: UNESP, 2014.

COUTINHO, Carlos Nelson. **Cultura e sociedade no Brasil: ensaios sobre ideias e formas**. 4 ed. São Paulo: Expressão Popular, 2011.

COUTO, Mia. **Vozes anoitecidas**. São Paulo: Companhia das Letras, 2013.

DIAS, André. Lima Barreto e Dostoiévski. **Vozes dissonantes**. Niterói: EDUFF, 2012.

DIAS, Maria Odila Leite da Silva. Sociabilidades sem História: votantes pobres no Império (1824-1881). In: FREITAS, Marcos César de. **Historiografia brasileira em perspectiva**. 6 ed. São Paulo: Contexto, 2010. p. 57-72.

EAGLETON, Terry. **Marxismo e crítica literária**. São Paulo: Editora UNESP, 2011.

ELEUTÉRIO, Maria de Lourdes. Imprensa a Serviço do Progresso. In: Ana Luiza Martins e Tânia Regina de Luca (orgs.). **História da imprensa no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2008. p. 83- 102.

ELIAS, Norbert. **Mozart: sociologia de um gênio**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editora, 1995.

ENGEL, Magali. **Os delírios da razão: médicos, loucos e hospício**. Rio de Janeiro (1830-1930). Rio de Janeiro: Fiocruz, 2001.

ENGEL, Magali Gouveia. As Fronteiras da Normalidade: psiquiatria e controle social: história, ciência, saúde. **Revista Manguinhos**, Rio de Janeiro, v. 5, n. 3, p. 547-563, 1999.

FARIA, Antônio Augusto Moreira de; PINTO, Rosalvo Gonçalves. **Lima Barreto: antologia de artigos, cartas e crônicas sobre trabalhadores**. Belo Horizonte: FALE/UFMG, 2012.

FICO, Carlos. **Cidade capital: abastecimento e manifestações sociais no Rio de Janeiro (1890-1945)**. Dissertação (Mestrado). Universidade Federal Fluminense, Niterói. 1989.

FOSTER, John. **Anarquistas e Comunistas no Brasil (1900-1935)**. 2 ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira. 1977.

FOUCAULT, Michel de. **História da loucura na idade clássica**. São Paulo: Perspectiva, 1995.

GARCEZ, Paulo César Marins. **Habitação e vizinhança: limites da privacidade no**

surgimento das metrópoles brasileiras. In: SEVCENKO, Nicolau (org.). **História da vida privada no Brasil República: da Belle Époque à Era do Rádio**. São Paulo: Companhia das Letras, 1998. v. 3. p. 131-214.

GAY, Peter. **Represálias selvagens: realidade e ficção na literatura de Charles Dickens, Gustave Flaubert e Thomas Mann**. São Paulo: Companhia da Letras, 2010.

GILENO, Carlos Henrique. Lima Barreto e a condição do negro e do mulato na Primeira República. 1997. Dissertação (Mestrado) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. Universidade de Campinas, Campinas, 1997.

GONTIJO, Rebeca. “Paulo amigo”: amizade, mecenato e ofício do historiador nas cartas de Capistrano de Abreu. In: Ângela de Castro Gomes. **Escrita de si, escrita da história**. Rio Janeiro: Editora FGV, 2004. p. 105-119.

GOMES, Ângela de Castro. A Invenção do Trabalhismo. São Paulo: Vértice/IUPERJ, 1988.

GOMES, Ângela de Castro. A título de prólogo. In: GOMES, Ângela de Castro (org.). **Escrita de si, escrita da história**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2004. p. 7-24.

HARDMAN, Francisco Foot. Palavra de Ouro, Cidade de Palha (literatura anarquista). In: OLIVEIRA, Irenísia Torres de. Realismo e Sátira nas Recordações do Escrivão Isaías Caminha. **Revista Literatura e Sociedade**. São Paulo, v. 2, n. 14, p. 80-99, 2010.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. **Raízes do Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.

KOSELLECK, R. **Futuro passado: a contribuição à semântica dos tempos históricos**. Rio de Janeiro: Contraponto/PUC-Rio, 2006.

LAPA, José Roberto do Amaral. **Os excluídos: contribuição à história da pobreza no Brasil (1850 – 1930)**. Campinas: Editora da Unicamp, 2008.

LEITÃO, Luiz Ricardo. **Lima Barreto: o rebelde imprescindível**. São Paulo: Expressão Popular, 2006.

LEMAIRE, Ria. O Mundo Feito Texto. In: LEMAIRES, Ria; DECCA, Edgard S. de (Orgs). **Pelas margens: outros caminhos da história e da literatura**. Campinas, Porto Alegre: Editora da Unicamp, Editora da Universidade – UFRGS, 2000.

LIMA, Nísia Trindade. Euclides da Cunha: o Brasil como Sertão. In: BOTELHO, André; SCHWARCZ, Lília Moritz (orgs.). **Um enigma chamado Brasil: 29 intérpretes e um país**. São Paulo: Companhia das Letras, 2009. p. 104-117.

LUCA, Tania Regina de. Fontes Impressas: a história dos, nos e por meio dos periódicos. In: Carla Bassanezi Pinsky (org.). **Fontes Históricas**. São Paulo: Contexto, 2011. p. 111-154.

MARX, Karl. **Contribuição à crítica da economia política**. 3 ed. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

MICELI, Sérgio. **Intelectuais à brasileira**. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

MORAES, José Geraldo Vinci de; REGO, José Marcio. **Conversas com**

historiadores brasileiros. Rio de Janeiro: Editora 34, 2002.

MOREIRA, Antônio Augusto; PINTO, Rosalvo Gonçalves (Organizadores). **Lima Barreto:** ontologia de artigos, cartas e crônicas sobre trabalhadores. Belo Horizonte: Editora Viva Voz; FALE UFMG, 2012.

NEEDELL, Jeffrey D. **Belle époque tropical:** sociedade e cultura de elite no Rio de Janeiro na virada do século. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

NEVES, Margarida de Souza. Os Cenários da República. O Brasil na virada do século XIX para o século XX. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucila de Almeida Neves. **O Brasil Republicano.** O tempo do liberalismo excludente: da proclamação República à Revolução de 1930. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003. p. 13-44.

PAOLI, Maria Célia. Movimentos Sociais, Movimentos Republicanos? In: SILVA, Fernando Teixeira da; NAXARA, Márcia R. Capelari; CAMIOTTI, Virginia C. (orgs). **República, liberalismo, cidadania.** Piracicaba: Editora Unimep, 2003. p. 163-189.

PEREIRA, Lúcia Miguel. **Escritos da maturidade:** seleção de textos publicados em periódicos de 1944 a 1959. Rio de Janeiro: edições da Biblioteca Nacional, 2005.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. **Imaginário da cidade.** Visões do literário: Paris, Rio de Janeiro, Porto Alegre. 2. ed.. Porto Alegre: UFRGS, 2002.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. **Os pobres da cidade:** vida e trabalho (1880-1920). Porto Alegre: Editora da Universidade/UFRGS, 1994.

PRADO, Antônio Arnoni. **O crítico a e crise.** São Paulo, Martins Fontes, 1989.

REIS, José Carlos Reis. **Identidades do Brasil:** de Varnhagen a FHC. 6 ed. Rio de Janeiro: Editora Fundação Getúlio Vargas, 2003.

RIBEIRO, Gladys Sabina. **Mata galegos:** os portugueses e os conflitos de trabalho na República velha. São Paulo: Brasiliense, 1990.

SCHWARCZ, Lilia Moritz (org.) **Contos completos de Lima Barreto.** São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

_____. **Lima Barreto:** triste visionário. São Paulo: Companhia das Letras, 2017.

_____. **Nem preto nem branco, muito pelo contrário:** cor e raça na sociabilidade brasileira. São Paulo: Editora Claro Enigma, 2012.

_____. **O espetáculo das raças:** cientistas, instituições e questão racial no Brasil (1870-1930). São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

SCHWARZ, Roberto. **Ao vencedor, as batatas.** São Paulo: Duas Cidades, 1977.

SCHWARZ, Roberto. **Os pobres na literatura brasileira.** São Paulo: Brasiliense, 1983.

SEVCENKO, Nicolau. **A revolta da vacina:** mentes insanas em corpos rebeldes. São Paulo: Cosac Naify, 2010.

SEVCENKO, Nicolau. **Literatura como missão**: tensões sociais e criação cultural na primeira República. 2 ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.

SKIDMORE, Thomas E. **Preto no branco**: raça e nacionalidade no pensamento brasileiro. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976.

SILVA, Fernando Teixeira da; NAXARA, Márcia R. Capelari; CAMILOTTI, Virginia C. (orgs). **República, liberalismo, cidadania**. Piracicaba: Editora Unimep, 2003.

SILVA, Hécio Pereira da. **Lima Barreto**: escritor maldito. São Paulo: Martins Fontes, 1982.

SILVA, Maurício. **A Hélade e o subúrbio**: confrontos literários na Belle Époque carioca. São Paulo: EDUSP, 2006.

SILVA, Raphael Frederico Acioli Moreira da. “A moléstia da cor”: a construção da identidade social de Lima Barreto (1881 – 1922). 2002. Dissertação (Mestrado) - Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. Universidade de Campinas, Campinas, 2002.

SODRÉ, Nelson Werneck. **História da imprensa no Brasil**. 4. ed. Rio de Janeiro: Mauad, 1999.

SÜSSEKIND, Flora. **Cinematógrafo de letras**: literatura, técnica e modernização no Brasil. São Paulo: Companhia das Letras, 1986.

TOLEDO, Edilene. A Trajetória Anarquista no Brasil da Primeira República. In: Jorge Ferreira e Daniel Aarão Reis. **As esquerdas no Brasil**: a formação das tradições 1889-1945. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007. v. 1, p. 53-77.

THOMPSON, Edward. **A miséria da teoria**: um planetário de erros. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.

VELOSO, Mariza; MADEIRA, Angélica. **Leituras brasileiras**: itinerários no pensamento social e na literatura. São Paulo: Editora Paz e Terra, 1999.

VENÂNCIO, Gisele Martins. Cartas de Lobato a Vianna: uma memória epistolar silenciada pela história. In: Ângela de Castro Gomes. **Escrita de si, escrita da história**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2004. p. 58-76.

VENTURA, Roberto. Euclides da Cunha no Vale da Morte. **Revista USP**, São Paulo, v. 2, n. 54, p. 16-29, jun-ago, 2002.

VENTURA, Roberto. Euclides da Cunha e a República. **Estudos Avançados**, São Paulo, v. 10, n. 26, p. 72-85, jan.-abr., 1996.

VIANNA, Luiz Werneck. **Liberalismo e sindicato no Brasil**. 2 ed. Rio de Janeiro: Paz e terra, 1978.

WILLIAMS, Raymond. **Marxismo e literatura**. Rio de Janeiro: Editora Jorge Zahar, 1979.